



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

Ellayne Kelly Gama de Paiva

A CIDADE PARA O CIDADÃO
O legado urbano dos Jogos Olímpicos

Tese de Doutorado

Brasília
2013

Ellayne Kelly Gama de Paiva

A CIDADE PARA O CIDADÃO
O legado urbano dos Jogos Olímpicos

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Paulo Castilho de Lima, Dr.

Brasília
2013

Ellayne Kelly Gama de Paiva

A CIDADE PARA O CIDADÃO
O legado urbano dos Jogos Olímpicos

Esta tese foi julgada e aprovada para obtenção do grau de

Doutora em Arquitetura e Urbanismo

pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - UnB.

Brasília, 20 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Castilho de Lima
Presidente – FAU UnB

Prof. Dr. Oscar Luis Ferreira
Examinador – FAU UnB

Prof. Dr. Orlando Cariello Filho
Examinador – FAU FACIPLAC

Prof. Dr. Percy Coelho de Souza
Examinador – SER UnB

Prof. Dra. Thaís Trovão dos Santos Zenkner
Examinadora – FAU UEMA

**A Deus.
À minha família.**

AGRADEÇO...

À **DEUS**, simplesmente por que Ele é. Ele sabe da sinceridade do meu coração e do quão impossível eu imaginei que fosse chegar até aqui! Coragem e força foram as respostas que Ele deu às minhas orações! Muito obrigada, Senhor!

Aos meus pais, **DALVA e ALCENOR**, obrigada pelos limites impostos, pelas compreensões, por respeitarem meu jeito. Obrigada pela insistência em me ensinar o que é certo e pelo exemplo diário. O amor de vocês por mim os tornou incansáveis na minha educação e formação. Isso fez toda a diferença! Tudo (!) significa muito de mim, em mim, para mim.

Às minhas irmãs “filhinhas” **ANDRÉIA e NAYARA**, obrigada por existirem. Vocês significam a maior proximidade com o meu passado, com as minhas raízes, com aquilo que eu sou. Nossa história me aproxima de mim e, assim, eu não me perco! A existência de vocês é grande responsável pelo que eu sou e pelo que eu me tornei. Eu amo vocês como extensão de mim!

À minha grande família, que me apoiou e agora festeja mais uma etapa de vida vencida. Especialmente à **TIA GLÓRIA e à VÓ CARMOZINA**, pelos cafés que fortificaram a minha alma e me estimularam a continuar. Às duas, devo muito mais que este trabalho. Foi cuidado demais, carinho demais, ensinamento demais. E ao **TIO CÉLIO**, pelos gentis ‘empurrões’ que me ajudaram à ir em frente.

Ao meu orientador, professor **PAULO CASTILHO**, por acreditar em mim, pela orientação, pela dedicação, (extrema) paciência e apoio na realização deste trabalho.

Aos membros da banca, professores **OSCAR FERREIRA, PERCI COELHO, ORLANDO CARRIELLO e THAÍS ZENKNER**, que em meio a tantos compromissos da vida acadêmica, se dispuseram à leitura cuidadosa convertida em contribuições relevantes ao trabalho.

Aos **PROFESSORES** da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB por ensinarem, cada um à sua maneira, grandes lições.

Aos **AMIGOS** que estiveram ao meu lado, a me dar força sempre que precisei.

Em especial aos **AMIGOS DA GIDUR/SL**, pelo incentivo, pela “propaganda” e por entenderem a minha ausência em nossas reuniões.

Aos **FUNCIÓNÁRIOS DA SECRETARIA DA PÓS DA FAU**, que, apesar da distância, foram sempre tão atenciosos e prestativos.

Agradeço ainda a **LÚCIA** e ao **ROBERTO MOURA**, do Ministério dos Esportes, pela gentileza e disposição em ajudar.

À **CAPES**, pelo auxílio, ainda que por um breve período.

Agradeço a **TODOS** os que, direta ou indiretamente, colaboraram para a concretização deste sonho, mesmo escapando à minha mente por um momento, estarão sempre em meu coração.

Consegui! E a todos vocês, MUITO OBRIGADA!

De tudo ficaram três coisas:
a certeza de que [...] estava sempre começando,
a certeza de que era preciso continuar
e a certeza de que seria interrompido antes de terminar.
Fazer da interrupção um caminho novo.
Fazer da queda um passo de dança,
da procura um encontro.

Fernando Sabino (O Encontro Marcado)

Resumo

Palavras-chave: cidade, cidadão, jogos olímpicos, legado urbano

Não há um único modo de se pensar a cidade. Trabalhar o espaço urbano é uma tarefa um tanto complexa, visto que cada sociedade vê o espaço de uma forma que diretamente estará ligada as suas concepções sociais e culturais. Entende-se que o espaço urbano é produto de acontecimentos políticos, histórico-culturais, socioeconômicos de várias gerações, desta forma, não faz sentido pensar gestão urbanística desarticulada da concretude espacial, porque sociedade e espaço caminham juntos desde os primórdios. O esporte, atualmente, reflete a forma como a sociedade vem se organizando, revelando as diferenças entre Estados, povos e classes sociais. A escolha das cidades olímpicas dá-se pelo fato de que a realização de megaeventos como os Jogos Olímpicos produz inúmeras transformações, em maior ou menor escala, resultando na atualização de desenhos urbanos. A seleção das experiências aqui apresentadas se pautou por dois critérios essenciais: cidades que foram, são ou virão a ser sede de Olimpíadas e que almejam ser reconhecidas pela qualidade do legado deixado aos seus cidadãos. Desta forma, o presente estudo apresenta os efeitos da realização dos Jogos Olímpicos nas cidades-sede Barcelona, Londres e Rio de Janeiro, buscando apurar a situação urbana que advêm o espetáculo. O que se pretende, em última instância, é compreender o processo por trás dos produtos visíveis, neste caso, as Olimpíadas. Mais especificamente, sob o viés do urbanismo. Neste contexto, buscamos identificar os ensinamentos e inspirações advindos de passagens positivas e negativas destas cidades, com perfis socioeconômicos e desafios distintos, que abrigaram os Jogos Olímpicos.

Abstract

Key words: city, citizen, olympics, urban legacy

There is only one way of thinking about the city. Working the urban space is a rather complex task, since each company has a space in a way that is directly linked to social and cultural conceptions. It is understood that the urban space is the product of historical - cultural, socioeconomic, political events in several generations, in this way, it makes sense to think disjointed urban management of spatial concreteness, because society and space go together since the beginning. The sport currently reflects the way society has been organizing, revealing differences between states, peoples and social classes. The choice of Olympic cities as a case study is given by the fact that the realization of mega-events like the Olympics produces numerous transformations, to a greater or lesser extent, resulting in upgrading urban designs. The selection of the experiments presented here was guided by two main criteria: cities that were, are or will be the site of the Olympics and who yearn to be recognized for the quality of the legacy left to its citizens. Thus, this study discusses the effects of the Olympic Games on host cities Barcelona, London and Rio de Janeiro, seeking to verify the urban situation arising from the spectacle. The aim, ultimately, is to understand the process behind the visible products in this case the Olympics. More specifically, the clipping of analysis is the urban space. In this context, we will seek to identify lessons and inspirations arising from positive and negative passages in these cities, with different features and socioeconomic challenges, which hosted the Olympic Games.

Resumen

Palabras clave: ciudad, ciudadano, olimpiadas, legado urbano

Sólo hay una manera de pensar en la ciudad. Trabajar el espacio urbano es una tarea bastante compleja, ya que cada empresa cuenta con un espacio de una manera que está directamente vinculada a las concepciones sociales y culturales. Se entiende que el espacio urbano es el producto de los eventos histórico-culturales, socioeconómicos, políticos en varias generaciones, de esta manera, tiene sentido pensar que la gestión urbana inconexa de concreción espacial, porque la sociedad y el espacio van de la mano desde el principio. El deporte en la actualidad refleja la manera en la sociedad ha sido la organización, dejando al descubierto las diferencias entre los estados, los pueblos y las clases sociales. La elección de las ciudades olímpicas como un caso de estudio está dado por el hecho de que la realización de mega eventos como los Juegos Olímpicos produce numerosas transformaciones, en mayor o menor medida, lo que resulta en la mejora de los diseños urbanos. La selección de los casos presentados aquí se guió por dos criterios principales: ciudades que fueron, son o serán la sede de los Juegos Olímpicos y que anhelan ser reconocidos por la calidad de la herencia dejada a sus ciudadanos. Así, este estudio analiza los efectos de los Juegos Olímpicos en las sedes de Barcelona, Londres y Río de Janeiro, en busca de entender la situación urbana que surge del espectáculo. El objetivo, en última instancia, es entender el proceso detrás de los productos visibles en este caso los Juegos Olímpicos. Más específicamente, el recorte de análisis es el espacio urbano. En este contexto, vamos a tratar de identificar lecciones e inspiraciones que surgen de pasajes positivos y negativos en estas ciudades, con diferentes características y desafíos socioeconómicos, que acogió los Juegos Olímpicos.

Résumé

Mots-clé: ville, citoyen, jeux olympiques, l'héritage urbain

Il n'y a qu'une seule façon de penser la ville. Travailler l'espace urbain est une tâche assez complexe, puisque chaque entreprise dispose d'un espace d'une manière qui est directement liée à des conceptions sociales et culturelles. Il est entendu que l'espace urbain est le produit d'événements politiques, socio-économiques, historiques et culturelles dans plusieurs générations, de cette manière, il est logique de penser la gestion urbaine découle du concret spatial, parce que la société et l'espace vont de pair depuis le début. Le sport reflète actuellement la façon dont la société organise, révélant des différences entre les États, les peuples et les classes sociales. Le choix des villes olympiques comme une étude de cas est donnée par le fait que la réalisation de méga-événements comme les Jeux olympiques produit de nombreuses transformations, dans une mesure plus ou moins grande, ce qui entraîne la mise à niveau des conceptions urbaines. La sélection des expériences présentées ici a été guidée par deux critères principaux: les villes qui ont été, sont ou seront sur le site des Jeux olympiques et qui aspirent à être reconnus pour la qualité de l'héritage laissé à ses citoyens. Ainsi, cette étude examine les effets des Jeux Olympiques sur les villes hôtes Barcelone, Londres et Rio de Janeiro, à la recherche de problématiser la situation urbaine résultant spectacle. L'objectif, à terme, est de comprendre le processus derrière les produits visibles dans ce cas, les Jeux olympiques. Plus précisément, la coupure de l'analyse est l'espace urbain. Dans ce contexte, nous chercherons à identifier les leçons et les inspirations provenant de passages positifs et négatifs de ces villes, avec des caractéristiques différentes et des défis socio-économiques, qui ont accueilli les Jeux Olympiques.

Ilustrações

Ilustração 1	– Coalbrookdale by night	
Ilustração 2	– Dudley Street	20
Ilustração 3	– A percepção do lugar depende da posição	33
Ilustração 4	– Charge de Miguel de Paiva	36
Ilustração 5	– Jogos Olímpicos da Antiguidade	49
Ilustração 6	– Discóbolo de Míron	50
Ilustração 7	– Aros Olímpicos	53
Ilustração 8	– Atletas na abertura dos Jogos de Stoke Mandeville	54
Ilustração 9	– Cerimônia de Abertura dos I Jogos Paraolímpicos	55
Ilustração 10	– Charge de Amarildo	67
Ilustração 11	– Mapa com países que boicotaram os Jogos Olímpicos	71
Ilustração 12	– Mapa com países que foram palco dos Jogos Olímpicos	75
Ilustração 13	– Cartazes de cidades-sede dos Jogos Olímpicos	76
Ilustração 14	– Cerimônia abertura dos I Jogos Olímpicos da Era Moderna	78
Ilustração 15	– Cartaz Jogos Olímpicos de Paris 1900	80
Ilustração 16	– Cartaz Jogos Olímpicos de Saint Louis 1904	81
Ilustração 17	– Vila Olímpica de Paris 1924	83
Ilustração 18	– Vila Olímpica de Los Angeles 1932	84
Ilustração 19	– Acendimento da Pira em Berlim 1936	85
Ilustração 20	– Yoyogi Nacional Gymnasion	86
Ilustração 21	– Cubo do legado	102
Ilustração 22	– Interconexão entre os perfis do legado	105
Ilustração 23	– Processo de construção do legado planejado	118
Ilustração 24	– Custos dos Jogos Olímpicos de verão	128
Ilustração 25	– Arena esportiva americana	136

Ilustração 26	– Área do Centennial Place	146
Ilustração 27	– Homebush Bay	149
Ilustração 28	– Parque Aquático de Atenas	151
Ilustração 29	– Parque Olímpico de Pequim	153
Ilustração 30	– Plano de Barcino	156
Ilustração 31	– Ensanche de Barcelona	157
Ilustração 32	– Mapa da Barcelona Medieval	158
Ilustração 33	– Fachada marítima de Barcelona em 1950	160
Ilustração 34	– Fábricas Folch – Poblenou, 1987	160
Ilustração 35	– Vista aérea da Vila Icária	161
Ilustração 36	– Extensão das demolições na Vila Icária	161
Ilustração 37	– Plano de espaços urbanos até 1992	164
Ilustração 38	– Plano Geral Metropolitano de Ordenação Urbana	168
Ilustração 39	– As quatro áreas olímpicas	179
Ilustração 40	– Mapa das áreas de competição dos Jogos de 1992	181
Ilustração 41	– Áreas de nova centralidade – 1986	182
Ilustração 42	– Port Vell	183
Ilustração 43	– Maquete do Anel Olímpico de Montjuic	185
Ilustração 44	– Desenho do Anel Olímpico de Montjuic	186
Ilustração 45	– Plano da área de Montjuic	187
Ilustração 46	– Vista aérea do Anel Olímpico de Montjuic – 1992	188
Ilustração 47	– Plano da fachada marítima de Barcelona	189
Ilustração 48	– Fachada marítima antes das intervenções	190
Ilustração 49	– Axonometria da Vila Olímpica	192
Ilustração 50	– Desenho da Vila Olímpica	192
Ilustração 51	– Foto aérea da área da Vila Olímpica	193
Ilustração 52	– Foto de parte da Vila Olímpica	193
Ilustração 53	– Plano da área Diagonal	195
Ilustração 54	– Zona universitária da Diagonal	195
Ilustração 55	– Plano da área de Vall d’Hebron	196
Ilustração 56	– Velódromo de Vall d’Hebron	197
Ilustração 57	– Esquemas de Cerdà	199
Ilustração 58	– Mapa de trânsito viário de Barcelona	199

Ilustração 59	– Galeria de serviço subterrânea	200
Ilustração 60	– Mapa de Londinium	211
Ilustração 61	– Londres e Westminster pré 1530	212
Ilustração 62	– Plano de John Fairbum 1801	213
Ilustração 63	– Limites do condado de Londres	216
Ilustração 64	– Plano de espaços livres do Plano do condado de Londres	217
Ilustração 65	– Shepard's Bush 1908	220
Ilustração 66	– Lower Lea Valley	227
Ilustração 67	– Mapa de Thames Gateway	229
Ilustração 68	– Antiga área industrial de Stratford	231
Ilustração 69	– Demolição de edifícios em Stratford em 2008	231
Ilustração 70	– Plano do Parque Olímpico	235
Ilustração 71	– Vista aérea do Parque Olímpico	236
Ilustração 72	– Projeto do Parque Olímpico pós Jogos	236
Ilustração 73	– Estádio Olímpico de Londres 2012	238
Ilustração 74	– Parque Aquático de Londres 2012	239
Ilustração 75	– Velódromo de Londres 2012	240
Ilustração 76	– Arena de basquete de Londres 2012	240
Ilustração 77	– Eton Manor	241
Ilustração 78	– Arena de handebol de Londres 2012	242
Ilustração 79	– Vila Olímpica de Londres 2012	243
Ilustração 80	– Linhas de acesso ao Parque Olímpico de Londres 2012	244
Ilustração 81	– Westfield Stratford City	245
Ilustração 82	– Mapa do Rio de Janeiro – século XVIII	255
Ilustração 83	– Baía de Guanabara – século XVIII	256
Ilustração 84	– Mapa arquitetural do Rio 1875	257
Ilustração 85	– Vista panorâmica dos pavilhões da Exposição Nacional de 1908	259
Ilustração 86	– Mapa do Rio 1908	260
Ilustração 87	– Plano Agache	262
Ilustração 88	– Plano Doxiadis	264
Ilustração 89	– Mapa de instalações esportivas do Pan 2007	272
Ilustração 90	– Estacas abandonadas na enseada da Glória	276

Ilustração 91	– Mapa de instalações esportivas Olimpíadas 2016	279
Ilustração 92	– Mapa Parque Olímpico modo Jogos 2016	280
Ilustração 93	– Complexo da Barra	281
Ilustração 94	– Vila Olímpica	282
Ilustração 95	– Complexo de Deodoro	283
Ilustração 96	– Área de aterro da zona portuária	284
Ilustração 97	– Delimitação da Área Especial de Interesse Urbanístico	285
Ilustração 98	– Setores e subsetores área de intervenção da zona portuária	286
Ilustração 99	– Avenida Rodrigues Alves antes da demolição do elevador	287
Ilustração 100	– Projeto de urbanização da Avenida Rodrigues Alves	288
Ilustração 101	– Mapa da área de parques e corredores verdes	289
Ilustração 102	– Previsão de implantação das Torres Trump	291
Ilustração 103	Trajeto Transcarioca	292
Ilustração 104	– Áreas de legado	295
Ilustração 105	– Mapa de legados dos Jogos Olímpicos	296
Ilustração 106	Mapa de reassentamento comunidades	292

Quadros

Tabela 1	–	Resumo das tipologias e dimensões do legado	103
Tabela 2	–	Matriz expandida do legado	104
Tabela 3	–	Caracterização temporal dos Jogos Olímpicos	129
Tabela 4	–	Alguns assentamentos removidos ou ameaçados de remoção	300

Sumário

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	viii
Resumen	vx
Rèsumè	x
Lista de Ilustrações	xi
Lista de Quadros	xiv
Introdução	1
1 Cidades, cidadãos e cidadania	10
1.1 Materialidade	15
1.2 Sociabilidade	26
1.3 Sensibilidade	38
2 Cidades Olímpicas	47
2.1 Os Jogos Olímpicos	48
2.2 Olimpismo e Movimento Olímpico	57
2.3 As cidades Olímpicas	69
3 Planejando legados	94
3.1 Rumo à definição de legado	95
3.2 A multidimensionalidade do legado	109
3.3 A importância do planejamento na criação de impactos posteriores	118

3.4	As Olimpíadas como oportunidade urbana	126
4	O exemplo: Barcelona	155
4.1	De Barcino à BCN	156
4.2	PGM 76 – Um instrumento de transformação urbana	167
4.3	Ponto de partida: da ideia ao projeto	171
4.4	À la ville de... Barcelona	175
4.5	A Barcelona pós-Jogos: os legados urbanos	201
5	20 anos depois: Londres	210
5.1	Breve contextualização histórica	211
5.2	Third time's a charme...	219
5.3	O início	223
5.4	Olympic Regeneration in East London: o foco no legado	226
5.5	O encerramento...	246
6	O futuro nos Jogos: Rio de Janeiro	254
6.1	E o Rio de Janeiro continua lindo...	255
6.2	A prática leva à perfeição	266
6.3	O grande teste: as XXXI Olimpíadas	278
6.4	Plano de legados urbanos e ambientais	294
6.5	O que está em jogo?	298
	Concluindo...	302
	Referências	309

Introdução

Em minha visão, “ser” no mundo significa transformar e retransformar o mundo, e não adaptar-se a ele. Como seres humanos, não resta dúvida de que nossas principais responsabilidades consistem em intervir na realidade e manter nossa esperança.

Paulo Freire

Não há um único modo de se pensar a cidade. Trabalhar o espaço urbano é uma tarefa um tanto complexa, visto que cada sociedade vê o espaço de uma forma que diretamente estará ligada as suas concepções sociais e culturais. Segundo Corrêa,

o espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano (...).¹

O espaço urbano está em constante mutação. Segundo Carlos, o espaço urbano representa um uso e desta maneira a vida se transforma, com a transformação dos lugares de realização de sua concretização. Este uso deixa marcas profundas no espaço, cria traços que organizam comportamentos, determinam gestos, explicitando-se através das formas de apropriação dos lugares da metrópole.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções.²

¹ Correa, R. O espaço urbano, 2000.

² Santos, M e Silveira, M. Por uma geografia nova, 2002, p.153

Assim, entende-se que o espaço urbano é produto de acontecimentos políticos, histórico-culturais, socioeconômicos de várias gerações, desta forma, não faz sentido pensar gestão urbanística desarticulada da concretude espacial, porque sociedade e espaço caminham juntos desde os primórdios. Entendemos que o esporte, atualmente, reflete a forma como a sociedade vem se organizando, revelando as diferenças entre Estados, povos e classes sociais. Neste contexto, um megaevento como os Jogos Olímpicos³ se distingue por seu caráter temporal e por sua capacidade de atrair um grande número de pessoas de diversas partes do mundo.

As cidades aspirantes à sede dos Jogos utilizam como argumento os benefícios para a população local e, se não existem cidades já estruturadas para receber um evento deste porte, é fato que precisarão de adequação aos padrões exigidos. Isso representa para a cidade, em um curto espaço de tempo, a previsão das intervenções necessárias, bem como da captação de recursos para esse fim. Como os Jogos Olímpicos em si duram apenas alguns dias é preciso considerar que os recursos sejam alocados em intervenções de grande relevância e com antevisão de seu aproveitamento no futuro.

Atualmente, o conceito que une jogos e política urbana se encontra tão absorvido que o Comitê Olímpico Internacional, no capítulo 1 da Carta Olímpica, recomenda a adoção de medidas que promovam "um legado olímpico positivo" na cidade-sede. Neste enfoque, os Jogos são vistos como uma possibilidade ímpar para discutir e alavancar o desenvolvimento das cidades onde ocorrem, além da dimensão esportiva e de conagração entre diversos povos e culturas e da oportunidade para demonstrar a capacidade de organização de seus promotores. (...) Neste contexto, os chamados megaeventos tornaram-se indutores de políticas urbanas e de parcerias público-privadas, aceleradores da economia, impulsionadores de práticas de sustentabilidade, melhorias ambientais e de infraestrutura, de integração social,

³ Quando, neste estudo, usamos a denominação Jogos Olímpicos, estamos englobando também os Jogos Paraolímpicos.

regeneração urbana, acessibilidade, mobilidade, conectividade e outras dimensões deste universo cada vez mais complexo das metrópoles contemporâneas.⁴

A escolha de cidades olímpicas como estudo de caso dá-se pelo fato de que a realização de megaeventos como os Jogos Olímpicos produz inúmeras transformações, em maior ou menor escala, resultando na atualização de desenhos urbanos. O impacto sofrido pelas sedes olímpicas aumenta à medida que o evento torna-se maior e mais complexo. Em âmbito global, os Jogos Olímpicos adquiriram, nas edições mais recentes, magnitude antes inconcebível, fruto de extraordinário crescimento no volume de investimentos que atraem.

Desde 1896, os Jogos da era moderna já passaram por 23 cidades, incluindo ricas e modernas como Londres, metrópoles caóticas como Pequim e modestas como Montreal. Os Jogos Olímpicos de Barcelona se destacaram e se tornaram referência mundial, porquanto catalisaram diversas intervenções urbanas – como a frente marítima, que foi redesenhada e revitalizada, e o sistema viário, pela construção da Avenida Diagonal que foi prolongada até o mar, constituindo-se um novo centro de feiras, exposições e congressos – e traduziram-nas em legado urbano.

Duas décadas separam as olimpíadas de Barcelona (1992) e de Londres (2012), caso mais recente dos Jogos. Inspirados pelo exemplo de Barcelona buscam a regeneração da área de East London, introduzindo a ideia de planejamento do legado, com planos de intervenção até 2030. Em 2009 o Rio de Janeiro foi nomeado sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Estes ainda são um sonho em construção, mas representam o ápice de um gigantesco projeto, iniciado com os Jogos Pan-americanos de 2007 e que teve continuidade com os Jogos Militares de 2011. Mas à euforia, segue-se um necessário questionamento: como podemos colocar os Jogos Olímpicos a serviço da cidade?

⁴ Marques e Pinheiro, A cidade e o Legado. Jornal O Globo, 2012.

O COI já reconheceu que, para que uma cidade possa realmente utilizar os Jogos Olímpicos como propulsor de renovação sustentável, o legado deve ser planejado desde o começo. No caso do Brasil, a realização de um evento de tamanha proporção implica – ou deveria implicar – a necessidade de uma reflexão crítica sobre os reais ganhos de tais eventos à longo prazo e não somente utilizar o ‘valor do legado olímpico’ para justificar o gasto de cifras estratosféricas.

Para atender as necessidades de análise dos legados das cidades-sede dos Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos, o Comitê Olímpico Internacional lançou em 2001 o Estudo Global de Impacto dos Jogos Olímpicos (*Olympic Games Global Impact* – OGGI). Trabalhando em conjunto com o trabalho do COI devido ao tamanho, custo e complexidade dos JO, o OGGI foi lançado para que o COI pudesse avaliar, gerenciar, monitorar e orientar as partes envolvidas e afetadas pela preparação e realização de JO. Este estudo dura onze anos, começando com a etapa de candidatura da cidade e terminando dois anos após o encerramento dos Jogos.

Os principais objetivos do OGGI são: medir o impacto global dos Jogos Olímpicos, ajudar cidades candidatas e futuros organizadores dos Jogos Olímpicos, através da transferência de direção estratégica obtida a partir dos Jogos Olímpicos passados e presentes, para identificar possíveis legados e, assim, maximizar os benefícios de seus Jogos Olímpicos e para criar um ponto de referência comparável em todos os Jogos Olímpicos de futuros. Devido à ter sido criado em 2001, não existem relatórios oficiais relacionados à preparação e realização dos Jogos de Barcelona e o OGGI de Londres somente será concluído em 2014.

Não existe uma metodologia "correta" ou absoluta para medir o impacto de uma Olimpíada. Muitas abordagens e ferramentas diferentes existem. A riqueza de informações provenientes dos estudos de impacto Olímpicos anteriores, e conduzida por pessoas que não o COI organizações, atesta esse fato. A metodologia OGGI, foi criada com base em normas internacionais existentes nas três áreas de desenvolvimento sustentável e as normas evoluem de forma dinâmica ao longo do tempo, assim

também devem ser as metodologias de análise de impactos urbanos. A metodologia OGGI não foi utilizada, pois trata das esferas: econômica, social e ambiental, as quais não são objeto de estudo deste trabalho.

Desta forma, o presente estudo apresenta os efeitos da realização dos Jogos Olímpicos nas cidades-sede Barcelona, Londres e Rio de Janeiro, buscando apurar a situação urbana que advêm o espetáculo. O que se pretende, em última instância, é compreender o processo por trás dos produtos visíveis, neste caso, as Olimpíadas. Mais especificamente, sob o viés do urbanismo. Neste contexto, buscaremos identificar os ensinamentos e inspirações advindos de passagens positivas e negativas destas cidades, com perfis socioeconômicos e desafios distintos, que abrigaram os Jogos Olímpicos. Para tanto, tentamos responder às questões: Até que ponto os Jogos Olímpicos impactam no espaço urbano? Com que resultados? E com que benefícios?

A seleção das experiências aqui apresentadas se pautou por dois critérios essenciais: cidades que foram, são ou virão a ser sede de Olimpíadas e que almejam ser reconhecidas pela qualidade do legado deixado aos seus cidadãos. Para efeito de operacionalização da pesquisa verificamos a experiência das cidades olímpicas, contextualizando suas nomeações à sede dos Jogos e examinando as experiências de cada uma.

Por serem cidades distintas que sediaram as Olimpíadas em períodos históricos diferentes, não se propõe aqui comparar seus legados, mas sim constatar e apresentar como se deu o processo de nomeação, a preparação para os Jogos e que lições podemos tirar de seus resultados, considerando as particularidades de suas candidaturas. Para tanto, foram acurados os Projetos Olímpicos e os Planos de Legado das cidades, para que pudessem ser constatadas as intenções prévias aos eventos. Para a constatação dos resultados e benefícios, foram utilizados relatórios oficiais dos comitês organizadores, além de estudos de legados já realizados e matérias em jornais para averiguação da opinião pública.

Apesar do marketing desenvolvido e da campanha de formação de consensos políticos, a recepção dos Jogos Olímpicos em 2016 suscita muitas dúvidas quanto aos reais benefícios decorrentes da realização destes eventos em uma rede de metrópoles marcada por elevados níveis de desigualdade social. As manifestações ocorridas contra as candidaturas de países a sedes destes eventos, especialmente em países que já passaram pela experiência de sediar os Jogos Olímpicos em oportunidades anteriores, reforçam as incertezas mencionadas.

Foram abordados especificamente os processos referentes à alteração da infraestrutura urbana nas cidades onde se realizaram ou realizarão os eventos. A maior parte dos novos equipamentos urbanos previstos é voltada às áreas de esporte e lazer, enquanto os demais se direcionam à complementação de infraestrutura básica, principalmente transporte que permita o deslocamento de atletas e turistas.

A população de uma cidade-sede é diretamente impactada pelas decisões tomadas e transformações produzidas, então iniciamos, no capítulo I, com a apresentação da cidade – suas dimensões espacial, social e sensorial – e como o cidadão se insere em cada uma delas. Neste capítulo ponderamos como as pessoas se transformam em cidadãos, passam a ter o direito à cidade e se sentem parte dela.

Para compreendermos o cenário atual fizemos, no capítulo II, um retrospecto histórico dos Jogos Olímpicos, indagando como o ideário do esporte se transformou em um espetáculo e observando como ocorre a disputa entre as cidades candidatas para demonstrar qual oferece a melhor proposta para receber o evento. Tendo em vista que, ao sediar um megaevento, o país-sede se compromete a realizar algumas transformações para melhorar a qualidade de sua infraestrutura urbana, no capítulo III indagamos sobre o processo de construção do legado, discutindo em que medida o “prometido” corresponde ao “necessário” e como a cidade se reinventa para o espetáculo.

O capítulo IV analisou o caso bem sucedido de Barcelona, em 1992, com a intenção de verificar as particularidades da sua candidatura ao seu legado, e se equivalem às propostas durante a candidatura. Da mesma forma, no capítulo V, analisaremos o caso recente de Londres 2012. Este se conforma no caso único de cidade que sediou os Jogos três vezes, em fases distintas da sua história. Após essa verificação, no capítulo VI, discutimos as características da nomeação do Rio de Janeiro, intentando saber sobre sua coerência com o contexto anterior e posterior aos Jogos e buscando inferir os possíveis impactos da realização dos Jogos na cidade.

O último capítulo, destinado às considerações finais, consolida os principais resultados da pesquisa, aponta o alcance obtido segundo o objetivo previsto e procura identificar futuros desdobramentos a partir da abordagem empreendida. Concluimos o trabalho com ideias gerais sobre os assuntos abordados e a ligação entre eles, entendendo em que medida os Jogos estão a serviço da cidade ou a cidade está a serviço dos Jogos.

Flatiron Detail
Artista: Nathan Walsh
Disponível em: <http://ny.curbed.com/>



1

Cidades, cidadãos e cidadania

(...) Queríamos fazer um conjunto, bem.
Queríamos ir juntos à cidade, muito bem.
Só que, à medida que a gente ia caminhando,
quando começamos a falar dessa cidade,
fui percebendo que os meus amigos tinham umas
ideias bem esquisitas sobre o que é uma cidade.
Umas ideias atrapalhadas, cada ilusão.
Negócio de louco...

A cidade ideal – Chico Buarque

Pare, olhe e pense. Esse conjunto de casas, prédios e vias de tráfego, povoado por milhares, às vezes milhões de pessoas, são como você sabe – uma cidade.

Raquel Rolik

É o espaço onde o homem deixa sua marca, faz sua história, vive seu cotidiano...

Sim, pois claro que é! Mas neste lugar há pausas e ruídos distintos. Há porções de esquecimento. E, aos domingos, silêncios infinitos, mesmo quando chega o circo.

Casas fazem uma cidade, mas cidadãos fazem uma civilidade

Rousseau

As cidades possuem um protagonismo inegável no que se refere à vida cotidiana dos cidadãos. Como uma construção coletiva, vai sendo modificada como reflexo da sociedade corrente, resultando da evolução desta no tempo. Devemos vencer o entendimento do espaço urbano somente enquanto extensão, localização, palco de fenômenos sociais e naturais.

Para Milton Santos, “[...] o espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais [...] é a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais atribuindo-lhes conteúdo”.⁵ Entendemos então, que espaço e sociedade são indissociáveis para a formação e transformação da cidade. Henri Lefebvre mostra que partilha desta opinião ao responder à indagação “seria o fenômeno social total tão procurado pelos sociólogos?”

Sim, no sentido em que o urbano caminha para uma totalidade sem jamais atingi-la, em que ele se revela o totalizador por essência (a centralidade), sem que esta totalidade se efetue jamais. Sim, no sentido de que nenhum saber parcelar, o esgota; ele é, ao mesmo tempo, histórico, demográfico, geográfico, econômico, sociológico, psicológico, semiológico etc. Ele ‘é isso e ainda outra (coisa ou coisa não-coisa!), por exemplo, forma. Isto é, vazio, que exige, porém, um conteúdo: evocação do conteúdo.⁶

Ou seja, a cidade não é feita somente da palpabilidade do seu espaço físico, mas também da existência de vida. Como condição, meio e produto da realização do trabalho humano, o espaço urbano não existe em si só, é um elemento dinâmico, gênese de um processo. Por isso, é necessário compreender os processos mutação das cidades, o que implica conhecimento das sucessivas etapas de desenvolvimento urbano em que as atividades humanas evoluem, alterando a relação homem-espaço.

⁵ Santos, M. A natureza do espaço urbano, 1999, p. 86.

⁶ Lefebvre, H. A revolução urbana, 2004, p. 156.

O espaço depende das pessoas e das atividades que nele exercem e deve ser compreendido por sua forma-conteúdo, como afirma Santos, “como uma forma que não tem existência empírica e filosófica se a considerarmos separadamente do conteúdo, e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou”.⁷

Embora o homem seja um ser que usa o espaço para viver segundo as condições naturais e históricas específicas; neste caso, o valor de troca não reflete da mesma forma em diferentes espaços. Conforme Lefebvre é possível seguir dois procedimentos, tanto do geral para o específico quanto partindo do singular e constrói o geral utilizando os elementos e significações do observável nas singularidades. A partir desta percepção, Lefebvre define três momentos na produção social⁸ do espaço: o espaço concebido; o espaço vivido; e o espaço percebido.

A representação do espaço está diretamente relacionada ao espaço concebido, é o espaço advindo de um saber técnico e é traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel e, conseqüentemente, irreal. As representações do espaço privilegiam a ideia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral.

A prática espacial está diretamente ligada à experiência, ao domínio da percepção física, está relacionada à realidade cotidiana e à realidade urbana e é, portanto, o espaço percebido. É o espaço dominante em qualquer sociedade, pois tem relação intrínseca com o domínio dos conhecimentos técnicos, dos códigos hegemônicos e aparece como uma intermediação da ordem distante e a ordem próxima referentes aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Deste modo, confere às representações mentais materializadas funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social.

⁷ Santos, M. A natureza do espaço urbano, 1999, p. 21

⁸ Lefebvre, H. *La production de l'espace*. 2000, p. 39-40

Já o espaço de representação é o espaço diretamente vivido através da subversão de usos contextuais, da associação de imagens e símbolos. É o espaço dominado pelas sensações, pela imaginação, pela emoção, pelos significados, onde esses elementos são incorporados ao viver diário. É esta dimensão que indica as diferenças em relação ao modo de vida programado, dimensão em que a verdadeira disputa pode ganhar terreno. Esses espaços de representação envolvem nossa vida cotidiana, da mesma forma que afeta diretamente as experiências e as formas como entendemos e interpretamos tais representações.

Estas três categorias de espaço apresentadas por Lefebvre estão hierarquicamente organizadas, mas elas podem ser entendidas em uma relação dialética, já que na realidade elas ocorrem ao mesmo tempo, embaraçando-se, sobrepondo-se. O espaço social, então, configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando entendido pela soberania do homem sobre o objeto, através de sua apropriação pela materialização das ações humanas.

O espaço é, portanto, um campo de possibilidades de construção de um ambiente diferente, que valoriza o humano e contempla seu uso. Neste estudo, inspirados pela percepção de Lefebvre, analisamos a cidade sob três dimensões: Materialidade – abordando os aspectos físicos da cidade; Sociabilidade – verificando os direitos do cidadão, em como o urbano influencia o social e Sensibilidade – entendendo o sentimento de apropriação destes cidadãos à cidade. O intuito aqui não é penetrar em detalhes históricos, mas verificar como a cidade trata e é tratada por seus cidadãos.

MATERIALIDADE

Em se tratando de cidade, falar em materialidade parece óbvio, já que traduz a dimensão espacial, a dimensão 'visível' do urbano. A compreensão da cidade enquanto realidade material se revela através do conteúdo das relações sociais que lhe dão forma, ou seja, ao nos aprofundarmos nesta dimensão, observamos que a cidade requer uma análise das modalidades do espaço transformado por ações humanas, especificada por suas características de extensão física e também do contexto histórico e dos traços analíticos.

Quando trabalhamos o espaço, a primeira ideia que temos é que ele é uma construção. Construção esta que requer primordialmente a participação humana, o espaço urbano como construção social, produto de várias gerações. Fernand Braudel se refere à cidade como incentivadora de relações sociais e receptora das alterações resultantes da evolução destas relações.

[...] cidades existem desde a Pré-História. São estruturas multisseculares que fazem parte da vida comum. Mas são também multiplicadores, capazes não só de se adaptarem à mudança, como de contribuir poderosamente para ela. Poderíamos dizer que as cidades e a moeda fabricaram a modernidade, mas também que a modernidade, a massa em movimento da vida dos homens, conforme a regra da reciprocidade... Impulsionou a expansão da moeda, construiu a tirania crescente das cidades. Cidades e moedas constituem, simultaneamente, motores e indicadores; provocam e assinalam a mudança. E são também uma consequência da mudança.⁹

⁹ Braudel, F. A Dinâmica do Capitalismo, 1986, p. 22.

Segundo Carlos, “de organismo funcional, a cidade passa a ser entendida a partir da ideia de trabalho materializado, enquanto elemento de uma totalidade espacial”.¹⁰ Ao inserir o papel do humano ao conceito observa a cidade como o local de produção, de reprodução da força de trabalho e o relacionamento que existe o espaço e a reprodução destas relações.

Beaujeu-Garnier considera que a cidade é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto, formada a partir da concentração de pessoas, de necessidades, de inúmeras possibilidades e da capacidade de organização e transmissão. Ela argumenta que, enquanto objeto, a cidade existe de fato e pode ser observada materialmente, atrai e acolhe habitantes aos quais fornece a maior parte de tudo o que eles necessitam. Porém, afirma que a real função objeto ocorre através da função sujeito, que proporciona a intervenção no espaço urbano e exerce influência nos seus habitantes: “se o homem utiliza e molda a cidade, a recíproca também é igualmente verdadeira”.¹¹

Jacques Levy corrobora com a visão de Beaujeu-Garnier, afirmando que a cidade “[...] não será somente o produto de um movimento geral, mas também um dos atores desta mutação”.¹² A produção do espaço urbano se dá a partir e sobre um ambiente pré-existente e há um choque entre o que foi socialmente produzido e o natural, visto que a urbanização não encontra limites para sua expansão, a própria forma do espaço natural se altera pela ação humana no espaço produzido.

Entendemos que a cidade é o espaço onde as contradições emergem e as necessidades se revelam por meio do conhecimento sobre o cidadão. A produção do espaço urbano é um fenômeno contínuo e a cidade se modifica ao passo que a sociedade se transforma. Para Castells, o espaço urbano se caracteriza por ser “um espaço estruturado que não está organizado ao acaso e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, o determinismo de cada tipo e de cada período de

¹⁰ Carlos, A. A (re)produção do espaço urbano, 1994, p. 160.

¹¹ Beaujeu-Garnier, J. Geografia Urbana, 1997, p. 11.

¹² Levy, J. *L'espace legitime*, 1994, p. 329

organização social”.¹³ Deste modo, temos a cidade como resultado da produção social do espaço, por meio das realizações humanas. Uma abordagem da cidade a partir da produção espacial nos leva a uma melhor compreensão da realidade, pois procura explicar os padrões e eventos espaciais como produtos e processos estruturais da sociedade. O historiador Lewis Mumford acrescenta:

Se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas. [...] Se quisermos identificar a cidade, devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas, para os seus componentes originários, por mais remotos que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura, em relação aos primeiros tells [sic] que já foram abertos. Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais.¹⁴

Entre os séculos XV e XVII, com o advento do capitalismo, a forma e o conteúdo da vida urbana se modificaram. Essa transformação começou a desfazer a ordem medieval corrompida interiormente e então, houve a separação entre a religião, o comércio e a política. As cidades capitalistas perdem progressivamente a função de proteção que exerciam enquanto cidades medievais e se tornam aglomerados comerciais. O crescimento de fortunas individuais dos mercadores e banqueiros, que gerou condições para a acumulação inicial do capitalismo mercantil, torna o espaço urbano muito limitado e é preciso organizar o Estado nacional. Com o industrialismo, a especulação que antes era basicamente comercial, em pouco

¹³ Castells, M. A questão urbana, 1983, p. 182.

¹⁴ Mumford, L. A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas, 2004, p.11.

tempo passou à exploração industrial, alcançando ainda maior engrandecimento financeiro, as funções originais da cidade perdem sentido.

Em meados do século XVIII características como território, organização político-administrativa, economia e ocupação eram utilizadas para tentar classificar espaços em cidades. Nesse período existe a necessidade de novos métodos de compreensão do espaço urbano, pois ao utilizar tais métodos de classificação, podemos encontrar várias cidades dentro da mesma cidade. Existem diversos processos de transformação do espaço a partir dos comportamentos político, econômico e administrativo e é a relação entre estes que conforma uma cidade. A noção de cidade evolui, mas independente da ótica de análise, a cidade é o elemento fundamental da organização do espaço.

O século XIX registra o início de uma nova sociedade urbana, típica dos primórdios da Revolução Industrial¹⁵ que, com a alteração de propósitos na produção do espaço urbano, passaram a atender apenas aos interesses do capital, em detrimento das necessidades humanas. A Revolução Industrial é quase imediatamente seguida por um espantoso crescimento demográfico das cidades, primeiro na Grã-Bretanha, seguida pela França e Alemanha. Com o desenvolvimento das indústrias e a sua concentração em grandes oficinas, muitas famílias foram atraídas dos distritos agrícolas para os distritos mineiros. Segundo Charles Dickens, “o industrialismo, a principal força criadora do século XIX, produziu o mais degradado ambiente urbano que o mundo jamais vira; na verdade, até mesmo os bairros das classes dominantes eram imundos e congestionados”,¹⁶ denominando ainda a nova imagem da cidade capitalista de *Coketown*.

¹⁵ Começa na Inglaterra, em meados do século XVIII. Caracteriza-se pela passagem da manufatura à indústria mecânica. A introdução de máquinas fabris multiplica o rendimento do trabalho e aumenta a produção global. A Inglaterra adianta sua industrialização em 50 anos em relação ao continente europeu e sai na frente na expansão colonial.

¹⁶ Apud Mumford, L.A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas, 2004, p.484. *Coketown* é o nome da cidade vitoriana industrial fictícia encontrada em uma obra de Dickens, *Hard Times*, publicada em 1854.



Coalbrookdale by night – Philip James de Loutherbourg, 1801. Retrata a *Madeley Wood Furnaces*, que pertenceram à Coalbrookdale Company. A pintura simboliza o nascimento da Revolução Industrial na cidade britânica de Ironbridge.

Fonte: Science Museum.

Disponível em: <http://blog.sciencemuseum.org.uk/>

As condições sanitárias da cidade industrial típica da década de 1830 eram péssimas. Elas geralmente não dispunham de abastecimento de água e esgoto - nem mesmo nos bairros onde as casas e apartamentos da burguesia e da elite estavam localizadas. Gradualmente, tais serviços foram instituídos nas cidades, primeiramente nos bairros da elite e da burguesia, ao longo do século XIX. Da mesma forma, a poluição se tornou um grande problema nas cidades industrializadas e tais condições fizeram com que as taxas de mortalidade das cidades industriais tornasse muito alta.



Dudley Street, Londres – Gustave Doré, 1872 – Retrata a situação miserável e insalubre vivida por parte da população londrina da segunda metade do século XVIII.
Fonte: Benévolo, 1999

A industrialização da grande maioria das cidades ocorreu de modo totalmente desorganizado. Fábricas e bairros residenciais eram construídos uns próximos aos outros. O rápido crescimento dos problemas urbanos – pobreza, poluição, desorganização – durante os anos do século XVIII e do século XIX forçaram países e cidades a tomarem medidas para tentar minimizar estes problemas. Os sérios problemas causados pela desorganização e pela poluição levaram, eventualmente, nos Estados Unidos e na Europa, à adoção de políticas de planejamento urbano, tais como leis antipoluição, construção de estradas e a implementação de um sistema de transporte público (tais como linhas de ônibus e metrô) e zoneamento.

O comércio interurbano tornara-se mais forte do que nunca. Grandes quantidades de produtos industrializados, fabricados em uma cidade, eram transportados em trens e navios a vapor até outras cidades. O imenso custo da construção e manutenção das fábricas, e da obtenção de matéria-prima, foram um dos motivos da ascensão do capitalismo, onde bancos e investidores, por meio de empréstimos e parcerias econômica, ajudavam a cobrir os custos da construção e manutenção destas fábricas.

Algumas cidades, em especial, destacam-se pelo seu grande crescimento. Manchester tinha apenas quatro mil habitantes em 1790. Seis décadas depois, a cidade alcançaria os 350 mil habitantes. Chicago tinha 4,5 mil habitantes em 1840. Em duas décadas, em 1860 a população saltou para 112 mil habitantes. Em 1880, a população da cidade alcançou 500 mil habitantes, dobrando na década seguinte. A maior cidade durante 1825 até o fim do século XIX foi Londres, a primeira área urbanizada a superar os cinco milhões de habitantes do mundo. Tóquio era anteriormente a cidade mais populosa do mundo.¹⁷

Essa transformação espacial modificou as relações sociais e territoriais e permitiu a propagação da cultura e da técnica, promovendo tanto o processo concorrente, como a concentração da população nas cidades, provocando a existência, improvisadamente, de novas cidades e acelerando desmedidamente o crescimento de muitas das cidades antigas. O crescimento incomensurável leva a uma transformação estrutural das cidades. Isso se traduz na abertura de grandes artérias, na construção de grandes estações ferroviárias, na especialização dos setores urbanos, nas condições precárias de habitação, entre outras transformações.¹⁸

As cidades cresceram mais do que nunca no século XX, mesmo com crises tais como a Grande Depressão da década de 1930 - onde as cidades foram fortemente atingidas pelo desemprego, especialmente naquelas dependentes primariamente da indústria pesada. Surge o chamado 'fenômeno urbano'. Primeiro, podemos tê-lo como concentração espacial de

¹⁷ Brunn, Williams & Zeigler. *Cities of the World*, 2003, p. 176-178

¹⁸ Brunn, Williams & Zeigler. *Cities of the World*, 2003, p. 176-178

uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade; mas também é a difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominados 'cultura urbana'.

O mundo experimentou esse fenômeno através do crescimento em ritmo acelerado das cidades no período entre 1920 e 1980. O organismo funcional desempenhado pela cidade passa a ser entendido como trabalho materializado enquanto elemento de uma totalidade espacial. Portanto, a formação das cidades é marcada por momentos especiais e, ao mesmo tempo, corriqueiros, que agem sob a imensa inércia dos edifícios e das tradições, constituindo num movimento de múltiplas formas.

A explosão populacional da década de 1950 e da década de 1960 criou problemas como congestionamentos, aparecimento ou crescimento de favelas, e falta de moradia. Para vencer os novos desafios destas cidades em crescimento, agências de planejamento urbano precisaram expandir seus programas, incluindo novas residências, áreas recreacionais e melhores distritos comerciais e industriais. Tem-se uma cidade em pedaços, onde as funções estão esparramadas na mancha urbana, agregando-se umas às outras num aparente caos de estilos e atividades. Harvey explica que

é impossível comandar a metrópole exceto aos pedaços, o projeto urbano (e observe que os pós-modernistas antes projetam do que planejam) deseja somente ser sensível às tradições vernáculas, às histórias locais, aos desejos, necessidades e fantasias particulares, gerando formas arquitetônicas especializadas, e até altamente sob medida, que podem variar dos espaços íntimos e personalizados ao esplendor do espetáculo, passado pela monumentalidade tradicional. [...] A aparência de uma cidade e o modo como os seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais.¹⁹

¹⁹ Harvey, D. Condição pós-moderna, 2000, p. 69-70

A atividade urbana, produto de um inter-relacionamento constante entre os homens, tendo em vista a produção daquilo que é necessário à vida, exige, por outro lado, um planejamento urbano estabelecido sob a ótica do homem responsável pelo processo produtivo, o homem social. Nesse sentido, argumenta Maria Adélia de Souza:

O desafio urbano, inegavelmente, está presente na vida do cidadão, da sociedade, do Governo, enfim das Instituições, sejam elas públicas ou privadas. Sua dimensão, sua conotação, seus males e benefícios interferem na vida de todos. Governantes e governados, necessariamente, terão de viver, enfrentar, discutir e manipular o desafio urbano. Ele passa a ser motor reitor de qualquer plataforma ou diretriz de governo, em qualquer nível e em qualquer lugar, pautado pela saturação ou pela escassez do seu fato nobre: o crescimento urbano.²⁰

Em 2000, aproximadamente 2 900 cidades dispunham de mais de cem mil habitantes, e destas, cerca de 225 dispunham de mais de um milhão de habitantes (estimativas variam entre 180 a 300). Hoje, estima-se que 45% da população mundial vivam em cidades. São duas as principais razões deste grande crescimento populacional. A primeira foi a queda nas taxas de mortalidade, gerada após inovações na área da medicina e de leis contra indústrias poluentes, bem como maior reorganização da cidade por meio da implementação de leis de zoneamento e de planejamento urbano. Atualmente, com exceção da África sub-sahariana e do Sul da Ásia, áreas urbanas concentram mais da metade da população na maioria dos países do mundo. A segunda razão foi a grande migração da população rural para as cidades, provocada por avanços tecnológicos na agropecuária e pela diversificação da economia urbana.²¹

²⁰ Souza, M. Governo Urbano, 1988, p.29

²¹ Brunn, Williams & Zeigler. *Cities of the World*, 2003, p. 28

Assistimos a proliferação, de forma rápida e intensa, da urbanização²² em todo o mundo, resultando na imensa concentração de pessoas nas áreas urbanas. O Brasil, que até metade do século passado, era um país eminentemente rural passou por um acelerado processo de urbanização na última metade do século XX. A urbanização que acompanhou a industrialização do país reuniu enormes grupos de pessoas, porém, o crescimento, em número e tamanho das cidades, foi mais veloz do que sua capacidade de prover infraestrutura, equipamentos e serviços que proporcionassem uma mínima condição de vida a seus habitantes. O grande crescimento populacional das cidades culminou no surgimento das regiões metropolitanas, isto é, cidades diferentes que estão divididas entre si por meio de fronteiras político-administrativas, mas que, economicamente, demograficamente, socialmente e culturalmente, formam uma única área urbana. Todas as grandes áreas urbanizadas do mundo atualmente são metrópoles formadas por diversas cidades diferentes.

Este processo de urbanização continuará nas próximas décadas em todo o mundo, embora mais acelerada entre nos países em desenvolvimento. Estima-se que a taxa de crescimento populacional em áreas urbanas até 2030 seja de 1,8% o ano, em contraste com o crescimento anual estimado de 1% da população mundial. Nos países em desenvolvimento, será de 2,4%, em contraste com 0,2% nas áreas urbanas.²³ É importante observarmos, no caso brasileiro, a profunda articulação entre teoria e prática, geradora de novas vias para o urbano, articulação que fornece caminhos

²² Recorremos ao pensamento de Milton Santos que alerta para uma distinção entre a história da cidade e a história urbana. O urbano teria como referências o abstrato, o externo; já a cidade ater-se-ia ao concreto, ao particular. O Movimento Moderno no Urbanismo pregava que a atividade de planejar as cidades era matéria de ordem eminentemente técnica, e que portanto, possuía a neutralidade política inerente ao trabalho científico. Tal pensamento se formalizou especialmente com o trabalho dos CIAM e, especialmente, com a Carta de Atenas. Reflexos deste pensamento urbanístico podem ser observados em projetos de novas áreas de expansão urbana totalmente desvinculados das necessidades efetivas das comunidades que aí morariam.

²³ Brunn, Williams & Zeigler. *Cities of the World*. 2003, p. 9-11.

alternativos para repensar e visualizar as cidades. Uma das preocupações na atualidade é entender corretamente a cidade, o modo de sua (re) produção, a fim de procurar mecanismos para a superação dos problemas que se manifestam no espaço urbano,

[...] pois reconstruir a urbanidade é essencialmente estabelecer ou restabelecer um poder urbano capaz de produzir e de gerir, com maior autonomia possível, as formas de cidade e suas funções sociais, culturais, econômicas, a fim de que seus habitantes desfrutem da liberdade que a cidade dá. Sabemos, entretanto, com precisão, que a produção da cidade se inscreve num complexo de relações externas de alcance cultural, financeiro, político, técnico. O desejo de autonomia da cidade a coloca face a todos os seus condicionamentos externos. E, é preciso lembrar, a ordenação atual da cidade responde as exigências que impregnam a orientação de toda a história da cidade enquanto lugar produzido. Todos os mecanismos estão simultaneamente presentes, mas alguns têm mais peso do que outros.²⁴

A cidade, símbolo da civilização moderna, reproduz o avançado estágio de artificialização das relações entre o homem e a natureza. A degradação do meio natural, um dos produtos deste distanciamento, revela a forma de apropriação e de dominação da natureza desenvolvida pela sociedade. Assim, é nas relações sociais e na possibilidade de transformação das mesmas, que repousam as alternativas para a resolução deste impasse contemporâneo. Se pensarmos a cidade como o palco onde os direitos do cidadão de materializam, o que se deseja são o planejamento e a organização do espaço, que ordene as funções sociais da cidade, de modo a garantir a qualidade de vida de toda a população, aliás, pressuposto, da constituição das cidades.

²⁴ Ansay & Schoonbrodt. *Penser la ville*, 1989, p. 40.

A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte.
Titãs

As cidades somos nós. Esse é o conceito de cidade dado por uma ONG que estuda mobilidade urbana sustentável. É um conceito interessante, que sintetiza várias ideias de cidade e que nos leva a analisar a cidade pela ótica social, a dimensão humana, e pensar a cidade como o lugar que concentra os mais diversos fluxos e atividades. A Nova Carta de Atenas define a cidade como um "estabelecimento humano com certo grau de coerência e coesão".²⁵ Na perspectiva da socióloga Silvia Ostrowetsky,

[...] não podemos mais considerar como uma coisa em si as pedras da matéria, as quais eram tomadas pela realidade objetiva última (...). A divisão convencional do mundo em sujeito e objeto, em mundo interior e em mundo exterior, em corpo e alma não pode mais ser utilizada (...) o sujeito da pesquisa não é então mais a natureza em si, mas a natureza dada à interrogação humana e, neste sentido, o homem, de novo, vai se reencontrar.²⁶

Assim, podemos colocar a cidade como a 'intencionalidade humana projetada'²⁷, o ambiente propício à criação e ao desenvolvimento humano, aonde os direitos dos cidadãos se materializam. O pavilhão israelense na Bienal de Arquitetura de Veneza de 2000 definiu como

²⁵ Nova Carta de Atenas, adotada pelo Conselho Europeu de Urbanistas (CEU) em Maio/1998

²⁶ Ostrowetsky, S. *Sociologues en ville*, 2000.

²⁷ Oliva, J. *A cidade como ator social*, 2003.

cidade “um habitat humano que permite com que pessoas formem relações umas com as outras em diferentes níveis de intimidade, enquanto permanecem inteiramente anônimos”. Essa diferença de intimidade com a cidade acontece pela pluralidade de atores sociais no espaço urbano e pela divergência social, e esse movimento de ‘contrários’ gera tensão, uma vez que

a ideia de tensão (...) é sempre a ideia de demonstrar que não há possibilidade de ler qualquer fenômeno de maneira unitária, de uma maneira que não englobe as contradições. (...) É porque se reconhecem essas tensões que nós, como cidadãos, temos um espaço de intervenção.²⁸

Moraes e Costa também veem a cidade desta forma, como uma formação social típica, sendo que seu espaço constitui-se como condição universal e preexistente da vida humana e a produção deste espaço reflete a soma das ações de várias gerações.²⁹

Compreender o urbano do presente passa, obrigatoriamente, pela análise do passado. O espaço urbano excessivamente expandido e adensado durante a Revolução Industrial notava a severa desigualdade das condições de vida que na cidade, enquanto uns usufruíam dos benefícios advindos dos avanços tecnológicos, outros sofriam os flagelos sociais que cresciam mais rápido que as próprias estruturas urbanas. Compreendemos que o espaço não neutraliza, mas revela e reproduz desigualdades. Ele é parte integrante da dinâmica de funcionamento do capitalismo, pondera Botelho:

Desde a crise da década de 1970 o capitalismo não foi mais capaz de apresentar um novo ciclo de expansão. Mesmo a descrição da dinâmica capitalista em termos de ciclos não é mais válida, a não ser que estejamos nos referindo aos ciclos de bolhas especulativas. Dizer isso significa dizer que um ou outro país não possa crescer ou mesmo gerar empregos, mas

²⁸ Chartier, apud, Carvalho, F. Conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier 2005, p. 158.

²⁹ Moraes & Costa, A valorização do espaço, 1984, p. 123-140.

esse crescimento é pontual, individualizado e deve ter explicações específicas – o que significa também que, em geral, mesmo essa geração de emprego pode ocorrer através da substituição de força de trabalho em outras regiões, pois o caso chinês é muito explícito quanto a isso.³⁰

Ao passo que o fenômeno urbano surpreendia pelas rápidas alterações que sofria, a energia das ideias liberais estabelecidas como continuidade ao iluminismo alimentava a noção de que “o indivíduo livre” deveria preceder o Estado e que este deveria “apenas guardar esta ordem pactuada por meio das leis, intervindo o mínimo possível na vida dos cidadãos”.³¹

Os cidadãos urbanos usurparam o direito de dissolver os laços da dominação senhorial – e esta foi a grande inovação, de fato, a inovação revolucionária das cidades medievais do Ocidente em face de todas as outras – a quebra do direito senhorial. Nas cidades centro e norte-europeias originou-se o conhecido dito: ‘o ar da cidade liberta’.³²

Jean-Pierre Vernant em seu estudo sobre a organização política, a partir das reformas de Clístenes em Atenas, quando a organização gentílica é substituída pelo princípio territorial na nova organização da cidade, afirma:

O centro traduz no espaço os aspectos de homogeneidade e de igualdade, não mais de diferenciação e de hierarquia. A esse novo espaço que a polis instaura corresponde uma outra relação com a temporalidade e a criação de um tempo cívico. Esse duplo trabalho de homogeneização para se contrapor às divisões, facções e clientelas rivais que enfraquecem a cidade

³⁰ Botelho, M. Desenvolvimento, espaço e crise estrutural, 2013, p.

³¹ Moraes, J. História Geral e Brasil, 2003, p. 233.

³² Weber, M. Economia e Sociedade, 2004.

está, sem dúvida, na base de uma transformação completa das categorias mentais do homem grego.³³

O acelerado processo de urbanização mundial levou, em 2006, à superação da população rural pela população urbana. Esse ritmo de migração em direção às cidades majora a concentração de pessoas em espaços urbanos, às vezes já carregados, aumentando o número de problemas sociais. Essa sistemática de ocupação urbana não é recente, pois alguns estudiosos alertavam para a questão já na década de 60. Esses problemas são infligidos em grande parte ao rápido e intenso processo de urbanização de países periféricos, caracterizado pelo aumento da desigualdade social e do crescente desamparo de grupos sociais cada vez mais significativos.

Algumas cidades do hemisfério sul são citadas como exemplos de transformação de metrópole em megalópole, como São Paulo. O critério basilar para essa caracterização é o “crescimento descontrolado, desregrado da população urbana, que faz transbordar os limites naturais e administrativos da cidade, tornando-a insustentável”.³⁴ Esse crescimento é acompanhado de um decréscimo da qualidade de vida e de um alto comprometimento ambiental. Esse empobrecimento se apresenta como face visível do ajuste estrutural em nível mundial, trazendo como consequência o aguçamento da vulnerabilidade social de alguns grupos.

As cidades e a maneira como as pessoas vivenciam seus espaços continuam se transformando, algumas muito rapidamente. As novas formas de produção transformaram o trabalho e implicaram novos padrões de relações sociais, transformando inclusive o ambiente construído das cidades. E esta nova configuração sócioespacial influencia diretamente a forma como as pessoas vivenciam o espaço urbano. A área central da cidade é um cenário que acolhe atores e identidades onde, cotidianamente, emergem conflitos múltiplos, decorrentes do confronto de uma população heterogênea que usa a cidade como espaço de sobrevivência, de sociabilidade, de trabalho, de

³³ Vernant *apud* Dosse, F, *A história do estruturalismo II*, p. 256. (A partir de *Mythe et pensée chez les Grecs*, Maspero, 1965, vol. 1., p. 209)

³⁴ Freitag, B. *Teorias da cidade*, 2006, p.153.

especulação e ganhos de capital, entre outros usos e apropriações. A ordem social passa a ser associada à emergência dos direitos humanos ligados aos direitos considerados naturais, como direitos à liberdade, à propriedade, à segurança e direito de resistência à opressão.

Historicamente, o espaço geográfico para o qual convergiram essas demandas do homem – do ser, do querer e do ter – foram as cidades. A cidade, como expressão material e simbólica da sociedade, já nasce como aquele lugar para o qual se projetava um ideal de civilização e de felicidade. Para Aristóteles a finalidade última da polis era promover a felicidade dos cidadãos e estes, embora desempenhassem funções diferentes, deveriam todos trabalhar para a conservação de sua comunidade, para não apenas viver juntos, mas para bem viver juntos. A tarefa da cidade, na visão de Mumford

[...] é colocar as maiores preocupações do homem no centro de todas as suas atividades; é unir os fragmentos dispersos da personalidade humana, transformando homens artificialmente mutilados – burocratas, especialistas, ‘peritos’, agentes despersonalizados – em seres humanos completos, reparando os danos que foram causados pela divisão vocacional, pela segregação social, pelo cultivo exagerado de uma função predileta, pelos tribalismos e nacionalismos, pela ausência de associações orgânicas e finalidades ideais.³⁵

A cidade é, assim, a condição espacial da configuração dos direitos do homem. Ela produz conhecimento. A inteligência não se desenvolve em ambientes onde predominam os padrões e a uniformidade de pensamento. E essa inteligência é fundamental para o combate às sociedades marcadas pela segregação, já que o espaço varia de acordo com o que será posto em questão. Desta forma, a questão de que tipo de cidade que queremos não pode ser dissociada do tipo de laços sociais, de relacionamento com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos. Para Braudel,

³⁵ Mumford, L. A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas, 2004, p.

o espaço, fonte de explicação, põe em causa ao mesmo tempo todas as realidades da história, todas as partes envolvidas da extensão: os Estados, as sociedades, as culturas, as economias... E conforme escolhamos um ou outro destes conjuntos, modificar-se-ão o significado e o papel do espaço. Mas não inteiramente.³⁶

O sociólogo e urbanista Robert Park completa:

A cidade é a tentativa mais bem-sucedida do homem de refazer o mundo em que vive mais de acordo com os desejos do seu coração. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo onde ele está condenado a viver daqui por diante. Assim, indiretamente, e sem ter nenhuma noção clara da natureza da sua tarefa, ao fazer a cidade o homem refez a si mesmo.³⁷

Falar em direito a cidade nos leva a pensar o que está reservado para as novas gerações. Para o geógrafo inglês David Harvey,

o direito à cidade é muito mais que a liberdade de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. É um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer nossas cidades, e a nós mesmos, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos e, ao mesmo tempo, mais negligenciados.³⁸

O ato de se relacionar e coexistir é a base do ser social. Intensificar essas relações com um grau elevado de diversidade é algo que a ocorrência das cidades favoreceu e tornou crescente, por isso podemos nos

³⁶ Braudel, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*, 1996, p.12

³⁷ Park, R. *On Social Control and Collective Behavior*, 1967, p.3. ("man's most successful attempt to remake the world he lives in more after his heart's desire. But, if the city is the world which man created, it is the world in which he is henceforth condemned to live. Thus, indirectly, and without any clear sense of the nature of his task, in making the city man has remade himself".)

³⁸ Harvey, D. *The right to the city*, 2008, p. 23

referir à cidade como ator social. A coexistência permite à cidade ser o lugar do encontro da diferença, o que dá uma chance para que se supere, ao menos em parte, as segregações sociais e econômicas, culturais e étnicas. Para Ostrowetsky, a cidade escapa a lógica de exceção.

Por causa de seu peso físico, o espaço construído é suporte; por causa de suas formas de acolhimento, ele é a moldura cultural; por causa de seus “jogos de linguagem” próprios, ele é o agente de troca e de organização interna. Dito de outra forma, se o espaço construído é um dos “objetos” dos mais controlados pelo Estado, é porque ele pesa com toda força ‘argumentativa’, ou seja, estratégica, na vida social.³⁹

Compreendemos, então, que o direito à cidade significa o direito que todos nós temos de viver no espaço que satisfaça as nossas necessidades. Não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas é o direito de transformar a cidade no lugar que confira sentido à vida. Ao transformarmos a cidade, transformamos a nós mesmos.

Diante disso, é preciso constante avaliação sobre nossas vidas e, se verificamos que não está como gostaríamos, poderemos mudar de rumo pela construção de uma cidade qualitativamente diferente. Porém, a crescente urbanização tornou difícil a reflexão sobre este tema. Se não transformamos, acabamos por ser transformados – a cidade nos modifica sob situações que não elegemos –, nos deixando levar pelo nosso entorno e a maneira como vemos o mundo depende do lugar onde estamos e da posição que tomamos.

³⁹ Ostrowetsky, S. *Sociologues en ville*, 2000, p. 144.



Quadrinho que ilustra que a percepção do lugar depende da posição em que se encontra no espaço urbano. A partir daí, é possível se identificar ou não com ele.

Fonte: *Vues sur la ville*, 2010.

As cidades sempre foram lugares de desenvolvimento geográfico desigual, mas as divergências agora são intensificadas, em sua maioria, negativamente e tais desenvolvimentos urbanos desiguais desenham o cenário para o conflito social. Isso ocorre porque a cidade é local de encontro, de interação e da diferença, onde a desordem tem sua utilidade e onde pontos de vista e aspirações individuais colidem e podem resultar em intolerância e exclusões. Sendo assim, o direito à cidade poderia ser exercido pela mudança na vida urbana através da mobilização social. O homem concreto quer determinar-se de alguma forma o que significa também

determinar seu espaço na cidade, não aceitado ser marginalizado física e geograficamente de sua cidade. Nesse sentido, salienta Lefebvre:

No seio dos efeitos sociais, devidos à pressão das massas, o individual não morre e se afirma. Surgem direitos; [...] direitos das idades e dos sexos (a mulher, a criança, o velho), direitos das condições (o proletário, o camponês), direitos à instrução e à educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação. Apesar, ou através das gigantescas destruições, das guerras mundiais, das ameaças, do terror nuclear. A pressão da classe operária foi e continua a ser necessária (mas não suficiente) para o reconhecimento desses direitos, para a sua entrada para os costumes, para a sua inscrição nos códigos, ainda bem incompletos.⁴⁰

As ações e reivindicações dos grupos sociais marginalizados que vivem nas cidades, envolvem a busca de uma identidade construída na noção do direito à cidade que compreende o direito de exercer plenamente a cidadania, na garantia do exercício dos direitos fundamentais como condição de respeito à dignidade da pessoa humana. Não aceitar a responsabilidade pela realidade em que vivemos é, ao mesmo tempo, nos desobrigarmos da tarefa de transformá-la, colocando na mão do outro a possibilidade de agir. É não assumirmos o nosso destino, não nos sentimos responsáveis por ele, porque não nos sentimos capazes de alterá-lo. A atitude decorrente dessas visões é sempre de fatalismo ou de subserviência, nunca uma atitude transformadora.

A formação de uma nova mentalidade na sociedade civil, que se perceba a si mesma como fonte criadora da ordem social, pressupõe compreender que os “males” da sociedade são o resultado da ordem social que nós mesmos criamos e que, por isso mesmo, podemos modificar. A convivência social, por não ser natural, requer aprendizagens básicas que devem ser ensinadas, aprendidas e desenvolvidas todos os dias. Esta é uma tarefa de toda a vida de uma pessoa e de uma sociedade.

⁴⁰ Lefebvre, H. O direito à cidade, 2001, p. 114-116

Neste sentido, a democracia é uma decisão, tomada por toda uma sociedade, de construir e viver uma ordem social onde os Direitos Humanos e a vida digna sejam possíveis para todos. Ela exige a participação de pessoas dotadas de autonomia moral, sem o que não são possíveis nem as deliberações nem as escolhas conscientes e responsáveis. Por sua vez, essa autonomia moral demanda um grau razoável de independência e segurança econômicas.

José Nun opina sobre as possibilidades de a consolidação de uma "democracia representativa excludente", como consequência da prevalência de extremas desigualdades nas cidades, gerar situações de vulnerabilidade e riscos sociais que ameaçam a segurança física e social (identidade individual e coletiva) de amplos segmentos da população.⁴¹ Isso equivale dizer que em nossas cidades podem existir regimes políticos democráticos pouco representativos, nos quais apenas alguns desfrutariam da real condição de cidadania. O direito à mudança da cidade é intrínseco às nossas práticas diárias. A democracia e a produtividade estão relacionadas com mentalidades proativas. E essas mentalidades precisam ser ensinadas, e o exercício da criatividade e da proposição de soluções fazem parte desse aprendizado. Segundo Viktor Frankl,

o homem, ao contrário dos animais, não é informado por seus impulsos e instintos sobre o que tem que fazer. Mas o homem moderno, ao contrário dos homens de épocas passadas, é o único que não possui tradições que lhe digam o que deveria fazer. De modo que agora ele está perdido. Não sabendo o que tem de fazer nem o que deveria, acontece com frequência que ele não sabe mais o que realmente quer fazer. O resultado é que ele apenas deseja fazer o que os outros estão fazendo - conformismo- ou ele simplesmente faz o que os outros lhe dizem que faça - totalitarismo.⁴²

⁴¹ Nun, J. Marginalidad y exclusión social, 2001.

⁴² Frankl, V. O Homem à Procura do Significado Último, 1982, p. 57.

A partir deste conceito de democracia podemos desenvolver o conceito de cidadão. Cidadão é a pessoa capaz de criar ou transformar, com outros, a ordem social e a quem cabe cumprir e proteger as leis que ele mesmo ajudou a criar. Isso exige que ele conheça a sociedade, seus valores, significados e prioridades. Cidadania é a demonstração concreta do exercício da democracia.



Charge de Miguel Paiva, sobre direito à cidadania no Brasil.
Fonte: O Estado de São Paulo, 05 out 88 – Ed. Histórica, p.3
Disponível em: <http://nudiufsm.wordpress.com>

O conceito de cidadania tem origem na Grécia antiga, onde significava vivência política ativa na comunidade, na cidade. Durante muito tempo a ideia de cidadania esteve ligada aos privilégios, pois os direitos dos cidadãos eram restritos a determinadas classes e grupos de pessoas. Ao longo da história, o conceito de cidadania foi se aprimorando e na Idade Moderna uniu os direitos universais com o conceito de nação, introduzindo os princípios de liberdade e igualdade perante a lei e contra os privilégios. Mas ainda era uma cidadania restrita às elites, porque dependia dos direitos políticos, vetados para a maioria.

A cidadania se instaurou a partir dos processos de lutas que culminaram na Independência dos Estados Unidos e na Revolução Francesa. Esses dois eventos romperam o princípio de legitimidade que vigorava até então, baseado nos deveres dos súditos e passaram a estruturá-lo a partir dos direitos do cidadão. Desse momento em diante todos os tipos de luta foram travados para que se ampliasse o conceito e a prática de cidadania e o mundo ocidental o estendesse para as mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias. O auge da Revolução Francesa foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Esse documento consiste em um

passo significativo no processo de transformar o homem comum em cidadão, cujos direitos civis lhes são garantidos por lei, ela não deixa de ser [...] uma obra de circunstância. Esse caráter lhe advém pelo fato de não ser tão abrangente ao definir os direitos civis do cidadão, ou, em alguns casos, em dar com uma mão e retirar com a outra, ou assegurar o direito de alguns, à propriedade, por exemplo, sem que nada seja dito em relação aos miseráveis sem propriedade. O circunstancial e, mesmo, o causístico, na Declaração, suas dubiedades e contradições, suas restrições, ausências e precauções foram apontadas desde logo por jornalistas e pensadores.⁴³

Ser cidadão hoje implica em exercer seu direito à vida, à liberdade, ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde, à cobrança de ética por parte dos governantes. Exercer plenamente a cidadania consiste em participar ativamente das decisões da comunidade, da cidade, do Estado e do país; propondo soluções para os problemas em todos os âmbitos do convívio social. Quanto mais consolidada estiver a cidadania no Brasil, mais chance teremos de ter um país justo e igualitário para todos os brasileiros.

⁴³ Odalia, N. A liberdade como meta coletiva, 2008, p. 166

Escuta-se a cidade como
se fosse uma música tanto quanto se a lê como
se fosse um texto.

Henry Lefebvre

A forma como o homem se apropriou do espaço e como conduziu a sua vivência, transformou o lugar determinado pelas características em espaços identitários, pois como refere Carlos “[...] lugares são dotados de uma realidade físico-sensível, que corresponde a um uso do espaço, logo a uma prática sócioespacial na medida em que permite ações, ora sugerindo, ora impedindo, e na sua realização produzem diferenciações”⁴⁴. Esta afirmação eleva-se ao ‘espírito do lugar’, pois o respeito por este é assumido na construção da cidade, que transpõe para esta, elementos exteriores resultantes da sua interpretação. Magalhães refere-se à construção do lugar partindo das diferentes tipologias que integram uma estrutura em determinado contexto como sendo:

[...] a combinação destes elementos ou conjuntos, em totalidades complexas, que dá origem à imagem de um Lugar, permitindo que as pessoas se orientem no espaço e ajudando à construção do sentimento de identificação com esse Lugar, o que pressupõe a existência dum sentimento de pertença em relação ao mesmo.⁴⁵

Desta forma, os lugares enquanto áreas definidas da cidade podem ser analisados desde o ponto de vista material, onde se assinalam as atitudes das gerações e onde o processo de apropriação se

⁴⁴ Carlos, A. O lugar no/do mundo, 2007, p. 67

⁴⁵ Magalhães, M. Paisagem Urbana e Interface Urbano-Rural, 1994, p.102

realiza no e através da utilização dos espaços, que surgem como uma condição necessária à vida. Não somente como dimensão material, o “lugar significa muito mais do que a sua localização, pois encerra significados culturais que sintetizam e representam o meio que o envolve, bem como a situação existencial em geral”.⁴⁶

A percepção da cidade é algo instigante e, ao mesmo tempo, extremamente agradável, ainda que a paisagem possa nos parecer vulgar em excesso, como nos diz Lynch.

Uma cidade é uma organização mutável com fins variados, um conjunto com muitas funções criado por muitos, de um modo relativamente rápido. Uma especialização total, uma engrenagem perfeita é improvável e indesejável. A forma tem, de certo modo, que ser não comprometedor, mas moldável aos propósitos e às percepções dos cidadãos. Existem, contudo, funções fundamentais que podem ser expressas pelas formas de uma cidade: circulação, aproveitamento dos espaços mais importantes, pontos-chave focais. As esperanças e satisfações comuns podem ser humanizadas. Sobretudo se o ambiente está visivelmente organizado e nitidamente identificado, poderá então o habitante dá-lo a conhecer, por meio dos seus próprios significados e relações. Nesse momento tornar-se-á um verdadeiro lugar notável e inconfundível.⁴⁷

Nesta concepção, a forma do espaço denota de momento a sua apropriação, pois existe uma relação recíproca que determina o espaço. Isto porque se houver uma “[...] apropiación continua y dinámica del espacio da al sujeto una proyección en el tempo y garantiza la estabilidad de su própria identidad [...]”.⁴⁸ Para Pol, esse sentimento deve ser tomado como o sentido de posse que um habitante tem sobre um espaço particular e a associação que se estabelece entre a posse do espaço e a autoimagem e identidade social

⁴⁶ Magalhães, M. Paisagem Urbana e Interface Urbano-Rural, 1994, p.100

⁴⁷ Lynch, K. A imagem da cidade, 2006, p.103.

⁴⁸ Pol, E. La apropiación del Espacio, 1996, p.14

daquele que ali habita. Dessa forma, o sentimento está ligado à apropriação em dois sentidos: proteção e identificação. Assim, os espaços, os objetos e as coisas ganham um significado através dos usos e do tempo. O mesmo autor segue aludindo que a forma dos espaços tem forte influência na sua apropriação, mesmo que esta seja “[...] un proceso espontáneo, natural, aunque intencional en alguna medida, las características del espacio, su rigidez o flexibilidad, su contraposición o sintonización con el colectivo usufructuario, pueden ser factores facilitadores o dificultadores”.⁴⁹

O conceito de apropriação surge, nessa área, como a diferenciação e matização crítica de outros, como privacidade, apego, personalização. Para Sansot, a apropriação é toda a prática pela qual o homem deixa sua marca. Tal conceito está relacionado à “identidade de lugar” e sempre abrange a produção da subjetividade, processo no qual a autoestima tem lugar relevante. A partir do sentimento de autoestima, o ser humano “aprende a colocar em prática os valores fundamentais do convívio: gentileza, respeito, consideração, cooperação e solidariedade”.⁵⁰

Genericamente, apropriação é o ato segundo o qual um sujeito toma posse de algo que não lhe pertencia e o torna próprio. A cidade precisa ser percebida, conhecida e ocupada. O primeiro passo para que isso aconteça é que exista um sentimento de pertencimento ao lugar, uma vez que a cidade vive dos seus espaços em permanente interação com os habitantes. O conhecimento é gerador de valoração e valoração é apropriação e é pela experiência uma pessoa conhece e constrói a realidade. As experiências variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização. Ela é constituída de sentimento e pensamento.

O espaço público urbano deve ser tratado como um lugar inteiramente vivenciado, pessoal e comunitário, para a experiência real da sociedade. É importante reforçar a identidade histórica dos espaços urbanos

⁴⁹ Pol, E. La apropiación del Espacio, 1996, p. 15

⁵⁰ Maldonado apud Jerônimo e Gonçalves. O processo de apropriação do espaço e produção da subjetividade, 2008.

para que os moradores possam sentir mais afinidade com o lugar, e os visitantes percebam suas características específicas. A possibilidade de vivenciá-lo democraticamente cria vínculos de pertencimento dos atores com a cidade, que conseqüentemente se sentem estimulados a conservar o meio em que vivem quando pela afinidade desenvolvida com o lugar.

A utilização do conceito de 'gozo', percebido como o prazer do conhecimento consubstanciado numa relação estreita entre o investigador e a realidade concreta, remete para a possível definição e fixação de paisagens sensoriais. O gozo, desencadeado no contato com a paisagem, transcende tanto o observável como as perspectivas mais racionalistas do conhecimento e atinge a dimensão emocional avivada por novas experiências que conferem espessura ao elemento sensorial. A par disto, Hoffmann declarou que "o catálogo das possibilidades de gozar a vida é quase sem limitação. [...] Podemos pertencer à multidão dos anônimos ou brilhar na ribalta da fama. Não há nada que não possa ser oferecido no 'grande mercado'".⁵¹

A construção de uma cotidianidade partilhada, sustentada também por uma simbologia que represente fielmente o grupo frente à sociedade, emerge do trabalho de elaboração de um imaginário que envolve a mobilização afetiva das pessoas e a seleção, manutenção e transmissão dos elementos relevantes para o grupo. Schwarcz reflete sobre os processos envolvidos na formação de uma identidade associada a determinado objeto social:

Nações são imaginadas, mas não é fácil imaginar. Não se imagina no vazio e com base em nada. Os símbolos são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e quando fazem da língua e da história dados "naturais e essenciais"; pouco passíveis de dúvida e de questionamento. O uso do "nós", presente nos hinos nacionais, nos dísticos e nas falas oficiais, faz com que o sentimento de pertença se sobreponha à ideia de

⁵¹ In Nova Antropologia: o homem em sua existência biológica, social e cultural; org. por H.G. GADAMER; P. VOGLER. São Paulo: EPU/UDSP, 1977, p.235.

individualidade e apague o que existe de “eles” e de diferença em qualquer sociedade.⁵²

É através da criação de imagens que as diferentes gerações tentam encontrar numa realidade em rápida evolução, entre o imaginado e o vivido. É no imaginário que “as sociedades definem suas identidades e objetivos, organizam seu passado, presente e futuro... O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias”⁵³, berço de representações estratégicas acerca dos diversos objetos que compõem a realidade dos grupos sociais.

Ao analisar o espaço urbano devemos considerá-lo como produto, condição e meio do processo de reprodução das relações sociais. Portanto, conforme Carlos, "se de um lado o espaço é condição tanto da reprodução do capital quanto da vida humana, de outro ele é produto e nesse sentido trabalho materializado. Ao produzir suas condições de vida, a partir das relações capital-trabalho, a sociedade como um todo, produz o espaço e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir".⁵⁴ Carlos ressalta que “o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar”, sendo este a “porção do espaço apropriável para a vida”.⁵⁵

É interessante chamar a atenção para o fato de que nós, habitantes de um lugar, nos habituamos à paisagem e fazemos dela algo corriqueiro. É por isso que visitar nossa cidade na companhia de um estrangeiro, tendo que detalhar aspectos que para nós são parte constitutiva da paisagem do dia-a-dia é como encarar de outra maneira algo que nos parece absolutamente banal. Um espaço racional adquire sentido através das práticas de uso e nós, moradores, construímos mentalmente o lugar à medida que o percorremos. Fazendo referência à frequente confusão que se faz entre símbolo, imagem e signo, Ostrowetsky diz:

⁵² Lídia Moritz Schwarcz, na introdução do livro *Comunidades Imaginadas*, de Benedict Anderson

⁵³ Carvalho, J. Imaginário e mitodologia, 1998, p. 11

⁵⁴ Carlos, A. A (Re)produção do Espaço Urbano, 1994, p. 24

⁵⁵ Carlos, A. O Lugar no/do Mundo, 2007, p. 17

Enquanto o imaginário designa a esfera da imaginação, os símbolos são considerados como as figuras particulares, relativamente fixas, desta esfera genérica. Entre simbólico e imaginário se estabelece uma cumplicidade quase perfeita, pois o imaginário é definido como o solo originário dos símbolos, das imagens, mesmo dos signos.⁵⁶

Na sua reflexão sobre cidades novas, ela nos alerta sobre a imposição mesma do objeto no sentido de diferenciar o simbólico do imaginário. Para Tuan, a cidade é um espaço dinâmico onde ocorrem as experiências cotidianas. É nessa mistura de sons, visões e odores, com ritmos naturais marcados pela hora do sol, do trabalho e da brincadeira, que tal sentimento se constrói no sujeito.⁵⁷

Os laços com um lugar são construídos a partir da cultura e geografia, das relações sociais e ambientais que nele se desenvolvem. É esse conjunto de fatores que constitui a diferenciação entre “morar” e “habitar”, evocada por Gonçalves ao dizer que, quando o sujeito estabelece apenas uma relação funcional com determinado lugar, configura-se o “morar”; mas ele de fato o “habita” quando se apropria de seus aspectos físico, simbólico, emocional e cultural. “Habitar”, portanto, pressupõe uma interação com lugares, pessoas, coisas do mundo significativo do sujeito.⁵⁸

Estes espaços, compreendidos como irregulares pela cidade formal em geral são objeto de segregação, às vezes de regularização fundiária e outras de contenção ou remoção. Embora evidentes na paisagem urbana, podem ser considerados espaços escondidos se consideradas a totalidade de todas as suas necessidades e negações por parte da cidade. Guardam, entretanto, forte significância por aqueles que ali estabelecem seus vínculos com o lugar e a cidade. Essa maneira que as pessoas têm de dar significância ao lugar, a territorialidade estabelece e consolida relações entre o espaço e as outras pessoas que fazem parte dele. É a sua apropriação que

⁵⁶ Ostrowetsky, S. *L'imaginaire bâtisseur*, de 1983, p.21

⁵⁷ Tuan, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. 1980

⁵⁸ Gonçalves, T. *Habitação e sustentabilidade urbana*, 2009.

cria as condições para que se estabeleça com ele a relação de lugar, propriamente dito. Para Carlos,

o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresentaria como ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. O lugar guarda uma dimensão prático-sensível, real e concreta que a análise, ao poucos, vai revelando.⁵⁹

Em sua análise, Ostrowetsky vai utilizar sucessivamente a abordagem antropológica, a psicanalítica e a filosófica. Ela analisa a tomada de partido do simbólico como elemento constitutivo do fato social que se apresenta segundo uma dupla característica: "universalismo, de um lado, e particularismo, de outro, numa permanente tentativa de re-territorialização e de fincar raízes em face do nomadismo do capitalismo".⁶⁰

Neste sentido, a globalização efetua-se concretamente no lugar, por meio do qual o mundo pode ser percebido e interpretado nas suas diversas dimensões. Isto equivale a dizer que o lugar é, por excelência, o *locus* da vida. O processo de produção do espaço é, concomitantemente, o processo de reprodução da sociedade e da vida humana, condição que faz do lugar o cenário de realização do cotidiano, através do qual o mundial se expressa. Neste sentido, pode-se afirmar que a dimensão do mundial que o lugar encerra altera e redefine seu conteúdo sócioespacial, o que não significa necessariamente a ocorrência da supressão das suas particularidades.

A apropriação efetua-se pela e na forma dos espaços públicos, conduzida pelas suas componentes. Cada pessoa encontra entre os diferentes objetos e ações, uma configuração que lhe confere uma identidade,

⁵⁹ Carlos, A. O lugar no/do mundo, 2007, p.14

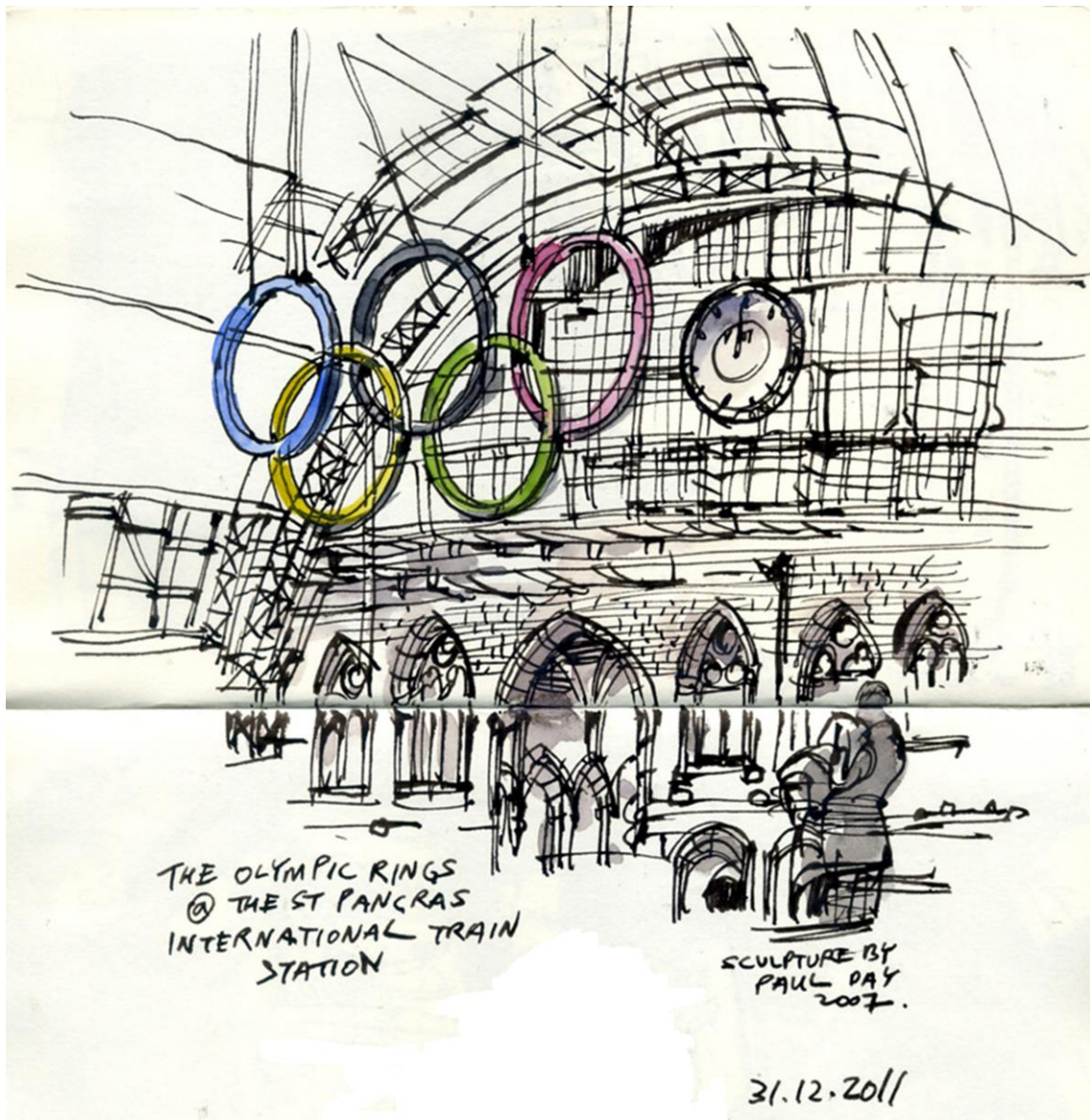
⁶⁰ Ostrowetsky, S. *L'imaginaire bâtisseur*, de 1983, p.21

um gosto particular, que vai fazer com que se aproprie do espaço. É nesse momento que o espaço se torna num lugar, único e intransponível, porque têm um valor identitário, tem uma estrutura organizacional e social. Considerando o espaço público o lugar por excelência da cidadania, do encontro e também como pontos estruturantes da malha urbana, definidos por uma tipologia própria, a forma aparece como a determinação do que é e representa o espaço público, e como a sua vivência o transforma num lugar específico.

Diante do exposto, compreendemos a cidade como o espaço físico formado e transformado pelo homem para atender as necessidades de cada geração, deixando marcas permanentes na história e servindo de base para transformações futuras. O espaço urbano concentra oferta de serviços – culturais, religiosos, de infraestrutura e consumo – e reúne os mais diversos fluxos e atividades humanas. Assim, a despeito de sua negação, a cidade produz uma vida dotada de finalidade, que, em muitos pontos, de maneira magnífica, supera os objetivos originais que a tinham feito existir. Em resumo, a relação entre materialidade, sociabilidade e sensibilidade é indissociável, pois “não há cidadania sem democracia, não pode haver cidadania sem espaços públicos, e o espaço público não pode existir sem uma dimensão física”.⁶¹

As cidades-sede dos Jogos Olímpicos possuem como particularidade a aceleração da implantação de projetos urbanísticos que talvez não se concretizassem sem a realização das Olimpíadas. Estas atuam como catalisador de transformações urbanas, da modificação de certos aspectos do espaço urbano. Estas transformações trazem consigo impactos inevitáveis, e para minimizar os riscos de impactos imprevistos e indesejáveis, deve-se entender como se chega ao status de cidade-sede e quais os efeitos desta nomeação.

⁶¹ Alves, F. Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano, 2003



London St. Pancras International Station
Artista: Don Low
Disponível em: <http://www.urbansketchers.org/>

2

Cidades Olímpicas

Para que cem se entreguem à cultura física,
é necessário que cinquenta pratiquem desporto.
Para que cinquenta pratiquem desporto,
é necessário que vinte se especializem.
Para que vinte se especializem,
é necessário que cinco sejam capazes de
proezas espantosas.

Pierre de Coubertin (1931)
Mémoires Olympiques

OS JOGOS OLÍMPICOS

Os Jogos Olímpicos têm sido considerados grandes propulsores de mudanças sociais, políticas, urbanas. A sua recente transformação em espetáculo mundial garante grandes investimentos e visibilidade, mas não foram (re)criados com tal pretensão. De acordo com registros analisados por historiadores⁶², as Olimpíadas nasceram na Grécia Antiga, por volta de 2500 a.C. Os jogos pan-helênicos, as Olimpíadas Antigas, foram uma série de competições atléticas disputadas por atletas das cidades-estado que formavam a Grécia Antiga, realizado na cidade de Olímpia localizada ao norte do Peloponeso. Esses jogos ocorriam de quatro em quatro anos e passaram a ser registrados a partir de 776 a.C.

As Olimpíadas possuíam uma grande importância para os gregos, pois possuíam caráter religioso, político e esportivo. Primeiramente era uma forma de homenagem aos deuses, principalmente Zeus. Era também um momento importante na busca pela harmonia entre as cidades-estados e valorização da saúde e do corpo saudável, em que os jovens atletas mostravam suas qualidades físicas.

Cerca de um mês antes do início dos Jogos os competidores começavam a chegar à Olímpia onde passavam por um treinamento físico, moral e espiritual sob a supervisão dos juizes. As Olimpíadas na Grécia Antiga duravam uma semana, tinham um caráter amadorístico e os atletas competiam nus. Na época da realização do evento esportivo ocorria uma trégua nas guerras e conflitos. A chamada "paz olímpica"⁶³ viria garantir segurança para os atletas que tinham que se deslocar de suas cidades-estado até Olímpia. Os atletas disputavam várias modalidades na antiguidade como, por exemplo, arremesso de disco, corrida, natação, pentatlo, boxe, luta, salto em distância entre outros.

⁶² Comitê Olímpico Internacional, disponível em www.olympic.org

⁶³ Comitê Olímpico Brasileiro, disponível em www.cob.org.br



Jogos Olímpicos da Antiguidade

Fonte: Hype Science

Disponível em: <http://hypescience.com/15-fascinantes-fatos-sobre-as-olimpiadas-antigas/>

Os atletas vencedores eram recebidos como heróis, e passavam a ter muitos privilégios na sociedade grega, como a isenção no pagamento de impostos e o direito de ocupar o primeiro lugar nas festas e jogos. Em Esparta os vencedores recebiam a maior recompensa que a cidade oferecia a um filho seu: o privilégio de combater na guerra na primeira linha, ao lado do rei. Com o tempo, outras provas foram incorporadas, e o caráter das olimpíadas também foi mudando. Homens ricos da época começaram a manter atletas profissionais e o aspecto religioso foi sendo esquecido. Mas, a grande mudança ocorreu depois que os romanos conquistaram a Grécia no século II a.C. Na época do Imperador Nero, no lugar de cidadãos livres, escravos passaram a competir por suas vidas contra animais selvagens.



Discóbolo – a imagem de um desportista em ação – de Míron (século V a.C.)

Fonte: Revista eletrônica Graecia Antiqua

Disponível em: <http://greciantiga.org/img/index.asp?num=0783>

Sob o domínio do Império Romano cristianizado, as Olimpíadas foram perdendo importância e, em 392 a.C., o imperador romano Teodósio I, convertido ao cristianismo, proíbe a prática de qualquer manifestação que valorizasse o politeísmo. Com isso, os últimos Jogos Olímpicos ocorreram em 393 a.C.

Após 1500 anos da decisão de Teodósio, as Olimpíadas voltaram a acontecer sob o nome de Jogos Olímpicos Modernos. Por iniciativa do educador francês Pierre de Frédy, barão de Coubertin, foi criado em 1894 o Comitê Olímpico Internacional. Inspirado nos ideais dos gregos, ele acreditava que a educação física era um fator determinante na educação moral. Pierre de Coubertin viu na realização da competição uma forma de propagar esta filosofia pelo mundo.

A ideia de internacionalizar os Jogos Olímpicos é inspirada no legado grego, desvelado pelas escavações arqueológicas alemãs em Olímpia Antiga (1875 – 1881), e dos eventos esportivos chamados ‘Olimpíadas’⁶⁴, como os Jogos Olímpicos de Much Wenlock⁶⁵ na Inglaterra. Seu interesse convinha em promover o esporte rapidamente por toda a França e, sobretudo, colocar em prática o entrosamento entre os povos e servir à paz mundial.

Realizou um estudo sobre *Os exercícios físicos no mundo moderno*⁶⁶ (1892) e em durante o Congresso Atlético Internacional em Paris em 1894 defendeu a criação de um órgão internacional que unificasse as diferentes disciplinas esportivas e promovesse a realização de uma competição internacional entre atletas amadores, a cada em quatro anos. Sua intenção era ampliar para o mundo o que havia acontecido na Grécia Antiga⁶⁷. A idéia foi aceita pelos 13 delegados de países presentes no congresso e naquele mesmo dia foi criado o Comitê Olímpico Internacional.

⁶⁴ Segundo a Carta Olímpica, o termo Olimpíada designa o período de quatro anos consecutivos. A Olimpíada começa com a abertura dos Jogos Olímpicos e termina com a abertura dos próximos Jogos Olímpicos.

⁶⁵ Willian Brooks, morador da cidade inglesa Much Wenlock, fundou em 1841 uma escola onde pôs em prática a ideia de que a educação e a atividade física melhorariam a vida da classe trabalhadora. Em 1866, Brooks organizou uma Olimpíada nacional, mas sonhava com uma disputa internacional. Foi quando o Barão de Coubertin se interessou pelas suas ideias e decidiu ir até Wenlock para conhecê-las melhor. Coubertin voltou à França bastante inspirado com as conversas e fundou o COI, que organizou os primeiros JO modernos. O francês ficou conhecido como o idealizador dos Jogos Olímpicos e Brooks ficou esquecido. Nas Olimpíadas de Londres o Comitê Olímpico Inglês homenageou Brooks e a cidade, nomeando uma das mascotes dessa edição de Wenloc. Disponível em: <http://esportes.discoverybrasil.uol.com.br>

⁶⁶ http://www.cob.org.br/jogos_olimpicos/home.asp

⁶⁷ <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/BCoubert.html>

Na tentativa de fortalecer a ideia da realização dos Jogos e já certo o aceite dos gregos como anfitriões, o barão passou a pregar a realização dos novos jogos, passando pelos Estados Unidos, Inglaterra e Prússia. Assim, os Jogos Olímpicos renasceram, após quase 16 séculos depois da proibição de sua realização, cuja primeira edição foi marcada para a cidade de Atenas em 1896, resgatando o objetivo de incentivar o maior desenvolvimento possível das aptidões físicas e intelectuais do ser humano.

A partir daí, o direito de organizar uma Olimpíada é concedido a uma cidade diferente a cada quatro anos. Ficou estabelecido que não poderia haver qualquer tipo de discriminação (racial, política ou religiosa), pois todos deveriam competir em igualdade de condições. Apesar desta posição, foi mantida a regra, adotada da Grécia antiga, de que as mulheres deviam permanecer fora dos recintos olímpicos, só pôde ser imposto por Coubertin durante o período inicial de restauração dos Jogos Olímpicos. Norbert Müller⁶⁸ – presidente do Comitê Internacional Pierre de Coubertin – chama este período de “a loucura machista coubertiniana”. Tal situação mudou nos jogos nazistas de Berlim 1936, nos quais houve a participação de 328 mulheres de um total de 4218 participantes.

A própria bandeira olímpica, criada por Coubertin em 1913, representa a união dos povos e tem os cinco aros olímpicos⁶⁹ como símbolo de solidariedade pacífica por meio do esporte entre todos os continentes, cada aro representado por uma cor (azul - Europa; amarelo - Ásia; preto - África; verde – Oceania e vermelho - América). A paz, a amizade e o bom relacionamento entre os povos são os princípios do Olimpismo.

⁶⁸ Entrevista com o Presidente do Comitê Internacional Pierre de Coubertin - Norbert Müller por Günter Deister (Deutsche Presse-Agentur / Agência Alemã de Imprensa) em 31.12.2012.

⁶⁹ Entrevista com o Presidente do Comitê Internacional Pierre de Coubertin - Norbert Müller por Günter Deister (Deutsche Presse-Agentur / Agência Alemã de Imprensa) em 31.12.2012.

O COI estabeleceu em 1949 em sua Carta Olímpica⁷⁰ que os aros não poderiam ser utilizados com fins comerciais. Meio século depois, a entidade dos aros registra um volume de negócios recorde bastante superior aos 14 bilhões de reais durante o período da Olimpíada comercial de 2009 a 2012. Os aros ocupam desde algum tempo um posto destacado na lista das marcas mais conhecidas em nível mundial.



Aros olímpicos
Fonte: Comitê Olímpico Internacional

O processo de construção do movimento olímpico não parou de crescer desde então. A cada quatro anos a entidade organiza os JO de verão. Em 1924, foram criados também os JO de Inverno, realizados a cada quatro anos, no mesmo ano dos JO tradicionais. A partir de 1994, passaram a acontecer de forma alternada. Outra importante inovação, de extrema importância quando se refere à inclusão das diversidades físicas, foi a criação

⁷⁰ Conjunto de regras adotado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) para a organização dos Jogos e para o comando do Movimento Olímpico. Com cinco capítulos e 61 artigos, regula a organização, as ações e as operações do Movimento Olímpico (MO) e estabelece as condições para a celebração dos Jogos Olímpicos.

dos Jogos Paraolímpicos⁷¹, em que competem atletas com deficiência. Tiveram início em 1960, coincidindo quase sempre com a cidade e país organizadores dos Jogos Olímpicos e com um intervalo de pelo menos duas semanas. Mas a ideia que preside à sua realização tinha já alguns anos. Em 1948, Sir Ludwig Guttmann organizou uma competição esportiva para veteranos da Segunda Guerra Mundial com lesões na espinal medula, no hospital Stoke Mandeville, na cidade de Aylesbury, na Inglaterra. Quatro anos depois, atletas com limitações físicas provenientes dos países baixos juntaram-se ao grupo inglês, dando início ao movimento internacional conhecido como Jogos Paraolímpicos.

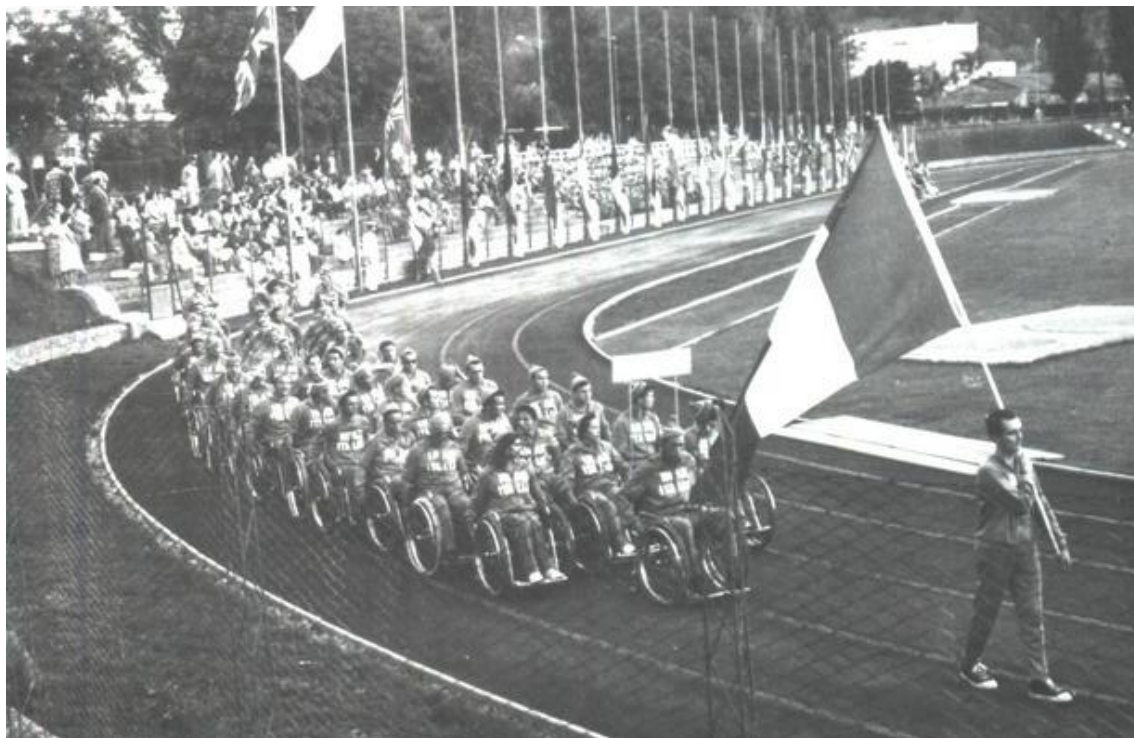


Foto de atletas na abertura dos Jogos de 'Stoke Mandeville', na Inglaterra.
Fonte: <http://weblogs.clarin.com/el-otro-el-mismo/2012/08/>

Os primeiros Jogos com caráter organizado em nível de federações e envolvendo modalidades diversas foram realizados em Roma, 1960. Acompanham desde então o Ciclo Olímpico, tendo apenas não sido

⁷¹ A palavra 'paraolímpico' resultou da junção do prefixo de origem grega *para* (de paraplegia) com o adjetivo *olímpico*, semelhantemente a tantas outras palavras que compartilham nosso cotidiano linguístico. Para o CPB (Comitê Paraolímpico Brasileiro), fundado desde 1995, a nova mudança operou-se no intuito de o Brasil se igualar mundialmente aos demais países. Ao menos, por enquanto, prevalece o termo paraolímpico, mesmo porque até para os atletas paraolímpicos trata-se das Paraolimpíadas, Jogos Paraolímpicos, enfim, justamente porque são realizados de forma paralela aos Jogos Olímpicos. [Vânia Duarte, Equipe Escola Brasil]

realizados no México 1968 e Moscou 1980, por circunstâncias relacionadas com logística, boicotes políticos e ausência de intenções concretas de organização por parte dos países que organizavam as respectivas Olimpíadas.



Cerimônia de abertura dos I Jogos Paraolímpicos em Roma, 1960.
Fonte: <http://brenobarros.com/2012/08/conheca-a-historia-dos-jogos-paralimpicos/>

Desde Seul 1988, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos são realizados na mesma cidade. O Comitê Olímpico Internacional (COI) e o Comitê Paraolímpico Internacional (CPI) decidiram que esta correspondência de cidades entre ambos os Jogos facilitaria questões de tecnologia e logística. A história do esporte paraolímpico de inverno também está relacionada a recuperação social e física de veteranos da Segunda Guerra Mundial. Ex-combatentes com alguma deficiência física sonhavam em voltar a esqui.

A primeira edição da Paraolimpíada de Inverno ocorreu em 1976, na cidade de Ömsköldsvik, Suécia. Cerca de 250 cadeirantes, amputados e cegos de 14 países participaram das competições. Atualmente, os Paraolímpicos constituem um grupo de atletas pertencentes a cinco

diferentes categorias de incapacidades⁷²: Amputados e outros (ALA), Paralisia cerebral (CP), Deficiência intelectual (ID), Deficiências visuais (VI) e Cadeira de rodas (WC). Apesar disto, as conquistas atletas têm mais destaque do que a deficiência que possuem ou o esforço de superação da mesma. Há alguma polêmica relativa a certos atletas e suas respectivas deficiências, consideradas nesses casos pouco, ou nada limitadoras, numa percentagem que os exclui das categorias paraolímpicas. No entanto, o número de atletas em Jogos Paraolímpicos de verão tem aumentado: de 400 em Roma, em 1960, atingiram-se os 3195 em Atlanta, tendo sido superada a cifra de 4000 em Sidney.

Os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, hoje, representam o maior evento esportivo do planeta, com um misto de competição entre os melhores atletas do mundo e confraternização entre os povos, mobilizando populações de centenas de países.

Os Jogos são o maior festival esportivo do mundo, que reúne os melhores atletas de cada esporte. São, igualmente, um evento cultural e social de primeiro plano, que suscita cada vez mais interesse junto às diversas cidades que se candidatam a organizá-los. Organizar os Jogos Olímpicos permite à cidade-sede desenvolver suas infraestruturas, promover o esporte em todos os países e oferecer ao mundo uma imagem e uma identidade cultural próprias. Por outro lado, graças aos rendimentos provenientes dos programas de marketing e da venda dos direitos de televisionamento, as cidades financiam com sobras a organização dos Jogos.⁷³

Os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio serão os primeiros a serem celebrados na América do Sul e, desde já, agitam a cabeça e os sentimentos de todos os brasileiros.

⁷² Comitê Paraolímpico Brasileiro

⁷³ Palavras de Juan Samaranch, ex-presidente do COI em entrevista publicada na Folha de São Paulo, 15 de julho de 1996.

OLIMPISMO E MOVIMENTO OLÍMPICO

“Esporte, cultura e educação como bases fundamentais para atingir o equilíbrio entre corpo, mente e vontade”. Criada por Pierre de Coubertin em 1894, esta filosofia deu origem ao que se conhece hoje como o Movimento Olímpico – conjunto de ideais e ações sociais baseados no Olimpismo.

O Movimento Olímpico moderno, pautado no modelo grego, renasceu com a preocupação de universalizar a instituição esportiva, na busca de ações internacionalistas e de paz. Coubertin começou a se preocupar em desenvolver um modelo de reforma social por meio da educação e do esporte em uma perspectiva internacionalista depois de obter pouco sucesso com programas de caráter educacional em seu país, a França. Instituído no continente europeu, berço das diversas guerras dos séculos XIX e XX, utilizou os princípios do Movimento Olímpico para rebater os desdobramentos desses conflitos com uma proposta pacífica. As competições esportivas rapidamente se identificaram com um grande evento competitivo e os Jogos Olímpicos se tornaram uma nova metáfora para o ganhar e o perder, já que nesse cenário não se fazia necessária a ruína do derrotado⁷⁴.

Já o Movimento Olímpico brasileiro surgiu como um desdobramento dessa tradição criada em solo europeu e buscou sua própria identidade no decorrer do século XX, experimentando em parte os conflitos sociais vividos na Europa e em parte as peculiaridades da organização social brasileira. Herdado dos JO da Antiguidade, o Olimpismo⁷⁵ utiliza o esporte como instrumento para a promoção da paz, da união, e do respeito por regras e adversários, combinando esporte, cultura e meio ambiente, ultrapassando as barreiras das arenas esportivas e sendo uma filosofia de vida. O COI promove,

⁷⁴ Rubio, K. Os jogos olímpicos e a transformação das cidades, 2005, p.6.

⁷⁵ Também chamado de Ideário ou Ideal Olímpico - Comitê Olímpico Internacional

por meio do Olimpismo, os valores olímpicos: a amizade, a compreensão mútua, a igualdade, a solidariedade e o *fair play*⁷⁶. A Carta Olímpica apresenta o conceito de Olimpismo enquanto

uma filosofia de vida que exalta e combina em equilíbrio as qualidades do corpo, espírito e mente, combinando esporte com cultura e educação. O Olimpismo visa criar um estilo de vida baseado no prazer encontrado no esforço, no valor educacional do bom exemplo e no respeito aos princípios éticos fundamentais universais.⁷⁷

E apresenta como seus objetivos:

Colocar em toda parte o esporte a serviço do desenvolvimento harmonioso do homem, na perspectiva de encorajar o estabelecimento de uma sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana. Neste sentido o Movimento Olímpico se engaja em cooperação com outras organizações e dentro do limite dos seus meios, em ações para promover a paz.⁷⁸

Contribuir para a construção de um mundo melhor e pacífico pela educação da juventude através do esporte praticado sem discriminação de qualquer tipo e no espírito olímpico, o qual requer entendimento mútuo com um espírito de amizade, solidariedade e *fair play*.⁷⁹

⁷⁶ Significa 'espírito esportivo', 'jogo limpo', 'ética esportiva'. Considerado uma das bases do movimento olímpico o termo *fair play* foi utilizado pela primeira vez por Shakespeare, em 1595, sem qualquer relação com a prática esportiva. A partir de 1880 foi incorporado ao esporte para designar um tipo de conduta. Pode ser definido como um conjunto de princípios éticos que orientam a prática esportiva e presume uma formação ética e moral daquele que pratica e se relaciona com os demais atletas na competição, e que este atleta não fará uso de outros meios que não a própria capacidade para superar os oponentes.

⁷⁷ Carta Olímpica, 2001, p. 8. Princípio Fundamental nº 2

⁷⁸ Carta Olímpica, 2001, p.8. Princípio Fundamental nº 3

⁷⁹ Carta Olímpica, 2001, p.9. Princípio Fundamental nº 6

“É importante propagarmos o teor educacional do esporte, seu poder de integrar, incluir e mobilizar as pessoas a partir da prática e dos valores do esporte. O ideal Olímpico está diretamente ligado aos valores éticos do homem em prol de uma sociedade mais justa e solidária”, afirma o presidente do Rio 2016™, Carlos Arthur Nuzman.

Atualmente, o Olimpismo se constrói envolta de três valores essenciais: excelência, amizade e respeito. No ideal olímpico, a excelência significa dar o melhor de si, tanto dentro do campo quanto na vida, focado nos objetivos pessoais, sem a preocupação com a comparação de desempenhos. Mais do que ganhar, o que importa é participar, lutando para ser e para fazer cada vez melhor, pois somos tão fortes quanto a combinação de corpo e mente determinados.

Homens e mulheres estão no centro do Movimento Olímpico, que encoraja a criação de laços e o entendimento recíproco entre as pessoas. A amizade refere-se à construção de um mundo melhor e mais pacífico, através da solidariedade, espírito de equipe, diversão e otimismo no desporto, como na vida. Os Jogos Olímpicos inspiram as pessoas a ultrapassar diferenças políticas, econômicas, religiosas, raciais ou de gênero e a forjar amizades com base nessas diferenças. Para os atletas, isto significa formar laços para toda a vida, não só com os seus companheiros, mas, sobretudo, com os seus adversários.

O respeito representa um princípio que deve inspirar todos os que integram o Programa Olímpico. Respeito por si mesmo e pelo seu corpo, respeito pelo próximo, pelas regras e pelo Meio Ambiente. Refere-se à atitude de *fair play* que os atletas devem ter e o seu compromisso para evitar a batota⁸⁰ e o doping. Estes valores encontram especial eco durante os Jogos Olímpicos. Todavia, mesmo entre as edições dos Jogos, o Movimento Olímpico continua a difundi-los através do trabalho árduo dos membros da ‘Família Olímpica’.

⁸⁰ Pré-organizar disputa com adversário de forma que a vitória de um dos times já fosse certa.

Para garantir que estes valores sejam empregados e difundidos em todo o mundo, o Movimento Olímpico é conduzido pela chamada “Família Olímpica”. Comandada pelo COI, é composta por diversos grupos e organizações que carregam a filosofia do Olimpismo em todas as suas atividades. São eles: as Federações Internacionais (FI); os Comitês Olímpicos Nacionais (CON); os Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos (como o Rio 2016™); as Associações e Clubes esportivos; e os Profissionais do esporte, como oficiais, técnicos e, claro, os atletas.

Segundo a Carta Olímpica, todos estes grupos devem trabalhar juntos para promover o Movimento. Nesta estrutura, o COI tem o papel de tomador de decisões. É uma organização não governamental e sem fins lucrativos que além de realizar os Jogos Olímpicos de Verão e Inverno e os Jogos Olímpicos da Juventude de Verão e Inverno, apoia as organizações esportivas de modo a promover a filosofia do Olimpismo em todos os países.

As Federações Internacionais comandam o seu respectivo esporte em nível global, promovem e desenvolvem o esporte e seus atletas em todos os países. Os Comitês Olímpicos Nacionais, por sua vez, são os representantes do Movimento Olímpico em seu país de origem e tem como incumbência desenvolver todos os esportes olímpicos em nível nacional, incluindo programas educacionais e o treinamento de seus atletas. Nos Jogos Olímpicos, desempenham a função de enviar a sua delegação para as competições.

Outros ideais também são defendidos e difundidos pelo Movimento Olímpico, como a igualdade de condições entre os atletas. A Comissão de Solidariedade Olímpica e a Comissão das Mulheres e o Desporto trabalham em conjunto, procurando uma cada vez maior igualdade no desporto. A Solidariedade Olímpica atribui bolsas de estudo aos atletas para que estes possam aderir a instalações desportivas de alto nível. Já a Comissão das Mulheres e do Desporto tem como objetivo tornar o acesso ao desporto em geral e aos Jogos Olímpicos mais fácil para as mulheres.

O Movimento Olímpico também tem como sua a responsabilidade de proteger os direitos, saúde e bem-estar dos atletas. A missão educacional da Comissão Médica inclui o esforço de prevenção feito para informar os atletas, sejam eles amadores ou profissionais, das consequências do doping para a saúde e apoiar a medicina desportiva, a biomecânica, a psicologia desportiva e a investigação no campo da nutrição, que são concebidos para proteger a saúde do atleta.

Coubertin acreditava no desporto como meio privilegiado para um desenvolvimento harmonioso e equilibrado do corpo, do caráter e da mente. Como tal, a interação entre desporto, educação e cultura é encorajada pela Comissão para a Cultura e Educação.

Os seus objetivos são promover o Olimpismo e os ideais olímpicos por todo o mundo e reforçar a cooperação com as instituições de ensino e os CON, com projetos especialmente destinados aos jovens, organizando diversas atividades para promover o intercâmbio entre o mundo do desporto e diferentes áreas de criatividade artística, como a literatura, a pintura, a escultura e o teatro.

Para trabalhar em prol da promoção da paz, foi estabelecida em 2000 pelo COI a Fundação Internacional para a Trégua Olímpica (IOTF), que decidiu reavivar o conceito da Trégua Olímpica⁸¹ numa estreita parceria com as Nações Unidas. O COI quer contribuir para a procura de soluções diplomáticas e pacíficas por meio do esporte como, por exemplo, os 'Jogos para a Paz', iniciados pelo Comitê Olímpico Haitiano com o seu vizinho, a República Dominicana.

Desde o início dos anos 90, a proteção ambiental tem constituído uma grande preocupação do COI, passando a integrar os princípios do Movimento Olímpico. Criada em 1995, a Comissão Desporto e Meio Ambiente trabalha no sentido de promover o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade ambiental.

⁸¹ Também conhecida como Paz Olímpica, tem sua tradição na Grécia antiga, foi instituída pela primeira vez por ocasião dos Jogos de Olímpia, em 776 a.C., e obriga a cessar temporariamente as hostilidades entre os países durante os Jogos.

Durante a construção das instalações olímpicas para os Jogos, um conselheiro ambiental assegura que o ambiente é respeitado, através de um exame crítico à escolha dos materiais, optando por materiais recicláveis e promovendo a poupança de energia, entre outros, na tentativa de assegurar que os Jogos não terão um impacto negativo no ambiente, para que os JO sejam promotores de desenvolvimento e melhoria do ambiente na cidade anfitriã e em seu entorno.

Apesar de todos os seus objetivos e valores, a atual conjuntura dos JO desafia os ideais olímpicos Coubertinianos. O fim do amadorismo⁸², um dos ideais mais arduamente defendidos pelo Olimpismo ao longo do tempo, e o início do profissionalismo no esporte, conferem uma nova moral ao Olimpismo. As restrições referentes ao amadorismo, antigamente, não se baseavam apenas na nobreza do esporte e de seus praticantes simplesmente. Cardoso aponta para a questão latente posta na prática popularizada do esporte:

Os inventores do amadorismo queriam, em primeiro lugar, afastar da arena os trabalhadores. O esporte estava reservado a quem pudesse se dedicar a ele em tempo integral e desinteressadamente, enquanto o comum dos mortais suava para garantir o pão de cada dia. Este era o motivo oculto. Abertamente se temia que o dinheiro transformasse a competição esportiva em espetáculo de 'show business'.⁸³

Embora associado a uma atividade não remunerada, o conceito de amadorismo se viu envolvido em ambiguidades devido às transformações sociais ocorridas ao longo do século XX. Uma das questões principais dessa discussão se deu após a entrada dos países do bloco socialista nas disputas olímpicas. Para o mundo capitalista parecia não haver

⁸² Em Estocolmo-1912, o norte-americano Jim Thorpe, de origem indígena, ganhou as provas do decatlo e do pentatlo, mas teve as medalhas confiscadas por haver recebido dinheiro para disputar partidas de beisebol numa liga semiprofissional dois anos antes. Em 1950, foi eleito "o maior atleta da primeira metade do século", pelos feitos realizados, inclusive como ídolo profissional do beisebol e do futebol americano. Apenas em 1982 o COI reconheceu o erro, reabilitou-o como verdadeiro campeão olímpico e devolveu aos filhos as medalhas de ouro.

⁸³ Cardoso, 1996, p.7.

dificuldades em identificar amadores e profissionais. Amador era todo aquele atleta que não recebia qualquer bem ou valor em troca de sua atuação esportiva. Profissional, por sua vez, tinha a sua força de trabalho, a performance, paga pelos clubes que negociavam passes e salários, gerando a razão de ser do capitalismo: o lucro. Já para os participantes do chamado bloco do leste, o argumento da socialização dos meios de produção era utilizado para negar a existência de profissionais do esporte, afirmando a condição amadora de todos seus atletas-cidadãos.⁸⁴

A profissionalização acabou por causar uma grande alteração na organização esportiva tanto do ponto de vista institucional como na atividade competitiva em si, levando o esporte a se tornar uma carreira profissional bastante almejada por jovens talentosos. Muitos foram os valores implicados nessa mudança. A transformação do espetáculo esportivo em um dos negócios mais rentáveis do planeta foi talvez a principal motivação para a reconsideração sobre o que era e qual a finalidade do amadorismo na participação do atleta em Jogos Olímpicos. Garcia Ferrando argumenta que

é evidente que a ideologia olímpica primordial de manter os Jogos afastados de interesses comerciais não tem nada que ver com as linhas de conduta econômica que têm seguido as últimas edições dos Jogos Olímpicos. A rede de interesses comerciais que tem envolvido o esporte em geral, e o Olimpismo em particular, tem-se tornado muito densa em poucos anos. A publicidade de produtos comerciais, o patrocínio dos sportistas que atuam como autênticos agentes das empresas que representam os contratos comerciais que realizam as federações nacionais e internacionais com as mais variadas empresas, o crescimento espetacular da indústria de equipamentos esportivos, tudo isso em suma faz o movimento olímpico cada dia mais dependente dos interesses do grande capital. Nesse sentido, o Olimpismo tem se convertido em um instrumento da política internacional, sendo também em um

⁸⁴ Rubio, K. Os jogos olímpicos e a transformação das cidades 2005, p.14.

instrumento dos grandes interesses comerciais. A questão dos diversos tipos de legados a serem deixados pela organização das Olimpíadas dialoga diretamente com ameaça acerca dos Jogos enquanto evento capaz de gerar repercussões positivas ou apenas reproduzir interesses comerciais. A mídia, em especial, repercute de forma decisiva nessa tensão contemporânea através da qual os envolvidos nos Jogos Olímpicos são avaliados e/ou promovidos”.⁸⁵

Desta forma, é preciso discutir a motivação inerente do Olimpismo atual visto que, dentre os muitos interesses que cercam o cumprimento de normas, estão os interesses de empresas e meios de comunicação de massa responsáveis pela divulgação e transformação dos JO em um megaespetáculo. Para contornar as contradições lançadas pela transformação dos JO, é preciso assumir uma abordagem ampla, que abranja as mudanças no momento histórico e nas correspondências de forças ideológicas verificadas nos tempos de invenção e reformulação de tradições olímpicas. Considerando a mutação incontrolável que os JO vêm sofrendo, Otávio Tavares considera que

talvez o próprio conjunto de valores do fair-play necessite ser repensado em função de um cenário cultural bastante diverso do ambiente aristocrático do século passado em que surgiu o Olimpismo, incorporando novos valores sociais contemporâneos ao mesmo tempo em que mantendo seus elementos essenciais, numa articulação entre tradição e mudança.⁸⁶

Ante o universalismo desejado pelo Olimpismo acreditava-se que o multiculturalismo seria contemplado em respeito aos diversos atores sociais que protagonizam os Jogos Olímpicos. Abreu destaca que

⁸⁵ Ferrando, M. *Aspectos Sociales del Deporte*, 1990, p. 209

⁸⁶ Tavares (1999:190) *apud* Rubio, K. Os jogos olímpicos e a transformação das cidades, 2005, p. 12

o Olimpismo e, conseqüentemente, suas bases multiculturais guardam conceitos tradicionalmente transmitidos pela cultura universal e posições contestadoras referentes a problemas atuais. Portanto, conforme a experiência histórica, a atividade esportiva é ensinada e vivida de forma diferente em cada sociedade, sendo interpretada segundo valores da cultura local.⁸⁷

O idealismo utópico de Coubertin, que imaginava o esporte como um momento de celebração quase religiosa entre os povos, já não existe mais e partindo do princípio em que os Jogos Modernos não são uma continuidade dos Jogos da Grécia clássica, não podemos esperar que permaneçam exatamente como haviam sido concebidos por Coubertin.

A ruptura da estrutura do esporte atual com os valores propostos originalmente impede que o Olimpismo de então seja entendido e praticado na atualidade da mesma maneira. Podemos perceber o Movimento Olímpico como uma instituição típica da modernidade, que expressa os traços característicos do esporte moderno, sua neutralidade e influência geopolítica, idealismo e comercialização. Mas é possível também pensar a Olimpíada atual como uma manifestação típica da “sociedade do espetáculo”⁸⁸, na qual são relativizados os princípios éticos rígidos que norteavam a conduta humana e excluídas certas normas que impediam a penetração de uma racionalidade capitalista no interior da esfera cultural.

A introdução desta nova mentalidade provocou o rompimento com princípios que haviam orientado o Movimento Olímpico na fase romântica de criação de seu ideário e tradições. A reapropriação de elementos simbólicos e sua ressignificação assumiram um caráter diferente do

⁸⁷ Abreu, 1999, p.75 apud Rubio, K. Os jogos olímpicos e a transformação das cidades, 2005.

⁸⁸ Para Guy Debord, “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação [...] o *espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens*” (Debord, 1997: §1) e, citando Ludwig Feuerbach, completa “o nosso tempo prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade” (Feuerbach apud Debord, 1997: §1).

original. Na atualidade os JO são o principal evento esportivo competitivo, além de ser um evento com forte apelo turístico e comercial.

Nesta conjuntura, a sociedade de consumo dinamizou os aspectos necessários para que o espetáculo esportivo se convertesse em veículo de propaganda de produtos destinados a mercados de massa, ampliando as possibilidades de comercialização do esporte e induzindo intensas mudanças no mundo esportivo. Devemos lembrar que os meios de comunicação também tiveram um papel central na reinvenção das Olimpíadas. Em geral, os jornalistas e demais profissionais da mídia tenderam a reproduzir o discurso do COI, um misto de idealismo, positivismo e pragmatismo.

Foi nesse contexto que a metamorfose dos Jogos se processou e um dos principais desafios do COI, neste início do século XXI, é controlar a dimensão dos Jogos, que está chegando a níveis estratosféricos. Essa metamorfose dos Jogos Olímpicos não ocorreu de uma hora para outra. Nos anos 1960 já surgiam sinais do avanço de novas tendências, mas as resistências contrárias eram muito fortes. No final dos anos 1970, começam a aparecer os discursos preocupados com a “crise do Olimpismo” e antevendo um progressivo desvirtuamento do “espírito olímpico”. Nos anos 1980, os conservadores foram paulatinamente perdendo a disputa no interior do Comitê Olímpico Internacional e nos fóruns adjacentes. Finalmente, nos anos 1990, aquelas resistências mostraram-se marginais, predominando o entendimento de que as Olimpíadas haviam se libertado de velhas amarras e incorporado por completo certos “valores da modernidade”.⁸⁹

A transformação dos JO em um dos produtos mais rentáveis do planeta induziu a relação do atleta com a prática esportiva, do amadorismo para o profissionalismo extremo. Interesses econômicos, políticos e ideológicos e o desenvolvimento de equipamentos e das teorias do treinamento levaram os atletas a observarem profundas transformações em sua atividade e em suas próprias identidades. Isso porque, o produto esporte

⁸⁹ Proni, M. A Reinvenção dos Jogos Olímpicos, 2008.

não existe sem esse protagonismo⁹⁰. Esta transformação desvirtuou também o entendimento dos JO pela sociedade, que passou de um patrimônio cultural a um bem de consumo.



Charge publicada em 2008 (Olimpiadas de Pequim). Charge republicada em 2012 (Olimpiadas de Londres). 2016 - Charge...

Charge criada por Amarildo inspirada na atual conjuntura dos Jogos Olímpicos e o tratamento aos principais atores deste espetáculo, os atletas.

Fonte: www.amarildo.com.br

Com tudo isto, o Olimpismo pode ter um papel de fundamental importância ao contestar esta marca das sociedades modernas, que é o da dificuldade do estado gerir o fenômeno esportivo, por um lado, através da institucionalização das regras e, por outro, através pela defesa do interesse público, como o direito à saúde, à habitação, ao trabalho, à educação e ao desporto. A humanidade desde o início do século XXI enfrenta uma enorme crise caracterizada pelo aumento da pobreza e pela degradação do ambiente, crise essa que se agrava devido à falta de visão dos países desenvolvidos.

⁹⁰ Rubio, K. Os jogos olímpicos e a transformação das cidades, 2005, p. 15-16.

O processo de candidatura à organização de Jogos olímpicos implica em procedimentos, garantias e decisões que afastem candidaturas aventureiras sem a mínima consistência e ainda menos viabilidade em que a única coisa que procuram é o efeito de anúncio, em benefício de dirigentes desportivos ou políticos de moralidade duvidosa. Nas mais diversas áreas e setores da política esportiva o Olimpismo, direta ou indiretamente, deve ser o defensor das diferentes necessidades das mais diversas camadas sociais e propor soluções em função das respectivas necessidades e anseios da população.

Ainda que diferentes discursos tenham sido produzidos sobre o desvirtuamento dos Jogos Olímpicos, prevaleceu a proposta daqueles que viram esse desvirtuamento como um mal menor – diante da ameaça de interrupção dos Jogos em razão da inviabilidade de manter seu formato tradicional e suas antigas formas de financiamento. E, para legitimar essa metamorfose, é necessário colocar em prática um ambicioso projeto de redefinição das diretrizes que norteavam as ações do Movimento Olímpico⁹¹.

Esperamos que neste século XXI se olhe para as pessoas e os seus direitos. Numa estratégia global, é imperativo ligar o crescimento econômico à justiça social, considerando também o esporte, onde o negócio dos megaeventos esportivos promovidos pelos países ricos tem sido suportado pelos países de mais baixo nível de desenvolvimento humano. O Estado não pode esperar que o mercado resolva todos os problemas relativos ao esporte enquanto instrumento de desenvolvimento humano. Neste sentido, o Olimpismo pode ser um instrumento de combate às misérias.

Em resumo, foi preciso mudar: o Olimpismo de Coubertin já não é mais o mesmo e, ao que parece, a “reinvenção” dos Jogos Olímpicos continuará nas próximas décadas.

⁹¹ Proni, M. A Reinvenção dos Jogos Olímpicos, 2008.

AS CIDADES OLÍMPICAS

As Olimpíadas modernas se dividem em Jogos de Inverno e de Verão e são realizadas a cada quatro anos, como na Antiguidade, porém alternando-se a cada dois anos. Desde a sua reinvenção, os Jogos cresceram em tamanho e importância, ganharam símbolos e rituais próprios e se tornaram “o maior espetáculo da Terra”. Tal crescimento corresponde à realização da semente plantada por Coubertin: quase todas as modalidades que hoje compõem o universo esportivo estão representadas pelos seus principais representantes; os atletas mais bem preparados são reunidos para mostrarem ao mundo suas proezas.

O crescimento da importância do evento pode ser observado nos números entre Atenas em 1896 e Londres em 2012. As modalidades saltaram de 9 para 29. Os países participantes passaram de 13 para 204. De 250 atletas homens em Atenas o total entre mulheres e homens em Londres ficou em torno de 10.500 mil⁹². Os números são bons indicadores de que na atualidade os Jogos Olímpicos adquiriram a importância e o prestígio de que desfrutavam na Grécia Helênica, mesmo que por razões distintas.

Se compararmos as primeiras Olimpíadas da era moderna com as realizadas um século depois, notamos que houve um aumento admirável no número de modalidades, competidores, países e público (presencial e via transmissão televisiva); uma evolução das técnicas de treinamento, da tecnologia dos equipamentos, dos índices de desempenho atlético; além da ampliação significativa da participação feminina e da diversidade de raças e etnias. Isso acontece porque os Jogos atuais possuem uma enorme estrutura organizacional e incomparável importância econômica.

Os JO são organizados por gestores profissionais especializados em planejamento e marketing; a maioria dos atletas de alto nível tem o esporte como um trabalho relativamente bem remunerado; as

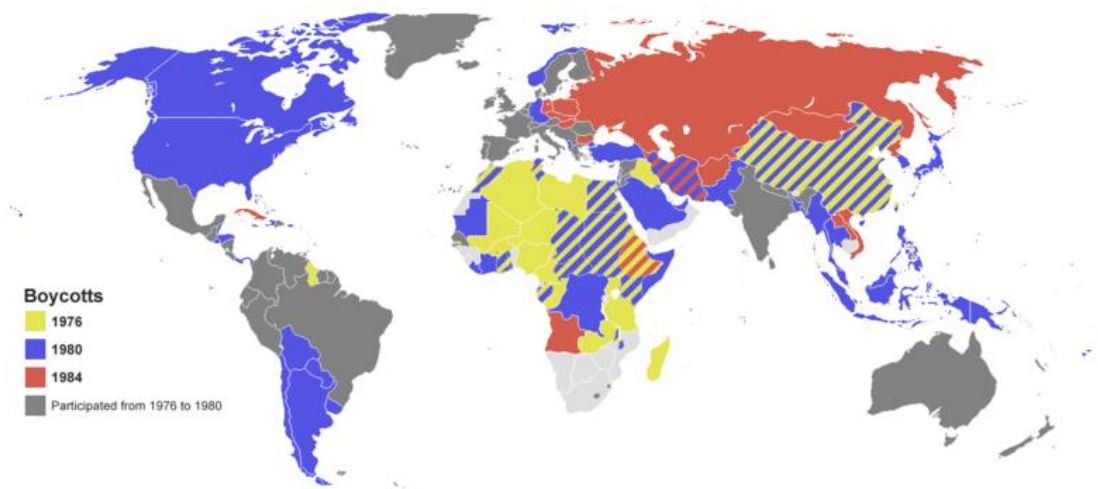
⁹² Comitê Olímpico Internacional

imagens do espetáculo são produzidas e transmitidas simultaneamente para todos os continentes e os custos operacionais do megaevento são bancados por empresas multinacionais. Com todos estes atributos, a concorrência entre as cidades para disputar o direito de sediar é severa. Mas o que para os gregos representava um momento de trégua nas guerras e conflitos de qualquer ordem, os Jogos Olímpicos da Era Moderna não foram tão tranquilos, mostrando que a ‘paz olímpica’ não prevaleceu como desejava Coubertin.

Indicando que o Movimento Olímpico não está alheio às questões sociais e políticas do mundo contemporâneo, houve cancelamento de três edições dos JO por causa da guerra: os Jogos de 1916 foram cancelados devido à I Guerra Mundial, e os jogos de verão e inverno de 1940 e 1944 foram cancelados devido à II Guerra Mundial. Houve ainda boicotes em alguns jogos durante as décadas de 1970 e 1980. Em 1972 e 1976, um grande número de países africanos ameaçou o COI com um boicote na tentativa de proibir a participação da África do Sul e da Rodésia – por causa de seu regime segregacionista – e da Nova Zelândia – porque a Seleção Neozelandesa de Rugby excursionou na África do Sul de regime declaradamente apartheid. O COI cedeu nos dois primeiros casos, mas se recusou a proibição de Nova Zelândia. Cumprindo a ameaça, vinte países africanos juntaram-se ao Iraque e a Guiana liderada pela Tanzânia na retirada a partir dos Jogos de Montreal, depois que alguns de seus atletas já haviam competido.⁹³

Em 1980 e 1984, os adversários da Guerra Fria boicotaram cada um dos Jogos do outro. Sessenta e cinco nações se recusaram a competir nos JO de Moscou em 1980 devido à invasão soviética do Afeganistão. A União Soviética e catorze dos seus parceiros do Bloco do Leste (com exceção da Romênia) revidaram boicotando os Jogos de Los Angeles de 1984, alegando garantia de que eles não poderiam garantir a segurança dos seus atletas.

⁹³ Comitê Olímpico Internacional



Mapa mostrando os países que boicotaram os Jogos Olímpicos de 1976 em amarelo, 1980 em azul e 1984 em vermelho. Em cinza estão os países que participaram dos três eventos.
 Fonte: Wikipedia Commons

Apesar de tudo, os JO continuam a acontecer e, diferentemente da dificuldade para definição da sede ocorrida nas edições iniciais, na atualidade, a realização das competições é disputada por grandes metrópoles dos cinco continentes. O processo de escolha da cidade-sede é longo e tem início oito anos antes do evento. O potencial da cidade anfitriã é aferido pelo Comitê Olímpico do país e, se mais de uma cidade do mesmo país apresenta uma proposta para o CON, normalmente, o Comitê Nacional realiza uma seleção interna, já que apenas uma cidade por CON pode ser apresentada ao COI para apreciação.

Desde 1999, o processo é composto por duas fases. Na primeira, que começa logo após o fim do prazo de inscrições, as cidades postulantes respondem a um questionário que reúne temas importantes para uma organização bem sucedida. Dessa forma, os candidatos devem dar garantias de que irão respeitar a Carta Olímpica e outros regulamentos estabelecidos pelo Comitê Executivo do COI. Essas informações permitem ao COI analisar a capacidade de organização das cidades, bem como os pontos fortes e fracos dos seus projetos. Após um estudo detalhado dos questionários

e dos projetos, o Comitê Executivo do COI seleciona as cidades classificadas para a fase seguinte, as candidatas oficiais.⁹⁴

Na segunda fase, as cidades candidatas respondem a outro questionário, mais detalhado. Esses documentos são cuidadosamente estudados pela Comissão Avaliadora, um grupo composto por membros do COI, representantes de Federações Esportivas Internacionais, CON, atletas e membros do Comitê Paraolímpico Internacional, além de especialistas em diversas áreas. A Comissão Avaliadora faz, então, inspeções de quatro dias em cada uma das cidades candidatas, nas quais verifica os locais de competição planejados e conhece detalhes dos projetos. O grupo comunica os resultados de suas inspeções aos membros do COI cerca de um mês antes da sessão em que vai ocorrer a votação.⁹⁵

A sessão do COI que vai escolher uma cidade-sede ocorre num país que não postulou candidatura durante o processo atual. A votação é feita por membros ativos do COI (excluindo membros honorários), cada um com direito a um voto. Membros de países com cidades candidatas não podem votar enquanto a cidade não for eliminada. O processo final é repetido quantas vezes for preciso até que uma cidade atinja a maioria absoluta dos votos. Se isso não acontece na primeira rodada, a cidade com menos votos é eliminada e uma nova rodada começa. Em caso de empate no último lugar, uma rodada extra ocorre para desfazê-lo, com a vencedora se classificando para a rodada seguinte. A cada rodada o nome da cidade eliminada é anunciado. Após o anúncio final, a cidade-sede eleita assina o "Contrato de Cidade-sede" com o COI, que delega as responsabilidades de organizar os Jogos ao país e ao seu respectivo CON. Segundo o COI, os critérios de avaliação⁹⁶ das cidades candidatas são:

- *Apoio político e social* – As cidades devem fornecer garantias que mostrem o apoio e o compromisso de todas as esferas de governo. O COI também analisa a capacidade destas esferas do cumprimento de

⁹⁴ COI. *Choice of the Host City*.

⁹⁵ 2016 *Candidature Procedure and Questionnaire*.

⁹⁶ COI. *Games of the XXXI Olympiad Working Group Report*.

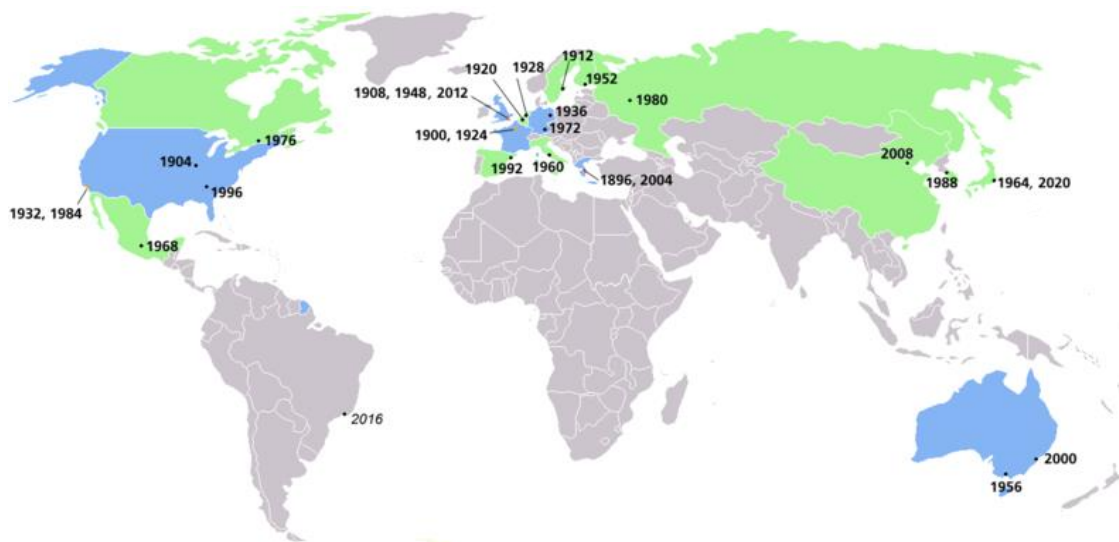
todas as garantias fornecidas. As leis do país e da cidade candidata também são observadas, bem como o nível de aceitação popular que a candidatura tem. A nota final é composta por:

- *Infraestrutura geral* – Este item leva em conta as infraestruturas de transportes terrestre e aéreo da cidade, bem como o projeto dos centros de imprensa. São analisados também o tempo e o custo de construção das novas infraestruturas e a integração delas com o plano do legado da cidade (locais de competição e Vila Olímpica são analisados separadamente).
- *Locais de competição* - O critério é dividido em três subcritérios: "Instalações existentes" (seu uso e projetos de reforma), "Instalações planejadas e temporárias" (a viabilidade das novas construções, de acordo com o tempo, o custo e a qualidade) e "Conceito e legado esportivo" (como os locais de competição estão distribuídos pela cidade e que tipo de legado eles proporcionarão)
- *Vila Olímpica* - Assim como o anterior, este item também é dividido em três subcritérios: "Localização" (distâncias até os locais de competição), "Conceito" (tipo de acomodação, viabilidade do projeto, arborização, entre outros fatores) e "Legado" (uso após os Jogos e financiamento).
- *Meio ambiente* - O COI analisa os fatores ambientais atuais da cidade candidata e o impacto que os Jogos causarão.
- *Acomodações* - A avaliação deste critério é feita com base no Manual Técnico de Acomodações, fornecido pelo COI às cidades candidatas. O valor de referência é de 40.000 quartos de hotel com três ou mais estrelas. O critério é dividido em "Número de quartos" (em que são avaliados, por exemplo, as ofertas existentes e planejadas de leitos num raio de 50 km do centro dos Jogos e as vilas para a imprensa) e "Conceito" (tipos de acomodação e operação)
- *Transporte* - A avaliação é baseada no desempenho esperada do sistema de transporte proposto, sob um ponto de vista operacional e

levando em conta experiências anteriores. São observadas as distâncias e o tempo de deslocamento dentro da cidade e a organização do tráfego e do transporte público durante os Jogos.

- *Segurança* - Entre os fatores avaliados estão a incidência e o risco de terrorismo, os níveis de criminalidade, as competências técnicas e profissionais das forças responsáveis pela segurança, o investimento feito e a tecnologia empregada na área e a complexidade das ações propostas.
- *Experiências anteriores* - O COI analisa os eventos multiesportivos sediados no país nos dez anos anteriores, como forma de conhecer a capacidade de organização da cidade.
- *Finanças* - São avaliados as contribuições dos governos e o plano financeiro em relação à capacidade do país de colocar o projeto em prática (risco-país) e a viabilidade dos valores disponibilizados.
- *Projeto geral e Legado* - O último critério é um resumo global dos anteriores, e é usado pelo COI para confirmar a sua opinião sobre a capacidade de cada cidade realizar os Jogos.

Até 2020, os Jogos Olímpicos terão sido disputados em 44 cidades em 23 países, em sua grande maioria em cidades da Europa e América do Norte, como podemos verificar no mapa abaixo. Os primeiros Jogos Olímpicos sediados fora dessas regiões foram em Melbourne 1956 e os primeiros em solo latino-americano foram as Olimpíadas da Cidade do México. Desde os Jogos Olímpicos de Seul, Coreia do Sul, os jogos foram realizados na Ásia ou na Oceania quatro vezes, um forte aumento em relação aos anteriores 92 anos de história olímpica moderna. Os Jogos de 2016 no Rio de Janeiro serão os primeiros em um país sul-americano e, até o momento nenhuma candidatura da África foi eleita.



Mapa com países que já foram palco de Jogos Olímpicos de Verão. Países que sediaram uma vez estão em verde, enquanto países que hospedaram duas ou mais estão em azul.
 Fonte: Wikipédia Commons

Os Jogos têm crescido em escala, a ponto de quase todas as nações serem representadas. Este crescimento tem criado inúmeros desafios, mas a exposição dos países e atletas à mídia dá a oportunidade de promover suas qualidades no cenário mundial, provando sua importância e adquirindo o respeito dos demais e o apoio necessário para realização de tal evento. Além disso, outro grande atrativo à candidatura aos Jogos é a oferta benéfica para as comunidades locais, bem como uma ferramenta chave de projeção de cidade e de atração de turistas, o que leva a melhorias estruturais como rede de transporte, moradia, instalações esportivas e novos postos de trabalho.

Porém, se hoje se assiste a uma acirrada disputa pela condição de cidade sede dos Jogos Olímpicos, nem sempre isso se passou dessa maneira na história do Movimento Olímpico. Ainda que o planejamento apresentado para realização de um megaevento abranja diversas áreas, nota-se que os interesses econômicos prevalecem sobre os possíveis efeitos culturais e sociais. Neste sentido, o Movimento Olímpico tem oferecido mostras de uma relação próxima com as transformações políticas e sociais mundiais. Durante seu período de existência ele se viu envolvido em várias situações extraesportivas que alteraram seu rumo e determinaram novas atuações.



Rio de Janeiro 2016



Londres 2012



Pequim 2008



Atenas 2004



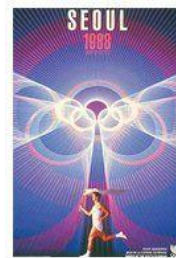
Sidnei 2000



Atlanta 1996



Barcelona 1992



Seul 1988



Los Angeles 1984



Moscov 1980



Montreal 1976



Munique 1972



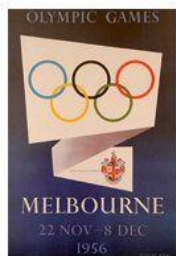
Cidade do México 1968



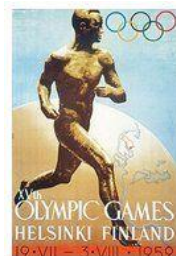
Tóquio 1964



Roma 1960



Melbourne 1956



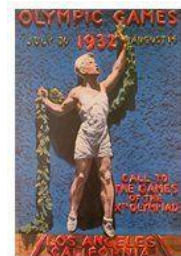
Helsinque 1952



Londres 1948



Berlim 1936



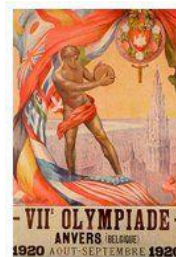
Los Angeles 1932



Amsterdam 1928



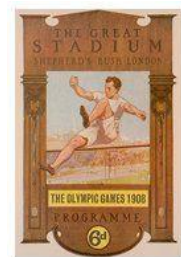
Paris 1924



Antuérpia 1920



Estocolmo 1912



Londres 1908

Cartazes de cidades-sede de Olimpíadas de verão, 1908 – 2016
Fonte: Comitê Olímpico Internacional

As novas condições referentes ao Movimento Olímpico levaram Kátia Rubio a propor uma periodização histórica para os Jogos Olímpicos da Era Moderna de forma a articular os diferentes momentos e dinâmicas dos Jogos a partir de fatos que marcaram uma era e possibilitaram a transformação tanto da instituição como do fenômeno olímpico. Essa periodização é caracterizada em fases, que foram denominadas: fase de estabelecimento, fase de afirmação, fase de conflito e fase de profissionalização⁹⁷.

A *Fase de estabelecimento*, período que compreende os Jogos Olímpicos de Atenas-1896 a Estocolmo-1912, foi marcada pela aceitação da proposta olímpica. Tida *a priori* como uma aventura de nobres excêntricos e aristocratas que requeria uma grande soma de dinheiro e de energia para convencer governos e atletas a correrem diversos pontos do planeta na difusão de uma ideia e de uma prática, os Jogos chegaram a ser confundidos em alguns momentos com ideais alheios aos olímpicos, mas necessários à sua consolidação. Neste momento, o principal objetivo era a promoção da paz, pois durante este período os conflitos ainda eram resolvidos por meio da guerra. Dentro dessa lógica a competição esportiva era uma forma racionalizada de conflito, sem o uso da violência. Nesta fase, os Jogos Olímpicos estavam pautados em uma prática de tempo livre, privilegiando o amadorismo, e não contavam com o apoio do poder público, nem da iniciativa privada.

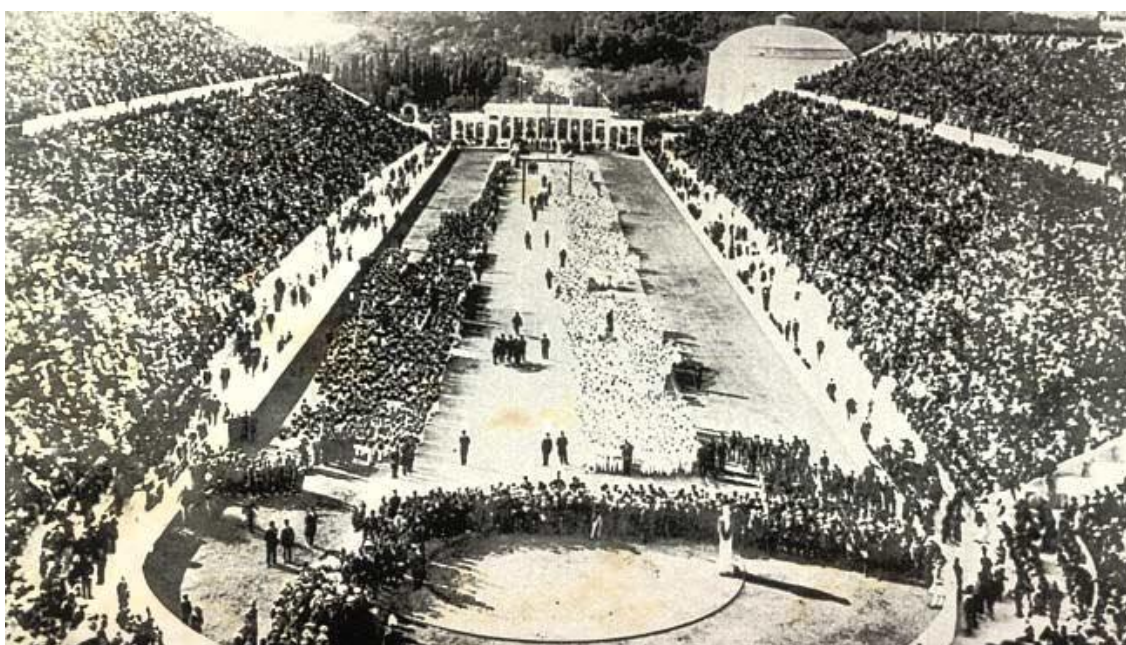
Em referência ao legado da Antiguidade Grega, a decisão do COI de realizar os Jogos em Atenas foi uma homenagem, já que a Grécia foi o berço dos Jogos Olímpicos da Antiguidade.⁹⁸ Sem financiamentos oficiais, a organização da competição, a preparação a cidade, a construção do estádio e de um hipódromo para a disputa, somente se tornou possível graças a uma generosa contribuição do bilionário arquiteto egípcio Georgios Averoff.⁹⁹

⁹⁷ Rubio, K. Medalhistas Olímpicos Brasileiros: memórias, histórias e imaginário, 2006.

⁹⁸ Comitê Olímpico de Portugal

⁹⁹ Entrevista com o Presidente do Comitê Internacional Pierre de Coubertin - Norbert Müller por Günter Deister (Deutsche Presse-Agentur / Agência Alemã de Imprensa) em 31.12.2012

Graças ao seu investimento, no dia 6 de janeiro de 1896 finalmente a chama olímpica pôde brilhar novamente e assim foram retomados os Jogos Olímpicos, os primeiros da Era Moderna, com a presença de 311 atletas não profissionais nas disputas, representando de 13 países. A maior parte das competições decorreu no antigo estádio *Panathenaic Stadium*, que foi restaurado para a ocasião. A maioria dos esportes que compunham o programa dos jogos era derivada dos Jogos da Antiguidade. Os organizadores foram um pouco além e inventaram uma nova corrida, inspirada num evento lendário: a Maratona¹⁰⁰.



Cerimônia de abertura dos I Jogos Olímpicos da Era Moderna em Atenas, 1896

Fonte: Veja na História

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/historia/olimpiada-1896/especial-jogos-olimpicos-era-moderna-atenas.shtml>

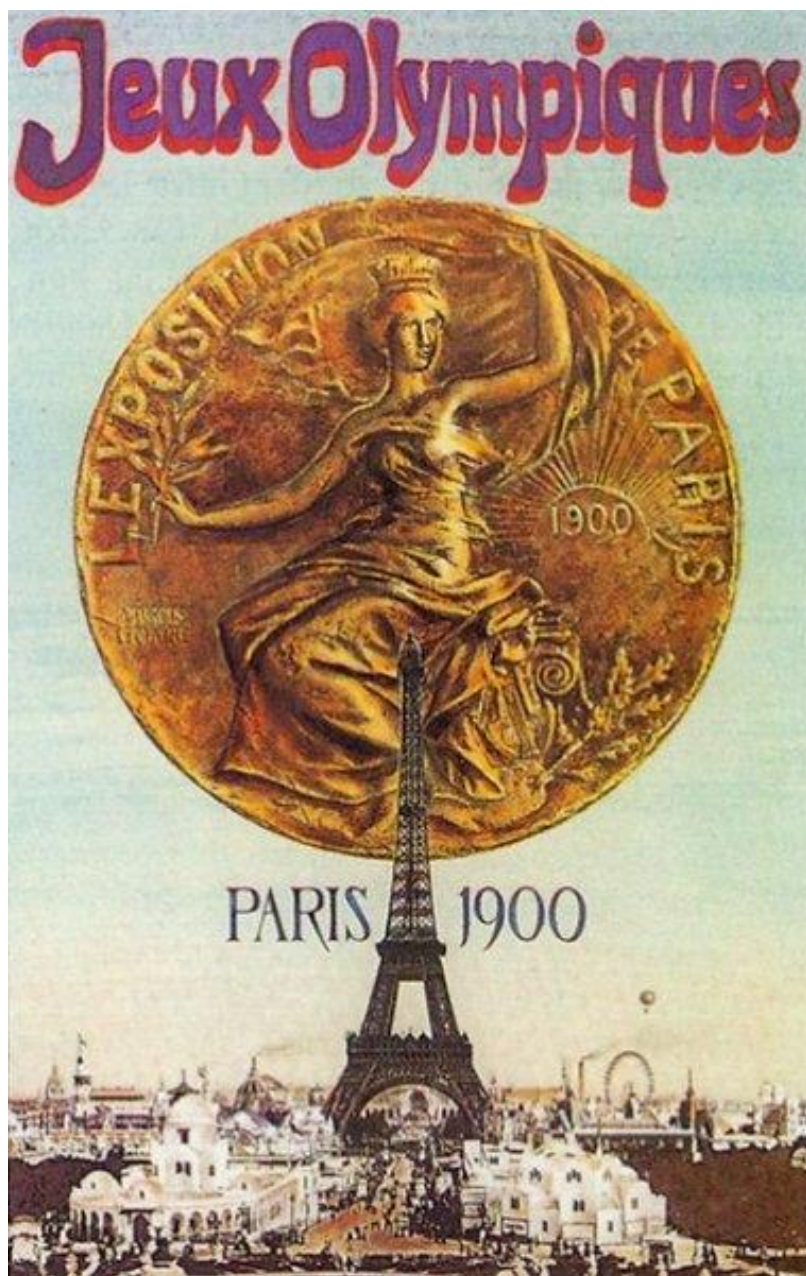
¹⁰⁰ Esta corrida comemora o feito de um soldado que, em 490 a.C., correu da cidade de Maratona até Atenas para anunciar que os Persas tinham sido derrotados (aproximadamente 34,5 km). A maratona integra o programa olímpico desde os jogos de Atenas, em 1896. O Comitê Organizador dos jogos de 1908, em Londres, fixou a distância da maratona em 42,195 quilômetros, sendo os últimos 195 metros adicionados para permitir ao percurso chegar do Castelo de Windsor até ao Royal Box, no Estádio de Londres. Esta é a distância oficial desde os JO de 1924. Fonte: <http://www.comiteolimpicoportugal.pt/olimpismo/jogos-modernos>

As edições seguintes, os Jogos Olímpicos de Paris, Saint Louis e Londres, estiveram atreladas a megaeventos da época, denominadas Exposições Universais¹⁰¹. Esses dois eventos, no entender de Tzanoudaki, tinham uma relação direta com um projeto de modernidade que se desenrolaria em uma cidade com reconhecidas características cosmopolitas e tradicionais, contribuindo para o desenvolvimento de um modelo de cultura popular internacional.

Na Exposição Universal de 1900, que, entre outras coisas, inaugurou um monumento que simboliza a cidade até os dias atuais, conhecida como Torre Eiffel, o desinteresse dos organizadores pela competição foi tão acentuado que além dos II Jogos Olímpicos não constarem do programa oficial da exposição foi também nomeado como Encontro Internacional de Exercícios Físicos e Esportes, para indignação dos membros do COI e do próprio Pierre de Coubertin. A imposição de horários e locais por parte dos organizadores levou as provas dos Jogos de Paris a serem realizadas em vários locais, durante o período da Exposição Universal.¹⁰²

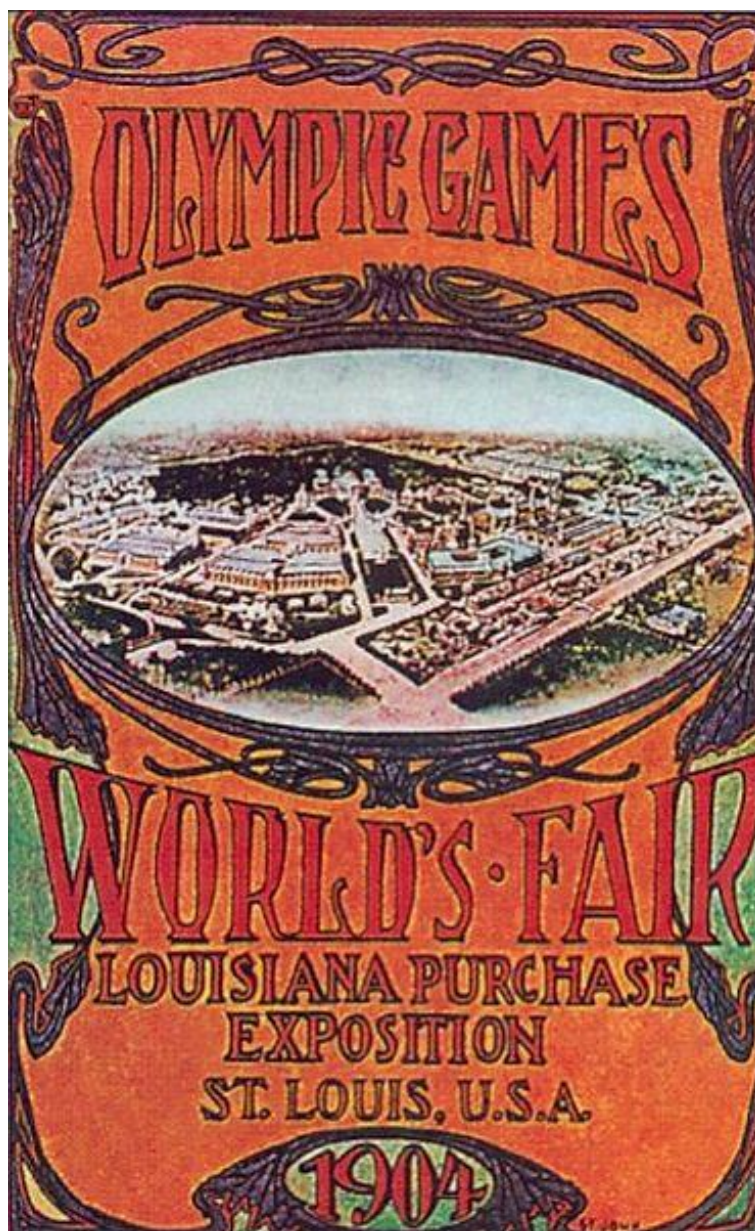
¹⁰¹ As exposições internacionais condensaram o que o século XIX entendeu como modernidade: o progresso construído sobre a ciência e a indústria; a liberdade entendida como livre mercado; o cosmopolitismo baseado na ideia de que o conhecimento humano e a produção seriam transnacionais, objetivos e sem limites. Organizadas como expressão do progresso supranacional, as exposições estiveram conectadas com festas e calendários nacionais; programadas como momento de reconciliação entre nações, acabaram fornecendo material simbólico para o culto da nação e para a construção dos nacionalismos que cresceram após a Primeira Guerra Mundial. As cidades onde as exposições foram montadas - Londres, Paris, Chicago, entre outras - foram os epicentros da modernidade. Aí se chegou ao estágio mais avançado da civilização ocidental, que convivia com os problemas advindos da desigualdade e da marginalização de grande parcela da população. As exposições universais queriam ser um retrato em miniatura desse mundo moderno avançado, composto de espetáculos nos campos da ciência, das artes, da arquitetura, dos costumes e da tecnologia. A ideia era mostrar e ensinar as virtudes do tempo presente. A torre Eiffel, o palácio de cristal e a roda gigante eram os símbolos visíveis do avanço tecnológico exibido nas feiras mundiais. As nações mais pobres do Ocidente também hospedaram, já no século XX, exposições internacionais. Estas eram vistas como uma oportunidade ímpar de fazer parte, ainda que por um breve espaço de tempo, do concerto internacional das nações. A Exposição Universal do Rio de Janeiro, em 1922, se inclui neste caso. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br>

¹⁰² Rubio, K. Os jogos olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento, 2005.



Cartaz anunciando os Jogos Olímpicos de 1900 como parte da Exposição de Paris. Na imagem, destaque para a Torre Eiffel, marca da Exposição Cultural de 1889.
Fonte: Comitê Olímpico Internacional

Nas edições de 1904 e de 1908, apesar da disputa entre algumas cidades para sediar os Jogos, estes ainda não haviam se firmado como um evento tradicional e eram tidos como parte das atividades das Exposições Universais, junto com outras atividades culturais de diversas partes do mundo. Ou seja, as cidades eleitas se valeram da infraestrutura existente, sem incorporar novas estruturas para receber os Jogos.



A capa do programa e cartazes da Feira Mundial de St. Louis foram usados para os Jogos Olímpicos de 1904. O cartaz representa uma vista do desenvolvimento da cidade.

Fonte: Comitê Olímpico Internacional

Os Jogos de Estocolmo em 1912, após dezesseis anos como parte das Exposições Culturais, seriam realizados como uma atração em si. Única candidata à sede, a cidade sueca correspondeu às expectativas, promoveu uma competição organizada e realizou a mais brilhante edição até então, pois contava com a simpatia da população e com o apoio do governo sueco. Por ser um evento único, houve a necessidade de infraestrutura específica, com a construção de novas instalações para a realização de uma

competição que começava a ostentar uma dimensão não vista anteriormente, exigindo uma logística pouco usual para os padrões da época. Estádios, ginásios e outros locais de provas encontraram-se lotados, o que fez render ao COI a quantia de 106.000 coroas, fato inédito até então. As Olimpíadas de 1912 tornaram-se também a primeira a contar com representantes de todos os cinco continentes e a boa impressão deixada por Estocolmo é vista por alguns especialistas como a grande responsável por manter aceso o movimento olímpico mesmo após a Primeira Guerra Mundial

Na **fase de afirmação** os Jogos Olímpicos já se firmam como um importante acontecimento internacional. Já eram palco de exposição das tensões internacionais e como poucos eventos de sua envergadura sobreviveram ao período entre guerras. O número de nações participantes do Comitê Olímpico Internacional chegou a ser maior do que a Liga das Nações. Esta fase compreende o período entre 1920 a 1936 e se inicia com os Jogos de Antuérpia logo após a I Guerra Mundial.

Apesar da disposição e boa vontade da família real belga em sediar os VII Jogos Olímpicos¹⁰³, a Antuérpia vivia em um cenário de destruição e teve que improvisar para abrigar o evento. Com pouco dinheiro para organizar o evento, os belgas construíram instalações precárias. A pista de atletismo, por exemplo, apresentava várias falhas e ficava impraticável em dias de chuva. Além disso, muitos atletas foram hospedados por famílias belgas. A competição só acabou sendo realizada graças à ajuda financeira de uma comissão de armadores navais e de vendedores de diamantes. Apesar da tensão pós-guerra, os Jogos deveriam ser realizados para regularizar o calendário olímpico.

Em 1924, os parisienses decidiram não repetir o que aconteceu na Antuérpia e assumiam a responsabilidade de restabelecer as condições ideais para a continuidade dos Jogos. Estabelecidos como grande evento mundial, os Jogos exigiam uma grande infraestrutura e maior dedicação por parte dos governantes, mas ainda assim os organizadores não agiram com

¹⁰³ Como as Olimpíadas são o período de quatro anos entre os Jogos Olímpicos e não os jogos em si, elas são computadas mesmo que, por qualquer motivo, os Jogos não sejam realizados.

afinco. Sob a ameaça do COI de transferir as competições para outra cidade, o Comitê Olímpico Francês tomou as providências indispensáveis para a realização dos Jogos. Foi nesta edição que os franceses descobriram a capacidade comercial do evento, dando início a um mercado altamente rentável que se desenvolveria ao longo do restante do século.



Vila Olímpica de Paris, a primeira da história dos Jogos Olímpicos
Fonte: http://olimpiadas.uol.com.br/2008/historia/album/1924_album.jhtm

Em Amsterdam, 1928, a rainha Guilhermina, por acreditar que o Olimpismo era um reduto do paganismo que precisava ser contido, não concedeu apoio financeiro e tentou fomentar um sentimento anti-olímpico na população local. Porém, os holandeses utilizaram seu entusiasmo para conseguir com que sua soberana apoiasse a iniciativa.

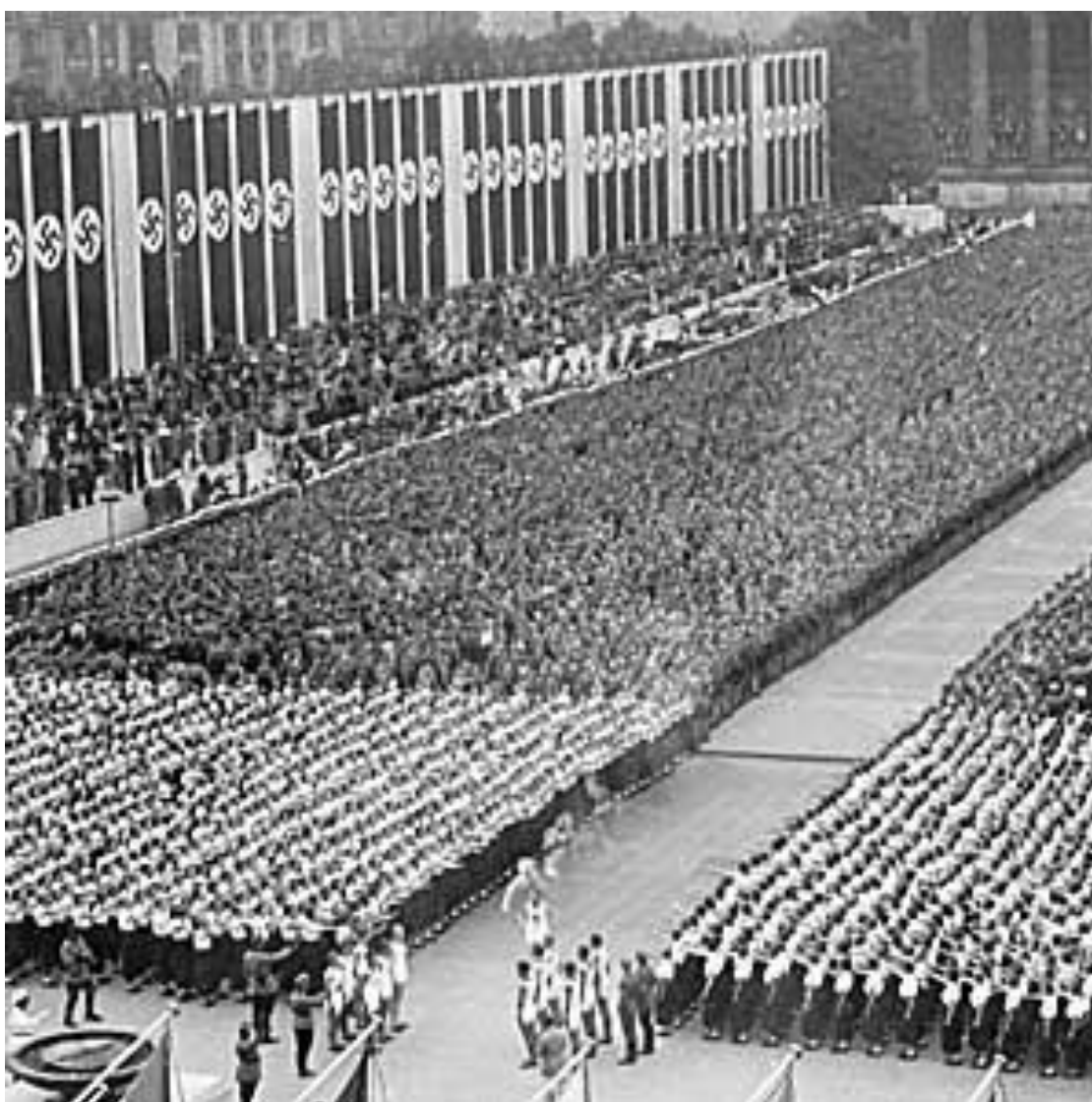
A crise da bolsa de 1929 fez o mundo duvidar do poderio econômico dos EUA e a economia norte-americana só começaria a se recuperar em 1933. No esporte, porém, a resposta veio já em 1932, com os Jogos Olímpicos de Los Angeles, após treze anos se candidatando à sede. A Califórnia já abrigava então o principal pólo da indústria cinematográfica do mundo e se destacava como um grande centro de produtores de espetáculos. Com essa mentalidade foram preparados os Jogos Olímpicos de 1932. A Vila Olímpica, inovação dos Jogos de 1924, foi construída em estilo colonial, com 700 casas pré-fabricadas erguidas sobre um campo de golfe com vista para o Pacífico, que depois foi vendida para ser remodelada por grupos hoteleiros e imobiliários.



Vila olímpica dos Jogos Olímpicos de Los Angeles, 1932
Fonte: Xth Olympiad Los Angeles 1932 Official Report

Los Angeles 1932 foram pioneiros no desenvolvimento de um projeto de marketing, que não apenas cobriu o custeio dos Jogos como acabou gerando lucro em torno de US\$ 1 milhão para os organizadores. A crise, entretanto, foi sentida. Somada aos elevados custos da viagem para a costa oeste dos EUA, tiveram a menor participação de atletas desde 1908.

Após ver uma guerra cancelar seu desejo de sediar os Jogos, Berlim ganhou novamente a responsabilidade de organizar tal evento em 1936. Depois de visitarem as instalações de Los Angeles, os organizadores voltaram a Berlim e produziram outra maior e mais luxuosa Vila Olímpica, que depois viria a ser utilizada como Vila Militar.



Na cerimônia de acendimento da pira, a suástica teve destaque que o símbolo das Olimpíadas
Fonte: <http://olimpiadas.uol.com.br/2008/historia/1936/historia.jhtm>

30 milhões de dólares foram destinados à construção de estádios, ginásios, piscinas e demais instalações. Pela primeira vez os Jogos foram televisionados. Como poucos tinham TV na época, foram montadas 25 salas de exibição pela cidade, em grandes teatros, para que o público acompanhasse os Jogos. Ao fim dos Jogos, os cofres dos organizadores tinham um saldo de cerca de três milhões de dólares, ratificando o que já se percebera em Los Angeles 1932: os Jogos Olímpicos podiam ser altamente rentáveis.

A fase posterior à guerra colocaria o Movimento Olímpico frente às dificuldades de um mundo dividido em dois grandes blocos: os países capitalistas e os países socialistas. As tensões geradas levaram o mundo a viver a *guerra fria*, momento em que o conflito armado foi substituído por um forte jogo de espionagem e de corrida pelo desenvolvimento de tecnologia bélica para o enfrentamento de uma possível nova guerra.¹⁰⁴

Em meio a esse quadro dá-se a *Fase de Conflito*, em que os Jogos Olímpicos foram utilizados como mais uma forma de demonstração de poder político e força social. As medalhas passaram a ser contadas como pontos a favor de seus respectivos regimes, afirmando um tipo de superioridade não pretendida pelo Movimento Olímpico. Esse período compreendeu os Jogos de Londres-1948 até os Jogos de Los Angeles-1984. Nesta fase, notamos a crescente magnitude dos Jogos, levando a necessidade de construções cada vez maiores e tornando mais difícil seu uso posterior.

As Olimpíadas de Londres, em 1948, foram a resposta do Movimento Olímpico para a Segunda Guerra Mundial. Com a Guerra, as edições dos Jogos marcadas para Tóquio e Londres foram canceladas. Em 1948, Tóquio ainda não tinha condições de organizar os Jogos e Londres ganhou o direito de organizar os Jogos após vencer votação pelo correio. Após um intervalo de 12 anos, um conflito mundial que deixou um saldo de 20 milhões de mortos e, com a morte de Coubertin em 1937, os Jogos Olímpicos só renasceram graças ao entusiasmo de alguns membros do COI. Nos Jogos

¹⁰⁴ Rubio, K. Os jogos olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento, 2005.

de Londres, em 1948, viu-se repetir a situação pós-guerra da Antuérpia na precariedade das instalações e na carência de infraestrutura. O tenso clima político marcou os Jogos de Melbourne, 1956. Na primeira Olimpíada do Hemisfério Sul, fora do eixo Europa-América do Norte, o Comitê Olímpico internacional violou pela primeira vez a carta olímpica. A lei australiana impôs uma quarentena de seis meses a todo cavalo procedente de outro país. O COI decidiu, então, mandou para Estocolmo, na Suécia, as provas de hipismo.

Os problemas dos Jogos, porém, não pararam aí. O contexto político internacional da época era preocupante. A intervenção franco-britânica no canal de Suez (Egito), o segundo conflito árabe-israelense, a violência na África do Norte, motivada pelas lutas pela independência, e a intervenção dos tanques soviéticos em Budapeste criaram dúvidas sobre a disputa dos Jogos. Outro fator que contribuiu para a grandeza dos Jogos desse período foi o advento da TV a partir de Roma – 1960, com transmissões ao vivo: telespectadores em 18 países da Europa puderam assistir as principais competições em tempo real; nos EUA, Canadá e Japão a transmissão chegava com algumas horas de atraso. Os direitos de transmissão renderam cerca de US\$ 1 milhão. Ao mesmo tempo, a lista de fornecedores e patrocinadores contava já com 46 empresas, incluindo o provimento de suporte técnico e operacional. Embora a expansão da tecnologia predomine nos Jogos desse período, a disputa pela condição de sede e espetacularização dos Jogos não diminuiu.

Fora da Europa, nenhum país sofreu tanto com a Segunda Guerra Mundial quanto o Japão, atingido por duas bombas nucleares norte-americanas. Em 1964, Tóquio mostrou ao mundo que renasceu após a guerra e se incluiu entre as principais potências mundiais do final do século XX, realizando uma edição dos Jogos Olímpicos impecável. Foram investidos US\$ 3 bilhões na construção de complexos esportivos, na infraestrutura e no sistema de transporte da cidade, serviços que permaneceram para posterior uso da população como a construção do *monorail* ligando o aeroporto ao estádio, à edificação de grandes avenidas e instalações projetadas por Kenzo Tange.



Yoyogi National Gymnasium é famoso pelo design do telhado suspenso que foi projetado por Kenzo Tange. Acima, durante a construção para as Olimpíadas de 1964. Abaixo, foto atual.
Fonte: <http://jpri.kyodo.co.jp/>

Os Jogos da Cidade do México 1968, que contaram com 112 delegações, causaram a revolta da população local, que promoveu várias passeatas contra o gasto excessivo no evento, enquanto milhares de pessoas passavam fome e a desigualdade social assolava o país. O movimento foi fortemente reprimido, com cerca de cem pessoas mortas em confrontos com a polícia. Dessa forma, aumentavam as preocupações em relação ao financiamento dos Jogos.

A Olimpíada de Munique, 1972, imaginava ficar na história por seu gigantismo, mas ficou marcada pelo assassinato de 18 pessoas, entre atletas israelenses, terroristas palestinos e policiais. Pela primeira vez, o maior evento esportivo do mundo foi paralisado. As competições tiveram que ser suspensas, enquanto seguiam as negociações entre os palestinos e as autoridades alemãs. A Vila Olímpica foi cercada por 4000 policiais. O incidente paralisou os Jogos por 34 horas e o presidente do Comitê Organizador dos Jogos, o alemão Willi Daume, chegou a pedir o cancelamento definitivo do evento, mas o COI decidiu continuar a Olimpíada. Em homenagem aos mortos, foi realizada uma cerimônia no estádio de Munique. A competição prosseguiu, mas sem o mesmo brilho.

Com a experiência recente do atentado de Munique, o Comitê Olímpico Internacional indicou a cidade canadense de Montreal confiante no renascimento dos Jogos. Cerca de 16 mil soldados protegeram a competição, mas nenhuma ocorrência grave foi registrada. Nos Jogos de 1976, a centralização dos gastos ficou na província de Quebec, uma vez que o governo nacional não teve grande entusiasmo na organização do evento. Na Olimpíada de Montreal, um total de 628 patrocinadores ou fornecedores participou do programa de marketing olímpico, o que acabou desfigurando e desvalorizando o programa. Embora tivesse gerado cerca de US\$ 7 milhões para seus cofres, o Comitê Organizador acabou tendo um déficit de 1 bilhão de dólares com a realização dos Jogos, em razão da inflação nos custos da construção da infraestrutura e nos custos operacionais, que foi pago pelos canadenses de Quebec em forma de impostos por 25 anos.

Passados os Jogos de Moscou 1980, que apesar do boicote sofrido pelos países liderados pelos EUA, contaram com todo apoio e infraestrutura pública necessária a custos nunca divulgados, era necessária a criação de novo modelo para os Jogos Olímpicos.

Acompanhando as notícias sobre os grandes prejuízos causados pelos Jogos de Montreal 1976, apenas duas cidades, Los Angeles e Nova York, expressaram interesse real em ser sede das Olimpíadas de 1984. Já que a regra do COI determina que só pode haver uma candidatura por país, a votação do Comitê Olímpico dos Estados Unidos acabou por eleger Los Angeles como cidade anfitriã. O governo bancou a candidatura e montou um Comitê Organizador com o firme propósito de obter os fundos necessários junto à iniciativa privada para sua realização sem prejuízos para o comitê ou para a comunidade. Inaugurava-se um novo modelo de gerenciamento e organização dos Jogos Olímpicos.

Mas, o mais importante fato destes Jogos foi o anúncio feito meses após seu término, de que havia um lucro de 200 milhões de dólares, além do lucro indireto à própria cidade, o que comprovou que bem organizados e com competência organizacional, parceria com a iniciativa privada e bom senso na administração financeira, os Jogos Olímpicos poderiam ser economicamente viáveis, afastando a sombra de uma extinção provocada pela impossibilidade econômica que pairava sobre eles. O processo de escolha da sede para os Jogos Olímpicos também ganhou novas formas, quando as cidades candidatas começaram desenvolver um projeto político e comercial. Contudo, o que marcaria definitivamente a superação da fase de conflito seria a liberação da profissionalização.

Chega-se à **Fase do Profissionalismo**. Durante muitos anos o tema amadorismo frequentou as preocupações e as sessões do COI. Ser acusado de profissional, principalmente em caso de vitória, significava para o atleta ter os títulos cassados e o banimento do mundo olímpico. Gradualmente essa questão foi perdendo força na medida em que os interesses econômicos envolvidos com os Jogos Olímpicos tornaram-se inseparáveis deles.

Diante das proporções grandiosas que o espetáculo esportivo adquiriu já não era possível para o poder público assumir todo o seu ônus. Fora isso, havia a intenção real de veiculação da imagem de empresas à competição olímpica, cujos produtos estavam ligados diretamente à prática esportiva, um mercado consumidor em crescente expansão. Para as companhias convidadas a entrar no universo olímpico não bastava competir, era preciso ganhar. O profissionalismo começou pela organização dos Jogos e chegou ao atleta como uma condição há muito esperada. Essa fase teve início nos Jogos de Seul 1988 e se estende até os dias atuais.

Seul, Barcelona, Atlanta, Sydney, Atenas, Pequim e Londres foram as cidades protagonistas das competições dessa fase e apresentaram tanto na organização como na exploração dos Jogos as características que marcam essa etapa como profissional. Seul provou sua condição de tigre asiático construindo grandes e belas instalações para sediar as competições, apesar de grande parte delas permanecer vazia devido à falta de público. Barcelona imprimiria sua marca pela via oposta. A cidade passou por uma grande reforma que incluiu desde a restauração de inúmeros monumentos até a construção de novas linhas de metrô, cuja realização contou com o apoio da população que, envolvida com a ideia olímpica, aderiu à sua realização como poucas vezes havia se visto. Os Jogos Olímpicos de Barcelona representaram um verdadeiro espetáculo esportivo e cultural.

Atlanta optou por outra via. Essa edição dos Jogos Olímpicos entrou para a história pelo efêmero: contrariando um preceito básico do Movimento Olímpico herdado da Antiguidade grega, que era o legado, o que se viu em Atlanta foi o imediato esquecimento dos dias de competição. Grande parte das instalações utilizadas para sua realização deixou de existir assim que as atividades do evento se encerraram.

Com isso era chegado o momento de recuperar uma das razões de ser dos Jogos Olímpicos, o legado. Mesmo tendo o patrocínio de empresas transnacionais foi o governo do estado de Nova Gales do Sul quem garantiu a construção de todas as instalações físicas para os Jogos de Sydney. Apesar das preocupações ecológicas, passado o evento percebeu-se que as

instalações com ares futuristas projetadas para milhares de espectadores eram demasiadamente grandiosas para o número de habitantes da cidade e da região, iniciando uma discussão sobre a utilização dos equipamentos construídos exclusivamente para esse fim.

Atenas aproveitou a ocasião dos Jogos e a ajuda da Comunidade Europeia, para realizar várias obras de infraestrutura para a cidade e seu viú até os dias que antecederam as competições envolvidas com os problemas de atraso no calendário, o que obrigou os organizadores a alterar projetos concebidos anteriormente. A população local, apesar de desejar o evento na cidade, avaliou de maneira negativa todos os transtornos causados pelas obras à vida cotidiana.

O governo chinês não mediu esforços para tentar realizar os maiores Jogos Olímpicos da história e investiu bastante na infra-estrutura que acercou o evento, mais de US\$ 42 bilhões. Um total de 37 locais foram usados para abrigar as competições, sendo doze deles inteiramente construídos especialmente para o evento. A escolha da China como país anfitrião gerou alguns protestos de políticos e organizações não governamentais pelo fato do país não respeitar os direitos humanos.

Por fim, Londres, a exemplo de Barcelona, utilizou os Jogos para criar um grande plano de regeneração urbana na área de East London. Efetivamente, os jogos Olímpicos custaram cerca de 9,3 bilhões de libras, e investiu-se em um plano progressivo de três etapas. A primeira delas corresponde puramente aos Jogos, onde seus espaços estão pensados para receber multidões. Após o encerramento, o processo de regeneração continuará e tem data de finalização prevista para 2030.

Vemos que, de uma forma ou de outra os Jogos Olímpicos vêm sendo utilizados para deixar marcas permanentes na cidade, seja no aspecto econômico, urbano ou social. O legado é, há algum tempo, uma das justificativas utilizadas pelos países para postular a hospedagem dos Jogos e, alguns deles, conseguem ser felizes em suas realizações, deixando um legado permanente para seus cidadãos.

3

Planejando legados

A função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável, alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo.

W. Stern

RUMO À DEFINIÇÃO DE LEGADO

Hospedar um megaevento implica em uma oportunidade única (ou pelo menos rara) no cenário político, nacional e internacional. As justificativas para o esforço à candidatura à cidade-sede dos Jogos Olímpicos normalmente incluem benefícios econômicos, adquiridos através dos investimentos públicos e privados, conquistas sociais como geração de emprego e inclusão social das camadas mais vulneráveis da população, entre outros impactos e legados¹⁰⁵ que um megaevento esportivo pode proporcionar a uma localidade. A palavra legado é comumente utilizada para descrever o foco no impacto pós-evento. Muito embora, na visão de Crompton, em muitos casos, a projeção dos impactos de megaeventos esportivos tem sido usada para enganar deliberadamente o público em geral (e tomadores de decisões) e gerar suporte para candidaturas.¹⁰⁶

Os Jogos Olímpicos são os eventos esportivos de maior prestígio que uma cidade pode realizar. Eles são o sonho e a realização de jovens atletas. Eles também representam um extraordinário legado esportivo, social, cultural e ambiental para a cidade-sede, sua região e país. O COI está dedicado e comprometido em assegurar que seu legado seja o melhor possível. (...) Atualmente, a realização dos Jogos Olímpicos pode agir como catalisador para o desenvolvimento urbano, permitindo que mudanças, que normalmente levariam décadas para ocorrer, serem concluídas dentro de um ciclo de sete anos.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Os impactos se diferem dos legados pela temporalidade. Enquanto os impactos são registrados somente durante o período dos eventos, os legados podem surgir a partir de um impacto anterior.

¹⁰⁶ Crompton, *Economic impact analysis of sports facilities and events: Eleven sources of misapplication*, 1995.

¹⁰⁷ Traduzido do original: “*The Olympic Games are the most prestigious sports event that a city can organise. They are the dream and fulfilment of young athletes. They also represent an extraordinary sporting, social, cultural and environmental legacy for the host city, the region and the country. The IOC is dedicated and committed to ensuring that its legacy is the best possible*”

Neste contexto, a cidade anfitriã não só deseja, mas é convidada pelo COI a produzir um evento que celebre os mais elevados níveis de realizações que vão além das conquistas esportivas, incluindo benefícios sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais. Mas tais possíveis realizações devem ser contextualizadas. Recentemente, tem-se utilizado as Olimpíadas para atingir uma combinação de metas locais, como regeneração urbana e desenvolvimento econômico. Esta estratégia de regeneração urbana tem sido legitimada pela demanda decorrente de reestruturação econômica local e de mudanças de modelos de consumo, além de refletir as mudanças na economia internacional e, em particular, em setores como indústrias de mídia, telecomunicações, lazer, viagens e turismo. De modo a enaltecer sua imagem como uma metrópole adiantada, uma cidade globalizada e um centro internacional para comércio e negócios.

Notamos isso no caso de Barcelona 1992 buscou revitalizar sua cidade como centro de turismo internacional. Atlanta 1996 tornou-se um grande centro de negócios. Para a emergente China, Pequim 2008 estava em busca do reconhecimento internacional de seu crescimento econômico e industrial. Estas abordagens de regeneração envolvem novas formas de financiamento, aceleração de desenvolvimento e renovação urbana, enquanto combina elementos de mudança política e regeneração social com o objetivo de reduzir as tensões internas no âmago das cidades e seu potencial latente de inquietação social.¹⁰⁸

A primeira vez que a palavra legado foi encontrada em documentos de candidatura remonta à Melbourne 1956. Embora a palavra legado não tenha aparecido até o meio do século passado, as primeiras referências ao 'legado' eram comumente tidas como benefícios ou motivações para sediar os jogos enfatizando o êxito da organização dos Jogos através da disponibilização de locais de competição necessários com a eventual inclusão

one. (...) Nowadays, hosting the Olympic Games can act as a catalyst for urban redevelopment, enabling changes, which might normally take several decades, to be completed over a seven-year cycle". Retirado do prefácio de Jacques Rogge (presidente do COI) para o livro *The Economics of staging the Olympics: a comparison of the Games 1972-2008* de Holger Preuss.

¹⁰⁸ Poynter, G. Regeneração urbana e legado olímpico de Londres 2012, 2008, p. 127-128

da sua esperada utilização pós-Jogos.¹⁰⁹ Segundo McIntosh, Antes do uso da palavra legado no processo de candidatura, os exemplos de benefícios propositais para a área local através da realização dos Jogos só pode ser descrito como:

vague and fleeting in their pattern of inclusion. Instead, the early potential candidate city hopefuls largely wrote of how suitable and capable they were, of what an “honor” it would be to serve the Olympic Movement in this capacity, or what of their promises would include in order to ensure that the celebration of the Games would be a success.¹¹⁰

Já o conceito de legado de megaeventos esportivos apareceu primeiramente durante a década de 1990, em meio a uma discussão sobre custos e benefícios da organização dos mesmos, não somente relativos aos aspectos econômicos, mas também sobre os aspectos social e ambiental. O Grupo de Trabalho Internacional de Esporte para o Desenvolvimento e Paz da ONU, afirma que a prioridade de um megaevento é o bom desenvolvimento e planejamento do evento, que permite não só um melhor controle das atividades, bem como torná-las inclusivas, tarefa complexa em se tratando de esportes de alto rendimento.¹¹¹

Baseado no relatório da Comissão de Estudos dos Jogos Olímpicos em 2002, durante uma sessão do COI no México, tornou-se obrigatória a previsão dos legados positivos que beneficiem a qualidade de vida dos países já durante o processo de candidatura aos Jogos Olímpicos. Enquanto a noção de desenvolvimento sustentável era previamente limitada em considerações ambientais, foi acrescentada referência à ideia de legado Olímpico:

¹⁰⁹ Leopkey, B. *The Historical Evolution of Olympic Games Legacy*, 2009, p. 8

¹¹⁰ McIntosh apud Leopkey, *The Historical Evolution of Olympic Games Legacy*, 2009, p. 8 - “Vaga e fugaz em seu padrão de inclusão. Em vez disso, as primeiras potenciais cidades candidatas escreveram, em grande parte, de como adequado e capaz que eles eram, que seria uma “honra” servir ao Movimento Olímpico nesta capacidade, ou que entre suas promessas incluiria a garantia de que a celebração dos Jogos seria um sucesso”. (tradução nossa)

¹¹¹ Sport for Development and Peace – International Working Group, 2008

(The IOC) takes measures to promote a positive legacy from the Olympic Games to the host city and the host country, including a reasonable control of the size and cost of the Olympic Games, and encourages the Organizing Committees of the Olympic Games (OCOGs), public authorities in the host country and the persons or organizations belonging to the Olympic Movement to act accordingly.¹¹²

Neste documento, o COI se compromete a assegurar que a cidade anfitriã e seus residentes terminem os Jogos com melhores infraestruturas, expertise e experiência. O interesse do COI em tentar maximizar as oportunidades e diminuir suas consequências negativas se dá porque legados positivos fundamentam a teoria de que os JO são bons para a cidade anfitriã, além de justificar o uso de recursos públicos na construção da infraestrutura necessária para a realização do evento.

Não existe uma definição clara de legado, do que ele representa e porque sua preservação é tão desejável, e essas são questões de debate e controvérsia. Legado é uma palavra que se refere a uma ampla variedade de questões pós-Jogos, políticas e práticas. Cada cidade olímpica tem algum tipo de legado: prédios, monumentos, arte pública, exposições, museus, repositórios, arquivos, selos, lembranças, recordações, placas e nomes de ruas. Para o COI, 'legado' cobre questões práticas, tais como "os restos dos Jogos" e o destino de instalações olímpicas. Inclui também o "resíduo emocional" de uma Olimpíada – como as memórias orais, histórias e recordações de Jogos que são valorizadas por cidadãos individuais, a depressão pós-Jogos e até mesmo o sentimento de luto pela perda dos Jogos. Há cerimônias para comemorar os aniversários dos Jogos que são, em parte, uma tentativa de marcar as Olimpíadas na história de uma cidade.¹¹³

¹¹² Carta Olímpica, Regra 2.13 – “O COI toma medidas para promover um legado positivo dos Jogos Olímpicos para a cidade anfitriã e para o país anfitrião, incluindo um controle razoável do tamanho e custo dos Jogos Olímpicos, e encoraja os Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos, autoridades públicas no país anfitrião e as pessoas ou organizações pertencentes ao Movimento Olímpico a agir de acordo”. (tradução nossa)

¹¹³ Cashman, R. *What is olympic legacy?*, 2003, p. 34-35

Legado inclui ainda resultados imprevistos e não planejados – como fardos, que podem ser dívidas, o custo contínuo do uso de instalações caras e sub-utilizadas, que se tornam elefantes brancos e ainda ex-sedes olímpicas e infraestrutura degradadas. Estas são lembranças visíveis de falta de visão Olímpica ou uma falha em se planejar adequadamente para o período pós-olímpico.

Há também uma variedade de intervenientes pós-Jogos em cidades olímpicas que inspecionam o legado, direta ou indiretamente: o Comitê Olímpico Nacional, os administradores dos antigos locais olímpicos, vários níveis de governo, líderes empresariais e turísticos e Centros de Estudos Olímpicos. Cidades muitas vezes se preparam bem para o seu legado pós-Jogos.

Referências ao legado não aparecem com frequência em documentos oficiais do COI, não há menção na Carta Olímpica e a idéia não apareceu em documentos de candidatura até recentemente. A organização dos Jogos Olímpicos contemporâneos é uma tarefa tão grande e desafiadora que o foco total é em vencer o processo de escolha da cidade e, em seguida, realizar Jogos bem sucedidos dentro do prazo estipulado.

Nos últimos tempos tiveram início as políticas legados do COI, como o Serviço de Conhecimento dos Jogos Olímpicos, que envolve a transferência de conhecimento a partir de uma Olimpíada para outra. O processo de candidatura para os Jogos Olímpicos de 2008, que teve Pequim como cidade escolhida, foi o primeiro contrato a especificar um legado de arquivo. O caso contra legado repousa sobre as dimensões problemáticas da palavra. Como o legado possui múltiplos significados, existe o perigo de se tornar uma palavra elástica que se estende para incluir tudo. Como legado é um conceito em evidência atualmente e é geralmente considerado algo positivo – os benefícios do legado são considerados auto-evidentes – dificilmente tem uma definição completa, sendo ajustado para casa caso em questão.¹¹⁴

¹¹⁴ Cashman, R. *What is Olympic legacy?*, 2003, p. 35

No documento final de um simpósio realizado em Barcelona em 2002 sobre os legados dos Jogos Olímpicos realizados entre os anos de 1984 e 2000, após longos debates a respeito de legado e suas dimensões, chegou-se à seguinte conclusão:

After hearing papers talking about different experiences from games and cities, the idea emerged that the effects of the legacy have many aspects and dimensions, ranging from the more commonly recognized aspects – architecture, urban planning, city marketing, sports infrastructures, economic and tourist development – to others that are just as, if not more important, but that are less recognized. In particular, it is necessary to point out the importance of so called intangible legacies, such as production of ideas and cultural values, intercultural and non-exclusionary experiences (based on gender, ethnicity or physical abilities), popular memory, education, archives, collective effort and voluntarism, new sport practitioners, notoriety on a global scale, experience and know-how, etc. These intangible legacies also act as a motor for the tangible ones to develop a long-term legacy.¹¹⁵

Para Keith Gilbert legado só pode ser deixado por pessoas para pessoas ou gerações mais velhas para gerações mais jovens. “Legado - em minha perspectiva – não é uma lei da natureza, mas trata-se de uma característica puramente humana e intergeracional, em que as gerações mais velhas deixam legados para as mais jovens”.¹¹⁶

Gratton e Preuss definem legado como “estruturas, planejadas e não planejadas, positivas e negativas, intangíveis e tangíveis, criadas mediante um evento esportivo que permanecem após o evento”.¹¹⁷ Podemos afirmar, somente, que o conceito de legado está ligado aos impactos (positivos ou negativos) de longo prazo associados aos jogos. Esses impactos

¹¹⁵ O documento *The legacy of the Olympic Games: 1984-2000* está Disponível em <http://olympicstudies.uab.es/olympiclegacy/>

¹¹⁶ Keith Gilbert, durante palestra no Simpósio Londres Rio, 2012.

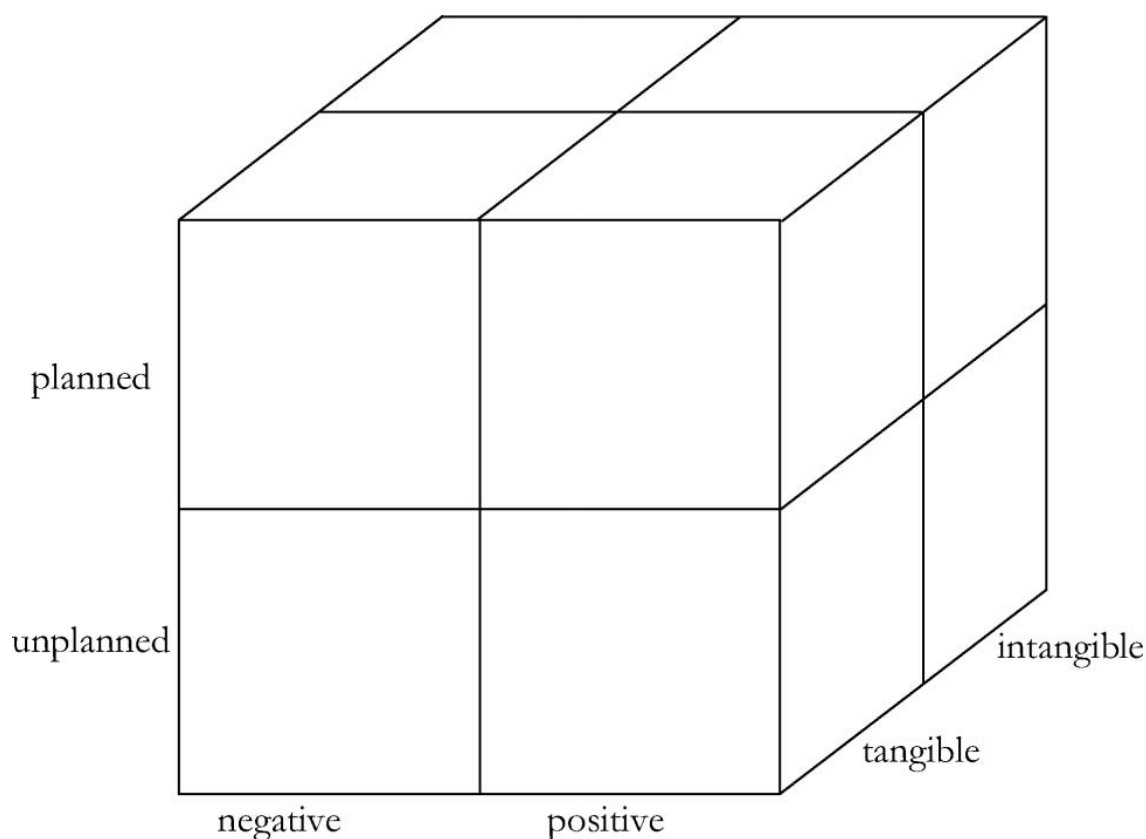
¹¹⁷ Gratton e Preuss, *Maximizing Olympic Impacts by Building Up Legacies*, 2008, p. 1924

podem ser econômicos, socioculturais, ambientais, físicos, políticos e psicológicos, assim como relacionados ao turismo, o legado é um fenômeno multidimensional, pois está relacionado a diversas fases, da proposta para a realização do evento até o plano para a utilização após o evento. A concepção de legado transcende a herança concreta dos Jogos e se estende a uma concepção mais ampla que abrange a apropriação subjetiva dos custos e benefícios pela comunidade participante dessa organização. Essa condição leva a posterior apropriação dos equipamentos urbanos, incorporando-os às atividades da comunidade, facilitando seu uso.¹¹⁸

Três dimensões do legado podem ser identificadas por Gratton e Preuss: primeiro, o grau de estrutura planejada, em segundo lugar, o grau de estrutura positiva e em terceiro, o grau de estrutura quantificável. As três dimensões do legado formam um 'cubo do legado' (figura abaixo). O cubo tem oito cubos menores. Seria necessária uma avaliação holística de um megaevento para identificar todos os legados. Na realidade, a maioria dos estudos pré-eventos e de comissões de candidatura tem em foco apenas um subcubo (planejado, positivo ou tangível). Muitos dos estudos de viabilidade pré-evento e estudos de impacto que contemplam legados são potencialmente tendenciosos, porque a ambição daqueles que conduzem os estudos é favorecer a realização do evento e, portanto, eles enfatizam somente um subcubo em especial.¹¹⁹

¹¹⁸ Rubio, Os jogos olímpicos e a transformação das cidades, 2005.

¹¹⁹ Gratton e Preuss, *Maximizing Olympic Impacts by Building Up Legacies*, 2008, p. 1924



Cubo do legado

Fonte: Gratton e Preuss, 2008

O legado dos Jogos Olímpicos afeta a cidade anfitriã em diversos aspectos e podem ser definidos como ‘tangíveis’ e ‘intangíveis’. As estruturas tangíveis são aspectos mais facilmente mensuráveis e são divididas em estruturas primárias (ligadas às práticas esportivas durante o evento), secundárias (participam no apoio da realização do evento, como a vila dos atletas) e terciárias (ligadas ao entorno do evento e à infraestrutura urbana necessária para sua realização). Pela classificação de Preuss, as estruturas intangíveis são compostas pelo conhecimento, pelas redes e pelos bens culturais. Kaplanidou e Karadakis citam como exemplos de legados intangíveis a regeneração urbana, o aumento da reputação internacional, a produção de valores culturais, as experiências emocionais e o aumento de conhecimento. Estes autores apontam que tais aspectos são mais difíceis de serem medidos e identificados.¹²⁰

¹²⁰ Kaplanidou e Karadakis. *Understanding the Legacies of a Host Olympic City*, 2010

Tipo de legado	Tangível / Intangível	Planejado / Não Planejado	Positivo / Negativo
Esportivo	Intangível	Planejado ou não	Positivo ou negativo
Econômico	Tangível	Planejado ou não	Positivo ou negativo
Estrutura / Equipamentos	Tangível	Planejado	Positivo ou negativo
Informação / Educação	Intangível	Planejado ou não	Positivo ou negativo
Cultura	Intangível	Planejado ou não	Positivo ou negativo
Simbólico / Histórico	Intangível	Não planejado	Positivo ou negativo
Urbano	Tangível	Planejado	Positivo ou negativo
Psicológico	Intangível	Planejado ou não	Positivo ou negativo
Social	Tangível / Intangível	Planejado ou não	Positivo ou negativo
Ambiental / Sustentabilidade	Tangível	Planejado ou não	Positivo ou negativo
Político / Governança	Intangível	Planejado ou não	Positivo ou negativo
Saúde	Intangível	Planejado ou não	Positivo ou negativo

Resumo das tipologias e dimensões do legado
 Fonte: Compilado de Gratton e Preuss, 2008

Poynter corrobora com este sentimento afirmando que a mensuração dos impactos primário e secundário por sediar os Jogos Olímpicos é complexa¹²¹. O legado pode ser de curto ou longo prazo; tangível ou intangível. Com base nesta visão, Poynter elaborou uma matriz modificada, expandida em relação à matriz original de Preuss, como mostrada abaixo.

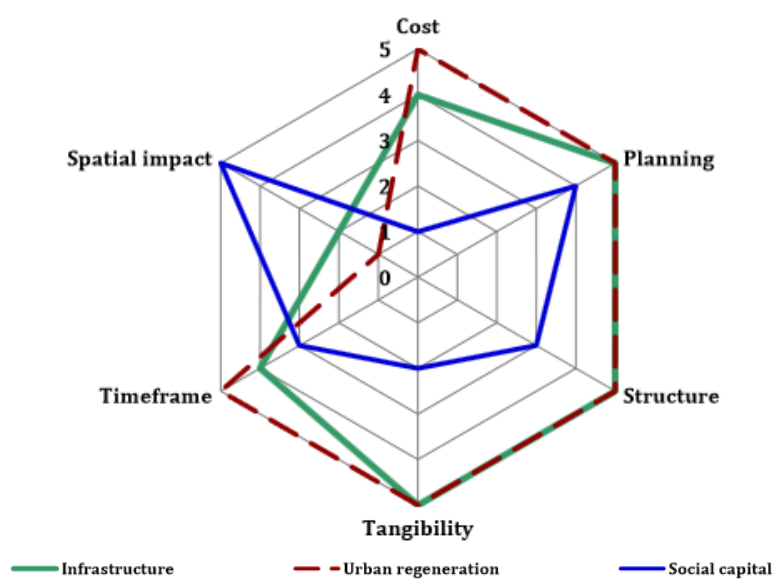
¹²¹ O Comitê Olímpico Internacional introduziu em 2001 seu próprio programa de Impacto Global dos Jogos Olímpicos para identificar uma série de medidas objetivando avaliar o impacto do evento. Um OGGI tornou-se exigência para a cidade-sede com o estudo iniciando-se dois anos antes do evento e o impacto prosseguindo durante nove anos após o evento. Quatro estágios incorporam o estudo – a concepção da candidatura, a organização dos Jogos, o próprio evento e a fase de encerramento que se completa com a dissolução do Comitê Organizador. [Poynter, G. *From Beijing to Bow Bells*, 2006, p. 19]

<p>Curto Prazo: Visível O Evento</p> <p>Sucesso Esportivo Desenvolvimento Comunitário Emprego Olímpico Pré-Eventos</p> <p>Receitas do COJO Direitos de Mídia Merchandising Marketing Patrocínios Venda de Ingressos Loterias Doações Lucros em aplicações Subsídios Públicos / Taxas Transportes e aluguéis & Receitas de Uso da Vila</p> <p>Despesas do COJO Construções temporárias Novas & Remoções Eventos de Cerimônias Segurança Seguros Administração & Relações Públicas Voluntariado Saúde Custos Médicos Eventos de Teste Acomodações Mídia & IT (Tecnologia da Informação)</p>	<p>Longo Prazo: Visível O Legado</p> <p>Legado Esportivo Regeneração Comunitária Emprego não-Olimpico Habitações Adicionais Lazer e Instalações Esportivas Espaços de Convenções/ Exibições / Escritórios Infra-estrutura de Telecomunicações Infra-estrutura de Transporte Meio Ambiente (parques, espaços, água, ar, ecologia) Turismo Serviços Públicos – educação, saúde... Mercado de Trabalho – especialidades conhecimento Organização de Voluntários Aumento do Custo de Vida (variação percentual do índice na cidade-sede em comparação com outras cidades)</p>
<p>Invisível a curto-prazo</p> <p>Marca/Imagem-Cidade/Região Abordagem "Poder fazer" e "Não poder fazer" Mensagem "política" "Deslocamento de recursos destinados a outros usos" Deslocamento de outros recursos em demanda - "troca de gastos"</p>	<p>Invisível a longo prazo</p> <p>Desaparecimento de empregos relacionados aos Jogos Conhecimentos e habilidades retidas "Ethos (valores) de voluntários mantidos" Orgulho Nacional / Imagem / Marca "Efeitos de deslocamento" estruturais</p>

Matriz expandida do legado
Fonte: Poynter, 2006.

Os diversos componentes do legado assumem maior significado para cidades que se candidataram a sediar os Jogos a partir do evento de Barcelona em 1992. Os Jogos de 1992 foram os primeiros a ocorrer na época do pós-guerra fria e vieram para simbolizar os valores pós-ideológicos que tipicamente orientam a realização do evento Olímpico. Enquanto os Jogos de Los Angeles representaram o triunfo do “espetacular” e do pragmatismo da comercialização desenfreada, Barcelona antecipou a volta da cultura nos negócios econômicos, apresentando, em retrospecto, uma versão suave e menos espetacular de regeneração urbana e renovação. Sidney e Londres seguiram essa tendência, com a candidatura de Londres cristalizando esses aspectos-chave.¹²²

A importância do legado aumentou tanto nos últimos anos que uma grande percentagem das obrigações dos Comitês Organizadores agora se foca nele. Como resultado do aumento do uso e da formalização do legado tem ocorrido a inclusão de vários novos temas como meio ambiente, informação, educação. Mudanças na ênfase sobre os tipos de legado, incluindo o elo mais forte para a cidade e as iniciativas de planejamento regional, a sua sustentabilidade, a sua crescente complexidade e da interconexão encontrada dentro da tipologia dos legados, e sua governança global.



Interconexão entre os perfis do legado

Fonte: Palestra do professor Dr. Keith Gilbert, University of East London, 2012

¹²² Poynter, G. *From Beijing to Bow Bells*, 2006, p. 19-20

Vale ressaltar que os Comitês, na tentativa de fortalecer os processos de candidatura, focam nos legados positivos e ignoram as potenciais consequências negativas que seus planos podem ter. Cada cidade tem fatores diferentes de qualidade que tornam a cidade mais ou menos atraente. Hoje, as cidades estão em concorrência global para atrair atividade econômica. Quando o legado é significativo, a cidade-sede está em uma posição melhor para enfrentar esta competição.

A possibilidade de isso acontecer é reforçada por estrategicamente incorporar o evento nos processos mais amplos de desenvolvimento. A estratégia de construir um legado começa com a decisão de concorrer a um evento específico. Jogos Olímpicos são eventos diferenciados nas estruturas de que necessitam e as cidades diferem nas estruturas que podem proporcionar. A estratégia centra-se nas estruturas adicionais de um evento e cria a necessidade destas estruturas à longo prazo. Após o evento, algumas estruturas são desmontadas ou reduzem em tamanho, mas outras permanecem por um longo período de tempo após o evento.

Portanto, há uma preocupação por parte do comitê avaliador das cidades candidatas, ligado ao COI, que haja um aproveitamento por parte da comunidade local de todos os benefícios diretos da organização do evento. Nesse sentido, a avaliação do legado de uma cidade olímpica oscila entre os benefícios – ou prejuízos – materiais, mensuráveis pelos custos financeiros envolvidos e obras edificadas, e humanos, de quantificação mais complexa, porém inegável, que vai da criação de um novo imaginário para espaços anteriormente constituídos à reordenação dos mecanismos de gerenciamento desses novos espaços, o que lhes permitirá a atribuição de novos significados.¹²³

Um bom legado é aquele dirigido por um *momentum* contínuo nascido de fatores intangíveis que incluem capital social aliado a progressivas e comprometidas estruturas de governança, eficiência na integração das redes, suporte comunitário, transparência, fortes elos de

¹²³ Rubio, K. Os jogos olímpicos e a transformação das cidades, 2005.

comunicação, confiança cívica e motivação.¹²⁴ Neste sentido, o momentum do legado é a capacidade da cidade anfitriã de continuar a crescer após o abrandamento econômico pós-Jogos. Este é o mais importante fator de determinação da medida em que os jogos podem conduzir a transformação de sua cidade-sede. Para que seja possível atingir momentum, primeiramente deve-se entender que os Jogos Olímpicos devem ser parte de um plano pré-existente de regeneração que envolve novas fases a serem implementadas após o encerramento do evento.

Nesta tese, o legado não advém da morte de um indivíduo, deixando de herança para seus legatários apenas benefícios. O legado urbano dos Jogos Olímpicos para a cidade que os sedia é um misto de direitos e obrigações, benefícios e fardos, que dependem de quão bem planejado foi e do interesse dos que têm nas mãos o poder para fazer acontecer um evento desta magnitude e converter um evento de 17 dias em catalisador de operações duradouras. Todo legado, a nosso ver, tem impactos positivos e negativos, dependendo da posição em que se está. Abordamos o legado como aquilo que se transmite quando há uma mutação na maneira de intervir na cidade, catalisada por um evento temporal específico, transformando a imagem da cidade.

A partir disto, é possível perceber quais os aspectos mais relevantes (positivos ou negativos) para a (trans)formação urbana das cidades olímpicas, identificando a herança deixada pela passagem dos Jogos Olímpicos. Trata-se, desta forma, de uma construção contínua, variável e adaptável, que reflete as decisões tomadas desde antes da candidatura às Olimpíadas até a fase pós-Jogos, impactando a materialidade da cidade, o modo de vida urbano e suas formas de sociabilidade. Tudo isso constitui o legado urbano de uma cidade olímpica, um legado particular, único, imprevisível e mutável.

O dizemos imprevisível porque entendemos que externalidades podem mudar o rumo dos planos. Por isso, o processo de

¹²⁴ Ribeiro, F. Instalações Esportivas – Planejamento e Desenvolvimento, 2005.

planejamento é essencial, para mitigar os riscos de impactos urbanos negativos, tendo sempre como foco a legitimação das necessidades e desejos de sua população. Neste sentido, o legado não é o estado máximo a ser alcançado, ao contrário, é o produto que descreve a expansão progressiva de diversas realizações e de abordagens multidisciplinares.

Os planejadores dos Jogos devem se concentrar nos benefícios indiretos, objetivando maximizar o legado dos Jogos. Além de tudo, o conhecimento adquirido com a preparação e a realização dos Jogos não deve ser ignorado ao término do evento, mas utilizado para promover novas ações ulteriores na cidade e na região. Finalmente, as consequências negativas e falhas detectadas na fase relacionada aos Jogos devem ser corrigidas e redirecionadas em novos projetos de desenvolvimento urbano.

Em tese, o legado desejável seria o que resultasse positivo nos aspectos esportivo, econômico, social e ambiental. Com cuidadoso planejamento é possível contemplar a todos de forma satisfatória. Fatores como localização, renda média, grau de instrução e cultura dos futuros usuários, aliados a uma política de esportes e lazer consistente e amparada por adequado suporte de legislação influenciam nas opções e decisões técnicas a serem propostas para os projetos.

O legado dos Jogos Olímpicos pode ser mais facilmente assegurado através da integração de planejamento e gestão pós-olímpica na fase de candidatura e da garantia da continuidade de todas as etapas subsequentes. O planejamento do legado pode, no entanto, introduzir objetivos contraditórios nessas outras etapas, tal como conflitos com a prioridade de entregados Jogos em tempo, dentro do orçamento e com instalações que atendam aos requisitos especiais dos atletas de elite.¹²⁵

¹²⁵ Ribeiro, F. Instalações Esportivas: Planejamento e Desenvolvimento, 2005.

A MULTIDIMENSIONALIDADE DO LEGADO

Ao interpretar o conceito de legado em relação à perspectiva e prospectiva das cidades-sede, é possível identificar algumas proposições e paradoxos. Primeiro, o conceito de legado decorrente de importantes megaeventos esportivos está agora firmemente focado em resultados não-esportivos como importante fonte de legitimidade para receber os Jogos. Segundo, as cidades proponentes têm aliado suas propostas a estratégias de desenvolvimento econômico e regeneração que tendem refletir a natureza relativamente dinâmica de suas economias regionais e nacionais ou a relativa falta de dinamismo de suas. E por fim, desde os Jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona, as cidades têm usado os Jogos como catalisadores de regeneração e confiado fortemente em diferentes formas de intervenções estatais para se promoverem como cidades globais.¹²⁶

▪ Dimensão esportiva

Tem havido muito pouca discussão sobre o legado do esportivo, que é a primeira vertente do Olimpismo e é o cerne do espetáculo Olímpico. Enquanto os Jogos Olímpicos deixam melhorias das instalações desportivas para uma variedade de esportes de elite, existe também a questão de saber se existe um legado em termos de prestação de esportes e da cultura esportiva de uma cidade.

Apesar de um legado de esporte parece valer menos que o legado econômico, existem alguns exemplos de legados esportivos positivos. O grande excedente dos Jogos Olímpicos de Los Angeles 1984 resultou em uma doação de US\$ 93,5 milhões para o *Amateur Athletic Foundation*. Desde 1985, a Fundação investiu mais de US\$ 100 milhões em esportes da juventude no sul da Califórnia, promovendo a educação de treinamento e participação esportiva. A *Foundation Library* foi inaugurada em 1988 e tem um orçamento anual de US\$ 1 milhão para gastar em sua biblioteca e website. A instalação

¹²⁶ Poynter, G. *From Beijing to Bow Bells*, 2006, p. 8.

esportiva para luta e levantamento de peso utilizada nos Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992, projetada pelo arquiteto de Barcelona Bofill, mais tarde tornou-se o Instituto Nacional Catalão de Educação Física da Catalunha depois dos Jogos.¹²⁷

Quando o esporte é tomado como uma centralidade, não só nos discursos para a promoção de eventos, mas também como elemento fundamental para o desenvolvimento social, os equipamentos podem ter usos sociais intensos. O esporte tem efeitos benéficos para a sociabilidade urbana, seja no âmbito da saúde, seja na formação de valores culturais, sendo a sua disseminação uma contribuição para a melhoria das condições de vida de muitos cidadãos.

▪ **Dimensão econômica**

Nas últimas décadas o legado chegou a uma proporção que não era imaginada. Sabendo da importância do legado olímpico, tanto para o COI como para as cidades-sede, Holger Preuss desenvolveu uma periodização dos legados econômicos dos Jogos¹²⁸. O período I, 1896-1968, representa uma fase em que os impactos econômicos não recebiam muita atenção, possivelmente pela módica escala dos Jogos. Este período é caracterizado pelos problemas financeiros dos comitês organizadores, que desenvolviam novas formas de financiamento sempre que o governo tentava evitar obrigações financeiras.

O período II, 1969-1980, refletiu uma importante fase de mudanças quanto ao financiamento. Com o crescente “gigantismo” dos Jogos, tornou-se urgente a obtenção de novas fontes de financiamento e, com isso, a venda dos direitos de transmissão e patrocínios se tornou muito importante, e a dependência desta fonte de recursos cresce progressivamente até hoje. Apesar disto, a realização dos Jogos ainda necessitava de apoio e recursos governamentais, a exemplo do que a Olimpíada de Munique de 1972 bem demonstrou, e na grande falha de financiamento público da cidade revelada

¹²⁷ Cashman, R. *What is Olympic legacy?*, 2003, p. 36

¹²⁸ Preuss, H. *The economics of staging the Olympics*, 2004. p. 7-8.

pelos deficitários Jogos Olímpicos de Montreal em 1976. Os Jogos Olímpicos de Moscou, em 1980, forneceram pouca informação quanto aos legados econômicos do evento.

A terceira fase (1981- 2003) teve início com os Jogos de Los Angeles em 1984 que, pela falta de outros candidatos, teve a oportunidade de fazer exigências que em outra situação não poderia fazer. Assim, foi permitido à cidade de Los Angeles declinar qualquer obrigação financeira e, como resultado. Neste período, com a liberação do profissionalismo, ficou garantida a independência financeira do Movimento Olímpico, transformando o evento em um negócio comercial, basicamente através da exploração de direitos de patrocínio. Eventos subseqüentes a esta fase envolveram uma mistura de financiamento público/privado que tendeu a reforçar a comercialização dos Jogos e, em algumas instâncias, casos de corrupção financeira.

A quarta e mais recente fase teve início em 2004 e tem testemunhado uma modificação de tendências evidentes num período de rápida comercialização. Por quase 25 anos, a comercialização tem tido papel decisivo no sucesso do Movimento Olímpico, e esta dependência poderia levar à uma mudança radical caso os ideais olímpicos perdessem seu poder. Preocupado com possíveis impactos, o COI desenvolveu um plano para proteger a Olimpíada contra o excesso de comercialização, identificando parceiros corporativos cujas próprias marcas são solicitadas a refletir tais valores. Além disso, o COI requereu proteção legal dos valores olímpicos por parte das cidades-sede.

É através dessa tentativa para modificar a dimensão comercial dos Jogos que o legado assumiu um papel de tema central. A crescente significação atribuída a legados não-esportivos tem gerado muito debate relativo aos impactos social e cultural das Olimpíadas. A reflexão acerca dos legados dos Jogos Olímpicos, neste caso, volta-se para o espaço urbano e para o significado deste para a comunidade local. A própria caracterização de um evento desta magnitude gera uma alteração forçosa do espaço urbano para que seja possível a realização do mesmo. E a depender de como o processo

for conduzido, isso pode representar transformações positivas e estruturantes da cidade.

▪ **Dimensão social**

Uma referência estratégica para o debate acerca da cidade que queremos é o Estatuto da Cidade, que estabelece dezesseis diretrizes gerais com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, dentre as quais destacamos os itens selecionados:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

Considerar esses princípios fundamentais e diretrizes gerais no processo de planejamento estratégico dos Jogos Olímpicos pode

permitir maximizar os legados com foco na garantia da sustentabilidade urbana, contra a desigualdade e a injustiça social.

A noção de sustentabilidade implica uma inter-relação necessária entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento como tendo uma capacidade de suporte.¹²⁹

Evidentemente que o propósito de maximizar os legados com o foco descrito, pressupõe a necessidade de implementar políticas públicas orientadas para tornar as cidades social e ambientalmente sustentáveis, possibilitando com isso retornar para o cidadão os investimentos com a realização do evento. Na dimensão do Esporte e do Lazer, a exemplo de outras áreas, o desafio a ser perseguido é o estabelecimento de Políticas Públicas efetivas, desenvolvidas de forma abrangente e continuada, para que seus resultados possam ser avaliados e mensurados quanto à qualidade, eficácia e efetividade de seus propósitos. Referenciar a realização dos Jogos Olímpicos tem caráter estratégico, seja no processo de planejamento das ações ou na gestão e no acompanhamento da execução das mesmas. O desafio é construir uma matriz de formação esportiva, com raízes nas escolas e universidades, que supere a teoria da chamada pirâmide esportiva, que tem como base o treinamento esportivo e a busca do alto rendimento, de caráter excludente.¹³⁰

O projeto de uma sociedade socialmente justa, democrática, que assegure o pleno desenvolvimento humano e a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos deve ser a referência para o debate acerca da importância dos legados das Olimpíadas. Neste sentido, o processo de planejamento e gestão dos legados, deve considerar os direitos à cidade e à cidadania como princípios norteadores.

¹²⁹ Jacobi, P. Cidade e meio ambiente, 2000, p. 60

¹³⁰ Filgueira, J. Importância dos legados de megaeventos esportivos para a Política Nacional do Esporte, 2008, p. 70-71

▪ **Dimensão cultural**

O legado cultural positivo emerge quando os mencionados fatores estão suficientemente evidenciados na cidade sede. Entre os desafios no campo cultural estão dar escala e qualificar a gestão das ações de programas, levando os cidadãos das cidades olímpicas a sentir a presença das políticas culturais em sua vida cotidiana e materializando a ação do Estado em direitos culturais. Neste contexto, encontramos os aspectos ligados às questões da memória. Todas as políticas culturais potentes tiveram nas ações de memória uma marca importante de governo. Dentro do contexto urbano, a reconquista dos espaços públicos e a garantia do “direito ao encontro” levam à consolidação da cultura como direito. Se passarmos a entender as cidades como fenômenos culturais complexos e diversos, será mais fácil buscar nas políticas culturais as respostas para a renovação das cidades.

O legado cultural em sediar os Jogos não pode facilmente ser aferido por um conjunto de resultados numa determinada data após os Jogos. Obter esse Momentum é uma tarefa difícil e é provavelmente mais bem ilustrada pelas realizações nas fases de regeneração pós-olímpica experimentadas em Barcelona. Atlanta revelou a natureza fragmentada de tal legado que surgiu de diferentes e competitivas visões das elites que organizaram o evento. Sydney e Atenas encontraram um período difícil pós Jogos, embora um novo ímpeto pareça estar se desenvolvendo nesta última.¹³¹

▪ **Dimensão ambiental**

Durante a década de 1990, o COI reforçou formalmente sua posição ambiental, sobretudo por influências originadas da Conferência sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente das Nações Unidas de 1992 no Rio de Janeiro. Neste período foi criada a Agenda 21, então redigida com base na concepção do desenvolvimento sustentável que se tornou parte da agenda global das Nações Unidas. O COI atendeu ao requisito de responsabilidade ambiental acrescentado à Agenda 21, adotando o conceito de sustentabilidade

¹³¹ Leme, A. Revisão descritiva do Modelo East London para legados de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, 2008, p. 213

para regular os Jogos, e mais tarde em 1994, o meio ambiente se tornou o “terceiro pilar” dos objetivos Olímpicos (juntamente com o esporte e a cultura). Neste propósito a própria Carta Olímpica foi emendada para integrar a dimensão ambiental.

Apesar de tais recomendações só passarem a existir na metade dos anos de 1990, algumas cidades-sede de Jogos anteriores já mostravam melhoras ambientais intencionais ou por consequência da própria regeneração urbana. Os Jogos de Tóquio 1964 foram planejados buscando este legado, e os Jogos de Seul 1988 usaram os Jogos como uma oportunidade de fazer melhorias no transporte público, diminuindo a quantidade de carros e, indiretamente, melhorando a qualidade do ar.

▪ **Dimensão urbana**

Embora o COI estabeleça, em seus manuais de candidatura, que de modo algum a infraestrutura deva ser desenvolvida especificamente para os Jogos, as cidades-sede não podem se abster de garantir a infraestrutura de transporte adequada (estradas, ferrovias acesso, aeroporto) e outras instalações (hotéis, hospitais, estações de esgoto, etc.) necessárias para o bom usufruto da cidade durante e após os Jogos Olímpicos.

A dimensão urbana do legado é extensa e complexa. Refere-se, primeiramente, ao destino que a cidade dá aos seus equipamentos e estruturas olímpicas depois dos Jogos. Está relacionada à mudanças significativas no ambiente físico e construído de uma cidade, como resultado da Jogos. O legado do espaço urbano coincide com o legado econômico porque os projetos urbanos fundamentais são muitas vezes ligados a plano estratégico de uma cidade para gerar receita por meio do turismo. No entanto, uma melhoria no espaço pode ser um legado menos tangível, mas não menos importante.

Também estão incluídos nesta dimensão aspectos relativos à mobilidade urbana, que está relacionada à acessibilidade dos cidadãos a diferentes lugares da cidade; a competência diz respeito à disponibilidade dos meios de deslocamento e à proximidade de acesso a eles. Nestes termos, devem-se considerar também itens como o preço das passagens, oferta de modais diversificados, possibilidade de integração intermodal e, sobretudo, as opções de mobilidade devem ser seguras e minimamente confortáveis.

Dentro da multidimensionalidade do legado, Cashman também inclui uma série de dimensões intangíveis como de grande importância para a cidade¹³²:

- **Dimensões informacional e educacional**

Nas últimas décadas, tem havido o reconhecimento do valor da transferência do conhecimento olímpico. Esta transferência de uma cidade olímpica para outra é uma forma direcionada e específica do legado que pode ser economicamente vantajosa.

Legado educacional, por outro lado, é menos tangível e não produz nenhum benefício econômico direto. Isso não significa que ele é menos importante do que outras formas de legado, porque ajuda no desenvolvimento e, conseqüentemente, na melhoria na qualidade de vida dos jovens, atletas em particular. É uma forma de legado que tem uma prioridade relativamente baixa para os comitês de organização, que se concentram mais em questões relacionadas diretamente com a organização de uma Olimpíada.

- **Dimensões política e de vida pública**

Esta forma de legado refere-se a inovações na maneira que uma cidade conduz sua vida pública e política. Também inclui novas formas de cooperação e parcerias que foram desenvolvidas durante o processo de organização dos Jogos, bem como a melhoria das competências humanas e as

¹³² Cashman, R. *What is Olympic legacy?*, 2003, p. 36

aplicações de novas tecnologias. Esta forma de legado também é menos tangível e menos discutida. A melhoria das competências humanas em uma cidade olímpica, particularmente o recrutamento e a formação de voluntários, é outra área de potencial benefício legado. Existe a possibilidade de uma cidade em desenvolvimento um legado de voluntários, aproveitando as habilidades e o compromisso de seu corpo de voluntários.

▪ **Dimensão simbólica, memorial e histórica**

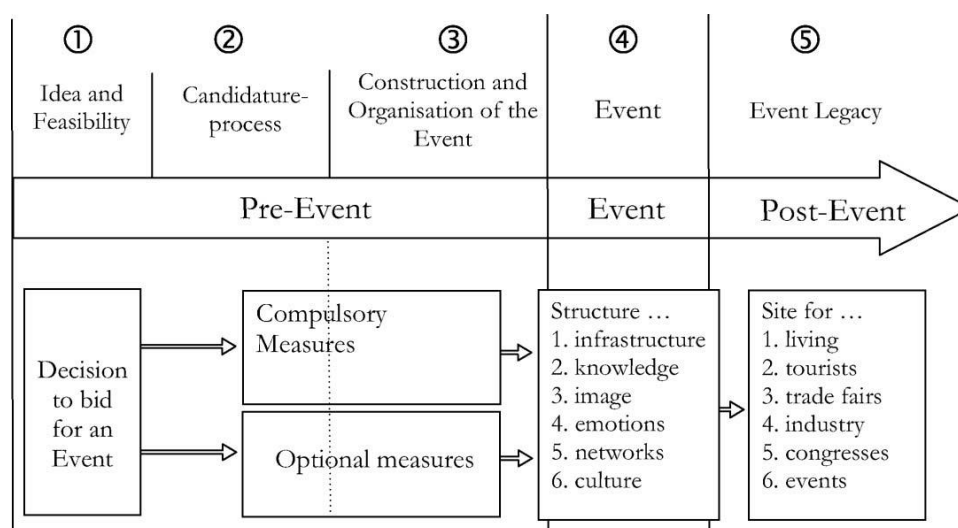
Esta categoria de legado inclui símbolos produzidos por uma Olimpíada, eventos de aniversário e da marcação dos Jogos Olímpicos na história de uma cidade. Esta forma de legado foi menos discutido porque nenhum benefício econômico direto flui de sua promoção e porque sua importância é menos compreendida de forma mais geral. Há duas razões para a promoção deste tipo de legado. As Olimpíadas produzem muitos símbolos e logotipos criativos, alguns dos quais têm o potencial de reutilização comunidade criativa, como o caso de Sydney.

Tem havido muito pouca consideração dada ao legado emocional dos Jogos, a respeito de como uma comunidade lida com as consequências do que para muitos foi o evento mais memorável de suas vidas. Há muitas maneiras em que uma cidade pode marcar simbolicamente um local particular. Como por exemplo, em Sidney, foi estabelecido na entrada do Centro Aquático o chamado *Path of Champions*. Este 'caminho' inclui mais de cem placas que homenageiam campeões olímpicos da Austrália, fornecendo detalhes básicos biográficos de cada campeão e um breve resumo de suas realizações.

Neste breve resumo das principais dimensões verificamos que o caminho para o legado é longo e complexo.

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NA CRIAÇÃO DE IMPACTOS POSTERIORES

Atualmente vemos o espírito dos JO penetrando os corações e mentes dos brasileiros, seja porque é a oportunidade de assistir no Brasil um evento mundial, seja porque para alguns é uma possibilidade de ampliar a renda ou porque os investimentos em infraestrutura podem melhorar a mobilidade urbana nas cidades sedes. Mas sabemos que a organização de eventos tais quais os Jogos Olímpicos está cada dia mais complexa. Os governos falam de legado econômico e de infraestrutura, mas a participação de todos, como comunidade, é fundamental. E isso não se consegue sem planejamento. Por se tratar de evento de abrangência mundial, é necessário considerar, ainda na etapa de candidatura, os possíveis impactos de longo prazo que serão causados, tendo em mente, ainda, a importância do custo de oportunidade¹³³.



Processo de construção dos legados planejados

Fonte: Gratton e Preuss, 2008

¹³³ Os recursos financeiros destinados aos Jogos Olímpicos somente podem ser utilizados para este fim e não estariam disponíveis se não fossem por ele. O custo de algo é equivalente ao custo do que se renuncia para obtê-lo, assim temos o Custo de Oportunidade como o preço da renúncia de um bem de modo a se obter outro bem. Siegfried e Zimbalist (2000) comentam que a decisão por destinar parte do orçamento público na realização de megaeventos esportivos exclui a oportunidade de se priorizar esse orçamento em outras áreas, notadamente em áreas de demanda social. Portanto, a construção de um estádio não está relacionada apenas aos recursos financeiros para sua construção, mas no valor que poderia ser direcionado à sociedade em um projeto público prioritário.

Todo megaevento esportivo requer infraestrutura específica e todas as estruturas existentes pós-evento alteram, para melhor ou não, a qualidade da cidade anfitriã. É utópico esperar que todo o conjunto de obras estruturais necessárias para a realização do evento seja concretizado somente após a escolha da cidade, uma vez que isso demanda tempo e investimento. A ideia olímpica é cada vez mais desejada como algo já incorporado ao imaginário da população da cidade postulante, pois isso facilitaria a construção dos equipamentos faltantes e, dentro de uma perspectiva cidadã de seu uso, seriam prontamente incorporados ao cotidiano da cidade após a realização do evento.¹³⁴

Por sua natureza, estas instalações esportivas têm grande impacto no espaço urbano, cabendo ao planejador visualizar tais impactos e o alcance de suas consequências, tanto positivas quanto negativas.¹³⁵ O raio de influência dos grandes projetos pode abranger a cidade, a região, o país ou o continente de sua realização. Ao receber um megaevento, o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – recomenda:

Investir na cidade (e região), e não no evento, é algo que deve ser colocado como prioridade na hora de formular uma proposta de candidatura. Antes dos estádios, ginásios, piscinas, alojamentos é importante pensar na questão das facilidades de transporte e comunicação, na questão ambiental e na segurança e conforto dos turistas e atletas, por exemplo.¹³⁶

É possível expandir os mapas mentais e afetivos da população local e dos visitantes, bem como descentralizar os impactos econômicos dos projetos, desde que essas metas sejam inseridas no início do planejamento. Os projetos necessários para a renovação da cidade devem ressaltar suas vocações e potenciais. A mesma forma é aplicável aos bairros da cidade, tornando visíveis as singularidades de cada espaço. *A priori*, todas

¹³⁴ Rubio, Os jogos olímpicos e a transformação das cidades, 2005.

¹³⁵ Ribeiro, Instalações Esportivas – Planejamento e Desenvolvimento, 2005

¹³⁶ Morais e Euzébio, Eventos internacionais - Compensa investir? - O investimento vale a pena? 2009

as ações concretizadas hoje, tanto do ponto de vista dos valores morais quanto no que concerne ao ambiente construído, constituirão um legado para as gerações futuras. Mesmo em sentido negativo, os erros cometidos serão um legado a ser administrado pelas próximas gerações.

Para o planejador deve sempre estar claro o equilíbrio entre o tangível e o intangível ao propor o uso e gestão pós-evento dos equipamentos construídos. Ao planejar o legado da cidade, o desafio é avaliar aquilo que poderá ao mesmo tempo promover crescimento econômico e responder às necessidades mais urgentes da coletividade. Porém, não é clara a forma de apropriação das benfeitorias dessas realizações pela coletividade, tendo em vista o objetivo maior que é o de elevar a qualidade de vida da população, por meio de ações estruturais, que vão além da euforia promovida por uma conjuntura passageira.

A ideia da realização dos Jogos não costuma ser universalmente aceita como uma prioridade ou opção para sua população e há inúmeras razões para que um evento olímpico gere conflitos urbanos. Uma delas, e que pode ser consideradas a mais importante, é o custo financeiro e humano das obras necessárias para um evento que durará poucos dias, mas que será altamente intrusivo na vida da população. O período de preparação também é um tema controverso, já que envolve um período que chega a durar alguns anos e que mobiliza a atenção e trabalho de inúmeras equipes da cidade candidata e pode gerar um sentimento de frustração entre a população e equipes organizadoras, além de questões sobre a validade da mobilização dos recursos empregados e a visibilidade na condução do processo.¹³⁷

O jogo institucional promovido pelas federações esportivas que desejam ver satisfeitas suas reivindicações em troca de apoio é mais um dos motivos de conflito. Essas reivindicações referem-se principalmente ao uso posterior das instalações construídas. Enfim, há uma dificuldade das equipes organizadoras desse tipo de evento em conduzir o processo de planejamento e organização de maneira participativa. O senso de urgência que move o trabalho nessas condições leva a um tipo de organização

¹³⁷ Hiller, *Towards a Science of Olympic outcomes*, 2003, p. 103

centralizadora e arbitrária que pode levar a mobilizações populares no sentido de protestar contra essa forma de administrar a gestão do negócio, como aconteceu no México-1968. Naquela ocasião foi realizada uma manifestação popular contra os gastos excessivos e a corrupção no gerenciamento das verbas para a realização dos Jogos. O protesto foi duramente reprimido resultando em um número não confirmado de mortes que passava de uma centena.¹³⁸

Com o intuito de superar os impactos urbanos causados pelos Jogos Olímpicos, Hiller propõe então quatro alternativas¹³⁹:

Construções e novas estruturas. As novas estruturas devem ser planejadas considerando a infraestrutura existente na cidade para que não sejam tidas como alheias ao projeto urbano como um todo;

Desenvolvimento econômico. Diz respeito à compreensão dos Jogos Olímpicos como um evento gerador de desenvolvimento econômico por meio do incremento do turismo e pela promoção de uma imagem positiva da cidade;

O impacto psicossocial. O desenvolvimento de uma imagem positiva a partir da infraestrutura realizada e do envolvimento da população nessa realização pode levar a um sentimento de pertencimento ao processo cuja resposta pode ser positiva aos apelos pré-evento, na ajuda à realização, e no pós-evento, dando finalidade às instalações construídas, ocupando-as com atividades;

Os efeitos comunitários. Refere-se ao resultado do embate político travado entre as forças dos vários grupos sociais envolvidos na realização do evento, que resultará no reforço de velhos dirigentes ou na emergência de novas lideranças.

Em se tratando de impactos físicos, a regeneração urbana não é garantida quando uma cidade sedia um megaevento. Se os interesses econômicos prevalecerem durante o processo de planejamento, o que se verá no futuro das cidades-sede serão construções desproporcionais para seu uso

¹³⁸ Rubio, Os jogos olímpicos e a transformação das cidades, 2005.

¹³⁹ Hiller, *Towards a Science of Olympic outcomes*, 2003, p. 105

cotidiano, deixando apenas dívidas advindas da construção de equipamentos que não serão utilizados futuramente. Podem-se considerar também como impactos negativos os altos custos de oportunidade, infraestrutura desnecessária, lotação temporária, perda de turistas permanentes, aumento do aluguel de imóveis e realocação de residentes.¹⁴⁰

Ampliando o olhar sobre os impactos sociais e urbanísticos, as intervenções em razão da construção das novas estruturas e do reordenamento urbano no entorno das cidades, milhares de famílias podem ser removidas dos locais de intervenção, o que significa a violação do direito à moradia e ao acesso à terra. No caso em que seja realmente necessário o reassentamento de famílias, quando não se trata meramente de produzir um embelezamento urbano, mas sim por não haver alternativas razoáveis para a instalação dos equipamentos, este deve se acontecer de forma que os direitos à moradia sejam devidamente respeitados.

Em alguns casos, os megaeventos podem tentar realizar um processo de “higienização”, removendo os pobres das cidades. Em países onde ocorreram Jogos Olímpicos, como a China (Pequim 2008), as intervenções urbanísticas buscaram eliminar a pobreza do entorno dos estádios e a tendência com essas experiências é que a população pobre foi banida da vivência e convivência nos centros urbanos.

A retirada de famílias é a face mais cruel do urbanismo olímpico ao cortar drasticamente relações sociais, estabelecidas em boa parte por proximidades espaciais, que têm valores insubstituíveis para a vida de muitos cidadãos. Nesta concepção sobre a cidade e a gestão do território, todas as iniciativas buscam favorecer o mercado, e ocorre com a anuência do Estado. E isso se concretiza na flexibilização da legislação urbanística; na parceria público-privado; na desregulamentação dos direitos sociais; na criminalização dos movimentos sociais e ONGs. Assim, cria-se no âmbito nas cidades um regime de exceção, como aponta na revista o Professor Carlos Vainer, e em nome dos grandes projetos e volumosos investimentos, são

¹⁴⁰ Kaplanidou e Karadakis. *Understanding the Legacies of a Host Olympic City*, 2010

definidas as obras que redesenham o modelo de cidade em nome dos interesses do capital, e de um planejamento urbano excludente. Segundo ele, a realização do “(...) megaevento aprofunda essa ideia de cidade de exceção: as regras todas vão para o espaço (...)”.¹⁴¹

O processo de renovação urbana tem início anos antes do evento. Algumas cidades utilizam as Olimpíadas como catalisador de desenvolvimento urbano com mais intensidade que outras, visto que as necessidades urbanas para deixar a cidade dentro de nível de aceitação internacional são as mais diversas, variando o foco de intervenção de cidade para cidade. Porém, algumas destas transformações são influenciadas por órgãos externos ao país anfitrião e devem ser previstas no dossiê de candidatura. O COI, como órgão responsável pela condução do esporte olímpico para a seleção de cidades-sede, especifica os requisitos mínimos para assegurar o bom funcionamento e o sucesso dos Jogos para atletas e espectadores.¹⁴² Dentro do processo de seleção das cidades são previstos critérios de avaliação em um manual detalhado. Dentre eles estão:

- 1. Legado** – Avalia o impacto na cidade depois dos Jogos e como valores olímpicos serão promovidos.
- 2. Apoio político** – Avalia o envolvimento dos governos municipal, estadual e nacional no planejamento e financiamento dos Jogos.
- 3. Legislação** – Avalia se as candidatas respeitam todas as regras do Movimento Olímpico e as propostas de leis para garantir os Jogos.
- 4. Fronteira** – Todas as cidades se comprometeram com facilidades aduaneiras.
- 5. Meio ambiente** – É preciso bastante cuidado com impactos ambientais, por exemplo, o COI determina emissão neutra de gás carbônico.

141 Mércia Alves, Coordenadora do Programa Direito à Cidade – CENDHEC/Integrante da rede do Fórum de Reforma Urbana, em artigo disponível em <http://www.portalpopulardacopa.org.br/>

142 COI, Games of the XXXI Olympiad Working Group Report, 2008.

6. Finanças – Avalia a capacidade orçamentária para prover toda a estrutura necessária à realização do evento.

7. Marketing – Avalia as ações que podem ajudar a promover uma imagem positiva dos Jogos junto aos visitantes.

8. Locais de provas – Avalia as propostas de uso durante e depois dos Jogos. O ideal é usar o menor número de locais e evitar a construção de “elefantes brancos”.

9. Paraolimpíadas – As cidades adaptam a estrutura usada nos Jogos e os planos são avaliados com rigor.

10. Vila Olímpica – Deve ter capacidade para cerca de 17 mil atletas. O COI avalia a distância até os locais de competição, o uso depois dos Jogos e o ambiente ao redor.

11. Saúde – O atendimento médico durante os Jogos não deve atrapalhar as operações normais da cidade.

12. Segurança – Considera desde a possibilidade de ataques terroristas até índices de crimes urbanos.

13. Acomodações – O COI exige pelo menos 40 mil quartos 3, 4 ou 5 estrelas.

14. Transporte – A sede recebe em média 25 mil pessoas, o que sobrecarrega a estrutura de transportes.

15. Tecnologia – A infraestrutura de telecomunicações deve estar atualizada com as inovações tecnológicas.

16. Mídia - A cidade deve garantir a construção de um centro de imprensa bem equipado, além de um plano para o uso depois dos Jogos.

17. Cultura - O COI quer garantir planos de educação e cultura que expressem a verdadeira natureza dos Jogos.

As cidades escolhidas são monitoradas durante o período de planejamento e preparação para os Jogos por uma Comissão de Coordenação do COI, e podem ser assistidas pelo Programa de Transferência de Conhecimento e pelo Serviço de Conhecimento dos Jogos Olímpicos.¹⁴³ Este procedimento permite que, mesmo que a cidade não tenha passado por um processo de avaliação bem-sucedido, por meio da estimulação do interesse e demonstração das oportunidades, pode intensificar uma regeneração urbana.

¹⁴³ COI, *IOC Activity Report*, 2002

AS OLIMPÍADAS COMO OPORTUNIDADE URBANA

A expectativa veiculada pelo marketing urbano apresenta os Jogos Olímpicos como uma ferramenta de renovação urbana e um catalisador de transformação urbana substancial. Se não existe cidade já estruturada para realizar os Jogos Olímpicos há que se admitir que todas as candidatas à cidade-sede deverão passar por obras, em maior ou menor proporção, para poder se adequar às necessidades para sua realização.

O desenvolvimento sustentável significa precisamente a inteligência do diálogo entre aqueles que transmitiram um legado, aqueles que momentaneamente o detêm e aqueles que, no futuro, o vão receber. O que temos observado é a realização dos Jogos Olímpicos como uma estratégia para a regeneração ou reinvenção das cidades, pela construção de um 'imaginário urbano'.¹⁴⁴ France e Roche afirmam que os principais instrumentos e veículos de políticas de transformação das cidades cuja imagem se encontra degradada são a criação de atrações turísticas ou eventos esportivos que permitam a formação de uma massa crítica.

Esta estratégia se resume à necessidade de performances de longo prazo, como a construção ou reforma de obras de infraestrutura, e no obrigatório envolvimento da população tanto no que se refere à compreensão dessas obras, que geram transtorno e desconforto, mas que sendo sua finalidade devidamente esclarecida pode gerar um forte sentimento de cidadania e de pertencimento à cidade restaurada.

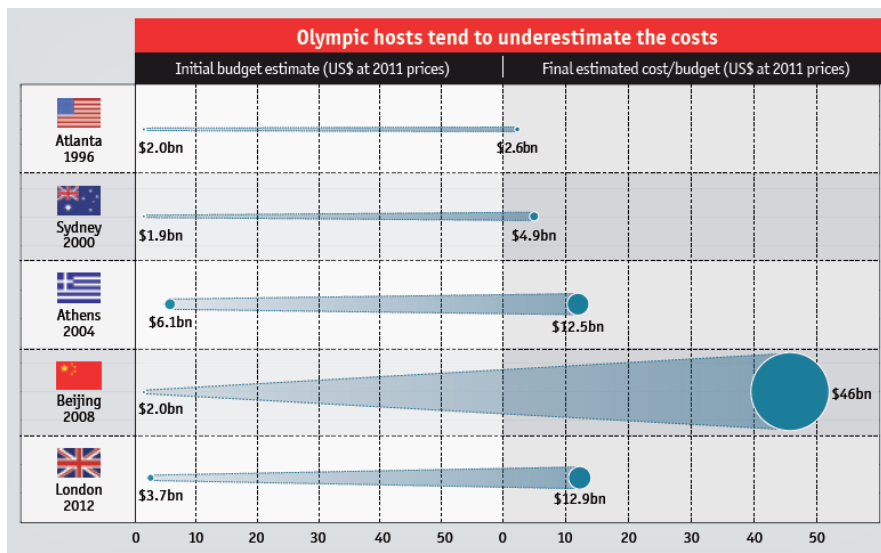
¹⁴⁴ A ideia central do imaginário é a fabricação de uma imagem visível, e a abstração de um símbolo de atores urbanos que estão em um determinado espaço. Néstor Canclini (2005:47) diz que "muitos pressupostos que guiam a ação e as omissões resultam da forma como os cidadãos percebem aplicações urbanas espaço, questões de consumo, de trânsito e de comunicação, e também como eles imaginam as explicações para as perguntas". Para a construção da imaginação, é contemplado tudo o que é estruturado a partir das práticas reais e sociais. O imaginário requer uma imagem mental, pois é a sua matéria-prima. Essa matéria-prima, que é um produto imaginário, torna-se social quando é comunicada. Vale ressaltar que o imaginário não tem nada a ver com a memória, mas a partir de seu estudo ou análise pode estabelecer representações sociais, cuja função é dar um sentido à realidade, definir e orientar os comportamentos ou práticas urbanas.

Apesar do principal interesse do COI com os Jogos Olímpicos seja promover os objetivos do esporte competitivo, para fornecer um legado de instalações para estimular o desenvolvimento atlético e elevar o perfil do esporte, muitas vezes não coincidem com as motivações da cidade anfitriã para sediar os Jogos. Estes são utilizados para justificar o estímulo para o desenvolvimento econômico e regeneração urbana.

Com o crescente aumento do número de atletas e esportes envolvidos nos JO, cresce também o interesse comercial com patrocínios. A Olimpíada tem a capacidade de capturar o apoio do público em geral e dos políticos da mesma forma, o que pode canalizar energia e investimento para o projeto e acelerar o planejamento para atender os Jogos Olímpicos dentro do prazo. Esta amplitude de investimentos também colabora para a criação de uma imagem global para a cidade-sede, o que pode encorajar o investimento estrangeiro e do turismo à longo prazo. Desta forma, a demanda da cidade também cresce, influenciando cada vez mais transformações urbanas.

Tais investimentos demonstram que a cidade, mais que nunca, é expressão da sua mercantilização, que caminha para um modelo de cidade geradora de lucro. Mas os resultados prometidos pelos organizadores dos JO não estão sob seu total controle, estando sujeitos a externalidades trazidas pelas diversas partes interessadas e envolvidas na execução das obras e atividades implicadas no desenvolvimento dos Jogos.

Além disso, os orçamentos inicialmente divulgados invariavelmente subestimam o custo total de montagem de grandes eventos. Entre o momento de candidatura e a época da realização do evento, os custos de construção e o valor dos terrenos podem aumentar significativamente. Orçamentos previstos nunca são suficientes para cobrir os custos reais.



Custos dos Jogos Olímpicos de Verão (bilhões US\$).

Fonte: The Economist Group

Disponível em: www.legacy2012research.com

Certamente, os planejadores veem os Jogos como uma oportunidade para financiar e acelerar planos de longo prazo, que caso contrário permaneceriam arquivados para posterior implementação. Desta forma, os Jogos Olímpicos podem acelerar a mudança, em vez de iniciá-la. Esses pontos ilustram o clássico problema de não poder provar o que teria ou não acontecido se não o evento não tivesse ocorrido. Fatores econômicos, bem como as motivações políticas, influenciam diretamente o nível de intervenção urbana que a cidade irá receber.

As intervenções nas cidades candidatas vão do transporte público, passando pela estrutura de moradia, para abrigar delegações e turistas, até uma sofisticada rede de telecomunicações para proporcionar a circulação das imagens e notícias das competições. Isso representa para a cidade, além de uma infraestrutura mínima, a necessidade de um projeto detalhado de edificação das instalações ainda inexistentes, bem como da captação de recursos para esse fim e o aproveitamento dos equipamentos para uso posterior. O certo, é que existe uma escala crescente no nível dessas intervenções, transformando estas cidades em verdadeiros canteiros de obra e aumentando o nível de qualidade, desafiando o próximo anfitrião dos Jogos a serem ainda melhores. Chalkley e Essex verificaram o crescimento na escala dos impactos na infraestrutura das cidades, como mostra o quadro abaixo.

Table 1. The changing infrastructural impact of the Summer and Winter Games, 1896-2002

Summer Olympic Games	Winter Olympic Games
PHASE ONE: 1896-1904 <i>Small scale, poorly organised and not necessarily involving any new development</i>	PHASE ONE: 1924-1932 <i>Minimal infrastructural transformation apart from sports facilities.</i>
PHASE TWO: 1908-1932 <i>Small scale, better organised and involving construction of purpose built sports facilities</i>	PHASE TWO: 1936-1960 <i>Emerging infrastructural demands, especially transportation.</i>
PHASE THREE: 1936-1956 <i>Large scale, well organised and involving construction of purpose built sport facilities with some impact on urban infrastructure</i>	PHASE THREE: 1964-1980 <i>Tool of regional development, especially transportation and Olympic Villages.</i>
PHASE FOUR: 1960-1996 <i>Large scale, well organised and involving construction of purpose built sports facilities with significant impacts on urban infrastructure</i>	PHASE FOUR: 1984-2002 <i>Large-scale urban transformations, including multiple Olympic Villages.</i>

Caracterização temporal dos Jogos Olímpicos (1896-2002) e sua escala de crescimento
 Fonte: Chalkley and Essex, 1999

Como visto, as primeiras Olimpíadas, que tinham como objetivo a celebração e propagação do esporte e dependiam das oportunidades políticas e financeiras disponíveis na época (até mesmo porque eram organizadas como parte de outros eventos, as Exposições Mundiais), eram mal estruturadas, com módicas instalações esportivas nas cidades, renovando apenas o mínimo essencial para a realização do evento. Numa segunda fase, pré-guerra, apesar de ainda terem uma pequena escala, por já ser reconhecidas como um evento em si e tendo o apoio das esferas públicas, a organização foi aprimorada e um pouco mais de atenção foi dispensada aos equipamentos esportivos, mas sem grande impacto na infraestrutura da cidade.

A partir dos Jogos de Berlim 1936, os Jogos começaram a ganhar maior dimensão e notoriedade, elevando a o nível de organização e estruturação. Nesta fase, instalações esportivas especializadas para os diferentes foram construídas (dependendo da cidade eram construídas em diversas partes da cidade ou agrupados em um mesmo local) e outras estruturas, como a Vila Olímpica, cresceram em dimensão e status. Nesta fase, raras exceções, como Londres 1948, utilizaram estruturas existentes e precárias, pois a severidade pós-guerra não permitia excessos.

Por fim, numa fase que teve início nos anos 1960, intensificou-se nos anos 1980 e se estende até os dias atuais, a escala tem crescido de modo exponencial. O impacto dos JO estimulou mudanças de

grande porte no espaço urbano. A variedade de infraestrutura necessária para realizar os Jogos é superada a cada edição. A cidade se tornou foco das Olimpíadas tanto quanto o esporte, ou seja, sua transformação deixou de ser efeito residual e passou a ser objetivo simultâneo.

Neste sentido, podemos notar nos últimos anos que existe uma preocupação do COI a respeito da magnitude dos JO, que vêm chegando a níveis estratosféricos nas últimas décadas. A Comissão de Estudos dos Jogos Olímpicos do COI reconheceu recentemente a necessidade de rever a escala do evento:

The addition of new sports, disciplines and events is a principal driver for the increase in size of the Olympic Games. Decisions in this regard have had significant knock-on effects for all Games functional areas. The Commission fully supports the IOC Executive Board in its resolve to contain the number of athletes, sports and events in future editions of the Olympic Games. The Games have reached a critical size which may put their future success at risk if the size continues to increase. Steps must be undertaken and serious consideration given to effectively manage future growth, while at the same time preserving the attractiveness of the Games. If unchecked, the current growth of the Games could discourage many cities from bidding to host the Games.¹⁴⁵

Esta foi a conclusão da Comissão de Estudos dos Jogos Olímpicos em Relatório da 115ª sessão do COI em Praga, 2003. Sua principal recomendação foi desenvolver um 'modelo' de Jogos que especifique os requisitos para realizar o evento, para assegurar que os custos com o evento

¹⁴⁵“A adição de novos esportes, disciplinas e eventos é um fator principal para o aumento no tamanho dos Jogos Olímpicos. As decisões a este respeito tiveram efeitos significativos de arrastamento para todas as áreas funcionais dos Jogos. A Comissão apoia plenamente o Conselho Executivo do COI em sua determinação para conter o número de atletas, esportes e eventos em futuras edições dos Jogos Olímpicos. Os jogos chegaram a um tamanho crítico que pode colocar o seu sucesso futuro em risco se o tamanho continuar a aumentar. Passos devem ser realizados e sérias considerações dadas para gerir eficazmente o crescimento futuro, mas, ao mesmo tempo, preservando a atratividade dos Jogos. Se não for controlado, o crescimento atual dos Jogos poderia desencorajar muitas cidades à concorrência para sediar os Jogos”. Tradução nossa [COI, *Olympic Games Study Commission: Report to the 115th IOC Session*, 2003, p. 9-10]

fiquem dentro de limites razoáveis. Neste relatório foi incentivado o uso do mínimo de instalações (evitar duplicações) e, caso seja possível, que espaços e instalações sejam compartilhados. Instalações permanentes somente devem ser construídas se um legado positivo pós-Jogos puder ser demonstrado e a utilização das instalações temporárias deve ser encorajada. Deve-se otimizar o tamanho das instalações, evitando o superdimensionamento; promover a transferência de conhecimentos entre as cidades-sede e otimizar envolvimento do governo e da cidade durante todo o processo de planejamento. Como cada caso é um caso, tais recomendações devem se adequar às necessidades de cada cidade anfitriã. Além disso, a abordagem cultural e a percepção local de cada país-sede são diferentes e devem ser levados em consideração.

O COI, e as Comissões de Avaliação em particular, têm a responsabilidade para aplicar essas diretrizes em sua seleção e monitoramento das cidades-sede no futuro. Possíveis reduções nas expectativas, o número de esportes e nível de investimentos para Jogos futuros podem aumentar as chances de nações menos desenvolvidas serem capazes de arcar com a realização do evento. O COI teria de ser convencido de que as instalações para os atletas seriam boas o suficiente para permitir que eles atinjam seu melhor desempenho e que as medidas de segurança não seriam comprometidas. No entanto, é importante que a Comissão destacar que o COI, ao passo que tenta tornar a Jogos menores e mais gerenciáveis, também quer garantir que os Jogos Olímpicos deixem um legado positivo para a cidade-sede e seus cidadãos.¹⁴⁶

¹⁴⁶COI, *Olympic Games Study Commission: Report to the 115th IOC Session, 2003*, p. 15-16

Infraestrutura Olímpica

Para realizar um evento do porte dos Jogos Olímpicos é necessário que se tenha uma boa percepção do espaço urbano para identificar qual a melhor área (ou melhores áreas) para implantar todas as instalações necessárias para o melhor aproveitamento do seu potencial da cidade, melhorando a mobilidade de atletas e espectadores e reduzindo o impacto no trânsito local. O mais eficaz seria que um espaço contivesse a maioria das instalações esportiva para que não fosse necessária a utilização de meios de transporte, mas caso não seja possível e os espaços estejam espalhados pela cidade, é essencial que a infraestrutura de transporte seja eficiente.

Se uma área da cidade que estava abandonada ou contaminada for escolhida como local de intervenção, os Jogos serão uma justificativa para sua regeneração e caso a infraestrutura esteja inserida em uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo pode estimular melhorias e recuperações duradouras. É de extrema importância que os locais recuperados sejam bem administrados, integrados à cidade e que as novas instalações e prédios esportivos não se transformem em “elefantes brancos” subutilizados.

O investimento em infraestrutura é o que pode gerar maior resultado duradouro. Com esse objetivo, é fundamental investir em projetos de aeroportos, transporte urbano e hotéis, dimensionados com base em premissas de planejamento de desenvolvimento de longo prazo. Enquanto os benefícios diretos incluem capital e construção da infraestrutura relacionada ao evento, os de longo prazo incluem a redução dos custos de transporte, graças à melhoria da malha rodoviária ou ferroviária, e os gastos de turistas que saem da cidade para assistir aos jogos.

Entre os indiretos, podem figurar os efeitos da promoção da cidade ou país-sede como possível destino turístico ou local de negócios no futuro, podendo haver ainda uma intensificação do orgulho cívico, do senso local de comunidade e da estatura percebida da cidade ou país-sede. Obviamente, existem também potenciais desvantagens, resultantes de possíveis estouros do orçamento, mau uso do solo, planejamento inadequado

e instalações subutilizadas. Contudo, a experiência de algumas cidades-sede ressalta que o investimento na infraestrutura física para um grande evento é o benefício fundamental e duradouro em termos do desenvolvimento econômico futuro, principalmente relacionado a instalações esportivas, transporte, espaço público e hospedagem.

Por fim, as melhorias em ambientes e infraestruturas locais e regionais devem ser implementadas de maneira a apoiar a qualidade de vida local. É importante priorizar os projetos de infraestrutura que façam parte de planos mais amplos de desenvolvimento da cidade ou da região e que beneficiem uma ampla parcela da população, não apenas turistas e representantes de negócios internacionais, e que as comodidades não se restrinjam a universidades prestigiosas ou times esportivos de elite.

▪ **Instalações esportivas**

A preocupação número um do COI e das cidades anfitriãs é relativa às instalações esportivas apropriadas para receber atletas e paratletas de forma cômoda, segura e eficiente. As instalações devem assegurar que os requisitos funcionais e técnicos pré-definidos sejam respeitados e adequados à realização dos Jogos. As soluções de projeto devem propiciar manutenção e operação eficientes à longo prazo.

Deve-se estar atento também, para que o desenvolvimento das novas instalações esportivas estabeleça novos padrões nas áreas de sustentabilidade econômica, social, ambiental e comercial, garantindo o respeito ao meio-ambiente e, buscando novos meios de torná-las sustentáveis. Pelo lado urbano, o planejamento das instalações deve prever sua integração com o seu entorno e futuro crescimento urbano. Sua relevância deve ser duradoura, de modo a evitar que se torne um 'elefante branco'. Estas instalações podem ser utilizadas, no pós-evento, como referência para

esportes de alto rendimento e/ou para o uso da comunidade, como ferramenta de transformação e promoção social.

Instalações Potencialmente Disponíveis

Conceitos extraídos de Preuss referem-se aos tipos de instalações, havendo em geral três tipos potencialmente disponíveis para uso durante as Olimpíadas¹⁴⁷.

Instalações de uso padrão – São as instalações esportivas existentes para esportes escolares, esporte para todos (clubes esportivos, piscinas públicas, etc.), para times profissionais, para a prática esportiva em faculdades e universidades e como centros de treinamento de uma federação de natação, entre outros.

Instalações de uso alternativo - Pavilhão de feiras de negócios e centros de convenções são frequentemente convertidos temporariamente em instalações esportivas.

Formas mistas de pós-uso – São grandes arenas multifuncionais. Essas instalações podem ser transformadas de acordo com as necessidades futuras para outros eventos. No intervalo entre eventos, podem oferecer espaço para atividades de natureza recreativa. Podem também incluir hotel, salas de convenções, etc. É muito difícil harmonizar ou compatibilizar as estruturas necessárias para os megaeventos com a construção de uma instalação economicamente sustentável para utilização após os Jogos. Assim, a instalação deve ser suficientemente flexível para cobrir, ao menos, seus custos de manutenção por meio de eventos culturais, políticos, religiosos e esportivos após os Jogos.

Instalações Temporárias¹⁴⁸

No caso de uma instalação não ser necessária no futuro, a moderna tecnologia permite construir grandes instalações temporárias. Por exemplo, o velódromo e a piscina de pólo aquático na Olimpíada de Atlanta

¹⁴⁷ Ribeiro, F. Legado de megaeventos esportivos sustentáveis, 2008, p. 111

¹⁴⁸ Ribeiro, F. Legado de megaeventos esportivos sustentáveis, 2008, p. 112

1996 bem como o estádio de voleibol de praia na Olimpíada Sidney 2000, foram construídos para uso temporário. Nos contextos políticos, econômicos e sociais eles devem tomar decisões sobre a escolha dos tipos de infraestrutura requeridas para o evento. As infraestruturas permanentes requeridas para eventos de grande magnitude estão se tornando cada vez mais complexas, não só como resultado de inovações tecnológicas demandadas pelos esportes, mas também devido ao incremento de custos decorrentes das severas exigências de segurança dos prédios. Ao invés destas imponentes e dispendiosas instalações, a tendência é a adoção de estruturas temporárias que atendam às demandas esportivas de forma apropriada.

É relevante lembrar que, no contexto de megaeventos esportivos internacionais, há inúmeros exemplos de elefantes brancos que drenam recursos municipais de manutenção muito tempo após o término do evento, resultando em inevitáveis desgastes políticos, econômicos e de imagem da cidade-sede. Com base neste conhecimento, é dever e responsabilidade de todo comitê organizador de megaeventos esportivos privilegiar, sempre que possível, o uso estratégico de estruturas total ou parcialmente temporárias.

▪ **Infraestrutura de transporte**

Para receber atletas e comissões oficiais de forma eficiente, garantir que os jogos ocorram sem problemas, e que o público possa apreciar o evento sem grandes transtornos, é necessária uma atenção especial à mobilidade urbana. É preciso garantir os meios de transporte necessários para que os espectadores cheguem aos locais das competições sem grandes problemas. Isso significa a necessidade no aumento da capacidade dos aeroportos, rodovias em bom estado e melhorias no transporte público da cidade. O maior projeto está relacionado aos Jogos de Tóquio 1964. Foram construídas vinte e duas novas rodovias e duas novas linhas de metro, o que

permitiu à cidade lidar com as demandas de curto prazo do evento, bem como as perspectivas de longo prazo relacionadas com a população local e intensificação do tráfego.



Arena esportiva americana com estacionamento de gigantesca dimensão. Atualmente, esta situação não é mais aceitável nos contextos urbano, ambiental e econômico.
Fonte: Relatório do Simpósio Internacional de Lausane, 2004

A antecipação do congestionamento do tráfego na cidade-sede durante a realização dos Jogos, muitas vezes leva à introdução de medidas inovadoras de controle de tráfego. Durante os Jogos de Seul de 1988, o uso de veículos particulares foi restrito. Os moradores só foram autorizados a conduzir o seu carro todos os dias de acordo com números de placas pares e ímpares. Para os Jogos de Inverno de Oslo, em 1992, foram introduzidas faixas especiais para atletas, enquanto que em Nagano, em 1998, o público em geral foi convidado a não dirigir para o trabalho ou escola e as empresas foram convidadas a fechar ou escalonar seus horários de início, a fim de evitar os congestionamentos em horário de pico. Estes tipos de restrições, no entanto, também ilustram as perturbações que os Jogos Olímpicos podem causar para a rotina diária dos cidadãos da cidade-sede.¹⁴⁹

¹⁴⁹ Charkley e Essex, *Urban transformation from hosting the Olympic Games*, 1999, p. 10

▪ Acomodações

Normalmente, durante o período das Olimpíadas, para facilitar a mobilidades dos atletas entre treinamentos e jogos, estes ficam alojados em uma Vila Olímpica, que muitas vezes estão próximas das instalações esportivas. A fim de acomodar os milhares de atletas e as comissões, a existência desta estrutura é imprescindível e, portanto, o planejamento do seu uso pós-olímpico é essencial e deve levar em consideração sua especificidade. Na maioria dos casos, Vilas Olímpicas se tornam centros residenciais para a população local ou residências para uma universidade ou faculdade local. Por exemplo, a Vila Olímpica construída para os Jogos de Munique, em 1972, acomodou 10 mil atletas durante o evento e se tornou um conjunto para famílias de renda média e baixa após o evento.

Apesar dos incentivos à melhoria das estruturas urbanas, intervenções como construção, reforma e ampliação de hotéis têm que ser consideradas com parcimônia. Como os Jogos têm curta duração, existe um incentivo limitado para novos investimentos com acomodação. Hoteleiros e planejadores devem estar conscientes dos perigos de "altas e baixas" inerentes ao acréscimo de alojamentos para atender o esperado aumento da demanda durante o evento, isto é, a melhora no turismo não é permanente, as Olimpíadas têm a capacidade de alternar volumes de visitantes no tempo e no espaço, muitas vezes no curto prazo. Mesmo porque alguns turistas preferem não visitar a cidade-sede durante o evento para evitar o grande contingente de pessoas no local.

Nessas condições, a viabilidade de novos investimentos em hotelaria é questionável e é um desafio acomodar todos os visitantes, enfrentando um aumento considerável nas demandas pelo período de realização dos Jogos. Uma solução frequente é pode ser o aluguel de apartamentos ou quartos por temporada, albergues ou até a utilização de navios de cruzeiro ancorados na localidade.

▪ Meio-ambiente

Atualmente a preocupação com o meio-ambiente é constante. O desenvolvimento da infraestrutura urbana, com intervenções nas mais diversas áreas da cidade, desde parques a lagos, com grande produção de resíduos das obras, caso não haja cuidado, pode causar grande impacto negativo na área ambiental. Por outro lado, se tomadas algumas medidas forem tomadas, muitas soluções sustentáveis para reduzir impactos ambientais de longo prazo podem surgir. Sidney 2000 é o maior exemplo de sucesso quanto aos benefícios ambientais. Sua Vila Olímpica, atualmente área residencial, foi projetada como modelo de ecoedificação, contando com energia solar, reuso de água e resfriamento e aquecimento passivo.

Como parte de sua preparação para os Jogos Olímpicos de 2008, Pequim realizou atividades significativas de limpeza ambiental. Estas ofereceram significativos benefícios auxiliares para melhorias na área da saúde, resultado de um ar urbano menos poluído. Neste caso, o efeito olímpico é substancial, com um valor médio com melhorias de saúde superior a US\$ 29 bilhões durante o período 1999-2008.¹⁵⁰

□ impacto da infraestrutura olímpica na cidade

A dimensão e o impacto das transformações na cidade, independentemente do caráter irreversível e irreparável que possam adquirir, serão tanto mais significativas quanto mais evidentes forem o bramido da contestação, o grau de envolvimento social ou o regulamento dos intervenientes. Um primeiro efeito em sediar uma Olimpíada manifesta-se na forma de pressão sobre os planos existentes. Um evento desta magnitude

¹⁵⁰BRAJER, V.; MEAD, R. *Beijing looking at the Olympic effect*, 2000

acaba por influenciar a aceleração da execução de projetos previamente elaborados. Os Jogos criam um ambiente adequado para o desenvolvimento de projetos de regeneração urbana, uma vez que as condições políticas, econômicas e sociais estão bastante favoráveis.

Atualmente os resultados dos Jogos Olímpicos vão além do esporte, e podem ter mais impacto do que o esperado. A interpretação de quais impactos são positivos e quais são negativos é complexa e confusa, e depende do ponto de vista daqueles que são diretamente influenciados pela intervenção. Por exemplo, um impacto positivo, que pode ser considerado um legado, é a construção de instalações esportivas para treinamento dos atletas no período pós-evento. Porém, para as pessoas que foram desalojadas para dar lugar às novas instalações o impacto é negativo, mesmo que a intenção não tenha sido deixar estas pessoas desabrigadas.

Como a decisão de se candidata à sede dos Jogos é normalmente feita pela liderança política urbana e/ou outra elite urbana e, embora o COI peça provas de apoio das comunidades locais nos dossiê de candidatura, a principal tomada de decisão relativa aos acontecimentos pode ser considerada antidemocrática e acrítica. Dependendo das circunstâncias, as pesquisas econômicas, sociais e ambientais relativas ao evento podem ser incompletas e tendenciosas e o processo pode ter continuidade sem uma discussão pública suficiente. Qualquer oposição às propostas Olímpicas podem ser deliberadamente silenciada e o sentimento de orgulho demonstrada por alguns pode ser interpretado como consenso.¹⁵¹ Na realidade, os reais benefícios diretos experimentados pelos cidadãos de uma cidade-sede podem ser relativamente insignificantes e, em alguns casos, o que se pensava ser benefício se desenvolve como prejuízo de alguma forma.

Há uma série de exemplos bem documentados sobre os impactos negativos da realização dos Jogos Olímpicos. As áreas comuns de preocupação com infraestrutura olímpica geralmente se relacionam com os custos e os impactos sobre as comunidades locais. As despesas com a

¹⁵¹ Boyle apud Charkley e Essex, *Urban transformation from hosting the Olympic Games*, 1999, p. 10

infraestrutura podem chegar a ser extravagantes, a fim de garantir que o evento seja um sucesso, pois os organizadores querem ter certeza de que o evento será do mais alto padrão, o que desencadeia o desenvolvimento do consumo da cidade e produz uma imagem positiva.

Estes prioridades às vezes se dão às custas dos interesses das comunidades locais, como a realocação de investimentos do governo local que seriam destinados à programas sociais e educacionais para o financiamento de infraestrutura olímpica. Um notável exemplo foram os Jogos do México de 1968, cujos custos foram contestados por alguns cidadãos que questionaram se o dinheiro não poderia ter sido melhor gasto em reduzir a pobreza da cidade e os problemas sociais. Protestos violentos, em que as forças policiais e do exército foram usadas para reprimir a oposição, terminaram com aproximadamente 250 estudantes mortos.

O aumento de impostos locais para pagar infraestrutura olímpica é outra questão central. A maior dívida olímpica divulgada é a dos Jogos de Verão de 1976 em Montreal: 1,5 milhões dólares. Uma combinação de fatores, que incluiu uma recessão econômica, problemas nas construções, disputas trabalhistas e custos associados, conspirou para acentuar o ônus financeiro da realização dos Jogos e do nível de endividamento de longo prazo.

A promoção do desenvolvimento olímpico pode ocasionar perturbação das comunidades existentes, causando problemas significativos. Renovação da cidade induzida pela Olimpíada pode acarretar reassentamento de moradores para construção de novas estruturas ou sua substituição por meio de inserção de moradores de classe média como forma de melhorar a imagem da cidade. Com isso, moradores reassentados podem sofrer com deslocamento para os locais de trabalho e ter prejuízo em suas redes sociais, levando os moradores a ter sentimentos de privação e exclusão em uma área cujos serviços e instalações agora atendem a um grupo social diferente. Contudo, estes efeitos parecem ser altamente variáveis.

As questões ambientais são outra área de preocupação. Se bem planejados, podem haver grandes benefícios para a cidade através de medidas como o reaproveitamento de recursos renováveis, transportes menos poluentes melhoram a qualidade do ar e a limpeza de bacias pode torná-las centro de lazer. Mas muitas vezes as questões ambientais não são consideradas e, além de não haver benefícios, a produção de novas estruturas para os Jogos pode resultar em impactos negativos no meio ambiente, como maior poluição das águas devido à liberação de dejetos.

As cidades não podem mais ser vistas como contêineres para os Jogos Olímpicos. Enquanto o COI tem os seus objetivos, as cidades têm seus próprios desejos e necessidades a desenvolver com as Olimpíadas. O simples custo de sediar os Jogos Olímpicos envolve tão grandes somas de dinheiro e mobiliza uma vasta gama de recursos humanos e urbanos que as cidades não podem mais ver os Jogos Olímpicos puramente como um evento esportivo de curto prazo. Por essa razão, as Olimpíadas devem ser mais firmemente enraizadas em processos urbanos normais de tomada de decisão e, particularmente, intimamente ligada aos urbanistas locais, pois os impactos decorrentes de suas decisões podem tomar proporções não imaginadas.

De certa forma, é apropriado para o COI dizer que muitos dos resultados alcançados são assuntos de interesse local. Como uma cidade decide financiar o seu papel de hospedagem e que decisões a cidade faz no processo, e os resultados que têm de fato podem estar além do alcance do COI. Por outro lado, cada cidade sabe que está abraçando as oportunidades e os riscos inerentes à realização dos Jogos e que o cumprimento das obrigações olímpicas, que são objetivos de curto prazo, deve ser contrabalançado com as necessidades mais longo prazo dos cidadãos locais.

Assim, entendemos que não é apenas o COI que está à procura de cidades para satisfazer as suas próprias necessidades, mas as cidades que estão utilizando os Jogos Olímpicos para apoiar as suas próprias agendas urbanas. A única diferença é que, enquanto o COI sabe o que quer de cidades-sede, enquanto as cidades-sede muitas vezes estão confusas quanto ao que querem e o que vão receber.

Adaptação da infraestrutura olímpica pós-Jogos

Equipamentos de lazer, mobilidade, comunicação e cultura que, fazem diferença em todos os momentos do cotidiano da população e da gestão pública. Mas neste sentido, algumas situações devem ser consideradas para evitar o mau aproveitamento das instalações: primeiro, muitos consumidores internos têm orçamentos para lazer relativamente fixos; deve-se entender os padrões de atividade econômica dos residentes permanentes que não assistiram ao evento e ignorar o fato de que turistas normais evitam pontos turísticos já muito frequentados. Além disso, como já visto em Olimpíadas no passado, os enormes investimentos necessários para sediá-las com sucesso nem sempre proporcionam os retornos econômicos esperados, ou o estímulo de longo prazo.

O Parque Olímpico construído em Sydney para os Jogos de 2000 não foi totalmente utilizado. Como parte da conta da Copa do Mundo de 2002, o Japão precisou construir sete novos estádios e reformar outros três, ao custo de US\$ 4,5 bilhões, enquanto a Coreia do Sul gastou US\$ 2 bilhões na construção de dez estádios. Hoje, eles são considerados “elefantes brancos”. A construção do maior estádio do Japão, com 64 mil lugares, custou US\$ 667 milhões. Após o evento, a cidade pagou US\$ 6 milhões por ano para manter as instalações para um time local que mal atrai 20 mil torcedores.

Com a manutenção constante para continuar atendendo aos padrões internacionais e a correta administração, as instalações esportivas especializadas podem continuar servindo à sua finalidade. Em longo prazo, o destino destas instalações deve se voltar novamente ao esporte, auxiliando na manutenção de excelência esportiva e atletas de alto rendimento. Pelo lado turístico, o custo do aluguel ou com ingressos para visitação pode ser alto, dificultando o acesso público às instalações. Neste ponto, a comunidade pode ter vantagem, ao fornecer serviços essenciais no entorno, garantindo aos

turistas o apoio necessário em uma curta distância. Como exemplos de adaptações podemos citar:¹⁵²

Estádio Olímpico: Grandes estádios são projetados basicamente para utilização comercial, destinando-se a mega eventos nacionais e internacionais esportivos, políticos e culturais.

Arena Olímpica: A maioria das cidades-sede já possui uma grande arena para esportes, cultura, eventos de entretenimento, convenções ou feiras de negócios. É questionável que uma cidade tenha condições de lotar outra grande arena além daquela existente. Definitivamente, tais instalações não são economicamente viáveis caso sejam usadas apenas para esportes.

Pavilhão Multiuso; Centro de Feiras; Centro de Convenções: É uma opção para as cidades-sede utilizarem temporariamente um pavilhão ou centro de convenções existente como instalação esportiva. A construção ou a modernização de um pavilhão de feiras pode promover a localização da cidade como feira de negócios. Um centro de convenções atraente, agregado à imagem de uma cidade Olímpica, pode fazê-la uma “Cidade de Convenções”.

Pequenos Estádios e Ginásios: São pequenos estádios e ginásios desprovidos de grandes arquibancadas. Durante os jogos, são utilizados para treinamento. Se a capacidade dos ginásios na cidade sede não for suficiente, os novos ginásios a construir serão usados principalmente em “esporte para todos”. Devem estar disponíveis em número suficiente antes dos Jogos.

Instalações Especiais, Velódromos e Piscinas: Instalações especiais têm a desvantagem do uso limitado apenas a um determinado esporte. Podem ser usadas como centros de treinamento ou “esporte para todos” e frequentemente experimentam déficits. Velódromos cobertos somente podem ser utilizados como centro de treinamento ou provas de ciclismo. Por esta razão, a maioria das cidades não possui tais instalações antes dos Jogos. A maioria das piscinas é aberta ao público, o que enseja o aumento da oferta de esporte e recreação da cidade. Considerando que são piscinas tradicionais, e não piscinas de lazer e entretenimento, é improvável que os custos de manutenção

¹⁵² Ribeiro, F. Legado de megaeventos esportivos sustentáveis, 2008, p. 110-111

venham ser compensados pela venda de ingressos. Certamente serão utilizadas como centros de treinamento das respectivas federações; porém eventos esportivos comercialmente rentáveis estão limitados apenas a poucas competições nacionais e internacionais.

É reconhecido que uma cidade olímpica, após o evento, devem se reinventar e buscar novos desafios para não se tornar obsoleta. Tais cidades ilustram como as Olimpíadas influenciam sua preservação e transformação. Como ex-anfitriãs, possuem ficam a marca olímpica, a nostalgia e as memórias coletivas entre seus cidadãos, mas não há muito valor no uso dos Jogos como propaganda pós-evento.

Vila dos Atletas: Normalmente planejadas tendo em mente sua destinação como futuro conjunto habitacional. Deve, preferencialmente, ser utilizada para reduzir as desigualdades socioespaciais, e não ser objeto de especulação imobiliária.

Por fim, entendemos que, no pós-evento, o uso da infraestrutura olímpica deve ser reavaliada e integrada ao tecido da vida urbana e às necessidades dos seus cidadãos, não apenas considerando os turistas que podem ou não vir a visitar a cidade. Esta infraestrutura tem como papel fundamental, auxiliar a cidade se tornar local de lazer como marca da vida urbana.

Alguns legados emblemáticos

Trinta edições das Olimpíadas já aconteceram, mas algumas tiveram mais destaque que outras em decorrência do legado que deixaram para sua cidade anfitriã e seus cidadãos.

▪ Atlanta 1996: Os Jogos “Coca-Cola”¹⁵³

Enquanto Atlanta começava a se planejar para receber o megaevento internacional, meio século de tensões raciais e de desenvolvimento urbano começou a transbordar. A história remonta a 1935, com a abertura da *Techwood Homes*, o primeiro conjunto habitacional público dos Estados Unidos. Localizado a noroeste do centro de Atlanta, ao lado da sede da Coca-Cola do campus do Instituto de Tecnologia da Geórgia (Georgia Tech), e construído na região de uma favela de maioria negra conhecida como Tech Flats, as casas de tijolo vermelho e com jardins de Techwood foram restritas aos residentes brancos. Na década de 1960 os complexos foram integrados e logo 50% da população era constituída por negros.

Nesse momento, os executivos da Coca-Cola se manifestaram; em um notório memorando de 1971, o CEO da Coca-Cola, Paul Austin, expressou temores de um aumento vertiginoso na criminalidade na região. Paul Austin foi a favor de uma ação preventiva, propondo um plano para dispersar os moradores para a periferia da cidade, demolir a habitação pública e construir “um complexo ultramoderno de apartamentos para a classe média com o seu próprio shopping center, teatro, área de recreação e parque.”

Após um longo período de conflito, o comitê organizador dos Jogos ganhou aprovação dos moradores para demolir 114 unidades de Techwood e vender 4,5 acres da propriedade para uso como Vila Olímpica (e,

¹⁵³ Vale & Gray, O decatlo das remoções, 2013. Em: <http://places.designobserver.com/feature/o-decatlo-das-remocoas/37921/>

em uma repetição da história, para posterior utilização como dormitório para estudantes da Georgia Tech). O comitê tranquilizou os inquilinos indicando que todos aqueles que foram deslocados seriam reassentados em Techwood/Clark Howell ou outro alojamento adequado. Um editorial do Journal-Constitution exultou: “Finalmente, uma área conhecida como uma mancha em meio ao progresso pode começar a se sentir parte do progresso da Georgia Tech e da Coca Cola.”



O “Centennial Place” rodeado pela Coca-Cola, Parque Olímpico do Centennial, Georgia Tech, e centro financeiro da cidade. As pressões dos empreendimentos olímpicos que resultaram na demolição da Techwood.

Fonte: <http://places.designobserver.com/feature/o-decatlo-das-remocoas/37921/>

Em 1994, a política federal de habitação começou a favorecer iniciativas do setor privado, o comitê se reinventou sob a direção do CEO Renée Lewis Glover e rapidamente foram desenvolvidos planos para demolir os projetos de baixa renda e substituí-los por uma comunidade de renda mista conhecida como *Centennial Place*. Glover viu o prazo para as Olimpíadas como uma oportunidade para sacudir um pouco “a lenta burocracia presente.” Como ela explicou durante uma reunião com os moradores em abril

de 1995: “A revitalização não está sendo feita *porque* as Olimpíadas estão vindo. Ele é *facilitada* porque as Olimpíadas estão chegando.” Mais tarde, ela falaria:

Essas coisas são fortuitas, ou às vezes você pode dizer que são ordenadas por Deus, ou como você quiser, mas com os dormitórios olímpicos do outro lado da rua [de *Techwood*], não poderíamos apenas “redecorar”; não dava para pintar o suficiente ou bloquear a vista o suficiente. Todas as câmeras de TV do mundo estavam indo para lá. Você não podia deixar de perguntar: “Bem, eu sei que estamos aqui nas Olimpíadas, mas que diabos é tudo isso ali?” Então, alguma coisa tinha que ser feita.

E algo foi feito. Quando os 10 mil atletas chegaram à Vila Olímpica em Atlanta, muitos foram alojados em edifícios novos que substituíram um dormitório de 60 anos da *Georgia Tech* e vários acres de casas do conjunto habitacional de *Techwood*. A essa altura, o resto de *Techwood* tinha sido demolido e seus moradores “arremessados” para fora do bairro.

O caso dos Jogos Olímpicos de 1996 mostra que uma mistura fortuita de fatores pode proporcionar aos gestores de políticas públicas as condições perfeitas para apoiar um projeto de modernização ousado planejado há muito. Purgado de seus moradores mais pobres, os antigos conjuntos habitacionais foram um campo de jogo para lucrativos empreendimentos imobiliários na divisa nobre com centro da cidade.

A imagem deixada pelos Jogos de 1996 não foi das melhores. A própria escolha da cidade atraiu antipatia - dizia-se que a vitória americana sobre a candidatura de Atenas, justamente na Olimpíada que marcou os 100 anos dos Jogos modernos, tinha sido decidida pelo patrocínio da Coca-Cola, cuja sede fica em Atlanta. O atentado a bomba que matou uma pessoa no Parque Olímpico e o caos nos transportes durante os Jogos - os ônibus e metrô falharam tanto que o evento quase foi interrompido - ajudaram

a deixar uma marca negativa. Apesar de tudo, graças à tão criticada participação da Coca-Cola e de outros grandes patrocinadores, os Jogos não deram prejuízo.

▪ **Sydney 2000: The Green Games**¹⁵⁴

Os Jogos de Sydney receberam a marca de “Jogos verdes”, por terem buscado a colaboração de ONGs ambientalistas para o desenvolvimento dos Jogos. Esta edição foi a primeira a ser examinada pelo Greenpeace, que emitiu um relatório detalhado e razoavelmente positivo. Em Sydney foi revelada a capacidade de o evento demonstrar boa prática em desenvolvimento sustentável, incluindo a conservação de espécies, recursos tecnológicos e controle da poluição. Os exemplos de Sydney pressupõem que o impacto ambiental de todos os Jogos futuros será julgado primeiramente de acordo com o conceito de sustentabilidade – que na essência é um legado por delimitação do projeto olímpico – e adicionalmente em face à cooperação com as Organizações Não Governamentais de meio ambiente (compartilhando informações de planejamento e execução assim como o estabelecimento dos princípios de construção, obtenção de materiais naturais etc.).

O projeto da Vila dos Atletas incorporou o desenho urbanode alta qualidade, com abordagens inovadoras com base nos princípios de design da vila Greenpeace. A característica mais marcante é a utilização de células fotovoltaicas e sistemas solares de água quente impulsionadas à gás em todas as 665 casas permanentes construídas para os Jogos. Estas células, e outras iniciativas, como a ventilação cruzada e a orientação predominantemente norte das salas de estar, reduziram o uso de energia não-renovável em 60% em comparação com as casas convencionais. Newington foi reivindicada a ser o maior subúrbio movido a energia solar do mundo.

¹⁵⁴ Matéria publicada no Jornal *O Globo* em 02 out. 12. Em: <http://oglobo.globo.com/pais/licoes-olimpicas-sydney-criou-paradigma-ambiental-6264528#ixzz2IU4uXSc2>

A despoluição da Baía de *Homebush*, no entorno de Sydney, estava entre as promessas olímpicas. Ainda que com algum atraso (o processo só terminou depois das Olimpíadas), a baía hoje tem águas limpas. Os Jogos de 2000 coincidiram com o aumento da discussão sobre sustentabilidade, e foram os primeiros a adotar políticas de reaproveitamento de água, lixo e energia, tornando-se paradigma para o COI, que passou a exigir o mesmo de todas as sedes.



Homebush Bay, foto aérea do Parque Olímpico de Sydney 2000
Fonte: http://www.bvn.com.au/projects/sydney_2000_olympic_games_olympics_masterplan

Pelo lado negativo, a ausência ou erros no planejamento do pós-Olimpíadas permitem a conclusão de que o legado poderia ser maior: nos anos seguintes, a cidade não conseguiu manter os níveis de estímulo econômico e turístico impulsionados pelos Jogos, e o aproveitamento dos equipamentos construídos para a competição ficou muito abaixo das expectativas. O fato de o Parque Olímpico, região que concentra a maioria dos

equipamentos esportivos, ter sido construído na cidade de Parramata, no entorno metropolitano de Sydney e a concorrência com os estádios preexistentes em Sydney, e que foram reformados na última década, influenciam a sua subutilização.

Mais de uma década depois, há escassos sinais de qualquer influência positiva dos Jogos sobre o cotidiano dos moradores da cidade. Talvez por já ser uma cidade desenvolvida e de excepcional padrão de vida, Sydney pouco mudou - e, na região onde sofreu sua maior transformação, o saldo é negativo. Hoje, a cidade tenta arrumar alguma forma de estimular o fluxo de pessoas e negócios na região do Parque Olímpico, que segue praticamente vazia. Mais surpreendente que a falha do projeto, só mesmo a confissão pública de Sue Holliday, que chefiou o planejamento dos Jogos. "Não tínhamos uma política clara para a administração do parque depois da Olimpíada", reconheceu ela. "Agora, Sydney está pagando o preço", completou, sobre a dificuldade em arrumar uma utilidade para a região.

▪ **Atenas 2004: O antiexemplo**¹⁵⁵

Durante os Jogos Olímpicos a Grécia emanava otimismo e orgulho, e os organizadores do evento multibilionário esperavam espalhar aos olhos do mundo o crescimento do país e sua imagem de modernidade. E os Jogos de 2004, que serviriam para a Grécia rumar para um futuro melhor, tornaram-se um estorvo à medida que os bilhões de dólares que custaram só serviram para tornar mais grave a crise econômica pelo qual iria passar. Tendo desprezado seus três primeiros anos de preparação, os organizadores tiveram de, em 2000, acelerar drasticamente os trabalhos para não correr o risco de perder a Olimpíada. Como resultado, a Grécia embarcou num ritmo frenético de construção por quatro anos, com operações divididas em três turnos diários que perduraram até poucos dias antes da cerimônia de abertura.

¹⁵⁵ Do céu ao inferno, matéria publicada pelo UOL olimpíadas em 07 fev. 12. Em: <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2012/02/07/do-ceu-ao-inferno-em-oito-anos-grecia-vira-antiexemplo-de-legado-olimpico.htm>

Quem pagou a conta foram os cofres públicos: o gasto bateu em US\$ 12 bilhões, mais que o dobro do inicialmente previsto. “Está claro que perdemos nossa chance”, afirma Spyros Kapralos, presidente do Comitê Olímpico grego. Sem um plano para o pós-Jogos, o sucesso das Olimpíadas de 2004 acabou quando as luzes da cerimônia de encerramento se apagaram. Tentativas frustradas de alugar algumas das instalações olímpicas apenas aumentaram os holofotes sobre a inabilidade grega em gerar um legado do maior evento multiesportivo do planeta.



O estado de abandono do Parque Aquático de Atenas 2004
Fonte: <http://ferramula3.blogspot.com.br/2013/08/legado-dos-jogos-olimpicos-d-atenas.html>

Sete anos depois, a herança olímpica e o esporte na Grécia estão em ruínas. Os cortes no orçamento do governo por conta de sua crise econômica mais séria já vivida pelo país e a recessão estão levando a um desmonte de tudo o que havia sido construído para os Jogos Olímpicos. Para muitos, o legado do evento é hoje apenas um acumulado de dívidas que poderá acabar contribuindo para um calote do país. A grande maioria das 22 instalações usadas para os Jogos de 2004 está hoje abandonada. Apesar de

toda a infraestrutura deixada pelo COI em 2004, o país hoje não tem recursos nem mesmo para pagar o uso das instalações.

- **Pequim 2008: Buscando uma nova imagem**¹⁵⁶

Pequim 2008 foi o evento mais caro de todos os tempos. A preparação dos Jogos Olímpicos exigiu investimentos de mais de US\$ 34 bilhões (número extraoficial) em infraestrutura, o que ajudou a transformar a cidade e a região. Esse investimento foi mais importante do que aquele destinado a formar novos campeões nas modalidades em que a China não tinha tradição. O evento grandioso trouxe para a cidade de Pequim uma série de benefícios econômicos e deu impulso à preservação do meio ambiente, confirmando o legado que os Jogos Olímpicos têm deixado em suas últimas edições. A intenção de Pequim com o evento era ser uma influência positiva no desenvolvimento econômico chinês, em especial em setores como mídia, televisão, internet, telefonia móvel, energia limpa e material esportivo.

A excitação pela realização dos Jogos Olímpicos propiciou a entrada de muitos desses setores numa espécie de "revolução internacional". Contudo, o aspecto decisivo, do ponto de vista do governo chinês, não parece ser o impacto econômico dos Jogos, mas a demonstração do que a China é "capaz de oferecer ao mundo". Descritos pelo presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), Jacques Rogge, como arenas "lindas" e "sem precedentes", o Ninho de Pássaro (sede de futebol e atletismo) e o Cubo D'Água (esportes aquáticos) são exemplos claros dos famigerados elefantes brancos em que se tornaram os locais de competição. Consideradas as "joias da coroa" são, hoje, mais conhecidas por atrair uma onda de turistas curiosos — cerca de 4,61 milhões de visitantes em 2011 — do que por sediar grandes eventos esportivos. A administração do estádio estima que, no ritmo atual, serão necessárias três décadas para recuperar os 3 bilhões de iuanes (US\$ 480 milhões) gastos na construção.

¹⁵⁶ O 'legado' de Pequim 2008. Matéria publicada pelo jornal O Globo em 10 abr. 12. Em: <http://oglobo.globo.com/esportes/olimpiadas-2012/o-legado-de-pequim-2008-4534736#ixzz2lUVYre5b>

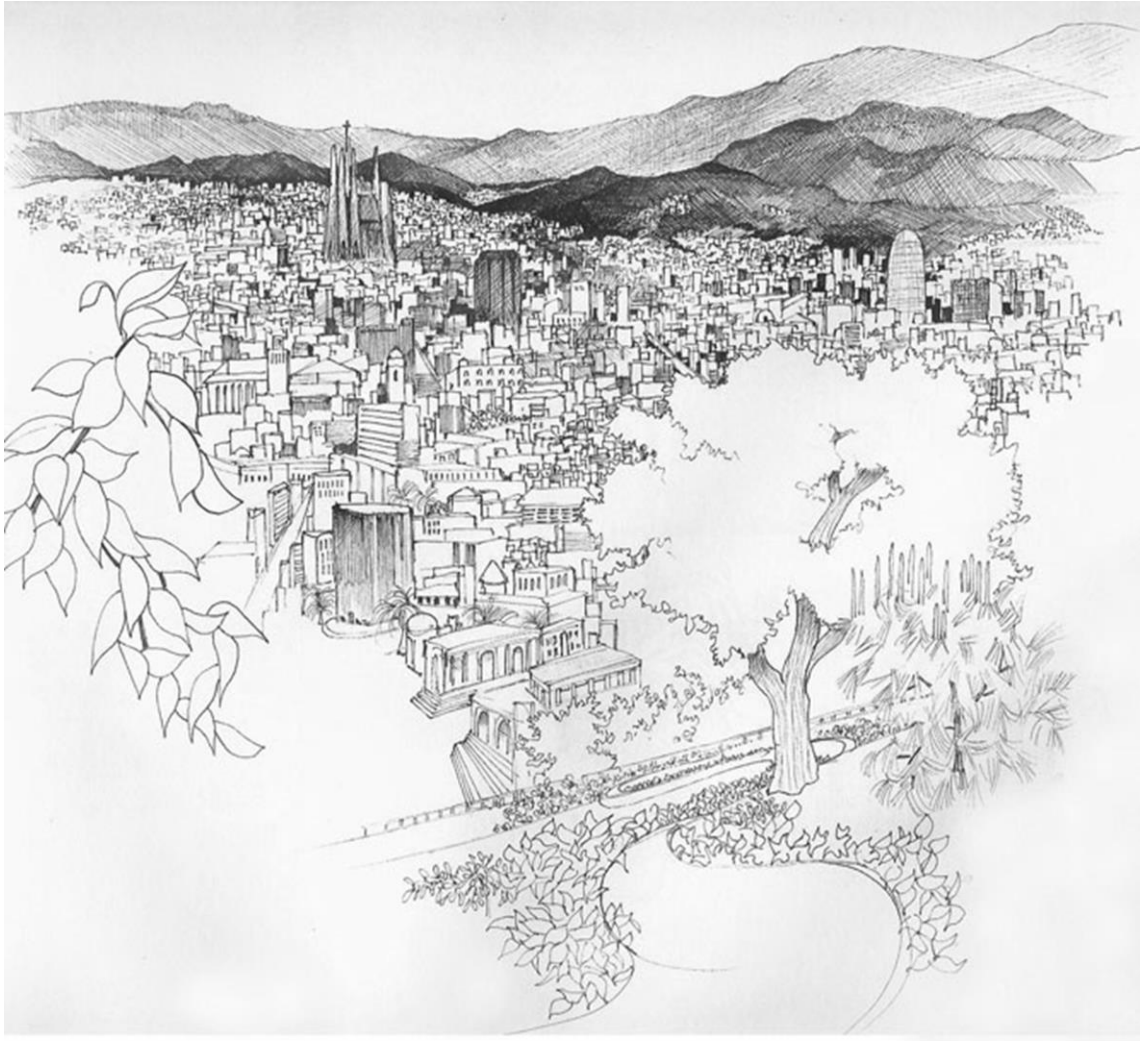


O parque olímpico de Pequim, em 2012

Fonte: Revista Veja, abril 2012

Já o Cubo D'Água teve prejuízo de cerca de 11 milhões de iuanes (R\$ 3,17 milhões) no ano passado, mesmo com contínuo subsídio do Estado. A instalação, que não mais recebe eventos esportivos, foi transformada em um parque aquático, o maior da Ásia, com o objetivo de fazer dinheiro com a fama do local. Na área ambiental, apesar das tentativas de melhorar a qualidade do ar por meio do fechamento de fábricas poluentes, a cidade continua envolta em uma fumaça asfixiante. Onde antes havia orgulho por ter sediado os Jogos Olímpicos, agora há críticas e duros questionamentos.

Estes são exemplos de que o legado tem duas faces. É relevante lembrar a necessidade do planejamento da situação pós-evento ainda no processo de candidatura. Esse planejamento poderá ser a chave entre sucesso e fracasso do evento e da qualidade do legado que será deixado para os cidadãos da cidade anfitriã. Os Jogos Olímpicos são capazes de impulsionar grandes transformações, só cabe aos seus planejadores saber abraçar a oportunidade e transformá-la em uma grande conquista para a cidade.



Sketch de Barcelona
Artista: John Mantha
Disponível em: <http://johnmantha.blogspot.com.br/>

4

0 Ejemplo: Barcelona

Los Juegos fueron una excusa para reinventar la ciudad y dar un salto cualitativo de más de veinticinco años en solo seis, una transformación radical que consolidó los cinturones, el aeropuerto, la capacidad hotelera, la recuperación de la playa para la ciudad y un largo etcétera de proyectos urbanísticos y arquitectónicos orientados a la búsqueda del reequilibrio de la ciudad y la mejora de la calidad del entorno; en definitiva, la mejora de la calidad de vida de los ciudadanos.

Isidre Rigau, Director de logística deportiva del COOB'92

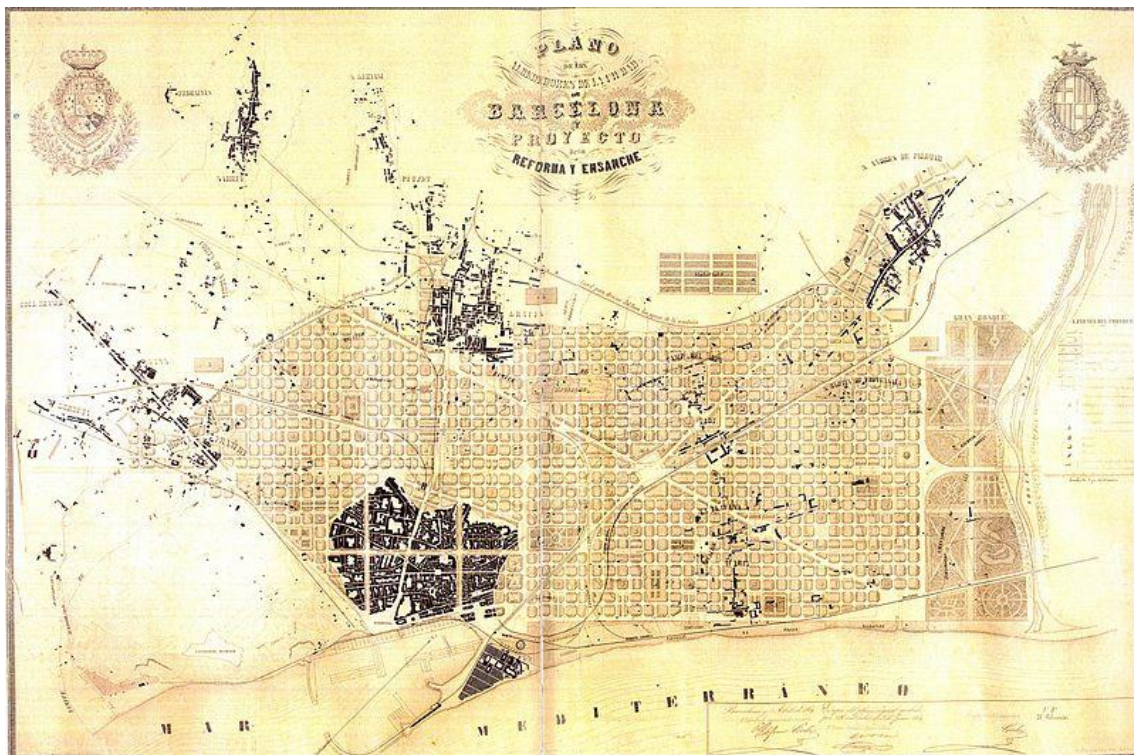
As origens da cidade de Barcelona são confusas. Possui mais de 2000 anos, mas as informações até o século I a.C. são escassas. Foi colônia romana, sob o nome de Barcino (entre os anos 15 e 10 a. C.), forma reduzida da oficial *Colonia Faventia Iulia Augusta Pia Barcino*. Após a dominação romana, desenvolveu-se como capital da Catalunha na época medieval sendo chamada de Barchinona¹⁵⁷, em detrimento de seu nome romano. Dessa fase resta o edifício *Les Drassanes*, maior edifício gótico da Europa, onde se localizaram os estaleiros reais, junto ao porto antigo. A cidade estava delimitada por um recinto de muralhas, derrubadas a partir de 1853.



Plano de Barcino (Barcelona romana) sobreposto ao plano atual do bairro Gótico
Fonte: Barcino/Bcn. Arquivo histórico da cidade de Barcelona, 2010.

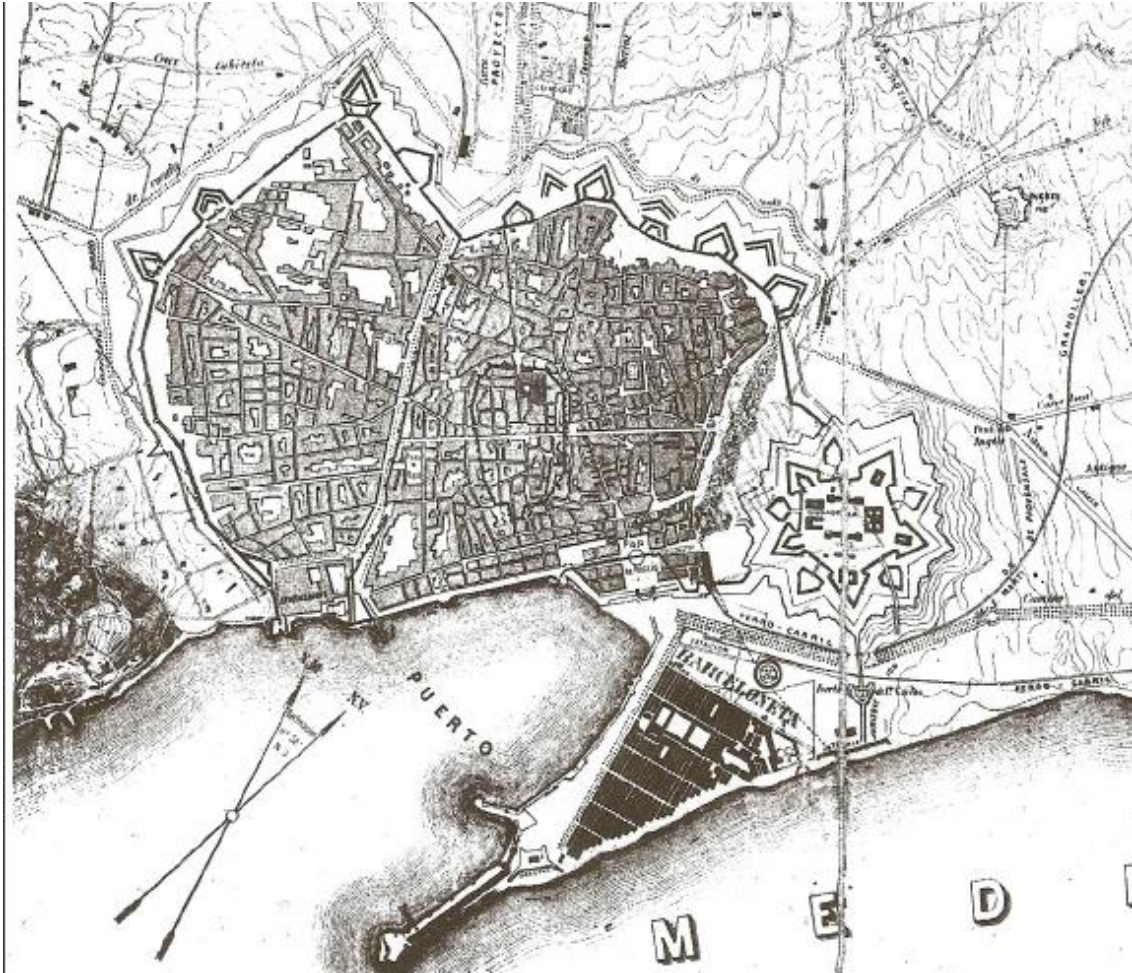
¹⁵⁷ Durante o período visigótico o nome da cidade tomou várias formas possíveis, decorrentes da Barcino Latina: seguindo as declinações latinas, são encontrados textos com as grafias Barcinone, Barcinonem, Barcinonam, Barchinona. Às vezes, aparece com um 'h' intercalado, como no italiano atual, para representar o som / k /, seguindo a antiga pronúncia latina. Assim, ele aparece como Barchinona, Barchinonam, Barchinone. Ao longo do tempo, as quedas foram desaparecendo, mas estas formas são mantidas em detrimento ao romano Barcino como o nome original da cidade. Atualmente, para se referir a esse período da cidade, muitas vezes refere-se pelo genérico Barchinona.

Sua rica tradição econômica e empresarial a transformou, há vários anos, em uma grande cidade, e com prazer em sê-lo. Foi uma cidade de grande dinamismo econômico na idade média, dando início a uma política comercial expansiva no Mediterrâneo, integrada à *Corona de Aragón*. Desenvolveu-se fortemente no século XVIII e liderou a revolução industrial na Espanha, conectando seu porto ao desenvolvimento industrial de toda a região. Durante a época contemporânea foi, em muitos aspectos (como na economia, nas ideias e no urbanismo), adiantada em relação ao resto da Espanha. Considerando a contenção pelos antigos limites da cidade, o aumento demográfico e os problemas de comunicação com o exterior, um plano de extensão foi considerado necessário. Em 1859, Ildefons Cerdà desenhou a sua ideia de como a extensão deveria ser, propondo o *Ensanche*. Sua proposta foi aprovada, configurando a característica reticular ortogonal da cidade e orientando o crescimento urbano da cidade. O projeto abraçou o Plano Barcelona inteiro, incorporando as municipalidades fronteiriças, onde Barcelona não tinha jurisdição, mas na opinião de Cerdà era necessário organizá-las como parte da montagem.



Ensanche de Barcelona. Plano de Cerdà para melhoria e ampliação da cidade, 1859.
Fonte: Barcino/Bcn. Arquivo histórico da cidade de Barcelona.

É relevante mencionar que o espaço fora das muralhas estava vazio devido às restrições militares no setor. Barcelona era uma cidade sob controle militar e nada poderia ser construído num raio de 1,25 km das muralhas: a distância de um tiro de canhão.¹⁵⁸



Mapa de Barcelona Medieval (século XVI). Visíveis as muralhas que delimitavam a cidade e a Rambla que fazia a ligação ao mar.
Fonte: Ajuntament de Barcelona (1985)

Devido ao intenso aumento na densidade populacional na cidade vinculado ao seu desenvolvimento industrial, Barcelona anexou, em 1897, vários municípios vizinhos, formando a área de desenvolvimento da cidade compacta, densa e diversificada de hoje. Os pouco mais de 100 km², delimitados pelo mar a leste e por um arco de colinas, limitam uma superfície relativamente pequena. O Plano Cerdà articulou o desenvolvimento básico da cidade até os anos 1930 e foi utilizado como base em projetos urbanísticos

¹⁵⁸ Busquets apud Silva, *El modelo Barcelona de espacio público y diseño urbano*, 2011

posteriores, como o projeto olímpico e o planejamento da operação de substituição do tecido produtivo e revitalização urbana residencial do projeto 22@bcn¹⁵⁹, em *Poblenou*, distrito de *Sant Martí de Provençals*.

Outro grande acontecimento urbanístico foi a celebração da Exposição Universal de 1888, graças à qual foi urbanizada uma área que se estendia do Parque Ciudadela até Barceloneta, melhorando a infra-estrutura de toda a cidade. Esta exposição mostrou à Barcelona que a organização de grandes eventos internacionais não só facilitava a urbanização da cidade, como ampliava sua projeção internacional. Em meados do século XIX, alguns de seus intelectuais imaginaram para Barcelona um grande destino, no qual se refletia, no início do século XX, a vontade de configurar uma 'Gran Barcelona' à imagem da 'Grande Berlim' e se convertesse em capital do Mediterrâneo Ocidental.

Outra Exposição Universal aconteceu em Barcelona em 1929. De novo, a exposição originou uma remodelação de uma parte da cidade, neste caso a montanha de Montjuic, bem como as suas zonas adjacentes, especialmente a Praça da Espanha. A Exposição implicou um grande desenvolvimento urbanístico para Barcelona, bem como um banco de provas para os novos estilos arquitetônicos gestados a princípios do século XX. A Exposição deixou numerosos edifícios e instalações, alguns dos quais tornaram-se emblemas da cidade, como o Palácio Nacional, a Fonte Mágica, o Teatre Grec, o Poble Espanyol e o Estádio Olímpico.

Se por um lado os anos do franquismo (1939-1975) significaram a perda das liberdades democráticas, por outro, devido ao isolamento internacional e à política de autarquia do regime durante os decênios de 1940 e 50, permitiram afiar o papel industrial da cidade e seu entorno imediato. Isto resultou em um forte desenvolvimento industrial em toda a cidade, com a implantação de inúmeras fábricas em Sant Andreu, Poblenou, Zona Franca, Les Corts, Bon Pastor e outras áreas.

¹⁵⁹ A denominação 22@ tem origem na conversão dos solos que no PGM de 1974 estavam qualificados como industriais (22a) e que agora se convertem em uma ampla mescla de usos [Capel, 2009]



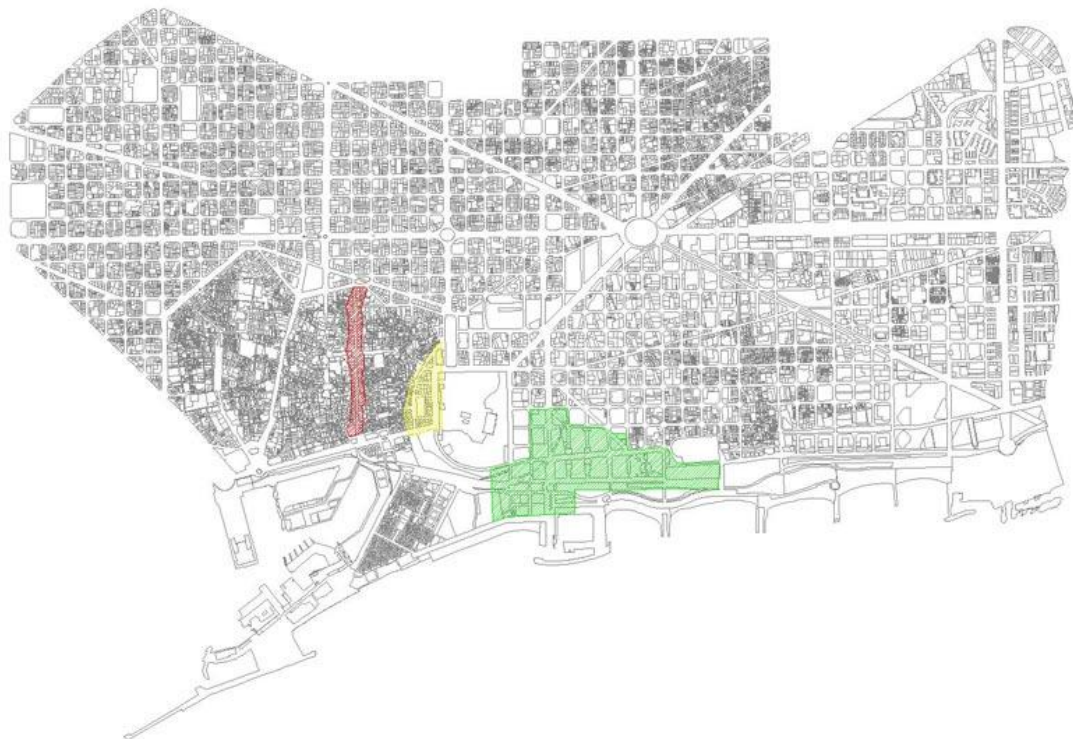
Barracas del Somorrostro, anos 1950, na fachada marítima que deu lugar à Vila Olímpica
Fonte: Capel, 2009



Fábricas Folch, Poblenou (antes da demolição da Vila Icária), 1987
Fonte: <http://www.tempusfugitvisual.com/20-Aniversario-JJOO-barcelona92.html>



Vista aérea da Vila Icária antes de seu desaparecimento, em 1987. Nota-se a concentração de arquitetura fabril, que foi substituída pela Vila Olímpica
Fonte: Caballé, 2010



Transformações urbanas: Extensão das demolições do que foram a Vila Icária (verde), o bairro de Ribeira (amarelo) e a abertura da rua Via Laietana no início do século XX (vermelho).
Fonte: Caballé, 2010

Este papel seria reforçado através do Plan de Estabilización de 1959 e da política de abertura e reincorporação da Espanha à economia internacional. O município que tinha 1,3 milhão de habitantes em 1965, com o crescimento do bairros operários na periferia, chegou a alcançar em 1965 a cifra de 1,5 milhão de habitantes. O crescimento posterior se deslocou para cidadelas limítrofes, consolidando progressivamente o crescimento da área metropolitana de Barcelona, alcançando três milhões de habitantes em 1975. Mas os déficits urbanísticos que se acumularam durante este último período eram enormes, com graves problemas em habitações e equipamentos urbanos. Diversos estudos¹⁶⁰ realizados nos anos finais do franquismo permitem ter uma ideia clara destes déficits e do desenvolvimento de um urbanismo não democrático, ao mesmo tempo são um reflexo da existência de um movimento crítico que se deixava sentir claramente naqueles anos.

Nesse contexto histórico, entre 1975 (ano da morte do ditador Franco) e o referendo de 1978, no qual foi aprovada a Constituição Espanhola, a cidade dispôs de instrumentos de planejamento escassos e de um baixo nível de investimentos públicos. A orla marítima da cidade estava poluída e uma barreira de indústrias de armazéns de todo tipo separavam a cidade do mar. Não havia um sistema de vias rápidas de caráter periférico, gerando enormes problemas de mobilidade no transporte em veículo privado. O transporte público era insuficiente e a cidade se asfixiava em sua mobilidade limitada. Os bondes tinham sido progressivamente eliminados da cidade. Em 1971 foram fechadas as últimas linhas, em favor do uso do veículo privado, que parecia ser a solução para uma demanda crescente de mobilidade de uma população que não parava de crescer. As linhas subterrâneas de metrô e a rede de ônibus não foram suficientes para absorver o incremento da demanda de mobilidade.

¹⁶⁰ Entre eles, a publicação coletiva *La Gran Barcelona*, cujo um dos diretores foi Jordi Borja (1972), o livro *La Barcelona de Porciones* (Alibes & outros, 1975) e a obra *Tots els barris de Barcelona* (Jaume Fabres e Huertas Clavería, 1976).

A falta de planejamento e o aumento da população acirraram os problemas de massificação e a escassez de serviços e infraestruturas públicas de todo tipo, no contexto de um forte desenvolvimento econômico, enquanto o espaço público se degradava e era atendido por uma administração pública infradotada, inoperante e altamente burocratizada. Em 1979 ocorreram na Espanha as primeiras eleições democráticas para os Governos municipais. Narcís Serra tornou-se prefeito de Barcelona. Ele e sua equipe deram um impulso à aquisição de terrenos para novas infraestruturas e equipamentos públicos, praças e jardins.

Esta aquisição de terrenos privados para cobrir o imenso déficit de equipamentos de uso coletivo e espaços públicos, herança de décadas de ditadura franquista e crise econômica, estava prevista no PGM-76. Os recursos públicos, todavia, não eram suficientes para a dimensão e alcance das intervenções previstas no plano, de forma que a cidade recorreu mais uma vez ao velho expediente de captação de recursos através de grandes eventos, a exemplo do que ocorrera nas grandes exposições de 1888 e 1929. Assim nasceu o projeto olímpico em Barcelona. Até meados dos anos oitenta, a gestão urbana seguiu o referido plano em detalhes, realizando intervenções locais diversas, com ênfase na recuperação do centro histórico. A década de 1980 é de grandes projetos para Barcelona. Neste período, a prefeitura desenvolve diversos projetos de intervenção urbana, pois tem como grande objetivo, a promoção da cidade para o mundo.

Durante los años 1980 y 90 los gestores municipales de Barcelona han pensado ante todo em la globalización y en la competencia entre las ciudades a escala internacional, tratando de preparar la ciudad para ello. El objetivo vuelve a ser de nuevo convertir a Barcelona em la capital del Mediterráneo occidental.¹⁶¹

Esta nova fase de planejamento da cidade democrática de 1980, tal como refere Juli Esteban, tomou forma numa série de ideias e projetos parciais, com a participação de vários atores e com diferentes

¹⁶¹ Capel, H. *El modelo Barcelona: um examen crítico*, 2009, p. 29

referências contextuais e objetivos específicos durante todo o período. Estes projetos, com inserção principal na intervenção de espaços públicos, foram a base de construir a cidade. A requalificação urbana, que tinha como principal indutor a melhoria dos espaços públicos, foi um princípio extensivo a toda a cidade, especialmente à cidade periférica. Uma série de atuações concretas, que pretendiam ser o foco regenerador do seu entorno, com a certeza que este processo teria resultados mais imediatos e radicais que o planejamento sistemático a grande escala.

Um certo urbanismo de oportunidade era obrigatório, sobretudo pelos momentos de crise econômica anteriormente vividos com o desaparecimento de indústrias e serviços. Contudo, isto vai permitir a recuperação de espaços públicos importantes, como o Escorxador, a Espanha Industrial, Renfe-Meridiana, a Pégaso, o Clot, etc. Este modelo de planejamento continuou a dominar até aos anos de 1990, sendo que a partir de 1992, a escala de intervenção mudou para as grandes intervenções. Segundo Cáceres & Ferrer:

Des de 1982 fins a 1992 s'hauran recuperat més de dues-centes hectàrees de parcs, de les quals cent deu corresponen a l'operació olímpica.¹⁶²

Desde o início dos anos oitenta até 1992, ano em que se realizaram os jogos olímpicos, três fatores condicionaram a relação com o espaço público. A liderança pública aparecia projetada de forma clara no espaço público. O objetivo destes era tão claro como as competências necessárias. Os programas eram participados e aceites socialmente e padeciam de uma boa interação com o capital privado que aceitava a liderança pública. Contudo, após os Jogos Olímpicos, estas condições mudaram, pois a escala de intervenção na lógica da cidade capitalista tinha que aumentar para conseguir dar resposta ao processo pós Jogos Olímpicos.

¹⁶² “Desde 1982 até fins de 1992, serão recuperados mais de duzentos hectares de parques, dos quais dez por cento correspondem à operação olímpica”. (Tradução nossa) Cáceres e Ferrer, *Barcelona – espai públic*, 1993, p.15



Plano dos espaços públicos de Barcelona até final de 1992.
Fonte: Cáceres e Ferrer, 1993.

A escassez de espaço público organizado havia motivado um primeiro momento que os novos lugares conseguissem assumir uma intensidade muito superior àquela para a qual teriam capacidade. Os poucos metros quadrados urbanizados haviam de suportar todo o tipo de feiras, mostras, festas e manifestações que impossibilitavam determinados tratamentos. A existência de um maior número de espaços capazes de assumir aquelas atividades permitia que alguns dos novos espaços adquirissem outro carácter. Segundo Cáceres & Ferrer, era importante definir um plano de espaços públicos de Barcelona, sobretudo num momento em que a construção dos cinturões modificaria a funcionalidade viária de muitas vias urbanas. Segundo o autor, desenvolver o plano de espaços públicos comportaria aprofundar a definição do sistema de espaços públicos básicos da cidade, estabelecendo

prioridades de acordo com o seu papel estruturador e a sua eficácia social. Cáceres & Ferrer aponta algumas linhas de trabalho para a definição de um plano de espaços públicos para Barcelona¹⁶³:

1. Análise da situação atual dos espaços públicos. O seu papel local, urbano ou metropolitano;
2. Propostas para completar os sistemas de espaços públicos iniciais: frente marítima e o seu papel urbano e metropolitano; os espaços de Sant Martí a Poble Nou e o seu papel de ligação com Sant Adrià de Besòs; a Diagonal;
3. Propostas para os espaços-limite entre bairros ou distritos: a Sagrera (Sant Andreu/Sant Martí); a Ciutadella (Ciutat Vella/Sant Martí);
4. Propostas para os espaços limite intermunicipais: Barcelona-Sant Adrià; Barcelona (Ciutat Meridiana/Vallbona) – Montcada i Reixac; Barcelona – eix del Besòs (Montcada, Santa Coloma de Gramenet, Sant Adrià);
5. Acessibilidade urbana aos parques na montanha (Montjuic, Três Turons, Collserola);
6. Continuação da política de reurbanização de polígonos;
7. Redefinição de novas secções de ruas e avenidas com a capacidade de estruturar o sistema de espaços públicos o de aumentar o seu papel de passeio público e relação urbana;
8. Definição teórica do conceito de corredores verdes como o elemento estruturante da política de espaços públicos. Plano de propostas;
9. Definição de alguns critérios de desenho dos espaços públicos à escala da cidade e de determinadas áreas.

Havia uma intenção de continuidade demonstrada nas intenções de intervenção. A ideia de contínuo urbano esteve presente em muitas propostas urbanísticas de escala intermédia, como nos planos especiais de reforma interior.

¹⁶³ Cáceres e Ferrer, *Barcelona – espai públic*, 1993

PGM-76: UM INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO URBANA

O que se conhece como PGM-76 corresponde ao Plano Geral Metropolitano de Ordenação Urbana, aprovada pela Comissão Provincial de Urbanismo de Barcelona em 14 de julho de 1976, cujo objeto é a ordenação urbanística do território que integrava a anterior Entidade Municipal Metropolitana Barcelona e compreendia um total de 27 municípios. As normas urbanísticas deste plano, bem como as alterações introduzidas no âmbito normativo, foram editadas pela *Municipis de l'Àrea Metropolitana* de Barcelona.¹⁶⁴

O plano lida com o ambiente urbano e foi desenhado de acordo com os regulamentos previstos na legislação sobre o uso da terra e planejamento urbano. Deve ser lembrado que quando o plano estava sendo traçado, em 1956, a primeira lei de terras da Espanha ainda estava vigente. Esta foi revisada e substituída por uma nova estrutura em 1975, passando a ser imperativo que o a versão final do PGM fosse adaptado à nova legislação.

O escopo coberto pela PGM tem sua origem no plano urbanístico de 1953, que foi a primeira proposta urbana de tentativa de ordenação racional da cidade, em um espaço que excedeu significativamente os limites de Barcelona. No entanto, deve-se afirmar que esta extensão de limites não era o resultado de um estudo rigoroso das relações entre as diferentes áreas, mas sim uma proposta improvisada devido a uma visita à sede do plano pelo Diretor geral do urbanismo nacional. O fato é que, a despeito de sua origem, seus limites duram até hoje através da existência prolongada da PGM.

O processo entre 1974 e 1976, com dois relatórios públicos, foi interessante e essencial para o futuro do Plano. Assim como ocorreu naquele momento e ainda ocorre frequentemente hoje como qualquer plano de um determinado tamanho e é apresentado publicamente, o PGM

¹⁶⁴ Ayuntamiento de Barcelona. Em: www.bcn.cat

recebeu uma forte crítica tanto dos setores populares quanto dos donos de propriedade. Apenas alguns setores profissionais cientes dos problemas urbanos valorizaram o plano positivamente. Entretanto, pelas particularidades da sua redação, o PGM era, em sua maioria, uma proposta tecnocrata e nas suas ações e desejos expressava uma clara desconfiança no poder político.

O Plano impôs na área uma nova ordem de planejamento urbano e, para este fim, propôs uma organização clara dos espaços ou sistemas públicos. Isso se refletiu principalmente nas redes viárias e que afetaram numerosos pedaços de terra e alguns edifícios. Quanto ao impacto das estruturas viárias nas áreas urbanas, o PGM manteve o impacto dos planos anteriores, que era coerente com o objetivo de redução das construções e melhoria da estrutura urbana existente. Além disso, o plano determinou a reserva de uma considerável área para zonas verdes e equipamentos públicos, que implicaram na remoção de vários lotes de propriedades de mercado.



Plano Geral Metropolitano de Ordenação Urbana
Fonte: Capell, 1999

Quanto ao zoneamento para iniciativas privadas, o plano resolveu pela contenção, primeiramente em relação à expansão urbana para áreas rurais e segundo pela redução do gabarito permitido nas áreas urbanas

para evitar problemas com congestionamento de edificações. É relevante informar que os documentos regulatórios eram significativamente mais precisos que os planos normalmente eram. O PGM expressava claramente a conformação da cidade na terra e provia a regulamentação para levar isso adiante.

Os novos conselhos da cidade eram conscientes do valor do projeto de planejamento que eles herdaram e não sentiram a necessidade de revisá-lo, apesar da desconfiança de alguns conselhos locais. Além disso, entre 1974 e 1988, uma administração metropolitana com poderes de planejamento da cidade existia: a Corporação Metropolitana de Barcelona (CMB), presidida pelo prefeito de Barcelona, que ajudou nas primeiras fases. Então, um acordo geral foi conseguido pelas municipalidades envolvidas no escopo do PGM, pois eles o viram como uma ferramenta útil para o projeto urbano da democracia. Atualmente, participam do PGM os 36 municípios da área metropolitana de Barcelona, bem como as diferentes administrações e os agentes econômicos e sociais do território. Estas ações metropolitanas têm demonstrado a possibilidade de as diferentes áreas de trabalharem em conjunto e, por ter espaço suficiente, melhora a compreensão dos problemas urbanos.

Não obstante, o plano deveria ser estudado sabiamente, pois apesar de seus princípios básicos poderem ser aplicados, existe liberdade de buscas alternativas mais apropriadas dependendo da especificidade da situação, porém sem afetar o nível geral de coesão do PGM. A natureza deste plano como instrumento para planejamento da cidade estabelecida pela legislação urbana, juntamente com a precisão de suas decisões significa que o desenvolvimento de projetos urbanos parciais frequentemente requereu a modificação do PGM em várias ocasiões desde a sua concepção. Esta capacidade de modificação é, seguramente, uma das razões da sua existência prolongada.

O PGM foi o ponto de partida para projetos que estavam sendo desenvolvidos, ajustados ou modificados. Primeiramente podemos considerar os projetos baseados em uma visão mais próxima do espaço e, portanto cobririam áreas limitadas (setores), mas ao mesmo tempo permitiam considerações de aspectos perceptíveis em uma escala global. Dentro destes projetos, os Planos Especiais para Reformas Interiores – PERI – são de especial interesse. O período em que o PERI teve seu papel mais importante na política municipal, especialmente no processo de projeção com debates públicos, foi entre 1980 e 1986. Esta democratização municipal é consistente com a preocupação em melhorar a cidade: a recuperação de um conselho da cidade que representava os interesses dos cidadãos, líderes e, conseqüentemente, para aumentar o nível de respeito entre os cidadãos como um grupo, fazendo cada região se sensibilizar com as necessidades de melhoria do espaço urbano.

O PERI, desenvolvido em vários lugares, não foi originalmente previsto pelo PGM. Algumas vezes, veio a pedido de associações de moradores que sentiram que o bairro sem o PERI seria esquecido, uma vez que o PGM era visto como muito amplo. Numa primeira fase das operações pontuais prevaleceram. Intervenções foram feitas em algumas praças selecionadas como ‘setores de estímulo de reabilitação’, com a intenção de ‘afetar’ o entorno do espaço urbano. Um total de 150 operações de recuperação do espaço público foram feitas na década de 1980.¹⁶⁶

Até agora, um tipo específico de PERI era mencionado: aqueles que lidam com setores significantes dos bairros da cidade. Outros tipos, com escopo limitado e alcance puramente instrumental. Estes são mais comuns, tendo como objetivo remodelar áreas em claro estado de obsolescência. Com a oficialização da candidatura de Barcelona à sede das Olimpíadas, em 1982, uma nova ordem de ações teve que ser considerada.

¹⁶⁵ Esteban, J. *El Projecte urbanistic: valorar la periferia i recuperar el centre*, 1999.

¹⁶⁶ Capel, H. *El modelo Barcelona: un examen crítico*, 2009.

PONTO DE PARTIDA: DA IDEIA AO PROJETO

É utópico crer que a escolha de uma cidade à sede dos Jogos Olímpicos gera projetos e ações quase espontaneamente. Os desejos e necessidades são constatados tempos antes da candidatura da cidade e durante o processo, os planos são desenvolvidos para posterior implantação. É preciso garantir desde o princípio uma ação urbanística contínua e, com ela, adotar alguns instrumentos habituais no urbanismo moderno, como o plano e o projeto urbano. O plano demarca as diretrizes, a estrutura e os parâmetros do desenvolvimento e das transformações, de maneira global, e o projeto urbano define e formaliza os componentes concretos das ações, com clara vontade de construir a cidade. Barcelona já havia aprendido com os eventos organizados no início do século XX, e o caminho para sede dos Jogos Olímpicos de 1992 começou uma década antes.

O atual Plano Geral Metropolitano (PGM-76), aprovado no ano de 1976, serviu de marco de referência para as ações contemporâneas e, apesar de contínuos ajustes, sempre conservou sua estrutura e parâmetros básicos, incorporando a cada momento novas ideias e projetos. Suas diretrizes se concretizam em projetos urbanos com consciência do seu lugar, escala e papel na construção da cidade. Nos anos anteriores à indicação olímpica se desenvolveram em Barcelona importantes intervenções, sobretudo no espaço público, notáveis pela vontade de reconstruir a cidade e pela qualidade dos projetos envolvidos.

A ideia de candidatura foi dada durante a transição política, na época pós-franquista. Em 1979 foram celebradas as primeiras eleições municipais, que culminou na eleição de Narcís Serra. Ao mesmo tempo em que era um momento de euforia pela mudança na política, havia certo pessimismo relacionado à crise econômica, e à qual se uniria o desencanto política uma vez terminado o período de transição. Em um primeiro momento, no início dos anos 1980, o novo poder municipal começa a pensar em novas maneiras de dinamizar a cidade, que estava castigada pelo

menosprezo pela qualidade de vida dos cidadãos da era franquista. Porém, esta preocupação urbana surge em um momento de plena crise econômica.

Tendo em conta seu sucesso no passado – a Exposição de 1888 deu impulso ao bairro Eixample, a Exposição de 1929 a Montjuic, o Congresso Eucarístico no Bom Pastor, etc. –, o projeto que logicamente pode solucionar tais crises é pedir os Jogos Olímpicos para Barcelona. Este, no caso, é apenas um pretexto para dar início à nova dinâmica tão ansiada pelo novo governo. Isto se liga a outro fator favorável: dentro de uma série de mudanças dentro do Movimento Olímpico, houve a ascensão à presidência do COI de Juan Samaranch. Alguns dizem que sua participação na nomeação de Barcelona foi mais por abstenção que por intervenção. Somente sua presença conferia à Barcelona uma credibilidade que talvez não tivesse sem ele.

Serra fez público seu desejo em 31 de janeiro de 1981, durante uma festa de entrega de prêmios aos melhores atletas. O prefeito fixou seu objetivo: os Jogos de 1992. Samaranch estava entre os convidados. A partir daí, deveriam dar os primeiros passos para tornar oficial aquilo que era só um sonho e, em junho do mesmo ano, a prefeitura de Barcelona aprovava, por unanimidade, oficializar a candidatura da cidade ao COI. Um estudo de viabilidade foi realizado por Romà Cuyàs e apresentado em junho de 1982.

Durante a etapa inicial, entre 1981 e 1982, houve uma grande interação entre a municipalidade de Barcelona e o COI, o que auxiliou na definição de uma proposta de candidatura que encaixava as necessidades da cidade nos ideais do Olimpismo e tornando-a séria candidata à vitória. Esta proposta tomou a forma de um livro chamado *Barcelona pretén els Jocs de 1992*. Neste período, Narcís Serra foi nomeado Ministro da Defesa, dando lugar à Pasqual Maragall, gerando incertezas relacionadas à eleição efetiva de Maragall à prefeitura no final de 1983. Com a efetivação do novo prefeito, no início de 1984 foi apresentada oficialmente a que seria a quarta candidatura de Barcelona à sede das Olimpíadas e foi formada a primeira equipe técnica para redigir a proposta.

A primeira candidatura aconteceu em 1924, tendo Paris como vencedora. Depois, viria a candidatura de 1936, cujos Jogos aconteceram em Berlim. 1964 seria a terceira tentativa de Barcelona, mas o presidente do Comitê Olímpico Espanhol, José Antonio Elola, relegou a cidade a ser simplesmente a sede náutica, deixando o peso da candidatura à Madri, em sua primeira tentativa, que foi perdida para Munique.

O período de candidatura para as Olimpíadas de 1992 coincidiu com os Jogos de Los Angeles. Esta coincidência foi fortuita para Barcelona, que apresentou sua candidatura antes e não depois dos Jogos, que foram os primeiros a produzir um superávit, cuja candidatura foi considerada um ato heroico após o fiasco econômico de Montreal, em 1976. De qualquer forma, após a definição da equipe de candidatura, tem início uma série de acordos institucionais que mostram o consenso no projeto. Foram considerados os âmbitos institucionais, políticos, sociais e urbanos do momento. Em um primeiro momento é realizado o convênio com a *Generalitat*¹⁶⁷, por meio do qual é criado o Conselho Reitor da candidatura e é oficializada a equipe de candidatura, chamada de Escritório Olímpico.

O Escritório foi o corpo executivo do Comitê de Candidatura Olímpica em dois aspectos: a coordenação da preparação da cidade e dos projetos urbanísticos, como os especificamente focados na organização dos Jogos Olímpicos, e conseqüentemente, a redação do Dossiê de Candidatura. O dossiê era o documento que confirmava a firme intenção da cidade e seu comprometimento em sediar os Jogos Olímpicos de 1992, por meio da garantia de cobrir todos os aspectos necessários à sua realização, da segurança ao significado histórico, com desenvolvimento urbano, comprometimento com os valores olímpicos e viabilidade financeira. A redação

¹⁶⁷A origem da instituição da *Generalitat* é nas cortes da Coroa de Aragão celebradas em Monzón (em Aragão) em 1289, quando é designada uma *Diputació del General* ("Deputação do Geral"), comissão temporal para recaptar o "serviço" ou tributo que os "braços" concediam ao rei, por petição sua. Este imposto conhecia-se popularmente como *Drets de General* ("Direitos do Geral") ou *generalitat*, nome este que se exportou à França, onde se criaram as *Généralités*, distritos fiscais. Com o tempo, o nome oficioso de *Generalitat* acabaria por substituir o nome oficial de *Diputació del General*. Atualmente, *Generalitat* é o nome em catalão de diversos governos, históricos e atuais, de autonômicos na Espanha.

do dossiê foi concluída no início de 1986 e submetida em 1º de março do mesmo ano, em Lausanne na Suíça, pelo então prefeito Pasqual Maragall.

Dentro da perspectiva urbana, devemos lembrar que no dossiê de candidatura as questões de infraestrutura foram as mais discutidas, buscando o renascimento da cidade. No documento apresentado constavam a distribuição das áreas olímpicas da cidade, o desenvolvimento das áreas costeiras e de montanha, a construção das infraestruturas, os cinturões viários e a relação com o porto. O documento também refletiu o que seria aplicado em relação ao sistema de transporte e alojamento.

Para o financiamento do projeto foi seguido um modelo misto, com a intervenção de empresas privadas, patrocinadores e direitos de venda de transmissão em televisão. Estes bancariam a organização dos Jogos sob o controle e administração institucional das organizações previamente determinadas: a prefeitura, a Generalitat, o governo central e o Comitê Olímpico Espanhol (COE).

Em 17 de outubro de 1986, Lausanne estava inundada de nervosismo e incertezas por parte dos comitês olímpicos de todas as cidades que haviam postulado suas candidaturas à sede das XXV Olimpíadas da Era Moderna, em 1992. Circulava pelos corredores o rumor de que Barcelona havia conseguido para a Espanha, pela primeira vez na história, a organização dos jogos, mas o veredito só foi oficial quando o presidente do Comitê Olímpico Internacional, Juan Samaranch anunciou:

*“Le Comité International Olympique a attribué l’organización des jeux de la vinght cinquième olimpiade 1992, a la ville de Barcelona”.*¹⁶⁸

¹⁶⁸“La ville de... Barcelona”, a la cuarta fue la vencida. Matéria do jornal A La Carta. Em: <http://www.rtve.es/deportes/20090928/ville-barcelona-cuarta-fue-vencida/294254.shtml>

A LA VILLE DE... BARCELONA!

Com o recebimento da notícia positiva, houve um nexo de união entre as instituições espanholas que não voltou a se repetir. Era a oportunidade, não só para Barcelona, como para todo o país de aparecer para o mundo depois de ter vivido anos sob as sombras da ditadura.

Outubro de 1988 foi a data oficial da entrada de Barcelona no período olímpico. Os Jogos de Seul haviam acabado e começava o turno barcelonês. Foi organizado um ato relevante na cerimônia de encerramento das Olimpíadas de Seul. Agora os olhos do Movimento Olímpico e da opinião mundial estavam voltados para Barcelona, e o país adquire mais consciência de que tudo o que fizesse seria crítico para a imagem da cidade e do país. A fase entre 1988-1989 foi marcada pela demissão do diretor geral da Comissão de Organização das Olimpíadas de Barcelona (COOB – criado em 1987) e pela inauguração do estádio. Apesar do ato de inauguração não ter sido organizado pelo COOB, os problemas ocorridos durante o evento foram a ele atribuídos. Também nesta época, foram firmadas as vendas dos direitos de transmissão do evento, com ofertas superiores ao previsto.

Passada alegria da nomeação era chegada a hora de colocar em marcha um conjunto de projetos de intervenção urbana previamente elaborados e que resultariam em uma reestruturação física, econômica e cultural da cidade. O projeto de candidatura olímpica e sua execução definiram um programa de profunda transformação urbana. Parte foi planejada para ser realizada para as Olimpíadas e outra parte para ser gerida à médio prazo. O desenvolvimento posterior da cidade e alguns dos projetos urbanos de escala local e regional mais importantes estão vinculados à ambição transformadora relacionada ao desafio de 1992. Estes projetos foram, sem dúvida, a principal fonte de inspiração para tal disputa. Assim, tiveram início seis anos de intensos trabalhos que afetaram muito diretamente o pulso da cidade. De repente parecia que toda a cidade estava em obras.

A cidade fez um investimento considerável na realização das Olimpíadas: US\$ 8,1 milhões foram gastos em novas estradas, um aeroporto, hotéis, telecomunicações e um novo resort à beira-mar. O Director-Geral do Esporte para a Generalitat de Catalunya, comentou que o plano de Barcelona para usar os Jogos Olímpicos para o benefício da cidade era uma explícita um:

The Olympic Games permitted the transformation of the city, providing it with those services it so much needed, and the heavy investment that would otherwise have taken so many years to have come. Barcelona once again turning its face to the sea, the Olympic village, the airport, the roadways and communications, the hotel network, all of which were essential to its becoming a competitive city in the scenario of to-day's Europe.¹⁶⁹

O pessoal que integra as comissões organizadoras normalmente não possui experiência olímpica anterior. Com Barcelona não foi diferente. O que pode ser aprendido a partir de experiências anteriores é limitado devido à grande importância das condições locais. Apesar da disposição de Seul em repassar seu conhecimento, diferenças na organização, no financiamento, no contexto político e na cultura eram tão grandes que qualquer transferência de conhecimento era muito complexa. Por esta razão, o planejamento e a organização do evento eram difíceis de enfrentar, especialmente seis anos antes dos Jogos, quando o comitê foi iniciado, o que gerou incerteza sobre os processos e muita pressão sobre os gestores.¹⁷⁰

A formalização das primeiras ideias do projeto olímpico teve início em 1982, com a candidatura aos Jogos. A escala da cidade como um contexto global reapareceu e novas ações para a transformação da cidade foram concebidas. O trabalho foi feito com base em um modelo pré-existente e as intervenções foram feitas para acelerar a realização dos objetivos que poderiam ser considerados óbvios: abrir a cidade para o mar, provê-la de

¹⁶⁹ Botella, *The Keys to Success*, 1995, p. 26

¹⁷⁰ Botella, *The Keys to Success*, 1995, p. 12

infraestruturas básicas de transporte, transformar o porto velho em um lugar para uso público, modernizar o porto comercial e o aeroporto. Conceitualmente, nada era novo, tudo foi previamente planejado. Em qualquer caso, a resolução era para concluir – se é que a ideia de conclusão é aceitável em planejamento urbano – a modernização de Barcelona, com base em eixos estruturais que já acatados, fortalecendo o espaço urbano.¹⁷¹ Para Josep Abad, delegado conselheiro do COOB'92:

The Games were conceived from the beginning as a great pretext. All those involved at that time in the decision-making process knew that the Games were clearly a sporting event. I confess without shame, however, that this did not concern us, since what mattered eleven years ahead of time was to determine the dominating idea that would allow us do in five or six years what had not been done in fifty, with the risk of taking another fifty if the opportunity was not taken. And in the end it was taken, both in tangible and intangible areas, transforming spaces and, more importantly, changing mental attitudes as well.¹⁷²

Com isso em mente, um modelo de planejamento flexível foi escolhido – o *Pla Director* – que era revisado a cada semestre e cada edição continha a melhor previsão disponível do conjunto de tarefas que o COOB teve de enfrentar antes do prazo final de operações e da publicação do relatório. A estrutura do Plano Diretor continha projetos (mais de trezentos) e datas em que determinados eventos deveriam acontecer. A forma com que as plantas foram elaboradas foi tão importante quanto o modelo. Não havia um grupo de especialistas dedicado especificamente às tarefas de planejamento. A elaboração dos planos foi realizada pela Comissão de Planejamento, formada por pessoas responsáveis pelo planejamento de cada divisão. Isto permitiu e

¹⁷¹ Abad, J. A summary of the activities of COOB'92, 1995, p. 5

¹⁷² Abad, J. A summary of the activities of COOB'92, 1995, p. 3

deu credibilidade a todo o processo, pois existiam muitos projetos interdependentes.¹⁷³

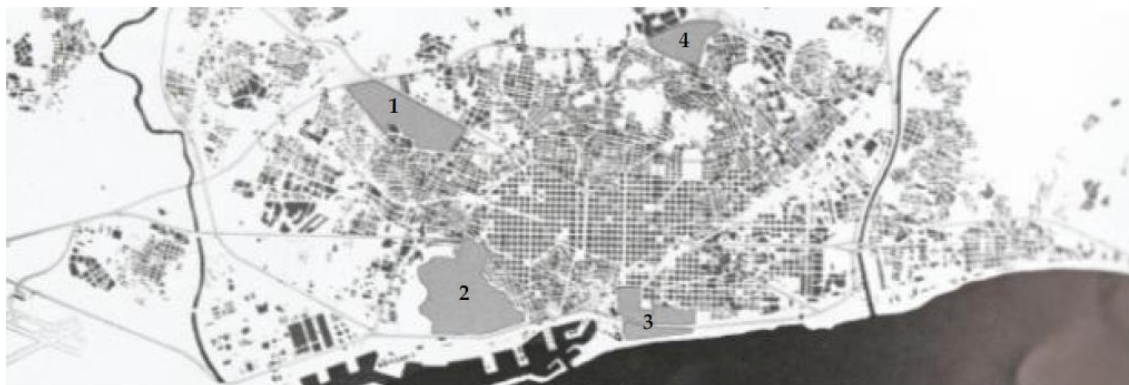
Os objetivos traçados e seu método de planejamento expressaram a vontade de ver a cidade como um todo dar um grande salto em frente. A abertura da cidade para o mar exigia uma operação de grande escala no lado oriental da costa. Neste ponto, a cidade ainda conservava um potencial inegável para a renovação urbana. Neste sentido, a localização da futura Vila Olímpica ao longo da costa no eixo da Calle de La Marina, teve uma intenção estratégica clara para a cidade, porque abriu um eixo potencial de comunicação com um espaço costeiro renovado. Um dos objetivos desse escopo era suficiente para justificar o risco desta decisão em uma operação de transformação que teria um impacto permanente.

A filosofia subjacente do Projeto Olímpico assegurou que os Jogos fossem descentralizados. A ideia de concentrar todas as instalações em um Parque Olímpico – como tinha sido o caso em Seul – foi imediatamente rejeitada. Barcelona decidiu compartilhar os jogos com o maior número de cidades-sede subsidiárias possível. O programa olímpico designou quatro áreas olímpicas dentro da cidade de Barcelona e 15 cidades-sede subsidiárias das Olimpíadas. As instalações de jogos foram localizadas dentro de quatro áreas designadas, as instalações de treinamento foram designadas para vários bairros diferentes da cidade e a rede rodoviária que conectou estas áreas e o entorno delas. Tudo junto formaram uma rede que envolvia toda a cidade no projeto olímpico.

As quatro áreas olímpicas foram selecionadas de acordo com critérios como tradição desportiva e a realidade estrutural do território em questão. Por um lado, havia duas áreas que eram praticamente obrigatórias, dadas as suas instalações desportivas históricos. Vista de forma esquemática, as operações olímpicas que estruturam a cidade de Barcelona são: a Vila Olímpica, que veio ocupar uma parcela decadente do tecido urbano da cidade; o Anel Olímpico, que recupera para a cidade o parque urbano da montanha de

¹⁷³ Botella, *The Keys to Success*, 1995, p. 12-15

Montjuic; a zona da Diagonal, que aproveita equipamentos esportivos existentes, como o estádio do Futebol Club Barcelona; e o Vale D'Hebron, que estende as operações urbanísticas aos limites de uma das áreas periféricas com mais demanda de infraestrutura.



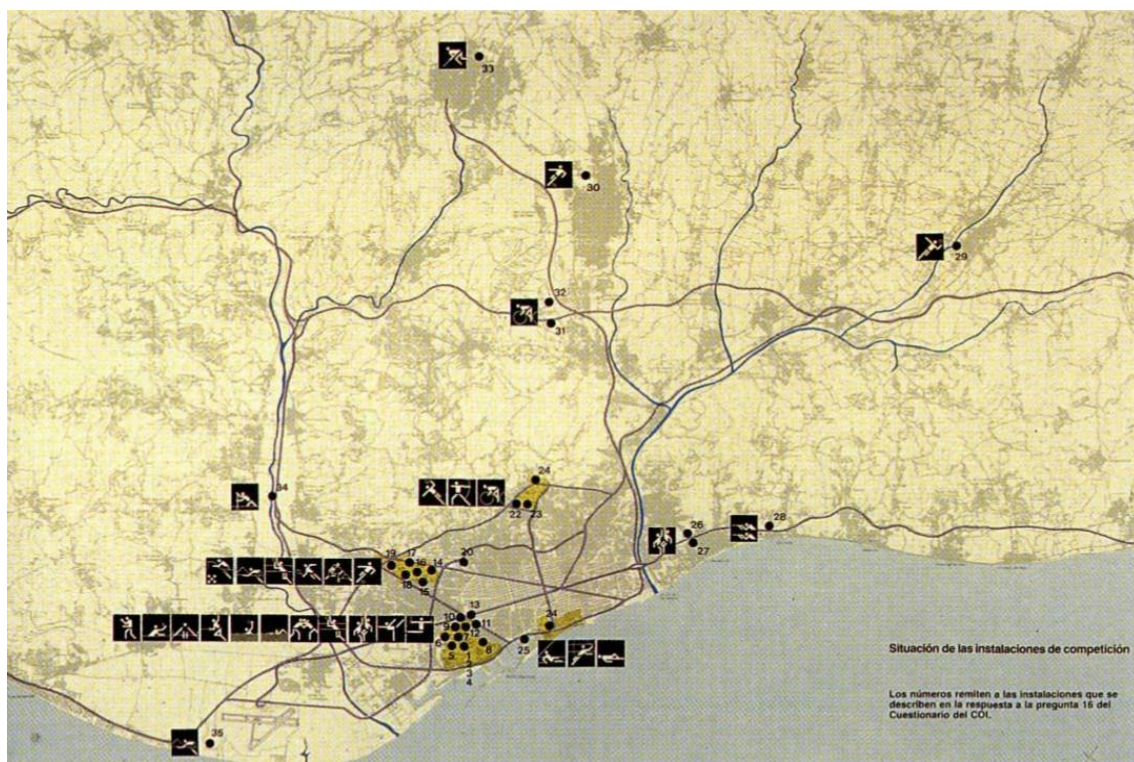
As quatro áreas olímpicas: 1. Diagonal, 2. Montjuic, 3. Vila Olímpica, 4. Vall D'Hebron.
Fonte: Silva, 2011

O Parc de Mar (Vila Olímpica) foi uma desculpa para abrir a cidade até o mar, concretizando assim uma aspiração de longa data dos cidadãos. Embora no município de Barcelona não existissem muitos lotes disponíveis com capacidade suficiente para alocar 3.500 moradias, a vocação metropolitana dos Jogos, refletida na distribuição de instalações desportivas em várias municipalidades, ajudou a encontrar um local para a vila que não iria comprometer as estruturas já existentes e não afetaria a infraestrutura geral – trens, anel viário e esgotos.

Nos casos das áreas Diagonal, Montjuic e Vall D'Hebron, embora o seu alcance fosse irregular e sem as dimensões da Vila Olímpica, suas localizações foram propostas tendo em conta os efeitos regenerativos que poderiam ocorrer em cada área significativa da cidade. Em Montjuic, o objetivo era completar a urbanização da montanha, o mais importante parque urbano da cidade. As novas instalações reforçariam o seu papel funcional na cidade e a celebração dos Jogos Olímpicos reforçaria seu significado no imaginário coletivo dos cidadãos.

Se em Montjuïc a proposta levou à formação de espaços urbanos na montanha, em Vall d' Hebron a ideia recuar o processo de formação de um tecido urbano que era relativamente periférico da cidade que estava tomando conta da área. Por um lado, as ações iriam re-equipar a área, enquanto a situação estratégica em relação às necessidades comunicação viária previa a construção do anel viário Ronda de D'Alt e do túnel Horta, que permitiriam que as novas instalações esportivas estivessem mais facilmente ao alcance. Assim, o planejamento desta área foi caracterizado por um modelo de vanguarda que propôs novas regulamentações e ainda testou novos materiais para o tratamento do espaço urbano.

A inclusão de novas instalações públicas, como a reconstrução do pavilhão *Republica del Grup d' Artistes i Tecnicos catalães pel Progrés de l' Arquitectura Contemporània* (GATCPAC) e a implantação de várias esculturas nesses novos espaços urbanos foi um claro exemplo da integração na periferia por meio de ações que podem ser entendidas como uma monumentalização. O projeto de desenvolvimento da área de Diagonal não tomou grandes proporções e, como um bom critério, tentou incorporar numerosas instalações esportivas existentes nesta área no programa dos Jogos. Foram levadas normas urbanísticas para um espaço confuso em pontos de encontro das municipalidades de Barcelona, Esplugues e L'Hospitalet.



Mapa de situação das áreas de competição dos Jogos
Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona 1992 – COOB

A escolha das cidades subsidiárias foi baseada na tradição esportiva catalã, na qual uma rede de cidades médias tinham sido pioneiras em várias modalidades esportivas diferentes. Desta forma, era importante reconhecer as contribuições feitas ao esporte popular por Granollers (handebol), Badalona (basquete), Terrassa (hóquei) ou Viladecans (baseball), por exemplo. Mas tudo tinha que ser organizado de forma racional. Um local de alta capacidade para handebol, por exemplo, era desnecessário em Barcelona, mas havia a necessidade de um em Granollers, o que exigiu uma instalação de alta qualidade para completar a infraestrutura esportiva.

O modelo destas quatro áreas Olímpicas gerou outro projeto na mesma linha: as áreas de nova centralidade (ANC). O conceito das áreas de nova centralidade pode ser considerado uma evolução da ideia de “centros direcionais” que o PGM propunha. Mas este deu mais importância nos termos da implantação e impacto da estrutura de centralidades, tentando ao mesmo tempo redistribuir os usos centrais da área metropolitana.



Mapa de Barcelona com as áreas de nova centralidade, de 1986
Fonte: Esteban, 1999

O que este projeto tem dado é a construção de idéias de distribuição para os novos centros por toda a cidade o que, sem dúvida, aumentou o significado de qualquer uma dessas ações. Mas isso não é tudo. Também é importante reconhecer o projeto ANC pelo seu valor pedagógico, em termos de espaço da cidade como uma opção para a implantação de atividades . Esta tem sido uma ferramenta muito útil para a compreensão da estrutura urbana de Barcelona.

Uma área de nova centralidade que merece uma menção especial, devido à sua natureza específica, é Port Vell. Ele tem tido um sucesso espetacular entre os cidadãos, com uma atitude crítica para os setores e profissionais qualificados em urbanismo e também de muitas pessoas socialmente relevantes. Essa crítica tem sido por vezes demagógica e irrealista – "os edifícios não nos deixam ver o mar" –, mas em outros casos, a crítica foi mais conceitual e grave – "um porto é, por sua essência um espaço vazio; espaços cheios são a cidade e isso deve ser cercado pelo vazio, com o seu

papel importante, a introdução de certos usos banaliza um espaço tão singular; os edifícios do cais afetam a imagem da fachada marítima de Barcelona".¹⁷⁴



Vista panorâmica de Port Vell
Fonte: Wikipedia Commons

Até certo ponto, é difícil não concordar com essas críticas e, portanto, elas devem ser aceitas. No entanto, em uma avaliação global dessas ações, não deve se esquecer tudo o que a operação de Port Vell tem representado. Foi realizado por um corpo que não foi a Câmara Municipal e foi um fator de melhoria e revitalização de todos os seus arredores, onde espaços urbanos de interesse extraordinário tomaram forma.

O Anel Olímpico de Montjuïc

Começamos por Montjuïc. Esta é uma área que estava praticamente esquecida até 1904. Metade da montanha era completamente desconhecida para a maioria dos habitantes de Barcelona e totalmente inacessível. O Parque Montjuïc possui 500 hectares e é o maior parque equipado da Europa, a poucos quilômetros do centro histórico da cidade. Uma das decisões tomadas durante a fase embrionária da candidatura era localizar as instalações para os eventos líderes do programa olímpico em Montjuïc.

Tanto a sua proximidade com o mar e com o centro da cidade e sua longa tradição esportiva - várias instalações já haviam sido construídas lá – tiveram peso decisivo durante a escolha. Montjuïc já tinha um

¹⁷⁴ Esteban, J. *El Projecte urbanistic: valorar la periferia i recuperar el centre*, 1999, p.16

Olímpico Estádio que tinha sido inaugurado em 1929, mas tinha-se deteriorado pela falta de uso e manutenção. Parte do Projeto Olímpico de Barcelona era recuperar o Estádio, para completar o desenvolvimento do Parque de Montjuïc e para integrá-lo para a cidade como um espaço público que pode ser explorado ao máximo. O natureza emblemática do Estádio e o desejo de restaurá-lo para a função para a que tinha sido construído foram os argumentos apresentados em apoio à implementação deste plano.

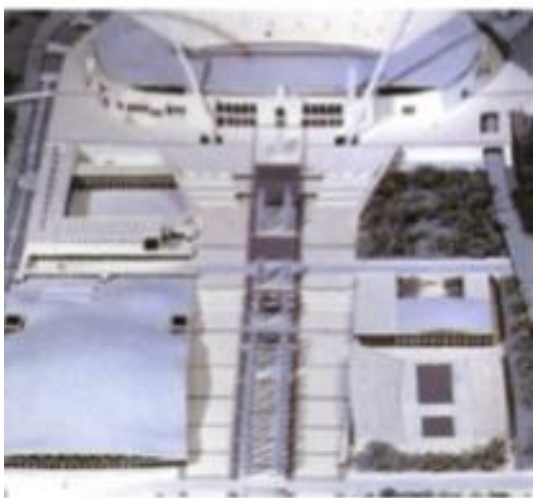
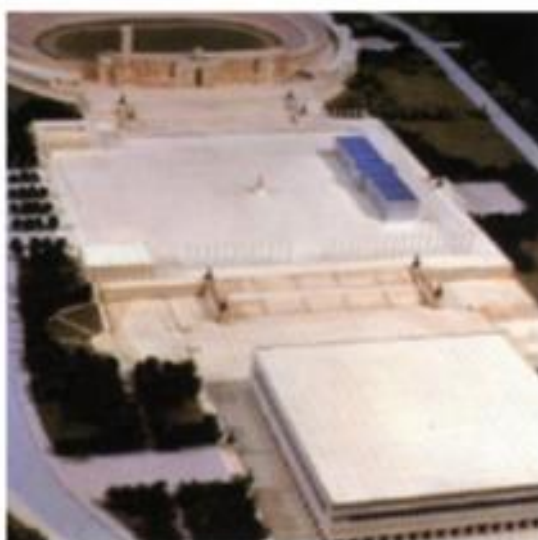
O Plano Diretor do Anel Olímpico de Montjuïc, elaborado pelo Escritório Olímpico em abril de 1983, foi aprovado pelo Conselho da Cidade em julho do mesmo ano. Este plano estabelecia exatamente quais instalações seriam construídas nesta localização: o Estádio Olímpico, o Palau Sant Jordi, o 'parque' aquático Bernat Picornell e o Instituto Nacional de Educação Física da Catalunha (INEFC). Além disso, sugeriu a disposição destes equipamentos – ao longo de uma avenida que atuaria como elemento de ligação. Esta avenida também facilitaria o acesso ao parque e estabeleceria um sistema de acessos à montanha.

Em agosto de 1983, o Conselho Gestor convidou oito grupos de arquitetos a apresentar um plano geral de disposição para o Anel Olímpico de forma que o uso das instalações e espaços públicos para os Jogos fossem compatíveis com seus usos pós-evento. Os grupos convidados foram Ricard Bofill, Josep Antoni Coderch, Frederic Correa/Alfons Milà/Joan Margarit/Carles Buixadé, Francisco Sainz de Oiza/Rafael Moneo, Vittorio Gregotti, Arata Isozaki, James Stirling and Richard Weidle.

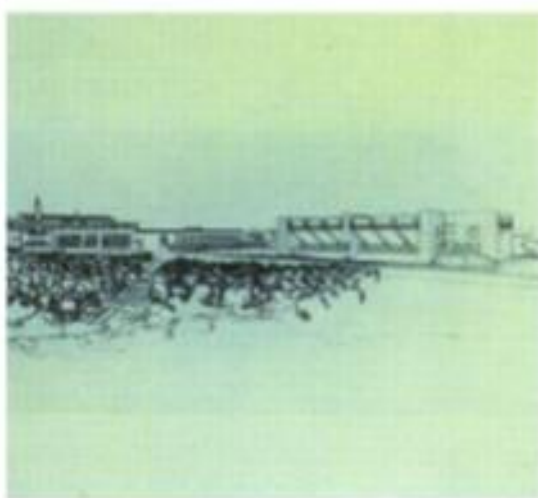
A decisão do Conselho foi dividir os diferentes elementos do Anel Olímpico entre a maioria dos competidores: o grupo Correa/Milà/Buixadé/Margarit seria responsável pelo desenho geral do Anel Olímpico; este mesmo grupo com Vittorio Gregotti cuidaria da restauração do Estádio Olímpico; Arata Isozaki projetaria o ginásio esportivo e Ricard Bofill, o INEFC.



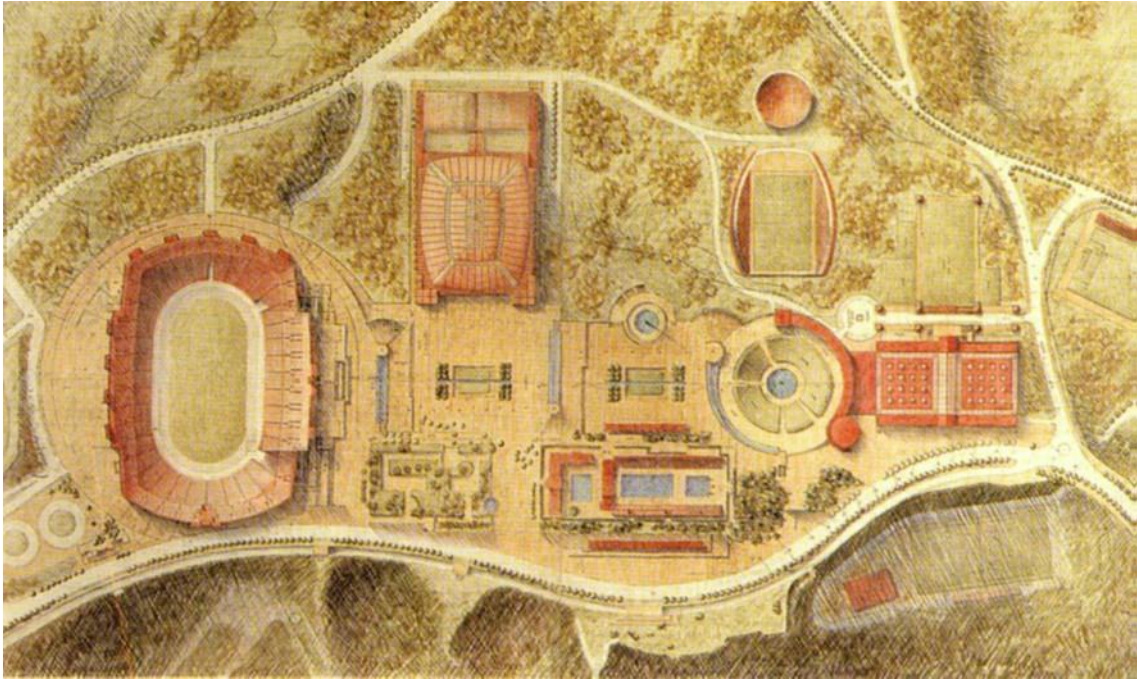
1



2



Maquete do Anel Olímpico; 2. Maquete do projeto de Arata Isozaki; 3. O INEFC de Ricard Bofill; 4. Projeto de reforma do Estádio Olímpico feito por Vittorio Gregotti
Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona 1992 – COOB



Desenho inicial feito pelo Escritório Olímpico do Anel Olímpico de Montjuïc, 1984
Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona 1992 – COOB

No projeto final, concluído em 1985, foi incluído um campo de baseball. Devido à complexidade do projeto, foi criada uma companhia chamada Anella Olímpica de Montjuïc (AOMSA), que tinha como chefe executivo Josep Miquel Abad, para supervisionar o progresso da intervenção. Em fevereiro deste ano começou o trabalho de demolição do antigo estádio, mas ainda mantendo a fachada. Os trabalhos também começaram no ginásio esportivo.

Para isso, foram removidas as creches municipais, demolidas algumas cabanas que ainda existiam na área e foi feito o nivelamento da área. Com as construções do Estádio Olímpico e do Palau Sant Jordi em progresso, o Anel Olímpico tomou forma. A construção de uma grande praça – que viria a ser a Plaça d'Europaon – no fim da Avinguda de l'Anella Olímpica também foi planejada.



Plano da área de Montjuïc

Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona 1992 – COOB

Montjuïc foi o principal local de competições para as Olimpíadas de 1992, mas algumas instalações esportivas foram modificadas após os Jogos. O parque de Montjuïc já possuía um grande número de equipamentos que haviam sido construídos ao longo dos anos. Muitos deles já haviam sido mencionados nos dossiês das candidaturas anteriores: the Estadi de la Foixarda (1920), o Estádio Olímpico (1929), o parque aquático de Montjuïc (1929) and o parque aquático Bernat Picornell (1969). Logicamente, alguns destes equipamentos tiveram que passar por renovações para os Jogos.



Vista aérea do Anel Olímpico de Montjuïc, 1992
Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona 1992 – COOB

Alguns dos pavilhões da Exposição Universal de Barcelona foram adaptados para utilização como Centro de Mídia, uma vez que eles eram adjacentes ao Anel Olímpico, com distâncias entre cem e mil metros dos locais de competição. Conexões com a cidade e as outras áreas olímpicas eram providas por duas linhas de metrô e seis rotas de ônibus (próximas à Plaça d'Espanya), um estacionamento e acesso direto ao anel viário costeiro.

Área Olímpica do Parc de Mar

Localizada no distrito de San Martí de Provençals, bairro do Poble Nou, a área de Parc de Mar faz parte do programa 'Áreas de nova centralidade', potencializado pelo programa olímpico de 1992, devido à sua localização como porta de saída leste da cidade. O local do projeto da Vila Olímpica está situado ao longo da Av. Icària, em uma área de 130 hectares, na antiga área industrial deteriorada de Vila Icària, que era separada do mar pela linha férrea.



Plano da fachada marítima de Barcelona

Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona 1992 – COOB

A proposta do novo bairro marítimo como Vila Olímpica durante a fase de candidatura aos Jogos de 1992 foi feita pelo então prefeito Narcís Serra, mas quem pôs em prática o projeto foi seu sucessor Pasqual Maragall. O resgate da frente marítima da cidade foi muito ansiado, pois por muito tempo Barcelona estava 'de costas para o mar'. A área foi renovada, transformando seu uso, forma, acessibilidade e equipamentos, sem deixar de compatibilizar as necessidades urbanas com as obrigações olímpicas.



Fachada marítima antes das intervenções

Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona 1992 – COOB

A área do Parc de Mar foi o local da Vila Olímpica, mas foi também designado como área dos jogos de badminton e das regatas, apesar de Palma de Mallorca ter sido sugerida como local alternativo. Os locais foram complementados com instalações de treinamento. O eixo central da área foi a extensão da marina, com cinco quilômetros de extensão, incluindo o quilômetro existente no distrito de Barceloneta. Esta esplanada iria seguir junto à beira-mar e conectar as novas praias nas áreas demandadas entre os seis espigões. A criação das áreas do Parc de Mar e do Vall d'Hebron foi a expressão do desejo de adaptar as locações para os jogos com as estruturas da cidade. Desta maneira, Barcelona seria beneficiada com as novas instalações esportivas e os Jogos contribuiriam para a renovação de toda a cidade.

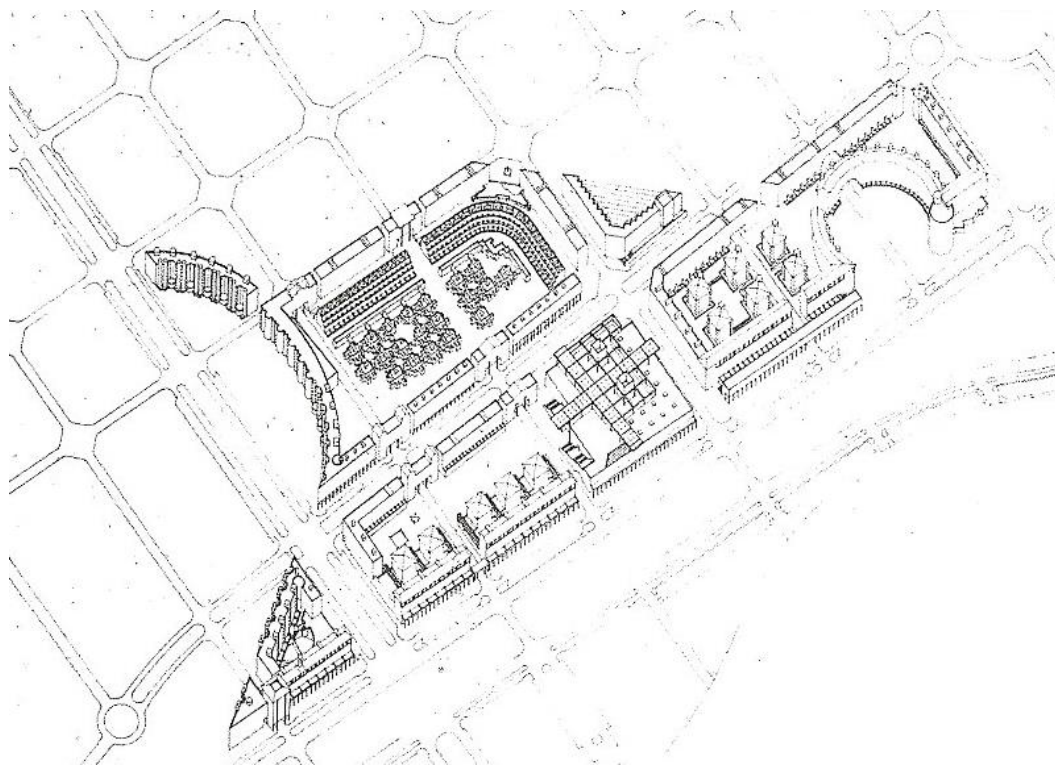
A Vila Olímpica estava localizada no novo distrito residencial de Parc de Mar, em Poblenou. Durante a renovação, poucas foram as edificações mantidas, por isso o projeto pôde ser pensado com mais liberdade, sem muita preocupação com as influências arquitetônicas da área. Ainda assim, o projeto adota um princípio de implantação que referencia a

história da cidade, caracterizando-a pela integração que tenta estabelecer com a cidade existente. A recuperação da praia, do porto e do passeio marítimo foram decisões de projeto exigidas pela COOB. O projeto também previu uma área de edifícios altos, de maneira que estes impedissem a visibilidade e nem prejudicassem as condições ambientais do entorno.

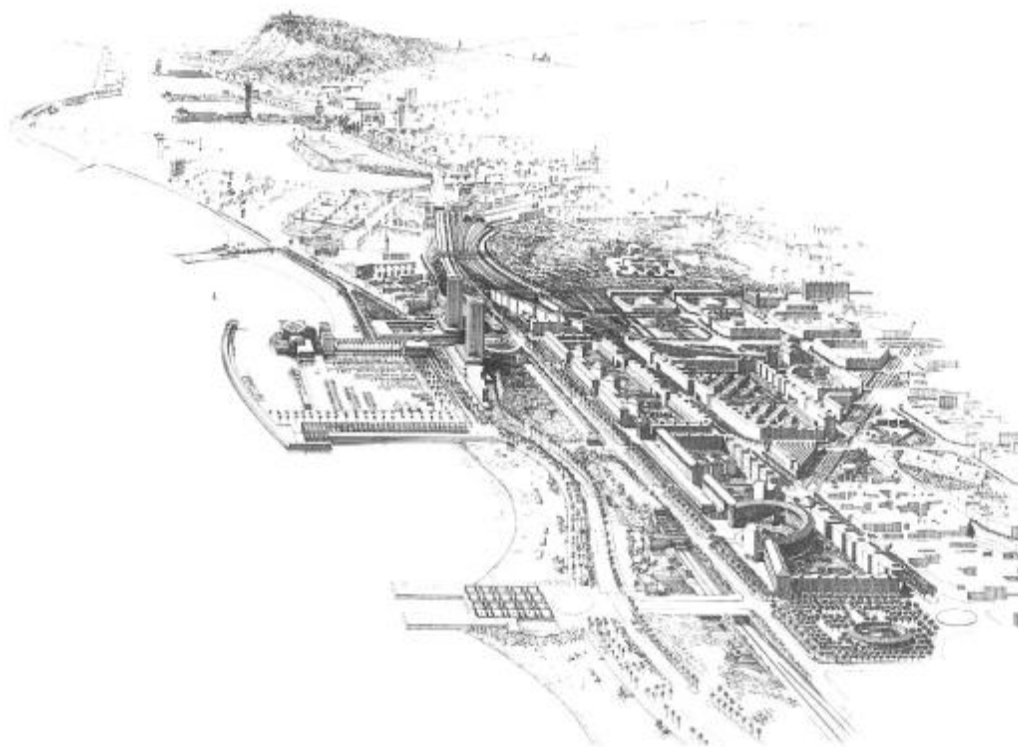
As áreas térreas das edificações foram separadas para serviços comuns e os cinco outros pavimentos, com área total de 225 m², foram destinados à residência dos atletas e comissões oficiais. Todos somavam 2500 apartamentos para 15 mil pessoas. Os edifícios da Vila foram arrançados como compartimentos com subdivisões. Ao longo da avenida, que cruzava a Vila, estava o Parc de Mar, com dez hectares de jardins para passeio e recreação. As 2500 habitações foram distribuídas em blocos perimetrais às quadras, apoiados na malha ortogonal do Ensanche Cerdà, alinhadas no limite do lote e com gabaritos uniformizados. Porém, algumas modificações em relação ao Ensanche foram feitas como uma ampliação de escala, com módulos dois ou três vezes maiores e edificações mais estreitas com 12 a 14 metros de profundidade, possibilitando a ventilação cruzada e a iluminação natural. Sales comenta:

Assim, pertencendo a outro tempo que não aquele do Ensanche, o projeto estabelece, ao mesmo tempo, uma ideia de habitar diversa daquela e mais complexa. As tipologias edilícias então, ao adaptar-se à malha urbana do século XIX, demonstram algumas mudanças formais e funcionais requeridas pela sociedade contemporânea. O projeto exprime esta intenção, de um lado liberando-se e ampliando-se os espaços no interior das quadras (proposta inicial de Cerdà) para uso não mais privado e sim coletivo, conformando uma rede de espaços semi-públicos conectados entre si, e de outro com um tipo de densidade controlada, viabilizando melhores condições de habitabilidade e conforto do espaço residencial, que se traduz também na previsão de conjuntos heterogêneos, de tipos edilícios e de formas de habitar.¹⁷⁵

¹⁷⁵ Sales apud Miana, A. Adensamento e forma urbana, 2010, p. 185



Axonometria da Vila Olímpica
Fonte: Barcino/Bcn. Arquivo histórico da cidade de Barcelona, 2010.
Disponível em: www.bcn.cat



Vila Olímpica 1988-1992
Fonte: Bohigas/MBM en libros y revistas, 2005.
Disponível em: <http://fama.us.es>



Foto aérea da área da Vila Olímpica
Fonte: Google



Foto aérea de parte da Vila Olímpica
Fonte: Caballé, 2010

A área Diagonal

A área Diagonal é aquele em que eles foram para soltar algumas partes desconfortáveis da cidade. A área tornou-se uma zona centrípeta de equipamentos que estavam previamente no centro da cidade. O plano sugeriu que ele cumprisse o seu papel central, que era melhorar a acessibilidade. As últimas áreas da cidade estão sempre consideradas como resíduos, marginalizadas, com pequenas indústrias, oficinas... Não mais em Barcelona. Por trás da fachada da Diagonal há um território valioso. Agora ele une o tecido de Barcelona com os de L'Hospitalet e Esplugues.

Ao redor do perímetro da área Diagonal, um dos principais portões de entrada para Barcelona, estavam localizadas várias instalações esportivas. Dentre as privadas estão os campos do FC Barcelona e RCD Espanyol, o CE Llaietà, o Real Club de Polo ou o Club de Tennis del Turó. Já entre as públicas estão a Zona Universitária e áreas recreacionais como o Parc de Cervantes e o Palau de Pedralbes. Além disso, há um grande espaço público onde foram construídos sem nenhuma ordem global. Também renasceu um antigo plano para construção de uma amenidade: a Pubilla Casas Complexo Esportivo em l'Hospitalet de Llobregat, uma cidade contígua à Barcelona, cujo desenvolvimento teve início um ano antes da nomeação olímpica.

A intenção do plano foi conferir um padrão geral à zona, construir novas vias e tomar medidas complementares como a construção de um novo parque entre o Real Club de Polo e os prédios universitários e desenvolver espaços vazios entre as faculdades. Esta área sediou os eventos de esportes equestres, futebol, judô e pentatlo moderno. A Diagonal foi a segunda área mais importante em termos de concentração de atividades olímpicas, depois de Montjuïc. Além de tudo, esta área ainda possui espaços que foram utilizados para congressos e sessões das organizações olímpicas durante o período dos Jogos.



Plano da área Diagonal

Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona 1992 – COOB



Vista aérea da Zona Universitária na área Diagonal, 1992

Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona 1992 – COOB

Vall d'Hebron

No Vall d'Hebron, a área olímpica foi concluída muito antes de sua candidatura aos Jogos: o velódromo havia sido inaugurado para a ocasião do Campeonato Mundial de Ciclismo de 1984. A área, que ocupa 160 hectares, possui outras instalações, como o Llars Anna Gironella de Mundet, the Club Esportiu Hispano-Francès and the Unió Esportiva d'Horta. O Llars Mundet, que se localiza entre o velódromo e a Ciutat Sanitària, é um complexo residencial com uma variedade de espaços designados à prática esportiva, que sediou os eventos de arco e flecha, ciclismo e alguns dos jogos de handebol.



Plano da área de Vall d'Hebron

Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona 1992 – COOB

Barcelona não possuía instalações de alto nível para competições de ciclismo, algo indispensável para os eventos olímpicos. A ideia de construir um velódromo foi colocada para frente quando a ideia da candidatura de Barcelona ainda estava sendo lançada. Em julho de 1981 os estudos preliminares foram feitos com a ideia de sediar o Campeonato Mundial de Ciclismo em 1984. Desta maneira, a candidatura de Barcelona podia mostrar à 'Família Olímpica' uma das mais modernas instalações do seu gênero, que podia estar pronta para os Jogos de 1992.

O novo velódromo, projetado pelos arquitetos Esteve Bonell and Francesc Rius, é uma edificação confortável localizada ao norte do distrito de Horta e se tornou o local de eventos central da área olímpica de Vall d'Hebron.



Velódromo de Vall d'Hebron

Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona 1992 – COOB

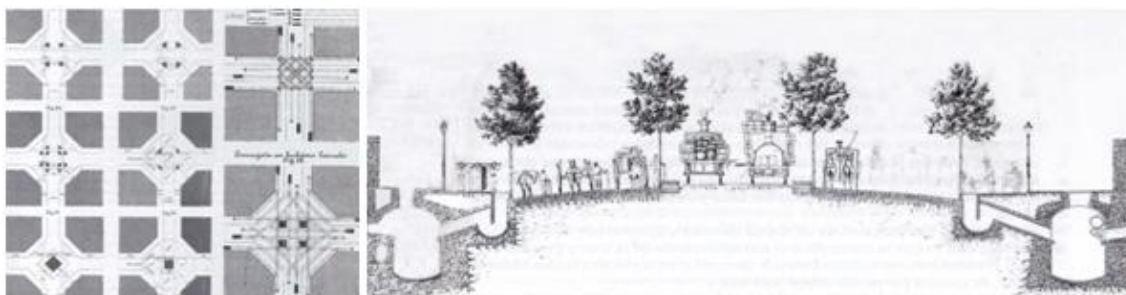
Outras intervenções urbanas

O fim do regime franquista e a introdução da democracia nos conselhos locais tornaram necessário resolver questões urbanas criadas pela falta de uma política de planejamento urbano: massificação e encurtamento de solo para infraestruturas e atividades de lazer na cidade. Os Jogos foram catalisadores de melhorias na infraestrutura geral da área metropolitana e para projetos urbanos de larga escala que, por causa de suas localizações e suas dimensões, alteraram a forma de crescimento da cidade. Esta foi uma situação que Barcelona não havia enfrentado por meio século.

Apesar dos recursos disponíveis limitados, alguns projetos de infraestrutura foram retomados, como o segundo anel viário, que estava suspenso por mais de treze anos; a conexão entre o primeiro e o segundo anéis viários pelo túnel Rovira; a área do túnel Vallvidrera por Tibidabo e o eixo Valldaura – Lluçmajor – Via Julia. Estes projetos foram acompanhados por melhorias no uso do sistema viário existente. Um número específico de planos também foi traçado para as transformações de sistemas gerais de infraestrutura urbana (transporte, iluminação, esgotamento...), que foram colocados imediatamente em operação, para que não afetassem projetos mais ambiciosos.

Os novos projetos foram situados principalmente na cidade antiga e nos subúrbios, as áreas mais afetadas pelas ondas de imigração. A intenção foi dar aos projetos um estilo específico e suas próprias formas estéticas. Alguns exemplos são o Parc de la Creueta e o Parc de l'Espanya Industrial. Projetos de restauração em várias áreas do centro de Barcelona trouxeram à vida a Plaça Reial, a Plaça de la Mercè e a Plaça de Sant Augustí Vell na cidade antiga e Places de Rovira i Trias e Trilla no distrito de Gràcia.

Em 1988, com o ímpeto dos Jogos Olímpicos, a construção dos anéis viários acelerou. Este trabalho seguiu as disposições do PGM-76, mas abandonou o conceito de 'autoestradas urbanas', adotado quando alguns setores iriam ser construídos na década de 1970. Os novos anéis viários foram projetados para facilitar a entrada e a saída da cidade e para melhorar as conexões entre a principal rede de estradas e as várias áreas de Barcelona. Os novos anéis viários também seriam fundamentais para a mobilidade entre as áreas olímpicas em 1992.



Esquemas de Cerdà com as diversas opções de cruzamentos e perfil da rua.
Fonte: Brito, 2010

O anel viário 'da montanha' iria absorver entre 130 e 140 mil veículos por dia, enquanto o anel viário costeiro suportaria entre 80 e 90 mil. Ambos foram projetados com uma estrutura duplicada: uma seção central conectada com a rede viária regional e seções laterais com a rede viária local. Eles também seriam providos com sistemas de controle de tráfego, especialmente nas interseções, e seu impacto no meio ambiente seria minimizado. Neste último caso, o atraso que Barcelona experimentou na retomada das obras dos anéis permitiu que outros experimentos fossem estudados.



Mapa de trânsito viário, Barcelona 1970, 1990 e 2005
Fonte: *Institut Cartogràfic Catalunya*

Foi feita uma avaliação dos impactos que os vários tipos de estrada tiveram no meio ambiente em outras cidades do mundo. Isto levou à adoção de medidas para diminuir o efeito barreira que anéis viários tinham em outras áreas. Os anéis viários de Barcelona foram projetados, portanto, para grandes densidades e rotas de alta velocidade, mas com a capacidade de atender ao tráfego local. Também foi essencial tirar vantagem do investimento nas construções dos anéis viários para instalar galerias de serviço, criando acesso independente para instalações subterrâneas de gás, água, eletricidade e redes de telefone, que iriam interromper o funcionamento normal nas rodovias desnecessariamente. As companhias de serviço – a maioria já estava passando por modernizações em suas redes – contribuíram para o financiamento das galerias e se envolveram no planejamento que sua construção implicava. As galerias também têm espaço para expansão dos serviços no futuro.



Galeria de serviço subterrânea

Fonte: Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona 1992 – COOB

A BARCELONA PÓS-JOGOS... OS LEGADOS URBANOS

Os Jogos Olímpicos representaram um compromisso com o legado urbano em Barcelona. Isso resulta do retorno de um período de estagnação devido ao período franquista. Barcelona é uma cidade que sabe utilizar bem suas oportunidades e tentou prover ao máximo o que estava faltando para a cidade. Foi um desafio como ‘o que não foi alcançado nos últimos cinquenta anos, vamos fazê-lo em cinco’. Houve uma grande influência da visão da cidade Cerdà na reestruturação do Barcelona, com algumas adaptações exigidas pela temporalidade do projeto.

Obviamente não se fala mais de centro e periferia, mas sim nos núcleos do tecido urbano de uma cidade que é diferente da sua concepção e que apresenta um potencial dificilmente comparável à outra cidade mediterrânea. Os Projetos Olímpicos foram dois: a organização do evento e o projeto de uma nova cidade, que é o que está escrito na história de Barcelona. Borja salienta que a “cidade é um desenvolvimento de uma ideia de cidade”. E complementa:

(...) em Barcelona estávamos cientes do fato de que qualquer atuação numa zona da Cidade teria que ser integral (...) Geralmente começamos com espaços públicos, equipamentos sociais e culturais e com a animação desses espaços públicos (...) Demo-nos conta de que era uma estratégia que tinha um grande potencial transformador em relação ao entorno.¹⁷⁶

Com esta estratégia, Barcelona procurou aproveitar suas potencialidades mais reconhecidas

(...) Achávamos que tínhamos que criar um novo eixo, uma nova coluna, uma nova espinha, indo do Porto ao leste da cidade, que era a zona industrial. Isso seria prioridade para que a cidade conquistasse a água, conquistasse o mar, a zona portuária, conquistasse os quilômetros de praia, inacessíveis

¹⁷⁶Borja, J. In: Conferencia proferida no Seminário ‘Porto Alegre: Uma Visão de Futuro’, 2008

na época; e, além disso, não podiam ser utilizados porque a água lá era de péssima qualidade.¹⁷⁷

O discurso de Borja é marcado pela importância dada à qualidade do projeto urbano como vinculada, intrinsecamente, à responsabilidade da função pública, colocando o urbanismo como eixo principal das políticas públicas urbanas. Para o planejador catalão, o urbanismo é chave tanto para atrair investimentos como para gerar a autoestima dos cidadãos, para que gostem e sintam orgulho de viver em suas cidades. Nos Jogos Olímpicos, os assessores de Maragall procuraram identificar, em Barcelona, áreas urbanas em declínio por duas razões: a primeira porque se tratava de áreas em desuso flagrante e, a segunda, porque seria uma forma de, agregando valor, atrair o investimento do capital privado e financiar a infraestrutura faltante. De certa forma, Barcelona, a exemplo de outras cidades, foi “reinventada”.¹⁷⁸

Não foi por acaso que as quatro áreas olímpicas foram localizadas em quatro zonas diferentes da cidade, com posições estrategicamente escolhidas. A intenção era colocar essas áreas como prioritárias para o desenvolvimento. Esta abordagem produz uma reversão no discurso urbano. Se na década de 1970 a discussão básica da cidade eram a diferença entre o centro e a periferia e a contradição entre a periferia desorganizada e o centro, o discurso de hoje é completamente diferente. Falamos de uma estrutura que só pode ser entendida, não como uma dicotomia entre centro e periferia, mas entre a cidade e sua região, e não entre a cidade e subúrbios imediatos.

É por isso que a leitura das quatro áreas olímpicas tem um duplo significado. Estas áreas estão localizadas na periferia da cidade, nos quatro cantos da cidade, e estão localizadas no centro de uma área metropolitana, no centro de um sistema de cidades que pretende ter uma presença marcante no Mediterrâneo e na Europa. Uma dimensão completamente diferente do que se podia pensar durante os anos de

¹⁷⁷ Borja, J. In: Conferencia proferida no Seminário ‘Porto Alegre: Uma Visão de Futuro’, 2008

¹⁷⁸ Idem

crescimento na década de 1970. Isto implica uma mudança qualitativa na cidade de grande importância. As obras de quatro áreas olímpicas não são estritamente locais, elas fazem sentido para toda a cidade, é um sistema dentro de um sistema de cidades, dentro de uma estrutura mais ampla. Portanto, as quatro áreas olímpicas têm um sentido periférico de uma leitura de Barcelona e têm um sentido central de uma leitura mais ampla.

Quase vinte anos depois, Barcelona constitui um exemplo potencialmente aplicável a outras cidades prestes a organizar algum evento do mesmo porte. Hoje é possível analisar, não somente os resultados das transformações urbanísticas ocorridas naquele momento, mas de muitas ações posteriores, observando, nesse encadeamento, em que medida estas foram causadas por aquelas.

Antes disso, cabe chamar a atenção para o perigo de se crer que tais eventos geram projetos e ações quase espontaneamente. É preciso garantir desde o princípio uma ação urbanística contínua e, com ela, adotar alguns instrumentos habituais no urbanismo moderno, como o plano e o projeto urbano. O plano demarca as diretrizes, a estrutura e os parâmetros do desenvolvimento e das transformações, de maneira global, e o projeto urbano define e formaliza os componentes concretos das ações, com clara vontade de construir a cidade. No caso de Barcelona é evidente que os planos da Expansão de Ildefonso Cerdà (1860) e, mais tarde, dos Enlaces de Leon Jaussely (1903) levaram a quase um século de desenvolvimento urbano integrado. Sem eles, a cidade não seria hoje o que é, nem teria suportado o planejamento

As transformações urbanas devidas aos Jogos Olímpicos produziram um novo mapa do solo urbano na cidade. Antes deste evento, o zoneamento do valor do solo urbano estava claramente definido, com o eixo marcado pelo Paseo Sant Joan definindo duas áreas. A partir de 1995, este eixo não é mais o limite, e aparecem valores de renda urbana média e alta em áreas que até o momento tinham valores de solo baixo, como acontece com o bairro da Vila Olímpica. Moragas e Botella argumentam que no planejamento do evento olímpico foi traçado um modelo de cidade graças à previsão dos

efeitos à longo prazo de todos os investimentos que foram realizados para Barcelona 1992.

As estratégias para os Jogos Olímpicos tiveram de positivo o reequilíbrio territorial através de infraestrutura e equipamentos, tais como a infraestrutura das avenidas perimetrais, dos deságües e dos equipamentos esportivos, que foram feitos em toda a cidade. A criação das rondas, anéis viários que envolvem toda Barcelona, ainda hoje facilitam os deslocamentos dos veículos. O sucesso das rondas de Barcelona e sua ampla utilização, no entanto, chegaram a ser questionadas, pois no momento do investimento não se aumentou o número de pistas (há zonas com apenas dois e o restante tem três), mas isso não diminuiu o sucesso de seu planejamento e execução.

Os Jogos Olímpicos transformaram totalmente a fachada marítima, criando ou reestruturando, praticamente, um novo bairro graças à criação da Vila Olímpica. Desde então a orla marítima de Barcelona é uma das principais atrações de Barcelona. Carbonell, Diretor da Divisão de Vilas do COOB '92, afirma que a Vila Olímpica "se tornou uma área residencial com grande qualidade de vida, um novo centro de atividades e serviços e um ponto de atração para muitos cidadãos, principalmente por motivos de lazer: as praias, os cinemas, os restaurantes, os bares do Porto Olímpico e o Cassino recebem milhões de visitas a cada ano." Ele afirma que, após as necessárias readaptações as unidades foram vendidas (o último apartamento da Vila Olímpica foi vendido em 1996) e que nesta nova área de Barcelona residem 5.783 pessoas.¹⁷⁹

A transformação de Barcelona não se limitou à criação de instalações, habitação e infraestruturas. Foram criados novos parques, estruturas viárias foram modificadas, a rede de transportes urbanos foi incrementada, e a estrutura de telecomunicações foi melhorada, não só em Barcelona, como também nas 'subsedes'. Segura, Serra e Pallejá analisam o uso das instalações desportivas de Barcelona, avaliando o bom nível de gestão, com taxas globais de autofinanciamento de 95%, com qualidade de

¹⁷⁹ Carbonell, J. *The Olympic village, ten years later*, 2002.

serviço e uma boa resposta dos cidadãos. Segundo Truño, "das 43 instalações utilizadas durante os Jogos, apenas 15 foram novas instalações (8 na cidade de Barcelona e 7 nas subdesdes), e dos outros 28, 10 eram remodelações e 18 instalações existentes que exigiam, apenas, uma ação temporária para adequá-las ao uso olímpico".¹⁸⁰

O ano pós-olímpico, 1993, foi muito complicado devido à crise que afetou muitos países, especialmente a Espanha. Isso provocou uma diminuição dos investimentos justamente no momento de propor a reutilização das instalações olímpicas a serviço da sociedade. A prefeitura de Barcelona apostou em uma fórmula de gestão baseada na colaboração dos setores público e privado que ficou conhecida como "modelo Barcelona" que resultou na situação atual: mais de 93 gestores de instalações públicas, com diferentes níveis de profissionalização e várias formas de gestão: desde a criação de uma sociedade anônima municipal (Barcelona Promoció), até a gestão por parte de diversas entidades. O uso também foi totalmente diversificado: espaços pluridisciplinares, instalações voltadas para esportes específicos, instalações transformadas em centros de ensino universitário... Praticamente todas as instalações olímpicas, hoje em dia, apresentam uso cotidiano com alto nível de satisfação por parte dos cidadãos.

O investimento na reabilitação urbana continuou se concentrando no período de 1992 a 2004 para melhorar a acessibilidade e a mobilidade de Barcelona para, assim, apoiar a estratégia de se tornar um polo de serviços de grandeza internacional. A melhoria do aeroporto e do porto e grandes investimentos em projetos ferroviários interurbanos, incluindo a ligação de alta velocidade com Madri, e transportes interurbanos e de infraestrutura rodoviária assim indicam.

Durante o período 2004-2010, continuaram as melhorias no transporte público, desta vez com um caráter metropolitano, ou seja, com um enorme investimento em sistemas de transporte público para conectar Barcelona com as cidades ao seu redor. Esse período também conta com investimentos em instalações para a realização do Fórum Universal e das

¹⁸⁰ Truño, E. *Barcelona, ciudad del deporte*, 1995.

Culturas e a recuperação do Poblenou para transformação em distrito de negócios conhecido como 22@.

Como efeitos negativos que marcam a linha de atuação futura observam-se a privatização do espaço público, a destruição de bens industriais para dar lugar às novas estruturas e a pouca atenção para as necessidades de habitação social. Trabalhou-se muito para melhorar o espaço público, sem levar em conta que a melhoria do ambiente urbano aumenta o preço do solo e pode-se provocar a expulsão dos antigos habitantes do lugar, que já não conseguem atender ao custo de vida nessas áreas melhoradas. Portanto, deve-se considerar que ao realizar melhorias é preciso criar instrumentos para impedir que essas pessoas sejam expulsas. Os habitantes diretamente afetados estão protegidos, com seus direitos de habitação respeitados, seja de aluguel ou imóvel próprio, mas aqueles que permanecem nos limites, na área de influência indireta de atuação da melhoria, estão desprotegidos, à custa de um mercado que aproveitará os benefícios do investimento público.

Em Barcelona, a atenção ao legado sempre existiu, talvez até pelo fato de a cidade desenvolver o exercício de olhar para si mesma e identificar suas oportunidades e suas carências. Com isso, torna-se nítida a necessidade de fortalecer elementos de base, como educação, formação, acesso e capacidade de processar informações, bem como de desenvolver pesquisas, promover conhecimento e reconhecer talentos. O foco no legado possibilitou à cidade criar uma plataforma de programas de desenvolvimento de longo prazo, tendo nas Olimpíadas a lógica para a realização de programas de apoio e investimento no futuro, dando força a projetos estruturantes, voltados à melhoria da qualidade de vida, à criação de espaço público, à ampliação da mobilidade e à incorporação de áreas isoladas, por meio de processos de regeneração urbana e reativação econômica.

Ensinamentos barceloneses

As realizações para a Barcelona 1992 devem ser entendidas enquanto parte de uma estratégia de construção de País e como uma prática herdada pela realização de grandes eventos, como a Expo Universal 1888, a Expo Universal 1929, os Jogos Obreros de 1936, o Congresso Eucarístico Internacional de 1952, as Olimpíadas de 92, o Congresso da União Internacional de Arquitetos em 1996 e o Fórum Universal das Culturas de 2004, para citar os mais importantes. A Expo 1888 foi realizada onde, no início do século XVIII, Filipe V de Borbón, rei da Espanha, havia construído uma fortaleza para manter a cidade sob seu controle. Era um odiado símbolo do poder central sobre a Catalunha.

O estádio olímpico de Montjuïc, construído para a exposição universal de 1929 e onde seriam realizados os jogos republicanos de 1936, era uma referência triste da Guerra Civil Espanhola. O estádio foi o principal cenário dos Jogos Olímpicos de 1992 e recebeu o nome de Lluís Companys, em homenagem ao presidente da Catalunha fuzilado pelos franquistas em 1940, em suas proximidades. A Vila Olímpica dos jogos de 1992 foi construída numa área abandonada à especulação pela indústria, mas também no lugar da antiga prisão do *Campo de la Bota*, utilizada pelas tropas franquistas para o fuzilamento de 1.717 republicanos entre 1939 e 1952.

Josep Abad enumerou uma série de condições para que os projetos tivessem o sucesso esperado.¹⁸¹ A primeira foi acreditar que o sonho é possível e ter a convicção para torná-lo realidade. A segunda foi ter objetivos territoriais e organizacionais muito precisos, que foram consequência do contínuo processo de elaboração e refino de propostas entre 1980 e o momento definitivo em 1986. Estes objetivos foram baseados em três critérios fundamentais: saber o que fazer; sabe onde fazê-lo, estar convencido de ser capaz de explicar as razões para as coisas. Em terceiro, ter estratégias básicas

¹⁸¹Abad, J. Introduction, in Miquel de Moragas & Miquel Botella, *The Keys to Success: the social, sporting, economic and communications impact of Barcelona'92*, 1995.

muito claras para orientar todo o processo. A quarta foi o consenso institucional, não só indispensável como impossível de substituir.

Em quinto, ter uma liderança forte, consistente e carismática. A sexta condição era que o projeto tinha uma direção executiva que foi capaz de agir com grande autoridade, capaz de aplicar princípios operativos aparentemente simples sem interferências, que muitas vezes dadas as condições objetivas, eram difíceis, mas muito eficientes. A sétima e fundamental condição era a retidão extrema e a transparência da administração econômica. A oitava foi a paciência e o 'sangue frio' para lidar com as situações. E por fim, a nona, e talvez a mais importante condição, a cumplicidade social. Os cidadãos, sendo indubitavelmente aqueles mais diretamente afetados, não podiam, não queriam, nem deveriam permanecer ignorantes nem distantes ao processo. Na perspectiva urbana, podemos ter como lições a seguir:

- As ações devem ser fundamentadas no projeto do espaço público como lugar urbano e coletivo por excelência.
- As ações devem ser previstas pelos projetos urbanos devem refletir a realidade e as necessidades de cada bairro
- Devem-se priorizar projetos de fácil execução
- Deve-se dar prioridade à reconstrução da cidade existente no lugar de uma expansão
- Buscar e planejar a continuidade urbana, a cidade não para após o encerramento dos Jogos
- Projetar eficazmente, para evitar atrasos e problemas futuros

Em síntese, o urbanismo olímpico dos jogos de 1992 reflete de um modo geral a nova era: articulação de interesses privados, monumentalidade e projeção urbana. Mas Barcelona contava com um plano diretor, de âmbito metropolitano, gerado no contexto da redemocratização espanhola, e realizou a façanha de conjugar a natureza e exigências dos jogos com os objetivos fundamentais da gestão urbana.

Sketch de Londres
Artista: Stephen Wiltshire
Disponível em: <http://www.thesun.co.uk>



5

20 anos depois:

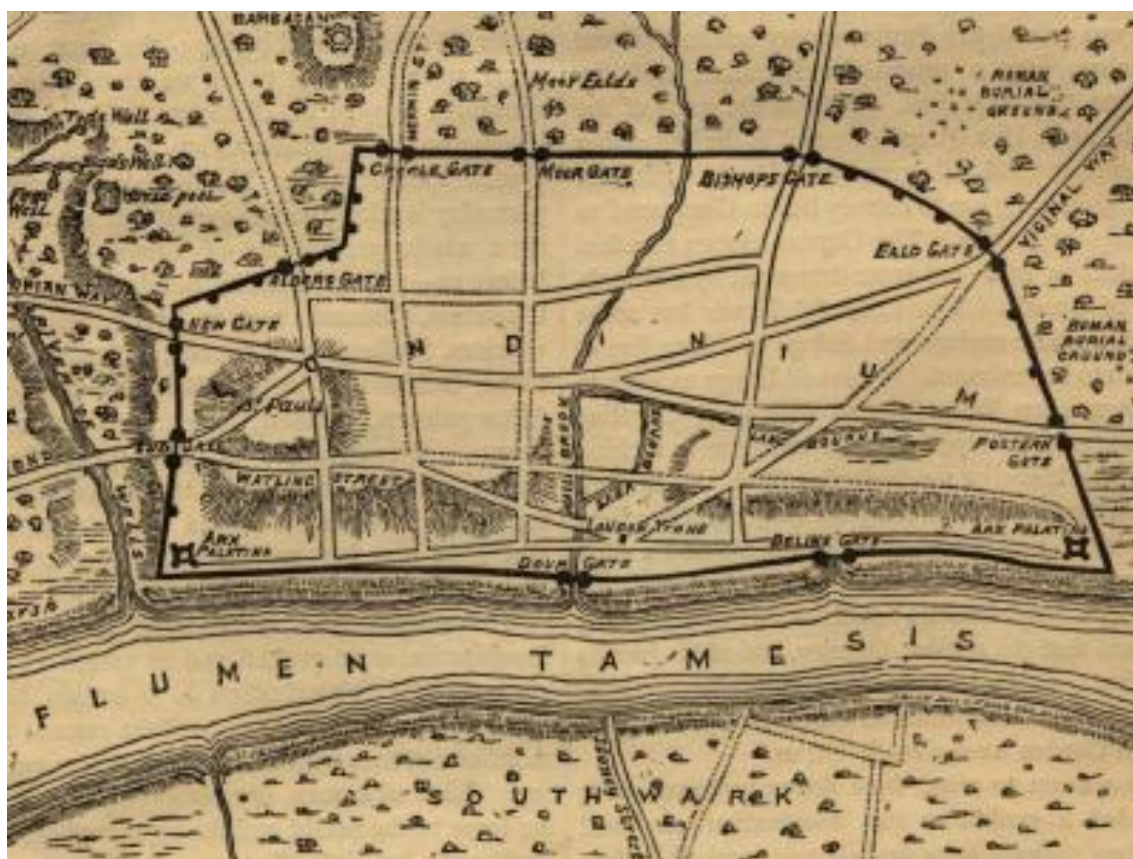
Londres

I'm 100% for regeneration if it's for East Enders, but we have to make sure that it's not just another name for giving big business carte blanche to make a killing out of the Olympics.

Reação de um londrino à nomeação de Londres aos Jogos de 2012.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA¹⁸²

A cidade Londinium foi fundada pelos romanos na margem norte do rio Tâmesa, em 43 d.C. Não há sinais de que tenha existido uma cidade céltica previamente à povoação romana. Esta fase durou cerca de 17 anos até o saque feito pelos icenos, tribo celta. Acredita-se que se tenha tornado a capital da província Romana Britânica no século II, substituindo a antiga capital Colchester. No século II Londres era cercada por uma muralha onde hoje se localiza a *City*. No século III, com o começo do declínio do Império Romano, a população de Londres, que era de aproximadamente 60 mil habitantes, diminuiu com o retorno das tropas ao continente.



Mapa de Londinium, a Londres romana
Fonte: <http://www.vamosparalondres.com.br/historia.html>

¹⁸² Este levantamento histórico de Londres teve como fontes: o sítio na internet da *Greater London Authority* [Disponível em <http://www.london.gov.uk/>. Acesso em 15 ago 2013] e Lucchese, M. O planejamento urbano de Londres (1943 – 1947), 2012.

Após a queda do Império Romano, a cidade romana foi praticamente abandonada e uma cidade anglo-saxônica com o nome de Lundenwic foi estabelecida a cerca de 1 km da velha Londinium romana, na área que hoje se chama Covent Garden. Lundenwic prosperou até 851, quando as invasões dos vikings destruíram a cidade. Em 880, Alfredo expulsou os vikings, transfere o povoado de Lundenwic para dentro das antigas muralhas romanas, que passa a se chamar Ealdwic ("old city").

A partir do ano 1000 Londres se firma definitivamente como a capital do reino, inclusive nos períodos do domínio dos vikings (1016 a 1043), do retorno da Inglaterra ao domínio saxão (1043 a 1066) e da dinastia normanda (1066 em diante). Após a batalha de Hastings, em 1066, Guilherme I é coroado rei inglês na recém acabada Abadia de Westminster. Este período viu três grandes acontecimentos: a guerra das rosas, a reforma religiosa inglesa e o período Elisabetano. Até a reforma, boa parte de Londres era ocupada por monastérios e outros estabelecimentos religiosos. Com a reforma de Henrique VIII, os monastérios passaram a ter outras funções.



Londres e Westminster, no tempo de Henrique VIII. Antes da dissolução dos monastérios (pré 1530). Foi elaborado na década de 1850.

Fonte: <http://urbanidadeslondres.blogspot.com.br>

Sob o reinado de Elizabeth I, a população de Londres duplicou, chegando a 200 mil habitantes. E com o declínio do porto de Antuérpia, Londres passa a ter um papel financeiro importante. Após a derrota da invencível armada espanhola em 1588, certa estabilidade política na Inglaterra permitiu à Londres se desenvolver. Jaime I fez o primeiro projeto de urbanização da cidade e sob o reinado de Charles I surgiu o Hyde Park, o primeiro parque aberto ao público de Londres. Entre 1665 e 1666, Londres sofreu a grande epidemia da peste bubônica que matou 20% da população. Em setembro do mesmo ano, o Grande Incêndio de Londres, que durou três dias, destruiu boa parte da cidade. A reconstrução durou dez anos e é obra do grande arquiteto Christopher Wren, que reedificou muitas igrejas destruídas, entre elas a Catedral de São Paulo. Em 1800, Londres era considerada a maior cidade do mundo, mas sem infraestrutura ou saneamento básico decentes.



Plano de John Fairburn de Westminster e Londres 1801
Fonte: <http://urbanidadeslondres.blogspot.com.br>

O crescimento de Londres no século XIX trouxe consigo um considerável aumento nos problemas urbanos. A extensa área urbanizada não tinha uma administração central e era formada por setenta e oito freguesias ao redor da antiga Londres, a City. Parte destas estava sob jurisdição de cidades localizadas longe deste aglomerado urbano, como Middlesex, Kent e Surrey e, desta forma, estavam submetidas a diferentes leis

e serviços urbanos e de infraestrutura que tinham sido outorgados a um grande número de pequenos órgãos comunitário. Havia também alguns órgãos supra-municipais, que tinham atribuições setoriais e que atendiam à toda região, como era o caso do Comissariado Metropolitano de Esgoto.

Em 1855 os órgãos locais foram abolidos pelo Parlamento Britânico, freguesias agrupadas em agências distritais se constituíram como administrações locais e também foi criado um órgão central, a Agência Metropolitana de Obras (Metropolitan Board of Works - MBW), e a área sob sua jurisdição foi denominada “Metrópole”. A MBW realizou várias obras, como a reparação e expansão da infraestrutura de água e esgoto e construção de reservatórios de água. Também abriu várias ruas, ergueu pontes sobre o rio Tâmisa, criou parques públicos e adquiriu terrenos vagos na área metropolitana. Foram também dados à agência alguns poderes de controle edilício e urbano e de forma ainda incipiente, o poder para derrubar cortiços (slum clearance).

Em 1889 foi criado o London County e o London County Council (LCC), e o que era considerado “metrópole” passou a ser esse condado.¹⁸³ Sua atuação administrativa se dava sobre uma grande área edificada, sem área rural. Logo após a sua criação o LCC passa a gerir uma série de serviços, como abertura de novas interligações viárias, reforma e construção de pontes sob o Tamisa, túneis, serviços de água, esgoto e drenagem. Também assumiu a operação do transporte público, a denominação das ruas, a criação de áreas verdes e parques, a criação de um cinturão verde na periferia do Condado, a preservação de praças e largos, a criação e gestão de corpo de bombeiros, criação de um Código de Obras e exercício do controle edilício, provisão de habitações sociais, etc.

Foi somente no período entre as duas grandes guerras que o Conselho começou a desenvolver ações de planejamento urbano. Essas ações começaram timidamente nas áreas vazias do Condado, mesmo porque o ‘Town Planning Act’ de 1925 não permitia o planejamento de áreas já

¹⁸³ A Grande Londres que corresponde às nossas regiões metropolitanas, para a qual foi desenvolvido o “Greater London Plan” em 1945, era uma área maior, com vários condados.

edificadas. Somente em 1932, com a aprovação do 'Town and Country Planning Act', o planejamento e o controle urbano puderam ser exercidos sobre todas as áreas.

Terminada a guerra, a reconstrução do Condado de Londres tornou-se a grande prioridade do LCC. A construção de habitações e de novas escolas foi considerada essencial e o Plano do Condado de Londres, elaborado em 1943 por J. H. Forshaw (arquiteto do LCC) e Patrick Abercrombie deram as diretrizes urbanísticas para que a reconstrução fosse feita. As primeiras iniciativas haviam sido realizadas no período que se seguiu a primeira guerra com a preocupação de controlar o uso e a ocupação do solo e disciplinar a construção de habitações sociais. As propostas eram concebidas como projetos urbanos localizados, onde seriam construídos empreendimentos habitacionais públicos e privados.

Essa lei permitiu que se começasse a agir sobre a crescente suburbanização de Londres ao longo das linhas de transporte ferroviário. Em 1934 o LCC havia preparado vários planos (planning schemes) para áreas desocupadas do Condado, que passaram a se tornar os instrumentos de controle do uso do solo. Empreendedores privados que construíssem em desacordo com estes planos, ou aqueles que desenvolvessem projetos para áreas sem propostas espaciais e sem consentimento do Conselho, poderiam ver seus empreendimentos demolidos. Cullingworth e Nadin (1997) enfatizam a ineficiência dessa forma de controle, pela forma burocrática como era conduzida. Se antes da segunda guerra o planejamento urbano abrangente era um instrumento defendido somente por associações profissionais, reformistas e pelo Partido Trabalhista, durante a guerra ele tornou-se consenso político, assim como o entendimento de que eram necessárias profundas reformas sociais e econômicas.

Em 1941 teve início a discussão pela reconstrução física das cidades, ainda que o primeiro ministro – Winston Churchill – desconsiderasse a questão, por achá-la precipitada antes que houvesse o fim da guerra. Mesmo assim, foi em 1943 que a reconstrução se tornou uma agenda política. Neste mesmo ano foi criado o Ministério de Planejamento

Urbano e Rural em substituição ao Ministério de Obras e Construções. O Plano do Condado de Londres (London County Plan) foi elaborado em 1943, durante a guerra, com o objetivo de propor medidas para após o término da Guerra e foi desenvolvido por uma grande equipe, coordenada pelo então Arquiteto-Chefe do Conselho (J. H. Forshaw) com a assessoria de Patrick Abercrombie. Este plano teve um importante papel ao dar pela primeira vez aos líderes políticos uma visão do que os urbanistas consideravam uma política abrangente para Londres, e teve enorme influência sobre planejadores de vários países.



Os limites do Condado de Londres, determinados pelo Plano do Condado de Londres
Fonte: Lucchese, 2012

A preocupação central do Plano era respeitar a estrutura e localização das atividades existentes em Londres (ainda que “sanando” seus defeitos “drasticamente se necessário”) e manter o forte caráter da cidade, representado na existência de uma série de bairros cuja população tinha uma forte identidade entre si. Esses bairros, antigos vilarejos que foram anexados pelo espraiamento do tecido urbano da cidade e que já não tinham limites físicos claros. O objetivo do plano era reforçar os limites desses bairros, tornando mais claras suas diferentes identidades. Procurava-se preservá-los de

fluxos constantes de tráfego e reconstruí-los caso houvesse áreas destruídas pela guerra ou deterioradas. Com essa preocupação central foi proposto um planejamento abrangente, que determinou a localização de novas moradias, a alteração do tecido urbano quando necessário, e criou um sistema de espaços livres (áreas verdes, de recreação, praças e parques) em todo o Condado. A visão dos planejadores sobre os papéis que a cidade de Londres desempenhava, e como a cidade deveria ser projetada para atender de forma adequada a cada um deles, articulou as políticas setoriais territorialmente no plano.

Em relação às áreas residenciais, o Plano reconhecia três principais agrupamentos: o West Central Group, o East Central Group, e o Suburban Group. No West Central Group recomendava-se um zoneamento para usos residenciais, e com predominância de apartamentos. No East End Group estavam localizadas a maioria das áreas a serem reconstruídas, pois era a área mais bombardeada na guerra e que continha o maior número de cortiços. No Suburban Group era necessário um maior controle público sobre futuros empreendimentos, garantindo-se uma boa quantidade de espaços livres e o predomínio de implantação de empreendimentos residenciais.



Plano de espaços livre do Plano do Condado de Londres
Fonte: Lucchese, 2012

Os espaços livres de uma unidade de vizinhança seriam destinados a praças semi-privadas, jardins comunitários, playgrounds infantis, áreas esportivas e edifícios comunitários. Os espaços livres também deveriam ser projetados de forma a contornar todo o bairro, formando um anel entre cada um deles. O sistema de parques, além de proporcionar o mínimo de espaço necessário no interior de cada bairro, também era uma proposta que conectava os espaços de toda a cidade, criando um cinturão verde. Outra grande preocupação do Plano era com as áreas de reconstrução. O 'Town and Country Planning Act' de 1944, definiu como deveriam ser tratadas as estas áreas, criando as "áreas de reconstrução" e teve importante papel na divulgação das ideias da cidade jardim na Inglaterra e no exterior, e que é atuante até hoje.¹⁸⁴

A ideia de segregar usos, presente no Plano, apareceu de forma tímida no ideário cidade-jardim, mas foi amplamente difundida antes da guerra por Le Corbusier e pelos CIAMs. Questões como hierarquia viária, com vias destinadas a tráfego rápido, tráfego lento e a uso restrito, de certa forma já faziam parte das proposições de urbanistas, desde o início do século. Também é muito importante registrar que o plano trouxe prioridades claras de intervenção, definindo etapas sucessivas de obras e intervenções para os cinquenta anos seguintes.

O plano do Condado de Londres passou a ter uma autoridade inquestionável, uma autoridade que era técnica, mas também política, uma vez que se priorizava a reconstrução das áreas industriais e de moradias de população de menor renda, as mais destruídas pela Guerra. Essa autoridade, sendo institucionalizada através de leis urbanísticas e de intervenções de fato, ajudou a dotar o planejamento de uma aura de ciência, método inquestionável para trazer soluções aos problemas urbanos, que se difundiu amplamente por outros países.

¹⁸⁴ A TCPA foi fundada como Garden City Association, em 1899 por Ebenezer Howard, e foi responsável pela implantação da primeira cidade jardim inglesa, a Letchworth. Teve uma grande influência na Inglaterra, com a atuação de Frederic James Osborn, colega de Howard e seu sucessor na direção da instituição, influência que pode ser sentida nas normas contidas nas Leis de Planejamento Urbano e Rural, na elaboração do Plano do Condado de Londres e no Plano da Grande Londres, e na atuação de vários profissionais, no interior e fora do governo britânico.

THIRD TIME'S A CHARM...

Muito se falou nos últimos anos sobre os Jogos Olímpicos de Londres 2012. Mas o que poucos sabem é que esta não é a primeira vez que Londres serve de cenário para este espetáculo. Depois das inovações para esquecer em Paris, dos experimentos de Saint-Louis e do excelente modelo que Atenas ofereceu ao mundo na organização dos Jogos Pan-Helénicos, o espírito olímpico andava sem dúvida em baixo de forma. O próprio barão de Coubertin já indagava se valia a pena prolongar a agonia, bem evidenciada na última edição organizada. Por estas e por outras, os próximos organizadores das Olimpíadas de 1908 tinham sobre os ombros a enorme responsabilidade de não falhar, sob pena de passar à história como a cidade onde os jogos acabaram.

Nesta edição, a Olimpíada "caiu" no colo de Londres após Roma, a cidade escolhida originalmente, ter de abrir mão do direito de sediar os Jogos. Uma erupção do vulcão Vesúvio obrigou as autoridades italianas a direcionar todos os recursos econômicos do país para ajudar a população que sofreu com a catástrofe. A capital do Reino Unido foi escolhida depois de uma edição "não-oficial" realizada em Atenas, no ano de 1906, para reavivar o interesse olímpico, que estava em baixa devido a eventos mal organizados e com pouco apelo popular. Londres aceitou organizar a IV edição dos Jogos Olímpicos apoiada na família real e na experiência que possuía pelos já 30 anos do torneio de tênis de Wimbledon. Os ingleses tiveram apenas dois anos para deixar Londres pronta para receber a Olimpíada. A organização foi acelerada porque, até 1906, a sede oficial era a Itália. Desta vez, os Jogos Olímpicos foram palco à altura dos acontecimentos.¹⁸⁵

¹⁸⁵Jogos Olímpicos de Londres, 1908. Em: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$jogos-olimpicos-de-londres-1908](http://www.infopedia.pt/$jogos-olimpicos-de-londres-1908)>. A mensagem olímpica teve origem nestes Jogos de Londres. Pouco antes de se iniciarem, o bispo Ethelbert Taylor, da Pensilvânia, celebrou uma missa dirigida aos atletas, proferindo o seguinte sermão: «o importante dos Jogos Olímpicos não é ganhar, mas sim participar», ideal adotado por Coubertin para constituir a mensagem olímpica.

Londres foi a primeira cidade a construir um estádio olímpico especificamente para o evento. Mais que um monumento ao espírito empreendedor britânico, o estádio Shepard's Bush era um símbolo de revitalização do espírito olímpico. Em dez meses, foi construído o estádio, que é conhecido também como White City, com capacidade para 70 mil espectadores.



Shepard's Bush, durante os Jogos Olímpicos de Londres 1908
Fonte: The Official Report of the Organizing Committee for the IV Olympiad

Originalmente denominado Great Stadium, foi o primeiro estádio moderno para múltiplos eventos e o primeiro ginásio olímpico da Grã-Bretanha. Mais tarde, abrigou corridas de cães e carro e um jogo da Copa do Mundo de 1966. Foi demolido em 1985, e em seu lugar, mais tarde foi construído um grande estúdio da BBC. Devido à pequena escala do evento, melhorias na estrutura urbana da cidade sequer eram consideradas. No *Official Report of the Organizing Committee for the IV Olympiad*, as instalações esportivas são apenas brevemente mencionadas.

Em 1939, realizou-se a votação para a escolha da sede dos Jogos. Na ocasião, Londres concorreu com Roma, Detroit (EUA) e Lausanne (SUI) pelo direito de abrigar a Olimpíada de 1944. Londres novamente saiu vitoriosa, mas com o advento da Segunda Guerra Mundial, foi inevitável o cancelamento das edições de 1940, em Tóquio (JAP), assim como a de 1944. Com o fim do conflito global, os Jogos foram automaticamente transferidos para Londres em 1948, também como uma forma de homenagear a cidade, uma das mais devastadas na Segunda Guerra Mundial.

40 anos depois, Londres novamente seria anfitriã do espetáculo. Após uma interrupção de 12 anos, os Jogos da XIV Olimpíada seriam disputados. Para esta edição, o *Official Report of the Organizing Committee for the XIV Olympiad* já mostra uma maior preocupação com instalações adequadas ao evento. Porém, em uma Londres pós-guerra, para conter os custos, todas as provas foram realizadas em instalações já existentes. O estádio olímpico, após vinte anos sem uso passou apenas por pequenos reparos.

Neste período, os Jogos ainda eram apenas uma celebração esportiva e não visava o lucro, como passou a acontecer com os Jogos de Los Angeles em 1984. Desta forma, a reconstrução da cidade, destruída pela guerra e a organização do evento olímpico foram duas ações separadas, mas executadas simultaneamente.

But, the third time's a charm...

Em 2003, Londres apresentou sua candidatura aos Jogos Olímpicos de 2012. Candidataram-se também Havana (CUB), Istambul (TUR), Leipzig (ALE), Madri (ESP), Moscou (RUS), Nova York (EUA), Paris (FRA), e Rio de Janeiro. Em 18 de maio de 2004, o número de postulantes foi reduzido para cinco: Londres, Madri, Moscou, Nova York e Paris. Os delegados do COI enviados a essas localidades analisaram, principalmente, os seguintes aspectos: segurança, saúde, transporte, serviços de hotelaria e infraestrutura. Na análise final, o relatório de Paris foi considerado o mais positivo, seguido do

de Londres. Os dois lados do Canal da Mancha se consolidavam como os principais concorrentes aos Jogos de 2012.¹⁸⁶

A candidatura londrina começou a sair na frente devido a duas advertências impostas pelo COI aos parisienses: a primeira, uma série de greves e manifestações coincidindo com a visita dos delegados, e a segunda foi a abertura de uma investigação a Guy Drut, um dos principais membros do comitê parisiense e membro do COI, que estava sendo acusado de receber propina.

Finalmente, no dia 6 de julho de 2005, em Cingapura, Londres foi escolhida, pela inédita terceira vez, como a sede dos Jogos de 2012. A segurança (o serviço secreto britânico é mundialmente reconhecido como um dos mais eficientes do planeta), o transporte (Londres foi a primeira cidade a possuir um metrô e tem a maior malha metroviária do mundo), a infraestrutura (algumas das mais modernas instalações esportivas da Europa – sobretudo estádios – se situam no Reino Unido), o fato de ter sediado com sucesso o evento nas duas vezes anteriores e, claro, as falhas na candidatura francesa foram alguns dos fatores principais para a escolha britânica.

Desta vez, inspirados pelo forte exemplo espanhol com os legados dos Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992, Londres aproveitou a oportunidade de hospedar as Olimpíadas como catalisador de desenvolvimento urbano. O ponto chave da candidatura foi apresentar um projeto de regeneração urbana para a área de East London, transformando esta área carente e abandonada no Parque Olímpico para 2012.

Apesar de não um projeto tão ambicioso quanto o de Barcelona, este era um grande desafio para Londres. Desafio que deveria vencer anos de negligência e sub-investimento na região.

¹⁸⁶ Londres, sede olímpica. Matéria disponível em: http://www.lancenet.com.br/londres-2012/Londres-sede-Olimpiada_0_683331866.html#ixzz2ls6CSUxt

O INÍCIO...

Após as decepções das candidaturas fracassadas de Manchester e Birmingham e conselhos recebidos de vários membros do COI, a *British Olympic Association* (BOA) decidiu estabelecer Londres como a única cidade viável para realizar os Jogos Olímpicos. Os trabalhos no projeto da candidatura de Londres começaram em fevereiro de 1997 com uma revisão do processo de candidatura e dos documentos das cidades candidatas para os Jogos de 2004. Nos estágios iniciais, esta análise examinou se poderia haver uma proposta credível para 2008. Isto foi seguido por quatro grupos de trabalho criados para desenvolver temas específicos: esportes e instalações; transporte; localização da Vila Olímpica e meio ambiente. Estes grupos trabalharam sem orçamento, usando o tempo e a boa vontade das pessoas e organizações envolvidas nos trabalhos preliminares.

Um breve resumo do potencial de Londres foi apresentado ao BOA em maio de 1997 e uma decisão de não se candidatar aos Jogos de 2008 foi tomada, mas também foi decidido manter os trabalhos para uma posterior candidatura. Os quatro grupos de trabalho se reuniram regularmente entre 1998 e 2000, já com o foco em 2012. Estava claro que, para que a candidatura tivesse credibilidade ou esperança realista de sucesso, era necessário o apoio do Governo Central (para fornecer subscrição financeira e vontade política); do Governo local (para assinar o Contrato de cidade-sede e fornecer transporte e local) e a *British Olympic Association* (para submeter a proposta ao COI).

As questões-chave neste período foram a falta de coesão no governo de Londres e a incerteza em torno do projeto do novo Estádio de Wembley. A falta de um governo local coordenado foi, em parte, a razão pela qual Londres tinha falhado anteriormente para garantir a nomeação, com a BOA preferindo Birmingham e Manchester. A eleição do Prefeito e a criação da *Greater London Authority* em 2000 permitiram uma abordagem mais estrategicamente coesa na capital.

As questões em torno do projeto de Wembley Stadium tornaram necessária a procura por outro lugar para um sediar o Campeonato Mundial de Atletismo de 2005 e desenvolver uma instalação específica para atletismo em outro lugar em Londres. A decisão de localizar esta facilidade em Picketts Lock sempre foi controversa como foi um 'acordo' quanto à localização em relação à outros locais e ao centro da cidade. Se tivesse havido um olhar estratégico para isto visando o desenvolvimento de uma proposta Olímpica em seguida, um local mais perto de Stratford teria sido mais apropriado. Um terreno no Lower Lea Valley foi considerado, mas isso foi preterido para um desenvolvimento em Lee Valley Park, no que logo seria o Picketts Lock.

O papel do BOA nessas reuniões era assegurar que as instalações planejadas poderiam ser adaptadas para o uso Olímpico – embora a prioridade neste momento fosse encontrar um local adequado para garantir o Mundial de Atletismo. O Reino Unido conseguiu garantir o evento, mas a decisão do Governo de não construir um estádio de atletismo em Picketts Lock fez com que o evento foi transferido para Helsinque, prejudicando a credibilidade de Londres em termos de organização de grandes eventos esportivos. No entanto, foi devido às dificuldades com Wembley e Picketts Lock que o BOA produziu um relatório sobre os possíveis locais para a realização dos Jogos Olímpicos de Londres. Grande parte do trabalho estava focada na localização da Vila Olímpica, inicialmente através do recurso do Comitê Consultivo de Planejamento de Londres, e 50 locais possíveis foram identificados e, em termos esportivos, três possíveis cenários foram desenvolvidos:

West London - A opção pelo oeste de Londres tinha sido a principal fonte de trabalho a partir de 1998-1999. Isto foi baseado na possibilidade do Wembley Stadium de ser a peça central da candidatura, e quando este saiu de cena a próxima melhor opção era projetar um Parque Olímpico no Aeródromo de Northolt ou Southall Gas Works. Mas, havia questões envolvendo a disponibilidade de ambos os locais.

North-east Londres (Picketts Lock) - Esta opção não foi favorecida devido à problemas de acesso e distância das instalações já existentes e do centro da

cidade. A opção foi incluída, no entanto, devido ao pensamento contemporâneo sobre a localização do estádio de atletismo.

East London (Stratford) - Trabalhou-se como uma contingência seguindo as questões Wembley, está sempre parecia a melhor opção quanto ao espaço, disponibilidade e acesso. Os dois melhores locais para a Vila foram Hackney Wick / Eastway e Stratford Rail.

A base para a tomada de decisão neste momento estava voltada para a disponibilidade de infraestrutura física. No entanto, os componentes-chave para a tomada de decisão sobre instalações esportivas foram:

- Facilidade de acesso dos atletas e espectadores ao local;
- Legado – utilizar instalações já existentes sempre que possível, instalações temporárias sempre que necessário e novas construções, quando necessário;
- A adesão aos requisitos da Federação Internacional;
- Dimensão da área;
- Os tempos de viagem para os locais – estes realisticamente precisavam estar a menos de 30 minutos da Vila Olímpica;
- As instalações de formação - ênfase no legado esportivo para a comunidade local, todos localizados dentro de até 45 minutos da Vila Olímpica;
- Evitar a necessidade de Vilas adicionais, se for possível.

O BOA apresentou o relatório ao prefeito recém-eleito e à Greater London Authority em maio de 2001, e recebeu uma resposta positiva. O prefeito declarou sua visão para a opção em East London, que fornecia mais possibilidades de regeneração do que a alternativa que West London. A partir daí, o projeto iria buscar a regeneração da localidade de Stratford – East London.

OLYMPIC REGENERATION IN EAST LONDON: O FOCO NO LEGADO

O Parque Olímpico foi desenvolvido no Lower Lea Valley, 13 km a leste do centro de Londres. Esta era uma área que demandava uma reconstrução. Ao realizar os Jogos nesta parte da cidade, o legado mais duradouro dos Jogos será ser a regeneração de toda uma comunidade para o benefício direto de todos que mora lá. O Parque Olímpico se tornou um ponto central para o leste de Londres, unindo as comunidades e agindo como um catalisador para profundas sociais e mudança econômica. Após os Jogos, as novas instalações do Parque Olímpico serão abertas à comunidade inteira, e não apenas atletas de elite. Isto levará a mais oportunidades para que todos possam participar do esporte e da atividade física. Isto é essencial para uma comunidade mais inclusiva e ativa, levando a uma sociedade mais adequada e redução das desigualdades de saúde.

Regeneração do Thames Gateway¹⁸⁷

Os Jogos de Londres 2012 foram focados no East London e sua intenção *a priori* foi o programa de regeneração e renovação urbana, especialmente na área Lea Valley, adjacente à Stratford no condado de Newham. Newham, como seus condados vizinhos Hackney e Tower Hamlets, tem significantes áreas de carência social e vários terrenos '*brownfield*', que uma vez foram cenários industriais, docas e pátios ferroviários. A área é centro do programa regional mais ambicioso da Europa – o esquema Thames Gateway – pois é adjacente às áreas de desenvolvimento Canary Wharf e Docklands.

¹⁸⁷ Poynter, G. *From Beijing to Bow Bells*. 2006.



Lower Lea Valley, local de implantação do Parque Olímpico
Fonte: Revista Engenharia e Construção

Thames Gateway consiste de 81,000 hectares de terra, (aproximadamente 3,800 hectares destas foram designadas como brownfield). Prolongam-se por 60 km leste da London's Tower Bridge ao longo do estuário do Tâmesa e possui uma população de aproximadamente 3.3 milhões de pessoas. Canary Wharf é adjacente à City e representou um ambicioso regime instituído em 1980 para expandir o centro financeiro da cidade em direção ao leste, emulando o sucesso do desenvolvimento Manhattan em Nova Iorque realizada nos anos 1960. O plano, supervisionado pela London Docklands Development Corporation (LDDC) contornou as autoridades locais e estabeleceu quadros de planejamento para pagar oportunidades para investir em amplos empreendimentos de escritório de alto padrão e habitação de luxo. Esta iniciativa de "mercado impulsionado" pró-negócios eventualmente conseguiu atrair grande empresas a se mudar para Canary Wharf, mas não até que várias crises financeiras fossem superadas.

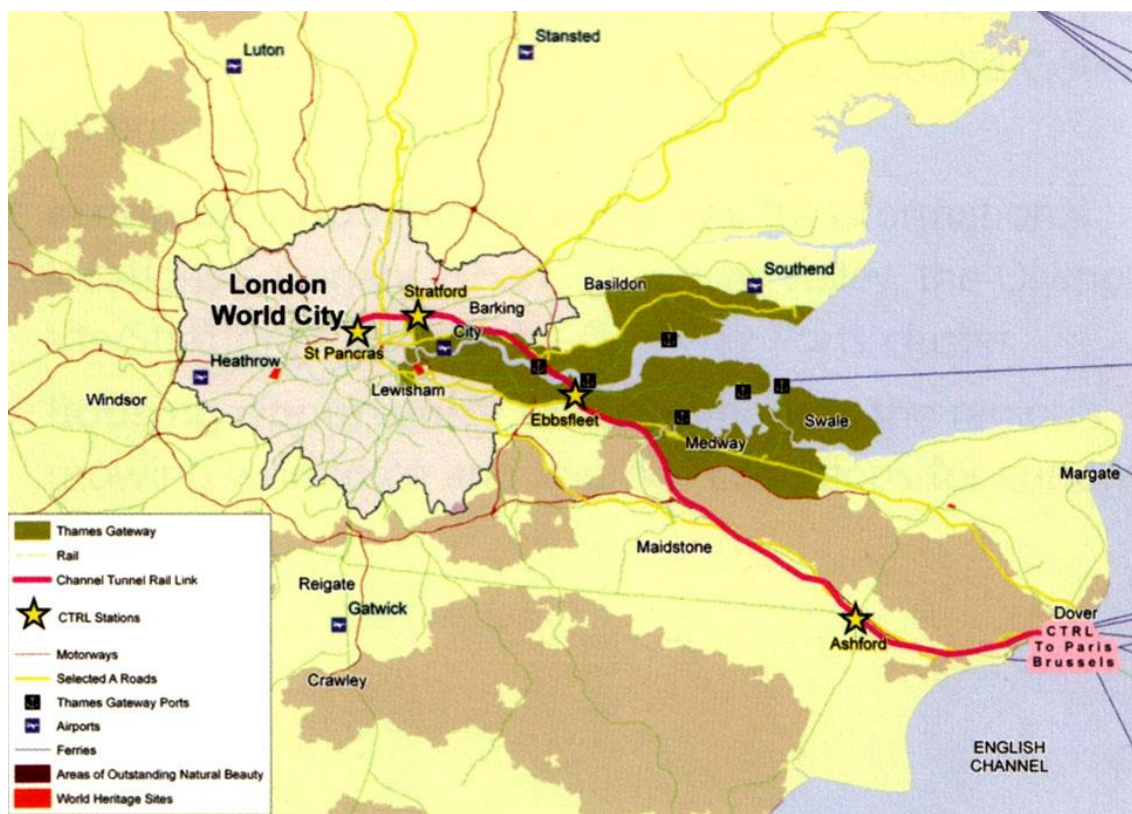
Enquanto Canary Wharf estava em fase de desenvolvimento nos anos 1990, o governo conservador respondeu às pressões, principalmente da comunidade empresarial, para estabelecer uma autoridade em toda a Londres ou região metropolitana. Os conservadores criaram um Gabinete de Governo e um subcomitê do gabinete para Londres, em reconhecimento à necessidade de estabelecer uma mais planejada e integrada abordagem para administrar a capital. No retorno dos trabalhadores ao governo em 1997, esta abordagem foi levada além através da criação da

Grande Londres Authority (GLA), que instituiu a cargos eletivos do prefeito de Londres e introduziu uma Agência de Desenvolvimento de Londres (LDA). Foi o prefeito (Ken Livingstone) em conjunto com as agências recém-criadas que forneceu um forte apoio político para a geração de candidatura olímpica de Londres. O plano de Thames Gateway foi iniciado em 1990 pelo Plano de Orientação da Política Regional do Sudeste formulado durante o governo conservador e foi defendida pelo então Secretário de Estado do Meio Ambiente, Michael Heseltine. Naquela época, a regeneração foi centrada em uma região que sofreu grande declínio em áreas de emprego tradicional - docas, estaleiros, indústria - e uma redução de habitação acessível para sua população.

A decisão, em 1991, para encaminhar a conexão Channel Tunnel Rail através de Kent norte e ao centro de Londres através de Stratford forneceu um importante catalisador para melhorias em estradas e infraestrutura ferroviária e até 1995 Força-Tarefa de Thames Gateway elaborou planos para 30.000 novas casas e 50.000 novos empregos sendo criados no Corredor Thames até 2021. Desde 1997 sucessivos governos continuaram a dar apoio vigoroso para o plano de Thames Gateway através do Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro (ODPM) e uma variedade de agências de parceria, incluindo o Gabinete do Prefeito, a GLA e a LDA e todas as autoridades locais situadas dentro da região. As ambições para o desenvolvimento do Thames Gateway têm correspondentemente aumentado com, por exemplo, a proposta de desenvolvimento de uma nova ponte sobre o rio Tâmesa e uma expansão de planos para a construção de casas e para o desenvolvimento de novos municípios ao longo do corredor do Thames.

Estes planos têm sido incorporados para o programa do governo do Trabalho 'Criando Comunidades Sustentáveis' (2003), em que o número de novas casas a serem construídas aumentou para 120.000, e muitas destas localizadas em quatorze 'zonas de mudança'. A realização das Olimpíadas de 2012 em East London tem que ser colocada dentro do contexto destes planos de regeneração mais amplos. Com efeito, o sucesso da candidatura de Londres tem gerado interesse crescente no desenvolvimento do

plano de Thames Gateway. O ‘Gateway’ (Portal) recebeu relativamente pouco reconhecimento público antes da candidatura olímpica, em parte por causa de sua falta de identidade como uma região com que o público pudesse identificar – que atravessa as fronteiras das autoridades locais e não tem a associação histórica com os nomes dos municípios ou conselhos com que uma proporção significativa do público poderia identificar como locais que vivem e do qual eles recebem serviços.



Mapa de Thames Gateway
Fonte: Oxford Brooks University

Tessa Jowell, então secretária de estado da cultura, mídia e esporte sob o Governo Trabalhista, durante uma série de audiências que a Câmara dos Lordes realizou sobre o legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, afirmou:

Nobody doubted that, by hosting the Olympics in East London, it could be transformational. You would create a new quarter of London. By general consent—and we used

to say this, Ken, to each other—in six years this accelerated the regeneration of that area by 60 years. (...)I have confidence in legacy delivery. Let me perhaps point to the evidence. The fact that the eight venues in the Olympic Park are now let to long-term legacy management is unprecedented. No Olympic city has ever achieved that degree of pre-planning of the legacy, and this was again something that Ken and I very much did together. We were absolutely clear that we wanted, if we won, an Olympics in East London to be not just transformative of 150 hectares of degraded contaminated land, but also that we would see a change in the economies of the five and then six boroughs that immediately surrounded the Park. Two of those five are the most deprived boroughs in the country. We saw a potential not just for physical legacy, but also legacy in terms of building human capital, addressing the shortage of skills, addressing the shortage of jobs and the general degradation of parts of those boroughs, all of which are beginning to see change as a result of the Olympics. There are risks that come with that. Very specifically, for the Olympic Park we deliberately ensured that the residential accommodation in the Athletes' Village was 50% social housing and 50% privately rented, and so 50% of it is run by the Delancey consortium, which is also going to have an interest in the second phase of residential development, up by the press and broadcast centre. We also have the Triathlon housing association owning 1,320 flats in the Village, which ensures that there will be social tenants alongside privately renting tenants, in order to maintain the diversity of what will be a new neighborhood in that area. Many people will basically be living and going to work in the Olympic Park, which is something I have to get my head round. It seems miraculous even now that people will live in what was the Olympic Village and go to work in what was the press and broadcast centre. The structures for the Park are there and there are three elements to the legacy: commercial, sporting and cultural.¹⁸⁸

¹⁸⁸ 'Olympics accelerated regeneration of east London in 60 years'. Entrevista com Tessa Jowel



Antiga área industrial de Stratford, local de instalação do Estádio Olímpico, em 2007
Fonte: Arquivo Folha de São Paulo



Demolição de alguns edifícios em 2008
Fonte: Arquivo Folha de São Paulo

Plano Diretor Londres Olímpico

No ano de 1997, Londres tinha vários problemas como: a qualidade da educação, déficit de investimento na infraestrutura do transporte, desemprego e um grande desequilíbrio entre as distintas zonas da cidade. Mas em 1998, o primeiro ministro da época, encomendou ao arquiteto Sir Richard Rogers do *Urban Task Force*, a tarefa de identificar quais eram as causas do declínio urbano local, e com base nesse plano, recomendar soluções sustentáveis. Deste estudo foi desenvolvido o Plano Estratégico de Londres 1998-2004, com uma projeção para 2020, que abrange estratégias de crescimento, infraestrutura, habitação, desenvolvimento econômico, segurança, cultura e meio ambiente.

Para isto foram identificadas as zonas de regeneração urbana, de oportunidade, os diferentes centros, as zonas culturais estratégias e regiões. Este estudo foi feito por uma estrutura de organismos com funções e objetivos específicos, que vão desde o prefeito, os subprefeitos dos 33 distritos, a GLA (Greater London Authority), LDA (London Development Agency) e a LTGDC (London Thames Gateway Development Corporation), entre outras diretamente envolvidas no planejamento, implementação, financiamento e manutenção. A LTGDC, especificamente, é a agência envolvida na regeneração do leste de Londres, a *East End*, que é onde está concentrada a população de menos recursos na cidade. A regeneração foi buscada através da geração de novos empregos e da criação de políticas habitacionais. Dentro da zona leste está a Lower Lea Valley (LLV), que foi descrita como “*a maior oportunidade de regeneração dentro de Londres*”, área mais beneficiada com o Plano de Londres para as Olimpíadas de 2012.

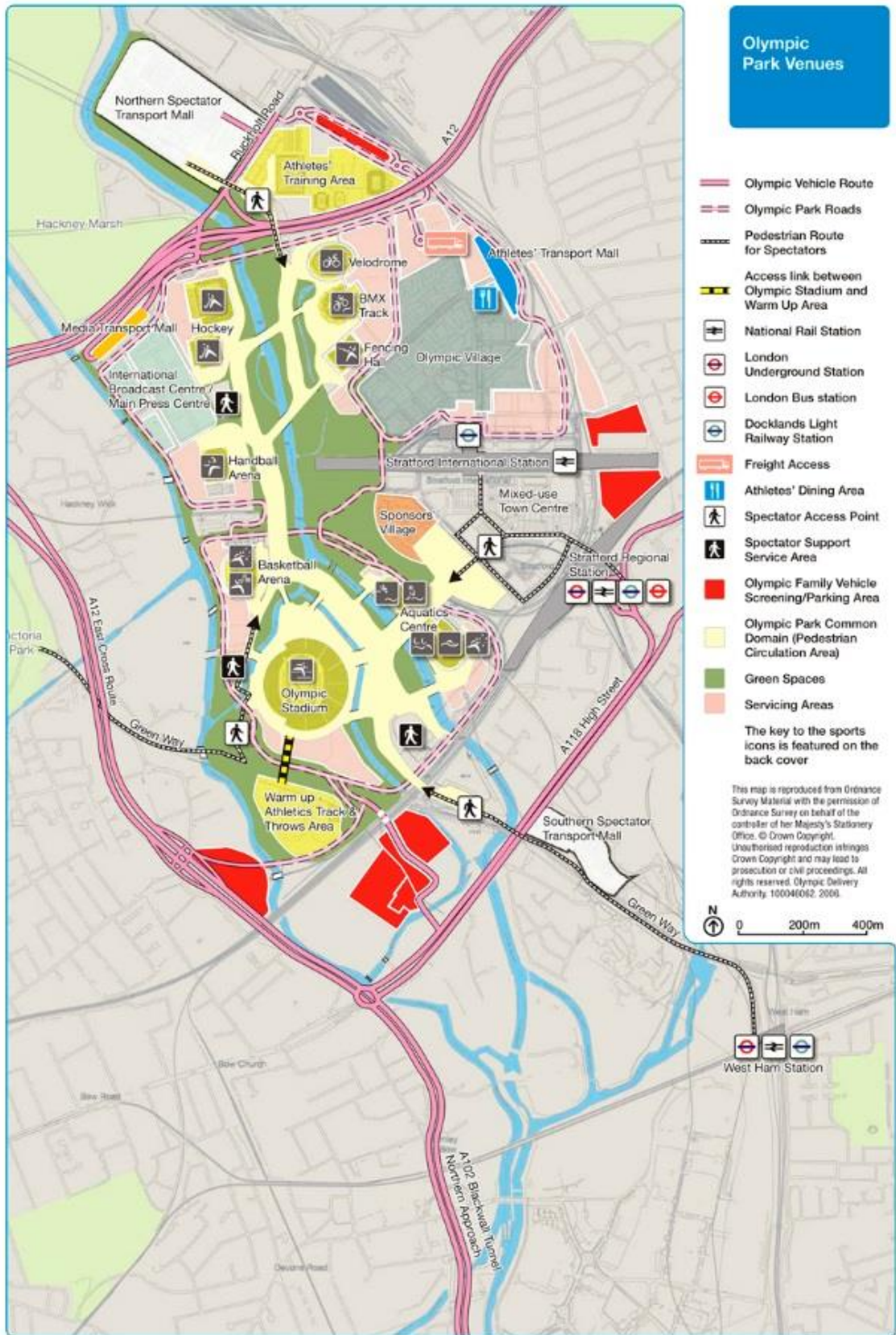
A LLV é uma zona pós-industrial, com habitações precárias e espaços subutilizados, além de estar inserida em uma região complexa, cercada de canais, a aproximadamente 5 km do centro de Londres. Existiam problemas e os Jogos foram uma boa oportunidade para colocar a

cidade no âmbito internacional e atrair recursos. E, assim que Londres foi nomeada sede dos Jogos em 2005, foi criado um organismo especial para organizá-los, a LOGOC (London Organizing Committee for the Olympic Games). O prefeito da época, Ken Livingstone, disse *“Não participei da competição porque queria três semanas de esporte... participei porque é a única maneira de conseguirmos bilhões de libras do governo para desenvolvermos East End”*.

Efetivamente, os Jogos Olímpicos custaram cerca de 9,3 bilhões de libras, e investiu-se em um plano progressivo de três etapas: o Plano dos Jogos, o Plano de Transformação (para a transição dos Jogos depois do encerramento destes) e o Plano das Comunidades do Legado (o plano de longo prazo para o desenvolvimento do local). A força da abordagem londrina foi conceber estes três planos em cronologia exatamente oposta, ou seja, o planejamento da área começou a partir de uma visão voltada para a cidade futura e, em seguida, voltando-se para as exigências dos Jogos. O ponto de partida foi a visão para o futuro. E esta premissa básica tem profundas implicações em tudo o que seria planejado e construído. Dentre as definições do plano, podemos destacar:

- A criação de um parque central, com mais de 200 acres ao longo do rio Lea (após a remoção dos postes de eletricidade) que formaram a espinha dorsal do local e criaram uma armadura em torno da qual cinco futuros bairros serão construídos, de forma bastante semelhante ao que se fazia em Londres, integrando parques urbanos e áreas edificadas, tais como Victoria Park e Regents Park. Além disso, ao Parque Olímpico foi dada, não só a propriedade de suas terras, como também a autoridade do planejamento do Parque Olímpico e das áreas próximas, sob a jurisdição das subprefeituras locais. Esta consolidação excepcional de posse de terra e de poder de planejamento foi unânime em todos os níveis de governo nacional e local que tinham um objetivo comum de manter o ímpeto de regeneração alavancado pelos Jogos Olímpicos.

- A construção apenas de locais necessários em uma base permanente – e que teriam futuros grupos e utilizações. Todos os outros locais seriam instalações provisórias, que seriam removidas para criar locais para uma futura área de uso misto, com casas, escolas, lojas e locais de trabalho.
- A dispersão dos locais por toda a área em localizações estratégicas ao invés de agrupar todas as edificações na usual “zona desportiva”. Desta forma, os locais de esporte poderiam se tornar âncoras de atividade e ícones físicos integrados com os novos bairros.
- A Vila Olímpica dos Atletas, que durante os Jogos Olímpicos hospedaria 17.000 atletas, funcionários e moradores seria transformada no primeiro complexo pós-Jogos Olímpicos completo, com 3.000 unidades de habitação.
- Foi elaborado também um Plano de Transporte para assegurar a eficácia do investimento do legado, facilitando o acesso à East London, considerando utilizar os rios como meio de transporte e aumentando o uso de bicicletas. Esse plano contempla o uso integrado de vias, trens e canais da cidade. Investiu-se aproximadamente 86 milhões de libras no metrô do setor para ampliar as linhas e melhorar a frequência dos trens.
- A construção de um centro de energia central com capacidade suficiente para servir a área inteira como legado, e também teria potencial para exportar energia para as comunidades do entorno. E, por fim, uma rede subterrânea de novos esgotos, utilitários e dutos de telecomunicações foi construída para acomodar as futuras necessidades de capacidade.
- Para supervisionar e gerenciar este complexo entrelaçamento de atividades de construção da cidade e a coreografia de investimentos e ações públicas e privadas que precisam ser cuidadosamente encenadas, a Companhia do Legado do Parque Olímpico (OPLC), posteriormente renomeada de Corporação para o Desenvolvimento do Legado de Londres (LLDC) recebeu poderes para garantir que a integração de planejamento e implementação – que se mostrou tão essencial para o sucesso da entrega do projeto para os Jogos – fosse levada a cabo através de legado.



Plano do Parque Olímpico

Fonte: <http://now-here-this.timeout.com/2012/09/07/revealed-the-olympic-parks-post-games/>



Vista aérea do Parque Olímpico em abril de 2012
Fonte: Wikipedia Commons



Projeto do Parque Olímpico pós-Jogos, previsão para 2014
Fonte: <http://now-here-this.timeout.com/2012/09/07/revealed-the-olympic-parks-post-games/>

Parque Olímpico Rainha Elizabeth¹⁸⁹

Quando a Olympic Delivery Authority (ODA), responsável pelo desenvolvimento e construção dos equipamentos esportivos e também pela infraestrutura dos Jogos Olímpicos de Londres, iniciou os trabalhos para a capital inglesa sediar a Olimpíada, talvez não soubesse que estava estabelecendo um novo marco na organização desse tipo de megaevento. A candidatura de Londres propôs aproveitar a oportunidade dos Jogos Olímpicos para regenerar uma das mais degradadas áreas da Inglaterra, o East End de Londres. Foram necessários dois anos de planejamento para assegurar que durante o período de quatro anos de obras o mínimo de imprevistos acontecesse. O plano relacionava todas as atividades a serem realizadas, com a definição prévia dos riscos, dos custos e, ineditamente, o legado. O foco era na sustentabilidade, no benefício público e no dinheiro do contribuinte, evitando criar algo que não pudesse ser usado depois dos Jogos.

“Legado não era uma palavra comum associada aos Jogos Olímpicos. Quando transportamos esse conceito para a Olimpíada de Londres, o compromisso tornou-se gigantesco. Com ele, transforma-se não somente o ambiente físico local, mas também o ambiente econômico e social”, explica Jerome Frost. Para dar suporte à operação, a ODA contratou logo no começo dos estudos o consórcio CLM (CH2M Hill, Laing O'Rourke e Mace) para gerenciar todos os projetos voltados às construções para os Jogos, uma forma segura de garantir que o que estava sendo proposto seria entregue dentro do prazo e do orçamento pelos contratados.

O Parque Olímpico de Londres foi construído em uma área de 246 hectares, com oito equipamentos esportivos que receberão diversas modalidades olímpicas. Na área, quatro mil árvores foram plantadas. Haverá 45 hectares de área verde, inclusive com a reposição da fauna existente. Mais de 90% do material da demolição foi reaproveitado ou reciclado

¹⁸⁹ ‘Parque Olímpico de Londres é exemplo de planejamento e legado’. Matéria resultante de visita ao Parque Olímpico pela Revista ‘O Empreiteiro’, dez 2011.

e apenas 2% da terra contaminada foram descartados devido ao elevado grau de substâncias nocivas. Os três rios que cortam a área do Parque Olímpico foram despoluídos, com a retirada de 30.000 t de lixo. Os moradores das poucas edificações residenciais foram realocados para outras localidades de Londres. Entre as aproximadamente 200 edificações que conforma o Parque Olímpico, destacam-se:

Estádio olímpico

O principal equipamento esportivo do Parque Olímpico de Londres, o estádio olímpico ocupa 16 ha. Por contados rios no entorno, cinco pontes foram construídas – há 30 novas pontes e passagens em todo o centro olímpico – sobretudo para dar acesso ao estádio. No passado, existia apenas uma ponte interligando o núcleo de indústrias existentes no bairro. O estádio teve capacidade de 80 mil lugares durante os Jogos, reduzindo para 60 mil após as Olimpíadas. Sua arquitetura moderna foge do padrão inglês. No entanto, a indefinição tem sido no uso da pista de atletismo. Os clubes interessados na concessão querem transformar a pista em assento para torcedores, mas pelas regras de cessão do estádio, o circuito de provas de atletismo deve ser preservado – inclusive para futuras competições internacionais.



Estádio Olímpico

Fonte: London Olympic Games Official Report, vol. 3

Parque aquático

O parque aquático da Olimpíada de Londres, com 17,5 mil lugares, foi erguido com duas arquibancadas removíveis de 42 m de altura cada em seus extremos – será reduzido para 2,5 mil lugares, com possibilidade de adicionar mais mil em eventos maiores. As arquibancadas removíveis serão usadas em outro local ainda não definido. Assim, no parque aquático será mantida somente a seção central. O projeto do local é da arquiteta iraquiana Zaha Hadid – em 2004, Trata-seda mais complexa construção feita no centro olímpico londrino, com duas piscinas de 50 m. Ao lado do parque aquático, foi montada arena temporária para a modalidade de polo aquático nos Jogos, com cinco mil assentos.



Parque Aquático

Fonte: London Olympic Games Official Report, vol. 3

Velódromo

Com seis mil assentos, o velódromo tem 250 m de pista e 35 m de altura. O velódromo é um dos cinco maiores equipamentos do Parque Olímpico de Londres – foi um dos últimos a iniciar as obras e o primeiro a terminar. Foram 118 semanas de trabalho, incluindo a pré-construção. Depois da Olimpíada, o espaço será um centro de ciclismo, que também inclui trilhas de mountain bike do lado externo.



Velódromo

Fonte: London Olympic Games Official Report, vol. 3

Arena basquete

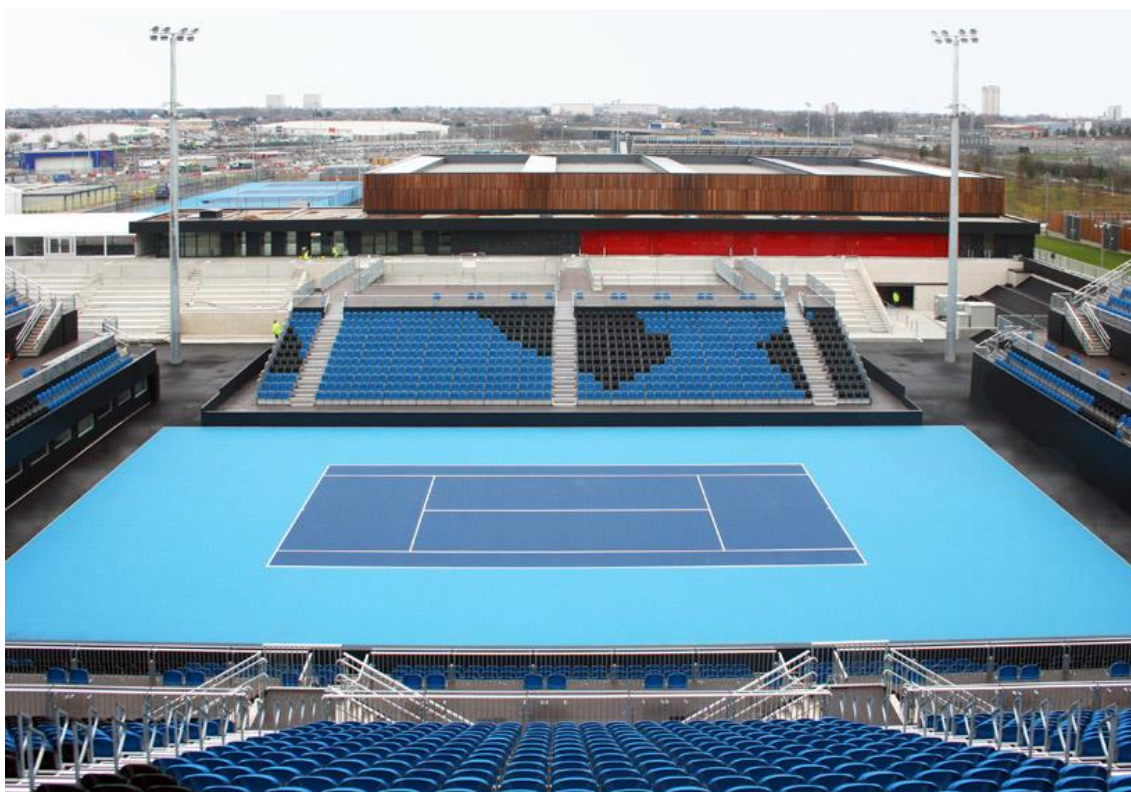
A arena de basquete é um dos maiores equipamentos esportivos temporários usados em uma Olimpíada. Possui assentos para 12 mil espectadores suportados por uma estrutura de aço de 1.000 t. Durante os Jogos, à noite, a membrana pode ser usada como um painel artístico com o uso de luzes projetadas internamente. Durante o dia, é capaz de refletir a luz natural. A arena lembra o famoso cubo d'água dos Jogos Olímpicos de Pequim. Depois dos Jogos, a arena será desmontada e os elementos serão usados em outros eventos no Reino Unido e Exterior ou revendidos. O equipamento foi erguido em apenas três meses.



Instalação temporária de basquete
Fonte: www.abril.com.br

Eton Manor

Local de nado sincronizado dentre outras atividades aquáticas dos Jogos, o Eton Manor (erguido em local de antigo clube de mesmo nome) teve assento temporário para 10,5 mil espectadores durante a Paraolimpíada, com a utilização do espaço para a modalidade de tênis em cadeira de rodas. Depois da Olimpíada, será transformado em um centro de tênis e um centro de hóquei com duas quadras.



Eton Manor
Fonte: www.dezeem.com

Handebol arena

Com 6,5 mil assentos, a arena de handebol é coberta por 3 mil m² de painéis de cobre. O local tem luz natural alimentada durante o dia através de 88 tubos distribuídos na cobertura, que permite a entrada de iluminação natural, economizando mais de 40% de energia do espaço. O equipamento será mantido após os Jogos como uma arena multiuso.



Arena de handebol
Fonte: www.dezeem.com

Complexo de mídia

O complexo de mídia é dividido pelo International Broadcast Centre (IBC) com 56 mil m² - a maior edificação do parque - e o Main Press Centre (MPC) com 30 mil m². Cerca de 20 mil profissionais de imprensa utilizarão o local durante o megaevento.

Subestação de energia

Uma subestação foi ampliada e modernizada – já existia uma pequena e antiga usina - para gerar energia e calor, quando necessário, para todos os equipamentos do parque. A energia vem da matriz biomassa, a partir da queima de madeira e gás natural. O complexo da mídia é responsável por 80% do consumo de energia dentro do Parque Olímpico. Depois dos Jogos, a energia gerada será distribuída a mais de 10 mil residências da região.

Vila olímpica

A vila olímpica dos Jogos de Londres, com 24 ha, possui 11 blocos residenciais, com 2.818 apartamentos. A vila fica dentro do Parque Olímpico e receberá 23 mil atletas olímpicos e paraolímpicos, além de comissões técnicas. São 6 km de ruas no local. Após a Olimpíada, os apartamentos serão ocupados por residentes permanentes. Cerca de 90% dos apartamentos já estão vendidos. Novos prédios residenciais estão previstos de serem construídos em algumas das imensas praças localizadas entre os equipamentos esportivos.

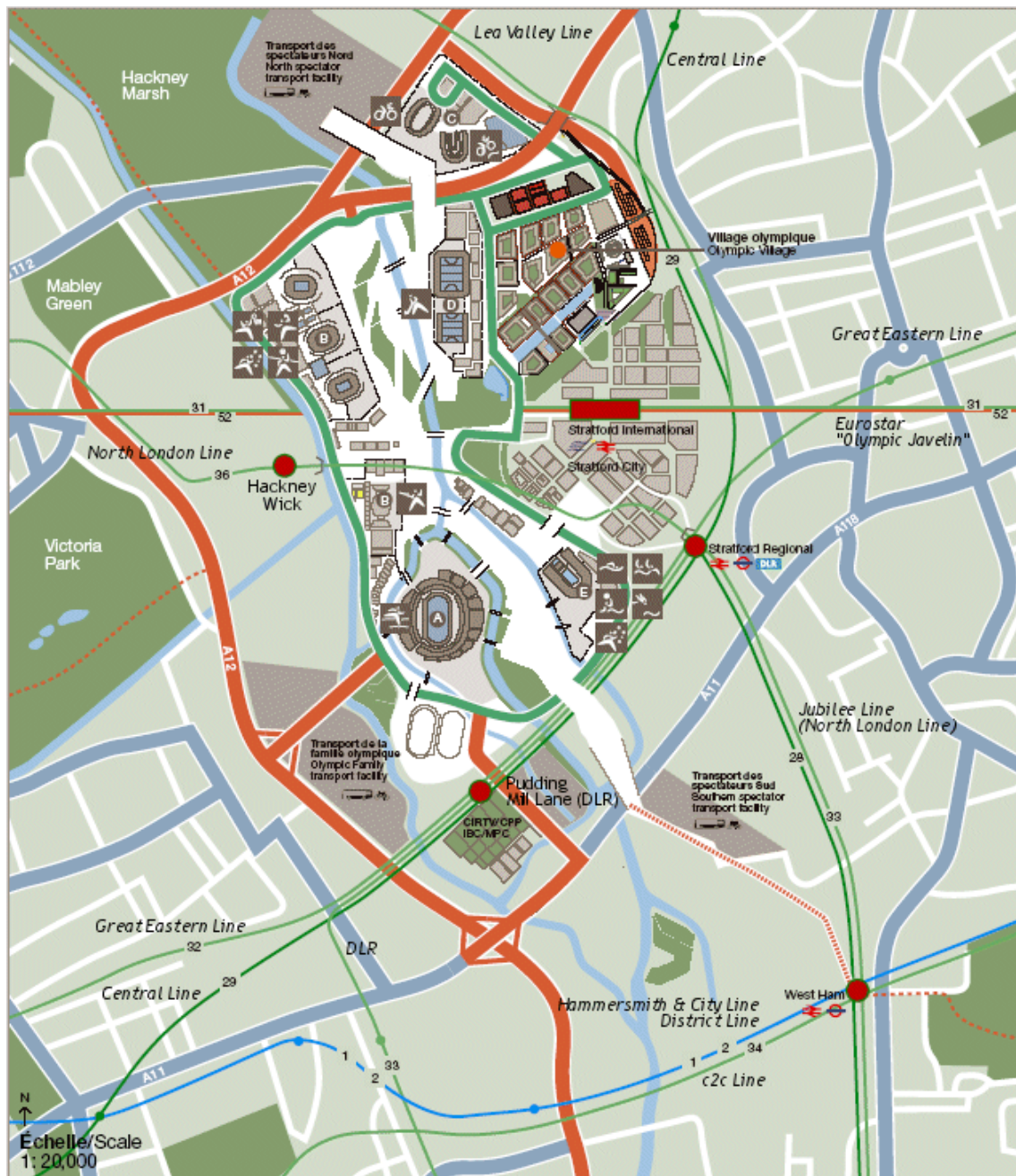


Vila Olímpica dos Atletas
Fonte: www.esporteessencial.com.br

Transporte e centro de compras

Foram investidos £ 6,5 bilhões para melhorar o transporte na área do Parque Olímpico. A previsão é que 50% dos visitantes irão se dirigir ao local pela estação de trem e metrô de Stratford, localizada anexa ao Parque Olímpico. Assim, foram feitas melhorias na estação de Stratford, além da extensão da linha Docklands Light Railway (DLR) de Stratford International

para Canning Town, construção de novas plataformas e reformas de outras estações próximas de metrô e trem. Um trem de alta velocidade chamado Javelin conectará a região central de Londres (estação de King's Cross St. Pancras) à estação de Stratford. No total, 10 linhas de metrô e três estações servirão o Parque Olímpico (Stratford, Stratford International e West Ham).



Linhas de acesso ao Parque Olímpico
Fonte: AECOM

O transporte ao longo do rio Tâmesa – que corta o lado leste de Londres e passa relativamente perto do centro olímpico – também está sendo melhorado para criar mais opções de transporte na região. A proposta é fazer com que todos os visitantes se dirijam ao Parque Olímpico utilizando transporte público. Além disso, oito rotas de caminhos a pé e de bicicleta foram criadas para atender o Parque Olímpico e outros locais de competição na cidade. Seis mil estacionamentos de bicicletas serão especialmente criados para atender aos Jogos.

Um enorme complexo comercial ao lado do Parque Olímpico chamado Westfield Stratford City foi criado para impulsionar ainda mais o desenvolvimento da região. Trata-se do maior shopping center da Europa, com 300 lojas, bares, restaurantes, dois hotéis, cinema, escritórios e apartamentos. Já com boa parte das instalações em operação, o investimento no empreendimento comercial foi de £ 1,5 bilhão. Estima-se que será uma das principais fontes de emprego na localidade.



Westfield Stratford City
Fonte: www.kentonline.co.uk

O ENCERRAMENTO¹⁹⁰ ...

Assim que os Jogos de Londres foram encerrados, iniciou-se a fase de 'conversão'. Londres já está pondo em ação os planos de legado: o futuro de oito instalações esportivas do Parque Olímpico está assegurado. É a primeira vez que uma cidade consegue realizar tal fato em um ano.

A Legacy Corporation já fez progressos significativos no sentido de estabelecer oportunidades de investimento sustentável à longo prazo, utilizando uma ampla gama de alavancas, incluindo poderes de planejamento, para promover a regeneração através do Parque Olímpico Rainha Elizabeth e dos bairros adjacentes. Programas da Legacy Corporation visam assegurar que o Parque e locais sejam um sucesso, assim como usá-los como a peça central de um distrito urbano que renasceu para a população local e visitantes. Entre as ações realizadas (ou a realizar em um futuro próximo) estão:

A reabertura do parque, com a 'Cooper Box' e da área central do Parque Norte. O estádio reabriu temporariamente, para a Diamond League Athletics, no primeiro aniversário dos Jogos. O estádio também possui alguns outros eventos já planejados para 2013.

No Parque Sul, o trabalho de criação de um parque linear entre o Centro Aquático e o estádio está avançado. Vidros permanentes estão sendo instalados no Centro Aquático para a sua reabertura, juntamente com o resto do Parque Sul, em 2014. O West Ham United FC está confirmado como inquilino âncora para o estádio quando reabre permanentemente em 2016, com o Campeonato Mundial de Atletismo e Campeonato Paraolímpicos Mundial de Atletismo no ano seguinte (assim como a realização da Copa do Mundo de Rugby em 2015).

¹⁹⁰*Inspired by 2012: The legacy from the London 2012 Olympic and Paralympic Games.* A joint UK Government and Mayor of London report, jul 2013.

Em 2013 a East Village (antiga Vila Olímpica) recebeu seus primeiros residentes. Mais de 700 dos 2800 apartamentos foram disponibilizados pelo site 'Mayor's First Steps', com custo de aluguel abaixo do mercado, propriedade compartilhada e equidade de opções. Outros 68 apartamentos foram reservados para 'inquilinos sociais'.

Também na East Village, novas instalações foram abertas, beneficiando antigos e novos residentes – uma nova escola (Chobham Academy) e uma clínica médica (Sir Ludwig Guttmann Health Centre – nomeada em homenagem ao fundador dos Jogos Paraolímpicos). Nos próximos anos, estão previstas as construções de mais cinco bairros no entorno do Parque Olímpico, com mais de 7000 moradias, 800 dos quais os primeiros residentes devem mudar em 2015.

iCity assinou um longo contrato de arrendamento para o Centro de Imprensa e Difusão. A BT Sport já utiliza o espaço do estúdio no prédio e começou a transmitir dois novos canais em agosto de 2013. Outros inquilinos confirmados incluem Infinity, Loughborough University, que irá estabelecer uma nova pesquisa e ensino de pós-graduação do campus, e Hackney Community College, cuja regeneração vai ajudar as pessoas e empresas locais.

Com cerca de £6.5 bilhões investidos em infraestrutura de transporte para os Jogos, o legado transporte físico no leste de Londres tem sido significativo. Stratford é agora um dos centros de transporte mais bem conectados no país. Melhorias na infraestrutura do metrô, de Docklands Light Railway e London Overground foram feitas para aumentar a capacidade, frequência e confiabilidade, e 75 quilômetros de ciclovias foram criadas dentro e ao redor do Parque Olímpico. Bem como a preocupação com a acessibilidade.

Os Jogos de Londres 2012 produziram locais mais acessíveis, com mais estações sem degraus, sinalização mais clara, paradas de ônibus acessíveis e uma oportunidade para os operadores de transportes continuarem a construir uma cidade mais acessível.

Enquanto os holofotes estão, inevitavelmente, sobre o Parque e instalações, a regeneração das áreas circundantes está acelerada: Westfield Stratford atraiu cerca de 50 milhões de visitas em seu primeiro ano de abertura, fornecendo mais de 10.000 postos de trabalho permanentes. Ao lado de Westfield, The International Quarter planeja 350 casas e 370 mil m² de área de trabalho. O bairro Strand East, ao sul do Parque vai oferecer mais de 1.200 casas e 60 mil m² de área de trabalho. E University Square Stratford, um campus conjunto estabelecido por Birkbeck, University of London e pela University of East London, vai admitir seus primeiros alunos no outono de 2013. A Legacy Corporation também está trabalhando com a população local sobre o Plano Local, que irá definir a política de uso do solo para o Parque e arredores.

Com relação à sustentabilidade, muitas das estruturas construídas são temporárias, o que permite economia de recursos, e que seus componentes possam ser reutilizados ao fim das atividades. Por exemplo, parte do teto do Estádio Olímpico foi construída com tubos de gás reciclados, assim como em outras obras reciclou-se concreto e cimento, permitindo reduzir em 30% as emissões de carbono com a reutilização de materiais.

O Centro Aquático conta com reutilização da água que sobra da limpeza dos filtros da piscina para limpeza dos banheiros. Os sanitários em todos os edifícios não requerem água e as duchas e lavatórios têm fluxo reduzido de água. Além disso, removeram-se 1 milhão e 300 mil toneladas de lixo no local onde o Parque Olímpico foi erguido, uma das zonas mais degradadas da cidade. 95% do que foi removido, utilizou-se para construção de novos edifícios.

Foi estabelecido um plano ambicioso de economia de energia, em que 20% dela deva ser proveniente de fontes renováveis. O projeto do Velódromo, por exemplo, conta com ventilação natural e iluminação estrategicamente localizada. Estima-se que apenas em 14% de todas as construções necessitaram de ar condicionado. General Electric (GE) é o sócio sustentável, eleito pelos organizadores, que visa promover mudanças que vão além das Olimpíadas, na comunidade local.

Cerca de mil árvores foram trazidas de todo o país e transplantadas para formar espaços verdes no parque e mais de 300.000 plantas foram levadas para converter as zonas úmidas do maior rio da Grã-Bretanha. Além disso, 5 km de vias fluviais foram reabilitados, 15.000 m² de telhados verdes foram instalados na Vila Olímpica, no Centro Aquático, Eaton Manor e o Centro de Imprensa. Na cidade foi criada uma frota de táxis híbridos e é impossível chegar à zona olímpica de automóvel, uma vez que não existem estacionamentos públicos, fomentando o uso de transporte público e bicicleta.

O significativo investimento e desenvolvimento de infraestrutura e entorno do Parque Olímpico, em preparação para os Jogos acelerou um processo de regeneração no leste de Londres, que começou cerca de 30 anos atrás, com o desenvolvimento das Docklands em Londres. East London tornou-se o novo centro de Londres, e é cada vez mais importância estratégica para a competitividade e crescimento à longo prazo da capital.

A Oxford Economics previu que até 2030 a área será um dos motores de crescimento mais importantes do Reino Unido, e um contribuinte líquido para as finanças públicas no valor de £5.4 bilhões por ano. Também é esperado que East London acomode metade do crescimento da população de Londres e quase um quarto de seu crescimento em postos de trabalho para 2031.

Ainda é cedo para confirmar os legados urbanos de Londres, mas é certo que existem planos para a cidade que estão sendo colocados em prática e trazendo benefícios para sua população. Alguns fatores negativos, como a expropriação de alguns residentes da área pra dar lugar ao Parque Olímpico e a destruição da área industrial, que era significativa para sua população, mostram que sempre há impactos negativos em uma intervenção desta dimensão. Mas isso não apaga o valor do projeto realizado e à realizar.

Ensinaamentos londrinos

A decisão de construir o Parque Olímpico de Londres na comunidade de Stratford, em East London, foi tomada no contexto mais amplo do plano para o crescimento de Londres, e foi uma estratégia deliberada para reconstruir o tecido de uma cidade que tinha sido rompido. Construir uma nova e compacta peça de urbanismo em uma área industrial ligada a uma densa e melhorada infraestrutura de transporte com a ambição de integrá-la física, econômica e socialmente às comunidades adjacentes, pode parecer óbvio, mas esse não é o caso de muitas novas cidades que estão sendo construídas e reconstruídas em um mundo em rápida urbanização.

O Plano Diretor é resultado de uma série de ações que foram iniciadas no ano de 1998 e que serão concluídas até 2030, o que são 18 anos ou quatro mandatos de prefeitos ou primeiros ministros. Ou seja, é a soma de uma série de iniciativas que foram potencializadas com o tempo, e com a consciência de que os resultados não serão realizações pessoais de alguém. Outro fator é a criação de uma estrutura institucional adaptada para as diferentes necessidades e desafios que serão enfrentados para a regeneração em grande escala, onde cada instituição em separado exige que a outra funcione bem. Isto nos leva a ter um plano integral, que inclui o transporte, a criação de escolas, hospitais, centros comunitários e comerciais, redes de transporte e habitação.

Desde o início, a candidatura de Londres focou o legado. Embora exista a questão de quanto deste plano de legado será de fato cumprido, é indiscutível que esse foco ajudou a alavancar e a garantir consideráveis recursos financeiros e humanos para transformar a cidade. Houve, não só na zona leste de Londres, mas no Reino Unido de modo geral, um comprometimento em garantir que os benefícios de 2012 durem.

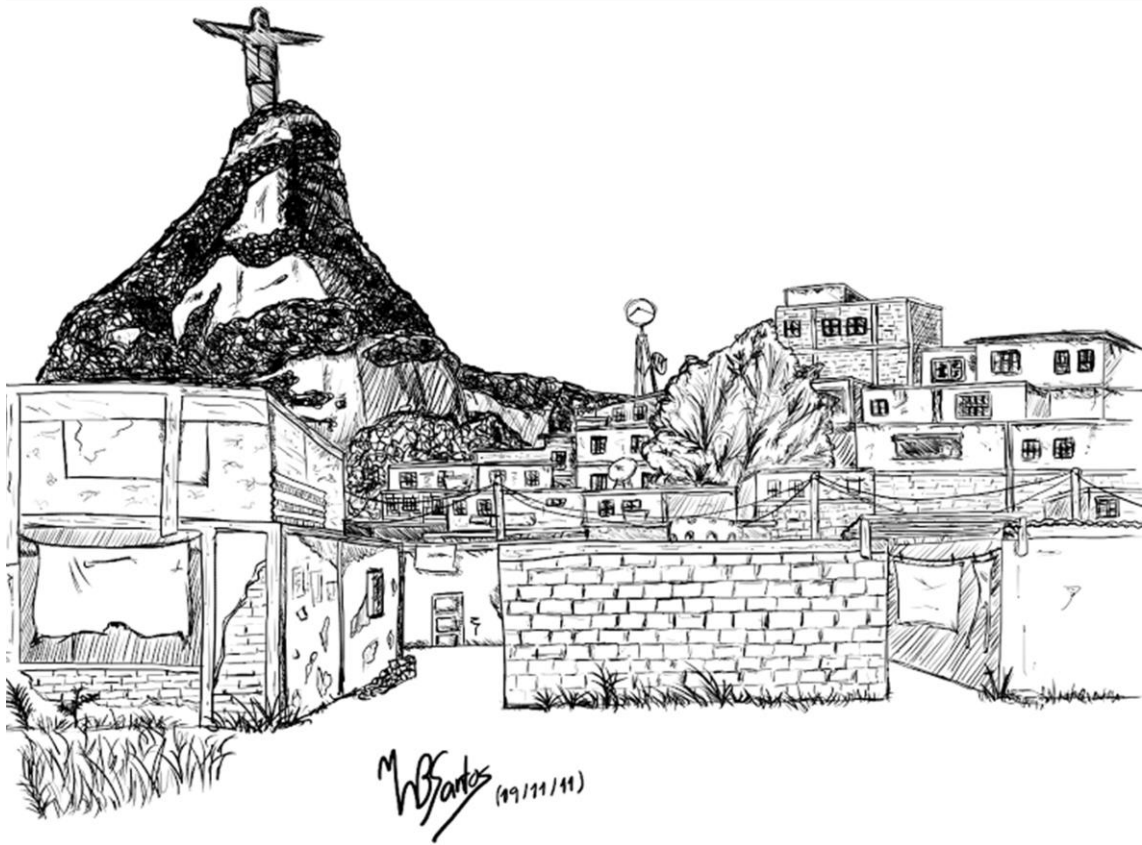
A ênfase política no legado foi um incentivo para que diversas organizações refletissem em como contribuir no presente, para impactos que ocorrerão no futuro. Para as agências de financiamento, em especial, esse é um mecanismo importante por meio do qual o recurso pode ser postergado, ao mesmo tempo em que se mantém vinculado aos jogos. Os Jogos de Londres 2012 trouxeram de volta ao topo das discussões o conceito de legado, alertando para o potencial de um impacto urbano sustentável. O foco no legado possibilitou criar uma plataforma de programas de desenvolvimento de longo prazo, usando o evento como uma lógica para o desenvolvimento de programas de apoio e investimento no futuro.

Resumidamente, podemos tomar como ensinamento:

- Regeneração econômica de áreas degradadas em bairros operários ou regiões de alto risco social;
- Adição de novas edificações com planejamento de uso e integração à estrutura urbana atual, evitando espaços subutilizados ou áreas desertas;
- Criação de novas praças, áreas verdes e locais de lazer que tragam vitalidade e preencham lacunas críticas da melhor maneira possível;
- Priorização da melhoria e expansão do sistema de transporte público em vez de criar grandes áreas de estacionamento que irão trazer uma quantidade imensa de automóveis e demandarão constante manutenção das vias;
- Implementação de uma rede de negócios que valorize e desenvolva pequenas e médias empresas locais, gerando trabalho e renda;
- Preparação para eventuais riscos ambientais como alagamentos, enchentes, deslizamentos de encostas, que gerem interrupção no trânsito ou dificuldades de acesso ao complexo olímpico;
- Adoção de práticas ambientalmente sustentáveis com resultados concretos para a cidade na preparação, durante e depois dos Jogos;

- Formatação de um calendário e programas de visitação ao complexo olímpico para que moradores e turistas participem ativamente, com canal de atendimento disponível 24 horas exclusivo para aqueles que residam em bairros próximos às futuras instalações olímpicas;
- Legado olímpico deve ser incorporado ao dia-a-dia e vivenciado por todos os envolvidos, tornando-se o “mantra” dos Jogos.
- Compreensão que os Jogos e seus desdobramentos são um emaranhado de decisões arquitetônicas, sociológicas, legislativas e financeiras que exige coordenação e avaliação eficazes de uma infinidade de detalhes complexos e interdependentes.

Desta experiência fica como maior lição a importância de olhar além dos períodos preparatório e de realização dos jogos. Um dos maiores resultados de sediar os jogos deve ser um legado duradouro – explícito ou não – que fica para os participantes, os visitantes e, especialmente, os residentes. Muito do sucesso dos jogos de Londres será medido pelo grau em que novas ideias foram geradas, novas infraestruturas sido criadas e antigas áreas regeneradas.



6

O Futuro nos Jogos: Rio de Janeiro

O planejamento do Rio é o planejamento dos Jogos Olímpicos e o planejamento dos Jogos Olímpicos é o planejamento da cidade.

Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro 2013

E O RIO DE JANEIRO CONTINUA LINDO¹⁹¹ ...

Foi em 1º de janeiro do ano de 1502 que um navegante europeu adentrou pela primeira vez a enseada da Baía de Guanabara. Deparando-se com o exuberante visual das densas matas e dos paredões rochosos cariocas pensou que a baía era, na verdade, um rio que desembocava no mar. Esta foi nomeada de Rio de Janeiro. Cerca de um ano depois, em expedição de Gonçalo Coelho, alguns de seus tripulantes situaram-se próximos a foz do rio e construíram a primeira feitoria do Rio de Janeiro. Desde este pequeno episódio a história da cidade do Rio de Janeiro começa marcada pela geografia natural de seus rios, e seus caminhos, determinados pelas suas águas.

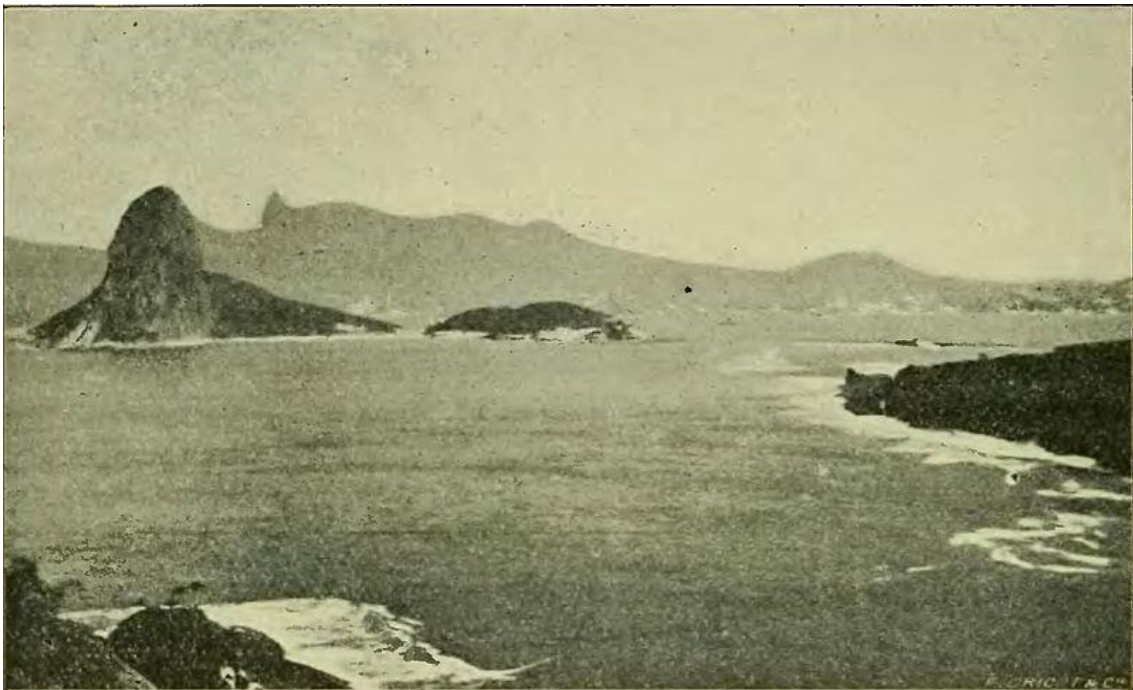


Mapa do Rio de Janeiro, século XVII
Fonte: <http://gaiasustentavel.net/>

¹⁹¹ As fontes deste estudo são: Fernandes, N. Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI), 2008; Leme, M. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965, 1999 e Villaça, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil, 1999.

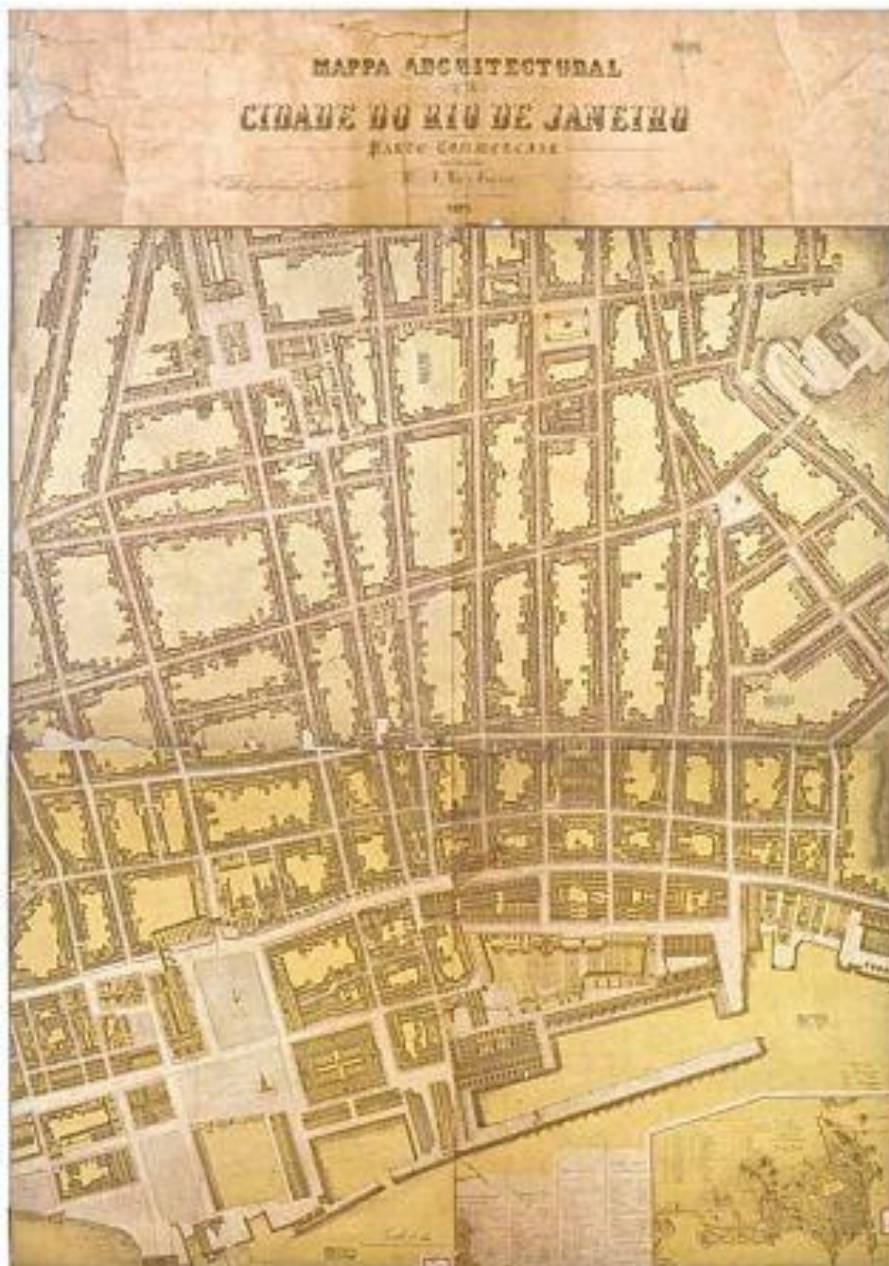
Em 1646 o pedreiro André Tavares foi contratado para construir um cano levando as águas da lagoa de Santo Antônio até a Praça XV. Mas essa medida não foi de todo suficiente para abastecer com água os padres e marinheiros que aportavam na Baía de Guanabara. Ainda no final do século XVII se iniciaria uma das principais obras de abastecimento do centro da cidade e que seria responsável pelo desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. A construção de um aqueduto vindo desde a nascente do rio Carioca, passando por cima do morro do Desterro (atual bairro de Santa Tereza) e descendo sobre os Arcos da Lapa, trouxe água até o Largo da Carioca.

O aqueduto ficou pronto em 1723 e trouxe vida e transformação para o espaço da cidade. As lagoas do centro da cidade, lagoa de Santo Antônio (que abrangia o terreno do Largo da Carioca até onde é hoje o teatro municipal) e lagoa do Boqueirão (localizada onde é hoje o Passeio Público) foram aterradas por questões de saúde. A cidade atravessava um surto de gripe e as lagoas que perderam sua função de abastecedoras fluviais se tornaram apenas focos de reprodução de mosquitos.



Vista da baía de Guanabara, século XVIII
Fonte: <http://gaiasustentavel.net/>

A cidade continua a crescer no entorno das margens dos rios, ao longo das praias e na beira da Baía de Guanabara. Paisagens da onde o Rio de Janeiro vai tomando suas formas. Por aviso do Ministério do Império de 17 de maio de 1874, foi nomeada uma equipe de engenheiros, formada por conceituados e experientes profissionais, como Francisco Pereira Passos (que depois chegou a prefeito da cidade do Rio de Janeiro), Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva, com a finalidade de conceberem um plano de reurbanização e de infraestrutura para a cidade do Rio de Janeiro.



Mapa arquitetural do Rio de Janeiro - 1875
Fonte: <http://www.educacaoemlinha.com.br/>

A equipe propôs, além do alargamento de antigos logradouros, rasgar avenidas, cruzando a antiga área Central da cidade e outras de contorno, para facilitar o trânsito de veículos e ligação desse núcleo com seus bairros periféricos. Para a região dos atuais bairros de Vila Isabel, Andaraí e Tijuca, foi proposta radical urbanização que favorecesse a expansão da cidade no sentido da Zona Norte e, para a Zona Sul, obras nos bairros do Catete, Flamengo, Laranjeiras, Botafogo e da orla de Copacabana até o atual Leblon. Foram projetados ainda um porto sobre o aterro da Baía da Guanabara e uma estação marítima, conectando-o à estrada de ferro D. Pedro II.

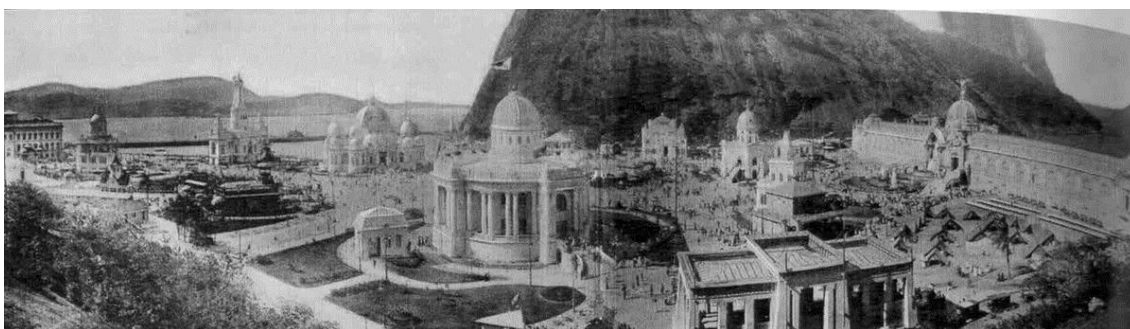
Este Plano de Melhoramentos começou a ser implantado, mas sofreu interrupção em função de sérias e importantes ocorrências políticas e sociais. Em 15 de novembro de 1889, foi Proclamada a República e o fim do regime imperial no Brasil. Os primeiros anos dos governos republicanos foram tumultuados e foram suspensas todas as obras urbanas na cidade do Rio de Janeiro, inclusive o Plano de Melhoramentos. O presidente Rodrigues Alves estabeleceu como compromisso de campanha a reforma radical da cidade do Rio de Janeiro para torná-la higiênica e adequá-la ao mundo moderno. Para realização desse compromisso nomeou o engenheiro Lauro Muller como ministro de Viação e Obras Públicas e o engenheiro Francisco Pereira Passos como prefeito do Rio de Janeiro. Pereira Passos, na função de prefeito pôde, então, aplicar o seu projeto de Melhoramentos.

A cidade do Rio de Janeiro no período 1902 a 1906 transformou-se num gigantesco canteiro de obras e, no final do governo Rodrigues Alves e de sua equipe, tinha se transformado completamente, sendo comparada a uma nova Paris. Com essas obras ficou consagrada a permanência do Rio como capital do Brasil. A primeira metade do século XX pode ser caracterizada como o da demolição de grande parte do patrimônio arquitetônico, urbanístico, histórico e cultural oriundos do período colonial e do século XIX.

Em 1908, a 7ª Exposição Nacional teve como cenário a cidade do Rio de Janeiro, tendo sido realizada na Praia da Saudade, no Bairro da Urca. Para Pereira, a Exposição Nacional de 1908, ao comemorar o

Centenário da Abertura dos Portos, teve a intenção de reforçar a imagem do país no mercado internacional e apresentar essa imagem também para os próprios brasileiros. O Brasil pretendia, nessa época, apresentar-se como um país próximo do capitalismo e desvincular-se de sua imagem colonial. O Rio de Janeiro era o palco propício para firmar essa nova imagem de modernidade e industrialização.¹⁹²

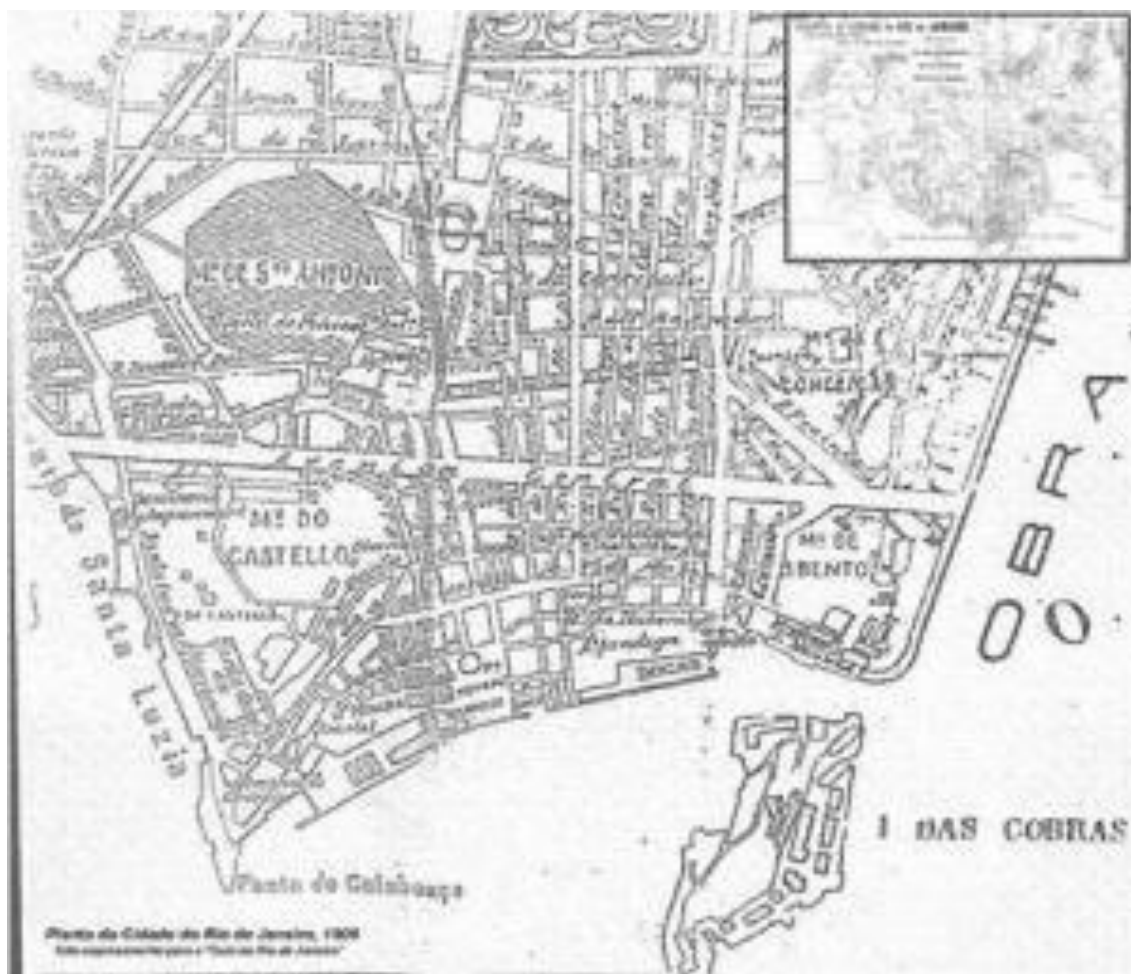
A Porta Monumental, idealizada pelo arquiteto francês René Barba, marcava a entrada principal de acesso do público à exposição. Dando sequência à Porta Monumental, a pequena cidade criada para esse evento apresentava a importância de cada estado. A arquitetura dos edifícios era a vitrine e o reflexo da grandiosidade econômica e social de cada local. A exposição não se restringia apenas em demonstrar diferenciadas formas arquitetônicas em seus edifícios. O intuito era manter uma aproximação do progresso com a sociedade e do Brasil com a modernidade. Não apenas na delimitação física da área do evento, mas também na mudança de valores sociais e econômicos, como readequações de espaços urbanos. Uma nova infraestrutura era criada em torno do local da exposição, com criação de avenidas, planejamento de transportes, serviços públicos, além de uma aceleração nos processos industriais e comerciais.¹⁹³



Vista panorâmica dos pavilhões da Exposição Nacional de 1908
Fonte: Arquivo Histórico do Museu da República

¹⁹² Pereira, 1908, um Brasil em Exposição, 2011, p.31

¹⁹³ Pereira, 1908, um Brasil em Exposição, 2011, p.37 e 38



Mapa do Rio de Janeiro - 1908
Fonte: <http://arquitetandoblog.wordpress.com/>

O ápice desse urbanismo avassalador do patrimônio da cidade do Rio de Janeiro deu-se quando dos preparativos do Centenário da Independência brasileira que, contraditoriamente, para abrir terreno destinado à montagem da Exposição Internacional de 1922, destruiu o Morro do Castelo com suas edificações históricas, berço da criação da urbe carioca. Também nesse ano foi resgatado o projeto dos militares republicanos de transferência da capital brasileira, sendo enviada comissão técnica para demarcar o terreno previsto na Constituição de 1891.

Os planos urbanísticos realizados nas cidades voltaram-se, em sua grande maioria, para o embelezamento e a geração de novas áreas de moradia para a classe média e rica, para as indústrias e o comércio. Pouco se fez para beneficiar as populações pobres que viviam nos núcleos favelados,

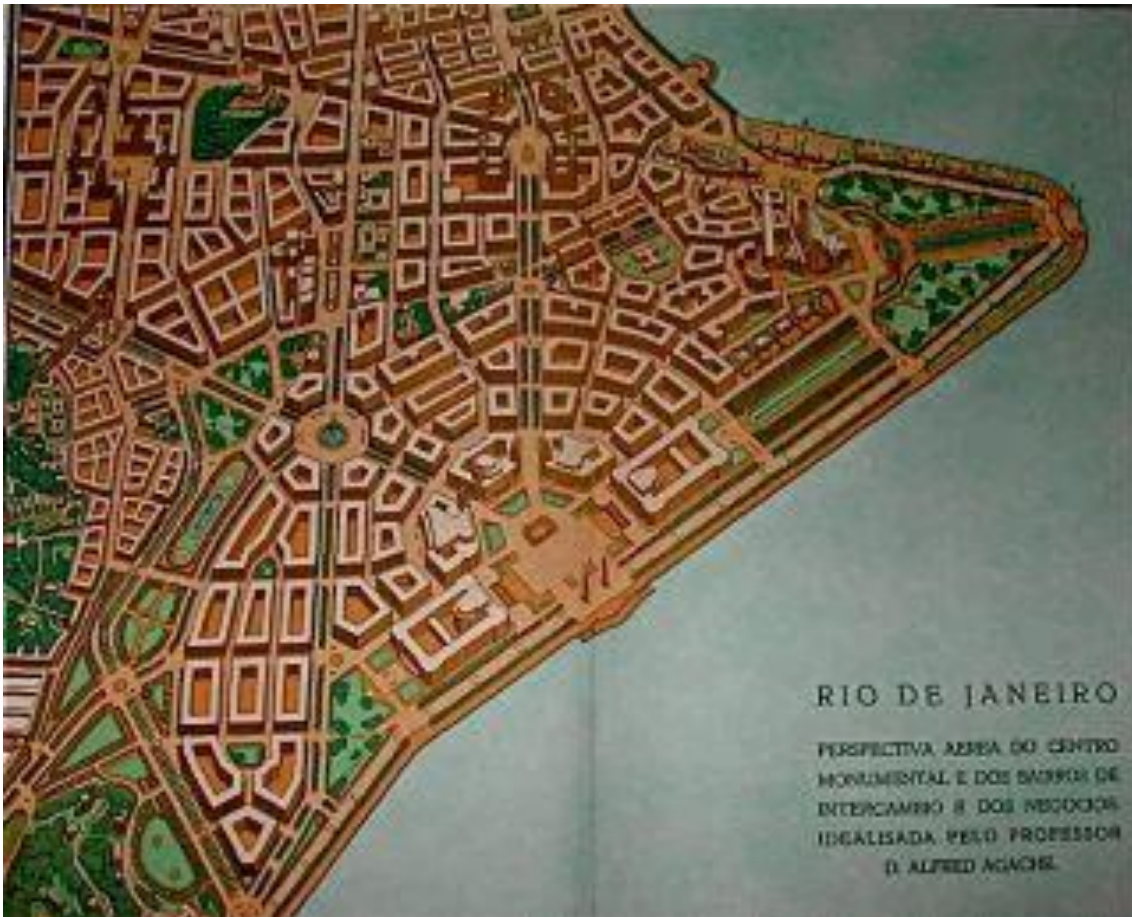
em habitações precárias, em áreas de risco e em loteamentos clandestinos. As cidades brasileiras aprofundaram a imagem das injustiças construídas, historicamente, pelo descaso dos sucessivos governos e de suas discriminatórias políticas social, econômica e cultural, postas a serviço da parcela formada pelos mais aquinhoados.

Os ideários das artes e do urbanismo moderno começavam a chegar ao Brasil, após a Semana de Arte Moderna. Tendo sido nomeado prefeito da cidade do Rio de Janeiro o fazendeiro paulista Antonio da Silva Prado Junior (1926-1930), imbuído de novos conceitos, convidou, em julho de 1927, o arquiteto francês Alfred Agache, secretário geral da Société Française des Urbanistes, para formular um plano de remodelação e embelezamento da cidade.

O Plano de Agache marca uma transição dos planos de embelezamentos, para os “superplanos”, que viriam a ser desenvolvidos nas décadas de 60 e 70. Ele traz também a ideia de cientificismo à elaboração de planos urbanos, como se os problemas da cidade só pudessem ser realizados com o auxílio da ciência e da técnica. Com efeito, uma das características desse plano é o extenso diagnóstico realizado.

Entre os temas tratados no plano estão a remodelação imobiliária, o abastecimento de água, a coleta de esgoto, o combate a inundações e a limpeza pública. É evidenciada a sua intenção de ordenamento da cidade, usando para isso especialmente o zoneamento, e também a legislação urbanística. [...] O principal instrumento de intervenção adotado é o zoneamento, muito utilizado à época. Segundo Leme, o plano é dividido em três partes: a primeira traz um estudo sobre os componentes antropogeográficos do Rio de Janeiro e os grandes problemas sanitários; a segunda pode ser considerada a essência do plano, e define o modelo de cidade ideal e as proposições para alcançá-la; a terceira dedica-se ao saneamento.¹⁹⁴

¹⁹⁴ Leme, M. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965, 1999, p. 362



Perspectiva aérea do Plano de Agache
Fonte: <http://www.educacaoemlinha.com.br/>

A contratação de um arquiteto de prestígio na França vinha ao encontro das aspirações da burguesia e a inspiração em um modelo europeu de cidade desenvolvida. Este trabalho é considerado pelos estudiosos como o primeiro Plano Diretor completo e dentro dos parâmetros do moderno urbanismo internacional. O plano foi pouco aplicado em decorrência da prática política marcada pela descontinuidade.

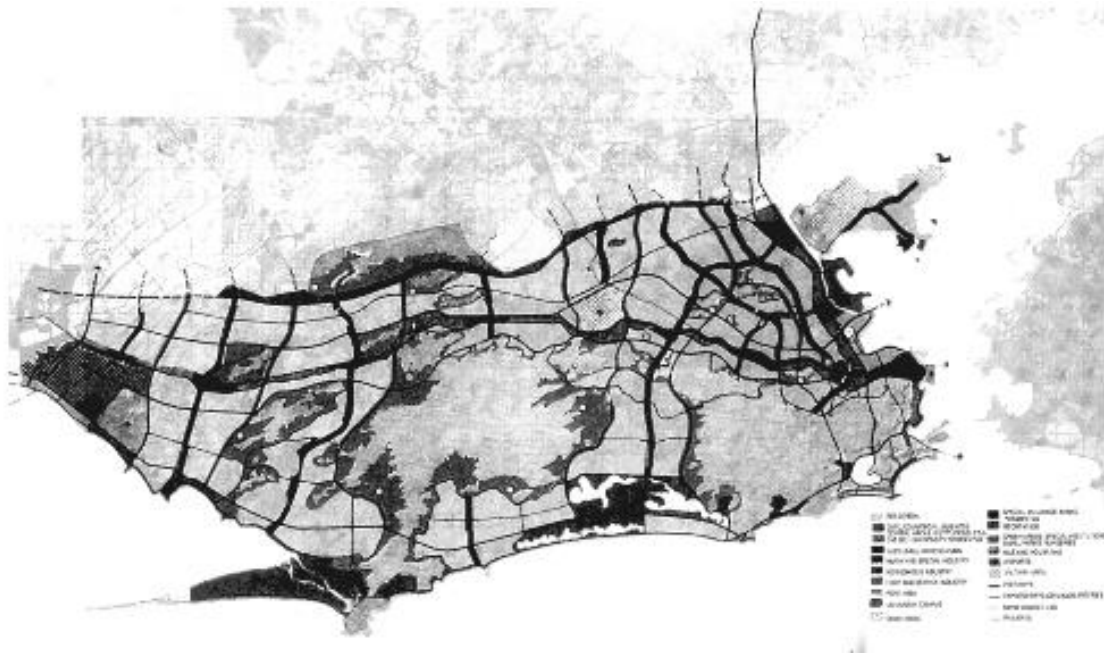
O Rio de Janeiro foi profundamente marcado nos 1940 e 1950 pelos conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, não só pela área construída, pelos bairros e zonas ocupadas, “mas, sobretudo, pelos seus programas inovadores, onde se associavam edifícios de moradia com equipamentos sociais e recreativos, áreas verdes e de lazer”, integrados em sistemas viários e de transportes novos e remodelados, como a eletrificação de parte do sistema ferroviário suburbanos em 1937, ou a construção de modernas rodovias como as avenidas Brasil, e as estradas Rio - São Paulo e

Rio-Belo Horizonte nos anos 40. É surpreendente do ponto de vista dos conceitos de cidade subdesenvolvida constatar que o rodoviarismo no Brasil começou aproximadamente menos de duas décadas depois dos EUA e tenha se antecipado à Inglaterra em mais de uma década.

Primeiro conjunto edificado pelo IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), Realengo foi inaugurado em 1943, com dois mil e trezentos e trinta e quatro unidades residenciais entre casas e apartamentos. Foi dotado de toda infraestrutura, inclusive uma estação de tratamento de esgotos, escola primária para mil e quinhentos alunos, creche, ambulatório médico e dentário, quadra de esportes. Os apartamentos de 30 metros quadrados, com quarto, sala e balcão, dispostos em quatro blocos de quatro andares, exprimem com muita clareza o ideal do modo de vida do operário moderno e de massa.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), em 1960 a capital do Brasil foi transferida para Brasília, tendo a cidade do Rio de Janeiro perdido muitas das suas principais funções ligadas à administração pública. Neste período, o Rio de Janeiro viu as suas vias saturadas, não só pelo aumento do número de veículos em circulação, como também pela concentração de uma população que passava cada vez mais a morar em prédios de apartamentos e a trabalhar em edifícios comerciais.

Para planejar o crescimento da cidade neste novo cenário, foi encomendado o Plano Doxiadis, cujo urbanismo procurava projetar as necessidades futuras da população, em termos de circulação, habitação, trabalho e lazer. Admitindo a utilização do automóvel como meio de transporte individual e o do ônibus como meio de transporte de massa, de modo crescente e irreversível, esse sistema previa 403 quilômetros de vias expressas e mais 517 de vias principais no município do Rio de Janeiro, a ser complementado por 80 quilômetros de linhas de metrô.



Plano diretor para o ano 2000, Plano Doxiadis, 1965
 Fonte: Leme, 1999

Embora o plano jamais tenha sido implementado em sua totalidade, nos anos seguintes diversos governos implementaram partes importantes como a abertura de túneis, a construção de viadutos, a abertura da Linha Lilás e implementação de parte da Linha Verde e, décadas mais tarde, a Linha Vermelha e, posteriormente ainda, a Linha Amarela. No Rio de Janeiro as transformações urbanas pós-modernas foram menos intensas. Uma das mais notadas veio com a ocupação da Barra da Tijuca, a partir do final dos anos 70. Em menos de duas décadas, na fachada costeira de uma baixada de praias, restingas e lagoas foram construídos grandes condomínios de edifícios e de casas para as classes médias e altas, bem como vários *shopping centers*.

A partir de 1970 esta perspectiva e realidade começaram a mudar. Inicia-se um lento projeto de revitalização, cheio de conflitos, contradições e descontinuidades através de tombamentos como o do Morro da Conceição, a criação de grandes áreas de preservação como o Corredor Cultural e, mais recentemente, com os projetos de revitalização do Bairro da Lapa e da zona do porto. Na esteira desta valorização observa-se também a implantação de alguns empreendimentos residenciais e hotéis, indicando que

há um movimento de recuperação desta função na área central para as classes médias, uso que foi praticamente varrido do mapa depois dos anos 50.

A construção da Linha Amarela nos anos 90, uma autopista municipal com pedágio, que por meio de túneis e elevados e atravessa antigas zonas industriais faz a sua ligação direta com o aeroporto internacional, o sistema viário nacional e o centro da cidade, deu à Barra da Tijuca certo grau de conectividade em termos das redes nacionais e internacionais. Deste modo ela está se transformando em um polo de negócios, serviços e residências das classes de alto status na borda de uma megacidade e quase independente dela.

Outro ponto importante são os novos modos de ocupação de zonas industriais erguidas antes e durante o período industrial. São áreas e zonas do miolo metropolitano que estão sendo recicladas e tiveram uma mudança de uso voltada para o comércio e serviços. Um exemplo: por ocasião do Panamericanos de 2007 foi construído um estádio olímpico (Engenhão) para quarenta e cinco mil pessoas no bairro do Engenho de Dentro, em terrenos das Oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil que ali foi instalada na década de 1870 e que é um dos grandes símbolos esquecidos do início da industrialização brasileira.

A transformação das antigas zonas industriais decorre do seu abandono pelo capital e pelo Estado, o que permitiu o desenvolvimento de invasões e a expansão de favelas em bairros industriais e de classes médias que foram entregues à violência do narcotráfico, de milícias privadas e de policiais corruptos, cujas imagens são conhecidas mundialmente e reproduzem as paisagens pós-industriais da ferrugem. Se antes estes grandes reservatórios de força de trabalho que são as favelas atraíam as indústrias, depois de 1980 tal relação se tornou negativa: as empresas se afastam por causa da violência e os empregos diminuindo aumentam os fatores de deterioração destes lugares. Na paisagem nada é mais significativo deste processo que a conversão de prédios e terrenos industriais em novas favelas, como pode se ver em Benfica e na Avenida Brasil.

A PRÁTICA LEVA À PERFEIÇÃO

Em outubro de 2009 o Brasil recebeu com festa a notícia de que era oficialmente a sede das XXXI Olimpíadas, em 2016. Mas esta não é a primeira vez que o Rio de Janeiro é escolhido para organizar um megaevento esportivo na cidade. Suas prévias experiências munem o Comitê Organizador com uma base de conhecimento de extrema relevância para o grande teste: os Jogos Olímpicos de 2016.

A sétima edição dos Jogos Sul-americanos ficou marcada como a primeira experiência da cidade na organização de eventos multiesportivo. Esta experiência foi compartilhada com São Paulo, Curitiba e Belém, e entrou para a História como o maior evento multiesportivo já realizado no continente. Em apenas três meses, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) organizou a competição nas quatro capitais escolhidas, após as desistências de Córdoba, na Argentina, e Bogotá, na Colômbia.

Apesar da dimensão do evento, como o Rio de Janeiro ficou responsável por acolher apenas as competições de esgrima, futsal, judô, taekwondo, remo, tiro, triatlo e vela, instalações já existentes, como o Ginásio do Botafogo, o Ginásio Algodão e o Tijuca Tênis Clube, atendiam as exigências e foram utilizadas, sem a necessidade da construção de novas estruturas.

O desafio de viabilizar os Jogos em apenas 90 dias foi vencido com sobras. O sucesso da empreitada contou valiosos pontos para a vitória da candidatura do Brasil a sede dos Jogos Pan-americanos de 2007, obtida apenas 17 dias após o fim dos Jogos Sul-americanos.

A definição do Rio de Janeiro como sede dos XV Jogos Pan-americanos foi feita em 2002. Nos primeiros anos após a escolha, o momento era de otimismo com a conquista, no caso das mídias localizadas na cidade-sede. O tema ganhou impulso concretamente a partir dos Jogos Olímpicos de Atenas. Com o crescente acompanhamento das Olimpíadas 2004 na mídia, começam a surgir pautas que defendem que o projeto proposto

estava se distanciando da realidade da organização do evento. Fora isso, com o encarecimento do projeto, uma parte das ações sociais foram revistas e algumas adiadas, como o caso das obras do metrô e os projetos ambientais. Seu desenvolvimento será analisado mais detalhadamente adiante.

A escolha do Brasil para sediar os V Jogos Mundiais Militares aconteceu em maio de 2007. O Brasil disputou com a Turquia o direito de sediar os jogos. No julgamento final, a infraestrutura esportiva já estabelecida no Rio de Janeiro para os Jogos Pan-Americanos de 2007, a experiência na realização de grandes eventos e o apoio demonstrado pelas autoridades locais ao projeto foram decisivos para a vitória do Brasil. No Brasil, o organismo responsável pelo esporte militar é a Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB), criada em 1956 e vinculada ao Ministério da Defesa.

Utilizando-se da mesma estrutura do Jogos Pan-americanos de 2007, muitos dos locais de competições dos jogos foram usados neste evento, como o Estádio Olímpico João Havelange e o Complexo Esportivo Deodoro por exemplo onde abrigaram boa parte das competições além de locais de competições em centro militares das três forças. Instalações utilizadas:

- Estádio Olímpico João Havelange: atletismo e futebol
- Centro Esportivo Miécimo da Silva: futebol e judô
- Complexo Esportivo Deodoro: hipismo, tiro, pentatlo moderno, pentatlo militar e pentatlo aeronáutico
- Parque Aquático Maria Lenk: natação
- Maracanãzinho: voleibol
- Praia de Copacabana: voleibol de praia e triatlo
- Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves: boxe
- Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes: pentatlo naval e taekwondo
- Escola Naval: vela
- Centro de Instrução Almirante Graça Aranha: futebol
- Universidade da Força Aérea: pentatlo aeronáutico, futebol e judô
- Estádio São Januário: futebol

- HSBC Arena: basquetebol
- Parque do Flamengo: atletismo (maratona)
- 26° Bda Inf Pqdt: esgrima e pentatlo militar
- Escola de Educação Física do Exército: futebol
- Colégio Militar do Rio de Janeiro: voleibol

Além dos locais de competição no Rio de Janeiro, foram utilizados também o Aeroporto de Resende e a Academia Militar das Agulhas Negras em Resende para o paraquedismo, o Centro de Instrução Avelar do 32º B I Mtz em Paty do Alferes para orientação, a Floresta Nacional Mário Xavier em Seropédica para o pentatlo aeronáutico e orientação e o Estádio Giulite Coutinho, em Mesquita para o futebol.

Os atletas foram alojados em três Vilas militares, que foram construídas em terrenos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica: a Vila Branca, em Campo Grande, a Vila Verde, em Deodoro, e a Vila Azul, no Campo dos Afonsos. As instalações tiveram capacidade para receber até 8.332 atletas, integrantes de comissões técnicas e oficiais dos 110 países aguardados. Após o término das competições, os apartamentos foram destinados à moradia de oficiais e praças das três Forças Armadas. Foram utilizados aproximadamente 106 edifícios com 1.206 apartamentos de três quartos comuns e um reversível. Cada imóvel teve aproximadamente 100m². O orçamento empregado para a construção das três vilas foi de 400 milhões de reais.

Os impactos dos JMM legitimaram a criação de legados que contribuíram para as futuras candidaturas do Brasil para sediar megaeventos esportivos. O Brasil, com base nestes megaeventos consolidados em legados, poderá ser incluído na elite dos países de elevada capacidade de gestão esportiva, quer de natureza militar como civil.

XV Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro 2007

Em um artigo voltado para a análise da cobertura do Rio 2007 seis meses antes do início da competição na *Folha de São Paulo*, um dos temas abordados no período vale ser citado: Em 14 de janeiro, “O testamento do Pan: Legado dos Jogos coloca Rio em xeque”, abordando a falta de dedicação às reformas estruturais.¹⁹⁵

Um projeto para instalações esportivas de um evento do porte dos Jogos Pan-Americanos exige, antes de tudo, o atendimento a uma série de pré-requisitos, regulamentos e orientações de dezenas de instituições nacionais e internacionais. Uma das particularidades desse tipo de projeto é ter que atender a todas essas exigências e demandas para a instalação de grandes eventos temporários internacionais de curta duração e ao mesmo tempo permanecer como um legado capaz de ser viável em termos de manutenção e de gerenciamento.

Sobre as instalações podemos dizer que a complexidade envolvida no planejamento de um megaevento como o PAN 2007 exige atenção prioritária. Alguns membros do CO-RIO, Comitê Organizador do Pan, participaram de programas com as mesmas características do Programa de Observadores Rio 2007, facilitando a implementação do evento. É significativo destacar que apesar do planejamento dessas áreas estar centralizado no CO-RIO, sua operacionalização dependeu, na maior parte, de empresas que realizaram esses serviços em eventos similares. As instalações foram divididas em complexos para facilitar a respectiva gestão e para um pretense “equilíbrio espacial dos investimentos”, mas apesar de distribuídos em quatro áreas, os investimentos foram pontuais, desconsiderando uma visão global do espaço urbano.

¹⁹⁵ Gurgel, A. O papel da mídia na construção do legado dos Jogos Pan-americanos Rio 2007, 2008.

Os investimentos foram alocados, em maior quantidade, nas áreas mais privilegiadas da cidade, ou seja, na Barra da Tijuca e no seu entorno. O projeto do Pan ocorreu com várias ações autoritárias por parte da gestão municipal, como verificado em uma declaração encontrada na página oficial do evento na internet,

o prefeito do Rio, César Maia, e o presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, definiram a concentração do evento na Barra da Tijuca, por tratar-se de uma área plana, com ocupação qualificada, espaços livres e boa malha viária para o tráfego. A capacidade de reunir todas as competições num mesmo perímetro urbano e a possibilidade de concentrar aproximadamente 60% das instalações esportivas e a Vila Pan-americana num raio de apenas 10 km da região nobre da Barra da Tijuca foram alguns dos pontos altos do projeto.¹⁹⁶

Esta escolha dirigida por apenas duas pessoas mostra um “certo viés elitista pode ser encontrado também na declaração acima a partir dos dizeres que afirmam “ocupação qualificada” e “nobre” ao se referirem à Barra da Tijuca”¹⁹⁷ e indica que o projeto não procurou uma abordagem integradora, que buscasse enfrentar os problemas da cidade e que vislumbresse a possibilidade de um desenvolvimento socioespacial como ocorreu em Barcelona. O Pan foi muito mais um projeto de marketing, pois não teve como proposta o desenvolvimento do esporte na cidade, no seu sentido comunitário, socioeducativo, de formação do cidadão, mas basicamente foi utilizado como poderoso discurso a justificar as lucrativas operações urbanístico-empresariais.¹⁹⁸ Assim ficou a distribuição por complexos:

Barra

- Riocentro
- Morro do Outeiro

¹⁹⁶Raeder, S. Jogos e cidades: ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos. 2010, p. 81.

¹⁹⁷ Idem

¹⁹⁸ Mascarenhas, G. Megaeventos Esportivos, Desenvolvimento Urbano e Cidadania, 2007.

- Arena Multiuso
- Parque Aquático
- Velódromo
- Cidade do Rock
- São Conrado
- Clube Marapendi
- Barra Bowling
- Centro de Futebol do Zico

Pão de Açúcar

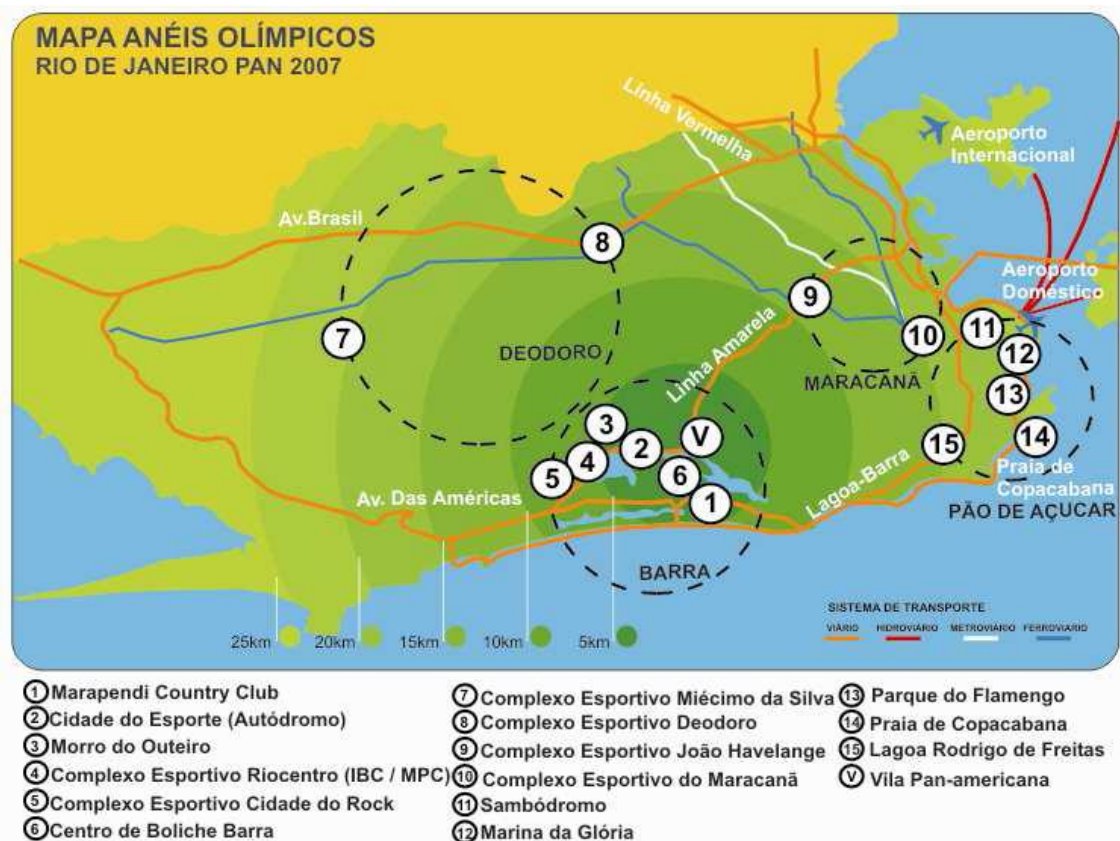
- Marina da Glória
- Arena de Copacabana
- Arena do posto 6
- Parque do Flamengo
- Estádio de Remo da Lagoa
- Clube dos Caiçaras

Maracanã

- Estádio João Havelange
- Estádio do Maracanã
- Ginásio do Maracanãzinho
- Júlio Delamare

Deodoro (centro militar)

- Centro Nacional de Hipismo
- Centro Nacional de Tiro Esportivo
- Centro de Tiro com Arco
- Círculo Militar Deodoro
- Centro de Hóquei sobre a Grama
- Estádio do Complexo Miécimo da Silva
- Ginásio do Complexo Miécimo da Silva



Mapa de localização das instalações do Pan-americano do Rio de Janeiro, onde se nota que a maior concentração de estruturas está no complexo da Barra da Tijuca
Fonte: Vitruvius

Os projetos de construção das instalações permanentes e temporárias e de reforma foram feitos por arquitetos brasileiros. Estas atenderam às especificações das confederações internacionais com o intuito de garantir sua utilização não só nos XV Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro como também em outras competições de grande porte. Também foram pretensamente atendidos os critérios de acessibilidade. Todas as instalações foram entregues em tempo para os Jogos, mas algumas não receberam eventos-teste como previa o projeto. Ressalta-se que o atraso nas obras, causado pela dependência no poder público, impossibilitava a resolução imediata de problemas observados pelo CO-RIO, como a modificação do projeto para atender regras oficiais. Neste contexto, o projeto inicial foi modificado buscando aproximar as instalações aos padrões olímpicos extrapolando o gasto inicialmente previsto.

Outro ponto quanto às instalações consiste na respectiva gestão delas como legados com o fim dos Jogos. Segundo os organizadores, algumas das instalações seriam concedidas à iniciativa privada (como o Riocentro), outras seriam de responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro (como o Parque Aquático Maria Lenk), e outros ainda seriam cedidos às confederações (velódromo). Entretanto, não se relatou sobre garantias de tais responsabilidades por parte de seus receptores.

Em suma, o resultado dos Jogos foi considerado um sucesso pelo presidente da Organização Desportiva Pan-Americana (ODEPA) Mario Vásquez Raña, apesar de problemas então classificados como menores (como danos nas instalações causados pelo vento forte). Mas, ainda que os Jogos tenham sido considerados bem sucedidos, muitas das etapas do processo foram feitas às pressas. Os atrasos nas construções e no processo de liberação de verbas geraram um “efeito-cascata” sobre outras etapas do projeto. Com menos tempo para realização de algumas etapas, os custos aumentaram.

Outro fator que provocou aumento nos custos previstos foi a modificação do projeto inicial. O país vem se preparando para receber os Jogos Olímpicos desde o início dos anos 1990. E desde a realização dos Jogos Sul-Americanos do início da década de 2000 já se discutia a possibilidade do país sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Assim, o CO-RIO, juntamente com os governos federal, estadual e municipal, optou por modificar o projeto original, ajustando-o ao padrão olímpico, de modo que pudesse ser utilizado na candidatura da cidade do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2016. Ainda assim, a maior parte das instalações precisaria ser modificada antes das Olimpíadas para eventuais ajustes.

Além de instalações esportivas adequadas, foi construída a Vila Pan-Americana. Projetada para abrigar dois mil apartamentos, teve problemas para captar a receita necessária para as obras e teve apenas 1.480 residências. Após o Pan, a Vila foi transformada em um centro residencial, tendo a maioria dos apartamentos sido vendida antes mesmo da realização do evento. A locação da Vila Pan-americana na Barra da Tijuca e financiada com

recursos públicos ilustra a natureza neoliberal do projeto: pelo critério mercadológico de escolha da localidade, pelo empreendimento privado, pelo uso de recurso público, pela tipologia arquitetônica destinada às classes média e média-alta (apartamentos de 1 a 4 quartos, com suíte, garagem etc.). Segundo Mascarenhas, “a vila foi edificada em área próxima às margens da Lagoa de Jacarepaguá, sob solo predominantemente hidromórfico, isto é, com características de elevada umidade subterrânea. Por este motivo, as fundações da referida construção atingem a profundidade de quase trinta metros. Trata-se portanto de local mais adequado a usos leves, como parques, dadas suas condições naturais. O uso habitacional impôs o encarecimento da intervenção”.¹⁹⁹

Uma pesquisa realizada sobre o processo de valorização fundiária na Vila Olímpica e em seu entorno, considerou uma Área de Influência Direta do Pan-2007, e revelou que houve uma valorização constante nos últimos 10 anos dos preços imobiliários dos apartamentos residenciais – principais produtos ofertados na região, valorização esta que tem se mantido constante e que se inicia muito antes do anúncio, em 2004, da vitória da candidatura do Rio de Janeiro. Mesmo considerando as diversas possibilidades de variação da área útil e dos tipos de produtos imobiliários ao longo do tempo, os dados coletados apontam para uma inequívoca alteração da inserção da área de influência do Pan-2007 na divisão econômica e social do espaço carioca que se reflete na alteração dos preços relativos apresentados.²⁰⁰

Não é possível, contudo, relacionar diretamente a evolução dos preços no período de 2004 a 2006 à vitória da candidatura do Rio ao PAN 2007. Embora a Vila Olímpica possa vir a colaborar para o deslocamento da dinâmica de expansão da Barra para as áreas ainda vazias do setor sul do bairro de Jacarepaguá, a quantidade de vetores que contribuem para conformação da dinâmica da área tornam difícil determinar

¹⁹⁹ Mascarenhas, G. *Megaeventos Esportivos, Desenvolvimento Urbano e Cidadania*, 2007.

²⁰⁰ Bienenstein e Sanchez. *Estudo de caso: Jogos Pan-americanos 2007 - Rio de Janeiro*, 2006.

com exatidão em que medida a Vila contribui para a transformação do uso do solo na região.²⁰¹

Dentro de uma premissa multidimensional (que considera as dimensões política, institucional, simbólica, arquitetônico-urbanística, fundiária, socioambiental e econômico-financeira) as intervenções realizadas para o Pan-Americano de 2007 mostraram-se pontuais e fragmentárias, sem apresentar uma visão global do espaço urbano nem a pretensão de reestruturá-lo com algum objetivo.²⁰²

Se considerarmos o plano urbanístico original apresentado para os Jogos mostrava a distribuição das obras em quatro áreas ou anéis conectados por grandes estruturas viárias e modalidades massivas de transporte, pode-se afirmar que o projeto do Pan 2007 foi reduzido. A concentração da maior parte dos equipamentos destinados ao evento na Barra da Tijuca e a adoção das parcerias com o setor privado, notadamente por meio das concessões de uso de equipamentos públicos do município, além de reforçar a tendência de um tipo de urbanismo calcado nos grandes projetos, põe por terra o argumento da justiça distributiva oriunda da iniciativa.²⁰³

Um caso emblemático de legado negativo dos Jogos Pan-americanos para a cidade é o processo de privatização do Parque do Flamengo, consolidado através do projeto de ampliação da Marina da Glória. O local, que sediou as provas de canoagem no evento, utilizou instalações provisórias – parte delas herdadas de um evento de moda. A Marina, que era gerenciada pela prefeitura do Rio de Janeiro, passou para o controle da Empresa Brasileira de Terraplanagem e Engenharia (EBTE) em 1995, para uso das instalações, da exploração dos serviços com finalidade comercial, da gestão administrativa e da “revitalização” do complexo Marina da Glória.

²⁰¹Bienenstein e Sanchez. Estudo de caso: Jogos Pan-americanos 2007 - Rio de Janeiro, 2006.

²⁰² Mascarenhas, Sánchez e Bienenstein. O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades, 2011. p. 119

²⁰³Bienenstein e Sanchez. Estudo de caso: Jogos Pan-americanos 2007 - Rio de Janeiro, 2006.

À época de preparação para os Jogos, a concessionária planejava construir um novo quebra-mar, uma passarela e uma garagem náutica (desnecessária para as competições), mas as obras foram proibidas pelo Iphan. Após a insistência da EBTE e guerra de liminares, as obras foram iniciadas. Porém, em 2006, por determinação judicial, as reformas na Marina foram embargadas, restando apenas rastros de abandono. O Ministério Público também anunciou que iria prosseguir com as investigações e que os responsáveis pelas construções indevidas teriam que responder civil e criminalmente.



Estacas abandonadas na enseada da Glória pela EBTE, resultado da obra embargada.
Fonte: Mascarenhas, 2008.

Em 2013, a partir do recurso do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, a Justiça determinou à construtora EBTE a demolição das obras já realizadas para uma garagem de barcos na Marina da Glória para restabelecer a paisagem e a estrutura natural da região, tombada pela União e pelo município. O Iphan embargara as obras, mas pilares de concreto, tapumes e outras construções permanecem no local. As obras, que se alegavam úteis

para os Jogos Pan-Americanos 2007, não tinham autorização do Iphan e a liminar permitindo a construção perdera a validade. Além disso, a área usada para as obras da garagem não foi cedida ao município nem à EBTE, pois não consta nos contratos de cessão e de concessão firmados com a União em 1977 e 1996. Ainda que o projeto que a EBTE e o município querem executar se localizasse na área cedida ao município, ele não poderia conter qualquer ampliação das instalações denominadas Complexo Marina - Rio, especificadas na planta apresentada no requerimento de cessão²⁰⁴.

Este é um exemplo de intervenção que, apesar de desrespeitar as legislações ambiental e urbana, contava com o respaldo do governo urbano. Desta forma, a organização do Pan 2007 expressa a natureza 'empreendedorista' do modelo de gestão urbana em curso, ao articular em torno de si um conjunto de interesses privados com amplo apoio do poder público, conformando um projeto de intervenção urbanística que, muito mais que se preocupar com a viabilidade do evento, voltou-se para a realização de grandes negócios.²⁰⁵

Os Jogos Pan-americanos de 2007, dentro do conceito de megaeventos, possuem uma escala reduzida em relação à sua dimensão física, gerencial e aos impactos na cidade. Deste modo, o projeto olímpico de 2016 utiliza como alicerce a estrutura utilizada durante Pan 2007, porém, com adaptações aos projetos e ampliando de sobremaneira a sua escala. Deve-se atentar para que intervenções como as da Marina não se repitam com o planejamento das Olimpíadas. Deve-se cobrar do poder público o cumprimento de ações que estejam dentro da lei e beneficiem a população, deixando de lado os interesses particulares de uma minoria, pois os Jogos acabam, mas a cidade fica.

²⁰⁴ Ministério Público Federal. 'MPF/RJ consegue demolição de obras na Marina da Glória'. Notícia divulgada na página eletrônica do MPF <<http://noticias.pgr.mpf.mp.br/>> em 06/06/13.

²⁰⁵ Mascarenhas e Borges. Entre o empreendedorismo e a gestão democrática, 2008, p.21-22

O GRANDE TESTE: AS XXXI OLIMPIADAS

Valendo-se dos eventos realizados nos últimos anos, o Rio de Janeiro entrou novamente na disputa para sediar os Jogos Olímpicos. As candidaturas anteriores, para os Jogos de 1936, 2004 e 2012, não o deixaram sequer entre os três primeiros na disputa. Desta vez, tomando os Jogos de Barcelona como exemplo, foi apresentado um projeto mais completo, colocando as chances à seu favor.

O projeto de candidatura aos Jogos Olímpicos de 2004 apresentava uma concepção de cidade muito diferente da que foi implementada em 2007, para os Jogos Pan-americanos, e mais ainda da que está sendo implementada para os Jogos de 2016. Mascarenhas afirma que as perspectivas de intervenção urbanística estavam pautadas “na redistribuição espacial dos equipamentos, no aproveitamento racional dos recursos e da infraestrutura existente e na revitalização de áreas em obsolescência”. O projeto original para 2004 previa como sítio principal de implantação das instalações esportivas e da Vila Olímpica a Ilha do Fundão. Este local é habitado principalmente por populações de baixa renda e carente de espaços públicos esportivos e de recreação. Mascarenhas também ressalta que o uso de terrenos públicos ociosos reduziria o custo total do evento e evitaria desapropriações onerosas.²⁰⁶

É necessário salientar que qualquer projeto de desenvolvimento que vise realmente produzir uma melhor qualidade de vida para os cidadãos deve não se restringir ao local, nacional ou global, precisamos pensar nas interações espaciais, só é possível haver desenvolvimento na escala local, se houver nas outras escalas.²⁰⁷

²⁰⁶ Mascarenhas, Sánchez e Bienenstein. O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades, 2011. p. 41-56

²⁰⁷ Mascarenhas e Borges. Entre o empreendedorismo e a gestão democrática, 2008, p.10

Como já mencionado, o projeto utilizado para os Jogos Pan-americanos foi a base para o projeto olímpico. Novamente é apresentada a proposta dos quatro anéis olímpicos: Barra (Barra da Tijuca e Jacarepaguá), Deodoro (centro militar), Maracanã (Maracanã, Engenho de Dentro, Cidade Nova e Zona Portuária) e Copacabana (Copacabana, Flamengo, Glória e Lagoa). O Plano Geral Urbanístico do Parque Olímpico Rio 2016, coordenado pela Empresa Olímpica Municipal em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Desenvolvido pela consultoria inglesa AECOM, o projeto define como serão ocupados os espaços públicos, praças e parques, além da disposição das instalações permanentes e temporárias e dos futuros empreendimentos imobiliários a serem construídos na área.



Mapa de localização das instalações dos Jogos Olímpicos do Rio em 2016
Fonte: www.rio2016.com

A estratégia de dividir as instalações em complexos pretendeu distribuir os benefícios diretos e indiretos dos jogos entre todos os habitantes do Rio de Janeiro, através da construção de instalações e melhorias a partir de uma rede de infraestrutura existente. Enquanto o complexo de

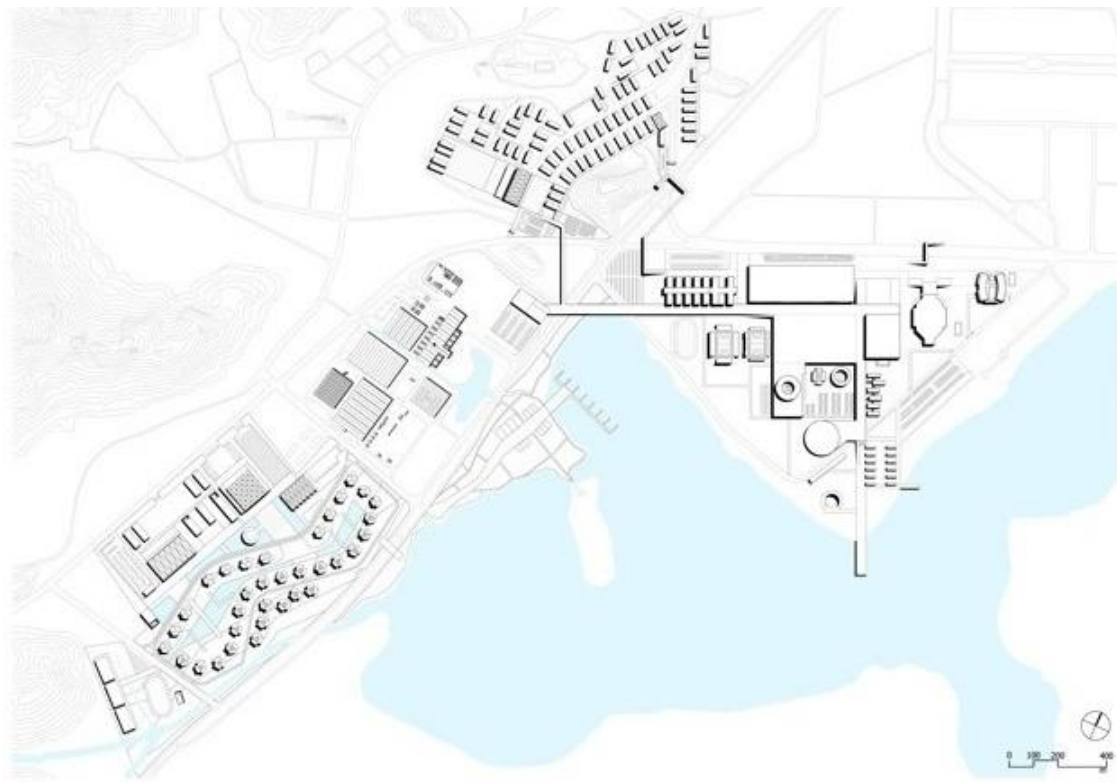
Copacabana receberá principalmente a montagem de estruturas temporárias, os complexos de Deodoro e Maracanã terão suas instalações existentes complementadas e a Barra concentrará a maioria das novas instalações que precisarão ser construídas ou adaptadas.



Mapa do Parque Olímpico com cenário no modo Jogos 2016
Fonte: www.rio2016.com

Desta forma, começamos pelo complexo da Barra, o principal projeto da candidatura (que abrigará 13 modalidades esportivas). O Parque Olímpico do Rio foi planejado em terreno triangular de aproximadamente 1.000.000m², nas margens da Lagoa de Marapendi, com sua base junto à Av. Abelardo Bueno. Atualmente a área abriga o Autódromo de Jacarepaguá, além da Arena Olímpica, o Centro Aquático Maria Lenk e o Velódromo Olímpico do Rio, instalações construídas para os Jogos Pan-americanos de 2007. A ideia do plano diretor é tratar a implantação como se fosse um "Campus", onde as diversas instalações seriam conectadas e integradas através de um paisagismo intensivo da área em todos os níveis. Essa estratégia de 'desnívelamento funcional', separando o fluxo de público

pagante do fluxo de credenciados e operações em geral, foi tida pelos projetistas como fundamental. Essa malha de circulação e praças seria uma imensa área reservada totalmente ao público pedestre, uma urbanização suspensa (tratada paisagisticamente) que integraria todas as instalações, livre da interferência dos fluxos operacionais e dos acessos de veículos. Tem-se então um Parque Olímpico desenhado como se fosse uma coisa só. Suas partes individuais são interligadas em um único “sistema” que se estende por toda a superfície do parque, com o paisagismo suspenso se tornando utilizável por baixo, permitindo vários programas com possibilidade de usos isolados ou em conjunto.



Complexo da Barra
Fonte: Vitruvius

A Vila Olímpica, segundo a página oficial dos Jogos Rio 2016™, é um projeto residencial de ‘alta qualidade na região que mais cresce na cidade’, a Barra da Tijuca, o ‘coração dos Jogos’. Assim está descrito porque dentre as quatro áreas planejadas, a Barra é a que possuirá a maior quantidade de instalações. Imediatamente ao lado da Vila, os Núcleos do

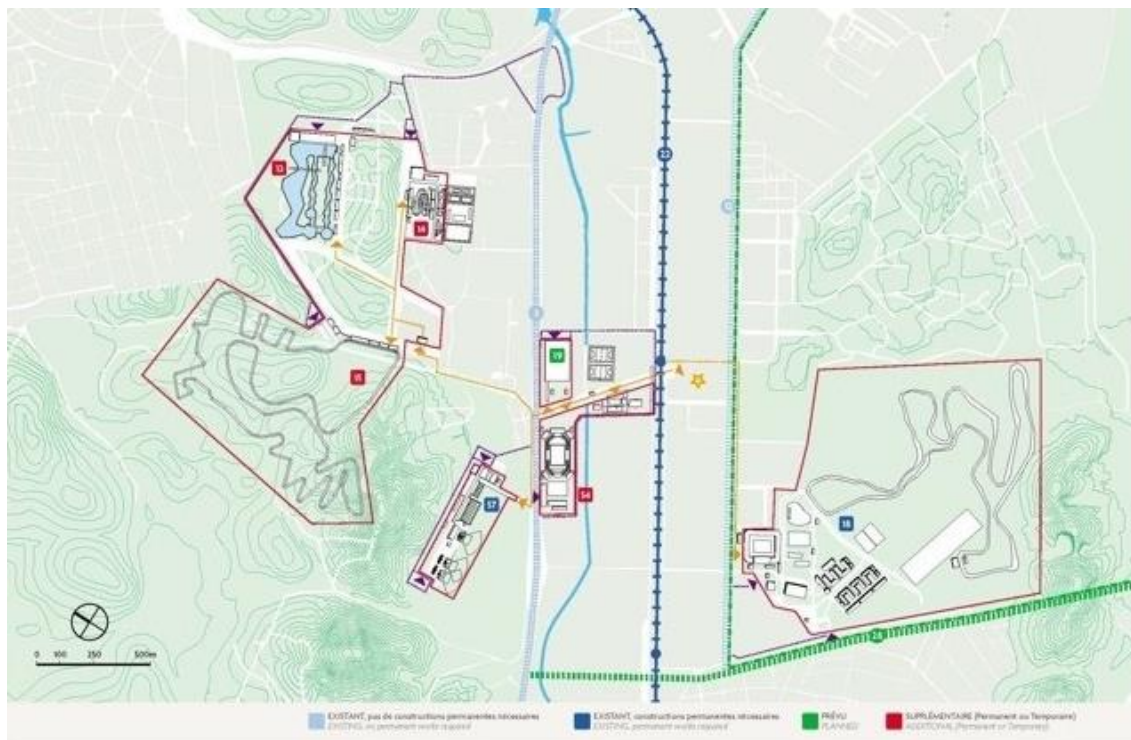
Parque Olímpico do Rio e do Riocentro, poderão ser alcançados à pé. Esta área também terá uma área de convivência e apoio dos atletas da Vila Olímpica (OLV). Haverá ainda uma área de treinamento muito próxima da Vila com infraestrutura para 11 esportes Olímpicos e 8 esportes Paraolímpicos. O terreno da Vila Olímpica é de propriedade da Carvalho Hosken, a construtora que assumiu a responsabilidade pela construção da Vila. Após a realização dos Jogos, a Vila Olímpica será transformada em um empreendimento residencial privado.



Vila Olímpica, com projetos de alto padrão, a despeito de habitações para posterior uso social
Fonte: www.rio2016.com

Para o complexo de Deodoro foram projetados o X-Parque, um “Parque de Esportes Radicais” que inclui o Centro Olímpico de Ciclismo, o Centro Olímpico de Canoagem/Caiaque Slalom e o Centro Olímpico de Mountain Bike. O Complexo Esportivo da Vila Militar de Deodoro foi projetado para os Jogos Pan-Americanos de 2007 e, considerando a possibilidade dos Jogos de 2016, já tinham sua ampliação planejada e necessitam apenas de alguns ajustes. Como complementos apenas o projeto

de uma nova instalação para a Esgrima (Arena de Deodoro) e algumas instalações temporárias.



Complexo Deodoro – Mapa do X Parque
Fonte: Vitruvius

Já o complexo de Copacabana terá principalmente estruturas temporárias (arquibancadas, tendas, containeres e decks) para os esportes ao ar livre que. Foram elaboradas apenas a apresentação geral e algumas instalações temporárias especiais. E por fim, o complexo do Maracanã, que tem principalmente instalações existentes que precisam ser complementadas ou melhoradas: o icônico e histórico Estádio Maracanã (Futebol, MAR) e seu Ginásio Maracanãzinho (Vôlei, MNZ), o Sambódromo (Tiro com Arco e final da Maratona) de Oscar Niemeyer e o recente Estádio Olímpico João Havelange (Atletismo).

Uma das intervenções ligadas aos Jogos e que terão maior impacto no espaço urbano do Rio de Janeiro é o Porto Maravilha, um projeto de regeneração da zona portuária que deve ser mais bem analisado.

Operação Urbana Porto Maravilha

A Operação Urbana Porto Maravilha é uma das mais ambiciosas intervenções realizadas no Rio de Janeiro. A área do Porto Maravilha como é conhecida hoje foi criada como porto de carga em uma área de aterro na baía de Guanabara feito durante a gestão de Pereira Passos em 1906. Porém, com a modernização da indústria naval, a extensão do porto da Praça Mauá À Av. Francisco Bicalho se tornou obsoleta. Devido à isso, durante a segunda metade do século XX deteriorou-se progressivamente, sem receber melhorias em mais de 30 anos. O estado de abandono da área merecia atenção especial e um processo de revitalização era urgente.



Área de aterro criada durante a gestão de Pereira Passos
Fonte: CDURP

Desde os anos 1970, vários prefeitos do Rio de Janeiro viram a situação de degradação da área e fizeram tentativas de revitalização, porém esbarravam em barreiras como o título de terra (dividido entre público e privado), a falta de alinhamento político entre as três esferas do governo e o financiamento. Em 2006, foi solicitado, pela prefeitura do Rio, um estudo de viabilidade de intervenções da área do Porto. Em novembro de 2009, a prefeitura tinha aprovado a legislação que acatava o Plano Diretor do Porto Maravilha e autorizado a venda de CEPAC para financiar as melhorias de infraestrutura. A área de aproximadamente 5 milhões de m² na zona portuária, limitada pelas Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco, e Francisco Bicalho, possui um grande potencial de revitalização. Esta parte dos bairros da Saúde, da Gamboa e do Santo Cristo poderá atender as crescentes demandas por construção de prédios corporativos, comerciais e habitacionais.

A Lei Municipal nº 101/2009 criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro, cuja finalidade é promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando a melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área.



Delimitação da Área Especial de Interesse Urbanístico
Fonte: CDURP

A área de intervenção foi dividida em setores e sub-setores, conforme mapa abaixo, com a finalidade de estabelecer parâmetros urbanísticos, conforme determinado na LM 101/2009.



Setores e sub-setores da área de intervenção
Fonte: CDURP

A zona portuária possui vários armazéns industriais que estão vagos ou subutilizados e em vários estados de degradação, bem como vastas extensões de pátios ferroviários abandonados. Ao tornar esta área mais segura, fornecendo serviços básicos e introdução de instalações de qualidade, a prefeitura do Rio estará tomando partido de uma tremenda oportunidade de renovação urbana.

O plano diretor do Porto Maravilha inclui rezonamento para uso misto, habitação e comercial. Quase a metade da área do Porto Maravilha foi designada para o desenvolvimento residencial. No final oeste do Porto Maravilha, em uma área de pátios ferroviários, existem 8.000 unidades de habitação de classe média planejadas. As moradias serão pré-vendidas aos ocupantes, mas serão primeiramente utilizadas para a vila de mídia para as Olimpíadas de 2016. Há também um novo hotel de luxo planejado. A maioria das incorporadoras imobiliárias que estudam a área do porto, neste ponto está

interessada principalmente no desenvolvimento de edifícios de escritórios comerciais.

Os primeiros componentes da reurbanização Porto Maravilha são a extensa reestruturação do subsolo e embelezamento geral de ruas e espaços públicos em toda a área urbana. As obras públicas programadas para Porto Maravilha incluem a melhoria de aproximadamente 70 quilômetros de estradas e ruas, incluindo pavimentação, drenagem calçadas, sinalização viária, iluminação pública, árvores e floreiras, novos espaços públicos abertos e ciclovias. A construção de vários novos túneis e à realocação de grandes vias de tráfego permitiu a remoção da estrutura de via expressa elevada existente ao longo da orla entre o Arsenal da Marinha e Morro da Saúde, o elevado da Perimetral. Isto irá facilitar a criação de parques públicos e passeios pedestres, transformando a paisagem física da beira-mar de forma dramática, especialmente na área da Praça Mauá.



Avenida Rodrigues Alves antes da demolição do elevado
Fonte: CDURP



Projeto de reurbanização da Avenida Rodrigues Alves
Fonte: CDURP

A remoção da estrutura de via expressa ao longo da Av. Rodrigues Alves irá permitir a recuperação significativa da paisagem natural, melhoria das condições ambientais e da criação de parques públicos atraentes, passeios públicos e ciclovias sobre o túnel. A peça central desses esforços será o embelezamento da Praça Mauá. Adjacente à Praça Mauá, a conexão rua superfície existente de Rio Branco para a Av. Rodrigues Alves serão realocadas para permitir o acesso ininterrupto de pedestres à beira-mar, ao novo Museu do Amanhã localizado no Píer Mauá, e vários novos terminais de navios de cruzeiro.

O plano diretor também inclui uma série de novos parques arborizados, áreas de passeio e cinturões verdes em vários locais da área do porto. Ciclovias ligarão a área com São Cristóvão para o oeste e irá criar uma conexão até o Leblon na Zona Sul, através do Museu de Arte. Um novo parque beira-mar vai ligar a Praça Mauá à Praça XV. Atualmente, a área do porto é

relativamente desprovida de áreas verdes e assim a expansão de parques e corredores verdes será um reforço importante.



Mapa da área de parques e corredores verdes
Fonte: CDURP

Outro importante componente da remodelação do Porto Maravilha é a criação de Zonas de Uso Misto: Residencial, comercial, serviços e industrial leve. Estas zonas são destinadas para acolher um amplo espectro de situações socioeconômicas e incentivar um ambiente urbano ativo 24 horas por dia. A revitalização do Porto Maravilha vai ajudar a preparar o Rio para receber visitantes de todo o mundo que chegam para os megaeventos de 2014 e 2016. As intervenções planejadas em preparação para a Copa do Mundo de 2014 incluem a construção de novos terminais de navios de cruzeiro no porto do Rio de Janeiro. As intervenções previstas para os Jogos Olímpicos de 2016 incluem a construção da Vila de Mídia, da Vila dos juízes, do Centro de Mídia não-oficial e do Centro Operacional de Tecnologia. Enfim, os principais impactos esperados pela equipe de planejamento são:

- Aumento da população de 22 mil para 100 mil habitantes em 10 anos;
- Aumento da área verde de 2,46 % para 10,96%;
- Aumento de 50% na capacidade de fluxo de tráfego na região;

- Redução da poluição do ar e sonora, com a retirada da Perimetral e a redução do transporte pesado na região;
- Aumento da permeabilidade do solo;
- Aumento e melhoria da qualidade da oferta de serviços públicos;
- Transformação da região em referência para a cidade.

Em resumo, este é o maior projeto de regeneração em curso no Rio de Janeiro nas últimas décadas. O caso do Porto Maravilha já está com um adiantado grau de desenvolvimento de planos, projetos e obras em curso, tem todo o potencial para se configurar como um dos maiores casos de requalificação urbana no Brasil, e, se levado a cabo o que se pretende, colocar-se ao lado do caso pioneiro de Barcelona 92 como escala de abrangência e integralidade referenciais. Porém, surgem os receios de “elitização” do território pela sua inequívoca valorização, cuja solução pode ser a criação de medidas mitigadoras que assegurem graus de inclusão social, e o medo da destruição dos enormes patrimônios histórico, cultural e arqueológico ali presentes.

Mais uma amostra da grandeza de investimentos na área do porto é a construção das torres Trump. O megaprojeto que promete erguer cinco torres de 38 andares e 150 metros de altura cada, deve mudar radicalmente a paisagem e o comércio da até então decadente avenida Francisco Bicalho, em frente à estação ferroviária Barão de Mauá. Apesar de não ter o valor dos investimentos revelado, estima-se que o valor geral de vendas (VGV), caso as cinco torres sejam de fato construídas, fique entre R\$ 5 e 6 bilhões.

Este empreendimento ratificar o comercialismo e corporativismo atraídos pela realização dos Jogos. No lugar onde poderiam ser desenvolvidas moradias sociais e outros investimentos em prol da comunidade, há o imenso investimento em uma área que será revitalizada para que possua cada vez mais potencial para geração de lucro.



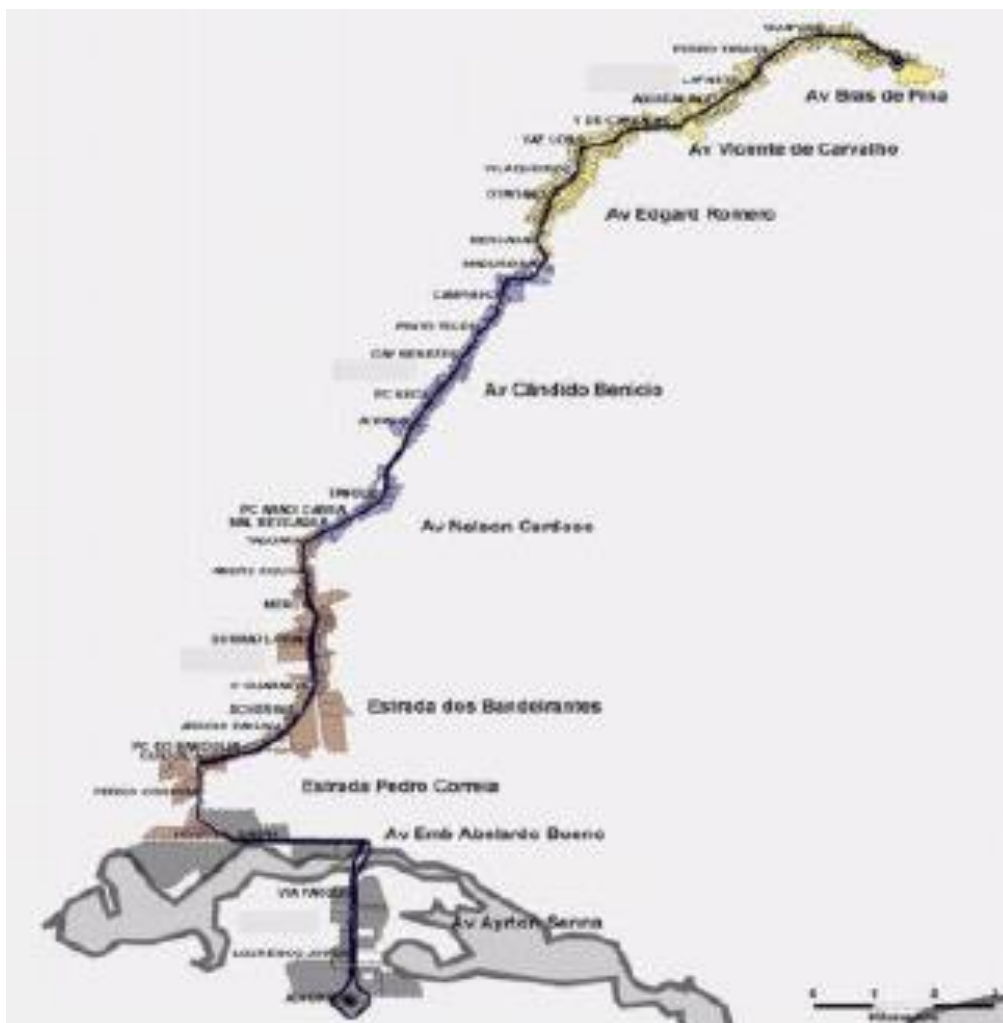
Previsão de implantação das Torres Trump na área do Porto Maravilha. É notável o impacto do empreendimento sobre a paisagem da região.
Fonte: <http://economia.ig.com.br/2012-12-18/>

Outras intervenções de grande impacto na estrutura urbana da cidade e de grande impacto social, uma vez que afetação as comunidades da área, são os três principais ramais de transporte viário previstos no pacote de obras:

- O corredor Transoeste, que é uma via expressa que une os bairros da Barra da Tijuca até Santa Cruz, todos situados na Zona Oeste da cidade. Com 32 quilômetros de extensão e 30 estações de ônibus BRT (Bus Rapid Transit), o projeto da via teve por princípio reduzir pela metade o tempo médio estimado entre os seus extremos. A obra contemplou a abertura do Túnel da Grota Funda, dentre os melhoramentos de infraestrutura urbana;
- O eixo viário da Transolímpica perfaz a ligação entre os principais centros de competição dos Jogos Olímpicos: a Barra e Deodoro. O corredor conta com 23 quilômetros de extensão, sendo composto por viadutos, pontes e passagens subterrâneas (“mergulhões”). Dotado por quatro faixas de rolamento em ambas as direções, sendo três para

veículos e outra para o já descrito BRT, o mesmo permitirá integração com a rede de transporte público da cidade;

- A Transcarioca é um corredor expresso exclusivo para ônibus articulados, que permitirá a ligação do bairro da Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), situado na Ilha do Governador. O eixo cortará bairros do subúrbio carioca, tais como Penha e Madureira e a estimativa dos técnicos é de que a via deverá reduzir em 60% o tempo de trajeto entre os seus extremos. No total, o Transcarioca terá 39 quilômetros de extensão, 45 estações e quatro terminais para o embarque e desembarque. As obras englobam quatro passagens subterrâneas, dez viadutos, nove pontes, assim como projetos de urbanização de áreas circunvizinhas ao corredor e duplicação de ruas preexistentes.



Mapa do trajeto da Transcarioca e suas estações de BRT
Fonte: Jornal O Globo

Com isso, é possível ter noção da dimensão deste projeto e imaginar as consequências que provocará e, embora controverso e irreversível, o desenvolvimento urbano é uma realidade e se mal planejado pode ter um custo muito alto para a população.

PLANO DE LEGADO URBANO E AMBIENTAL RIO 2016™

O Plano de Legado Urbano e Ambiental Rio 2016 é um documento produzido pelo Comitê Especial do Legado Urbano (CELU), constituído por decreto nº 29.398/08, sob coordenação da Gerência de Macro planejamento (GMP), da Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano (CGPU). Além da SMU, outros órgãos municipais integram o Comitê.

A elaboração do Plano de Legado Urbano e Ambiental Rio 2016 refere-se à demanda por parte do COI de coordenar a proposta do legado urbano no âmbito da candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos em 2016. A opção foi aportar os projetos previstos ao processo de planejamento da Cidade, expresso no Plano Diretor em vigor, e à política de ordenamento territorial prevista em sua revisão e sistematizá-los em um Plano. A intenção com a escolha feita foi de tornar a candidatura do Rio aos Jogos Olímpicos de 2016 um efetivo legado para a Cidade.

O Plano não se propõe a esgotar todas as ações necessárias ao pleno desenvolvimento urbano e ambiental do Município. Sua abrangência territorial restringe-se às áreas que sofrerão o impacto da realização das Olimpíadas e o alcance de suas ações atende prioritariamente à exigência de criar condições favoráveis à escolha da Cidade como sede do evento.

Um Plano Macro e Planos Locais integram o documento. No Plano Macro estão englobadas as intervenções públicas que ultrapassam os limites de uma determinada área de entorno de equipamento ou instalação esportiva. Apesar de limitar-se ao perímetro formado pelas diversas instalações a serem utilizadas por ocasião dos Jogos, trata do conjunto da área, em ações estruturantes para a Cidade, abordando os seguintes temas: transportes e sistema viário, meio ambiente, saneamento ambiental e habitação e desenvolvimento social.



Áreas do legado
Fonte: CDURP

Orientando-se pelas condicionantes ambientais do Município, pelas características particulares da Cidade e pelas diretrizes da política de ordenamento territorial, o Plano Macro privilegia ações que visam contribuir para os seguintes aspectos: integração das áreas ao norte e ao sul dos maciços da Cidade, promovendo maior permeabilidade do tecido urbano; fortalecimento das ligações leste-oeste para melhorar o acesso entre as áreas consolidadas e de expansão da Cidade; priorização do adensamento construtivo e do incremento na capacidade do sistema de transportes segundo os vetores de crescimento da Cidade proposto pelo Plano Diretor; aproveitamento de vazios urbanos para produção de moradias – seja em áreas remanescentes da abertura de eixos viários ou em outras que tiveram seu uso original desativado; despoluição do ar e dos corpos hídricos; proteção do patrimônio natural; proteção do patrimônio cultural com aproveitamento para habitação; saneamento ambiental nas áreas densamente ocupadas e em vias de ocupação; e modernização do suporte às atividades portuárias e reaproveitamento das instalações subutilizadas. As ações previstas ganham sentido conjugadas com medidas para inclusão social.

Os Planos Locais focam as áreas de influência direta dos principais equipamentos previstos para abrigar os Jogos Olímpicos, articulando ações locais nos temas mencionados acima. Propõem, ainda, projetos de estruturação do espaço urbano, envolvendo, na maioria das vezes, reestruturação da malha viária, reurbanização de áreas do espaço público e valorização do ambiente cultural. Os Planos Locais foram desenvolvidos para as áreas de Barra da Tijuca, Deodoro, Engenho de Dentro, Maracanã/Quinta de Boa Vista, Cidade Nova/ Sambódromo e Portuária.

Na Barra da Tijuca, as maiores preocupações são a mobilidade e a qualidade ambiental. São propostas ações complementares às previstas no Plano Macro, privilegiando-se o sistema viário. No Engenho de Dentro, além das melhorias no sistema viário e na urbanização no entorno do Estádio João Havelange, propõe-se redesenhar a malha viária ao longo da linha férrea, associada à organização das ocupações e do comércio informal, e à oferta e urbanização de áreas no espaço público que passam a se constituir referências para a região.



Mapa do legado dos Jogos Olímpicos de 2016
Fonte: www.rio2016.com

O foco das ações em Deodoro é a ocupação ordenada e sustentável de áreas da União, sob jurisdição do Exército, nas vizinhanças das instalações esportivas, quando disponibilizadas para ocupação urbana. A melhoria dos acessos ao Porto, a reurbanização e a revitalização do Cais da Gamboa e das áreas vizinhas, em conjunto com a implantação de uma retroárea para atividades portuárias e a urbanização de áreas de uso público no Caju, são as prioridades na Área Portuária. Na região onde está localizado o Sambódromo são propostas a abertura, o prolongamento e a urbanização de várias vias e a urbanização das ruas Frei Caneca e Estácio de Sá, viabilizando a ocupação com habitações, comércio e serviços.

O documento final do Plano de Legado Urbano e Ambiental Rio 2016 foi concluído no início de outubro de 2008. Como desdobramento do Plano, priorizaram-se projetos e áreas para investimentos em conjunto com o governo federal. Destacaram-se Centros Integrados Profissionalizantes e Esportivos como legado social e as áreas localizadas entre o Porto e o Maracanã, incluindo a Cidade Nova cujos projetos receberam um maior detalhamento pela Gerência de Macroplanejamento. Além da oportunidade de ampliar a articulação intersetorial, com a execução do Plano, a SMU teve a chance de avaliar os projetos e as ações que viabilizam a implementação de diretrizes da política urbana previstas no Plano Diretor.

Contudo, apesar deste projeto de grande porte, com vocação de agente de transformação que resultaria em um inquestionável legado de desenvolvimento social, esportivo, urbano e econômico para a cidade, as obras de transformação urbana em função dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro são controversas, uma vez que, apesar de serem apresentados como sustentáveis e cheios de benefícios sociais, os planos de intervenção elaborados modificam legislações e utilizam estes mesmos argumentos para justificar os impactos negativos dessas intervenções nas comunidades e no meio ambiente. Desta forma, os legados devem ser cuidadosamente avaliados, pois o que é positivo para o poder público pode ser extremamente negativo para a população diretamente impactada.

O QUE ESTÁ EM JOGO?

A proposta de legados dos Jogos do Rio de Janeiro baseia-se muito na imagem da cidade e suas belezas naturais e está bastante atrelada ao posterior impacto turístico do evento. A proposta parece ser a criação de novos cartões-postais para a cidade e, ainda que consigam gerar lucro, este será limitado.

Há uma abundância de desafios. As preocupações já estão sendo levantadas sobre a capacidade de transporte, com críticos dizendo que as estradas congestionadas da cidade nunca serão capazes de lidar com os visitantes extras. Alguns também estão preocupados com o impacto que a mudança terá sobre os moradores de favelas, como algumas delas são “limpas” para dar lugar a nova infraestrutura. Menos surpreendente, dada a experiência de cidades-sede anteriores, muitos também acham que os custos foram subestimados.

O ambicioso legado prometido, que por meio de instalações esportivas e melhorias no espaço urbano, promoveria a redução das desigualdades sociais e estímulo à prática de atividades esportivas. Porém, o plano olímpico da cidade do Rio de Janeiro tem revelado uma forte ambiguidade na qualidade de grande projeto de desenvolvimento urbano. Podemos observar uma íntima relação entre os investimentos na área e os interesses dos agentes imobiliários. Os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, objetivam mobilizar empresários e cidadãos em torno de projetos que se autojustificam pelo anúncio de futuros legados para a cidade e sociedade que os abrigam.

Na construção da imagem da cidade enquanto espetáculo nota-se a crescente desconsideração com a identidade do lugar em detrimento das ações do Poder Público. Mudanças na legislação consagram a paisagem como ‘bem mais valioso da cidade’ e mantêm o macrozoneamento que cristaliza as visões ideológicas excludentes, aumentando consideravelmente o potencial construtivo de bairros de baixa densidade, como os localizados na

área de Jacarepaguá, tendo como justificativa a arrecadação via pagamento de outorga onerosa para instalação de equipamentos olímpicos na região.

Estas áreas, social e ambientalmente frágeis e que, por tradição, são arraigadas de significados para a coletividade, estão sofrendo mudanças significativas em seu conteúdo socioespacial. No mesmo ritmo em que são feitos os investimentos públicos em infraestrutura urbana, de transportes e nas instalações esportivas, têm ocorrido vários episódios lamentáveis de violações de direitos básicos e de desrespeito à condição humana. Caracterizado por Souza como um “espaço de auto-segregação por excelência”, em virtude dos inúmeros condomínios exclusivos “protegidos do espaço circundante por um notável aparato de proteção” a Barra da Tijuca reafirma sua potencialidade segregadora no âmbito de uma "estratégia territorial elitista, excludente e segregadora".²⁰⁸

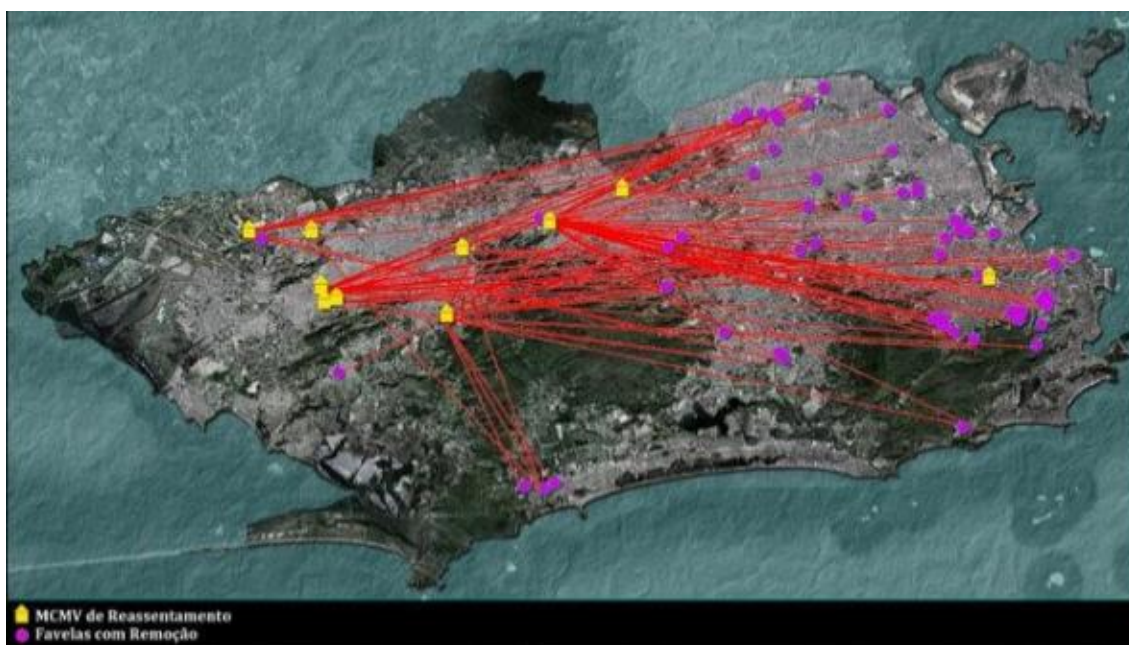
Nota-se isso pelas remoções que estão sendo realizadas para dar lugar aos projetos elaborados. Um dos casos é o da Vila Autódromo, cuja remoção é uma das ações prioritárias do plano de legado. Vale ressaltar que sua remoção contraria o Projeto Olímpico elaborado, que a mantém tanto no projeto de realização dos jogos, quanto no projeto de legado.

Realocação é a solução dada para essa parcela da população que não serve à cidade olímpica, que deve ficar bem longe, nos subúrbios fora do alcance da visão. Mas o marketing não consegue sustentar uma imagem construída sobre base tão frágil, e aos poucos a cidade real se comina. É necessário mudar a realidade do Rio de Janeiro, não maquiagem sua imagem. Para construir uma nova realidade social há muito trabalho pela frente, e este é o momento em que há recursos disponíveis para de fato se iniciar uma mudança profunda na cidade, eles são drenados para obras de prioridade questionável ou para destruir a infraestrutura já existente, como no caso da Perimetral, sem qualquer debate público.

²⁰⁸ Mascarenhas, Sánchez e Bienenstein. O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades, 2011.

assentamentos	tempo de ocupação	nº de famílias removidas	nº de famílias ameaçadas	total de famílias	justificativa
Metrô Mangueira	1980	566	46	612	estacionamento para o estádio do Maracanã
Favela do Sambódromo	s/i	60		60	alargamento do Sambódromo
Belém-Belém (Pilares)	1972		300	300	Novo acesso ao Engenho
Vila Autódromo	1985		500	500	Parque Olímpico, Transolímpica e preservação ambiental
Totais		626	846	1472	

Alguns assentamentos removidos ou ameaçados de remoção
 Fonte: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2013



Mapa de reassentamentos de comunidades para o subúrbio do Rio
 Fonte: Lucas Falhaber, UFF
 Disponível em: <http://comitepopulario.wordpress.com/2013/05/17/>

As manifestações populares que ocorreram em junho de 2013 mostram que será preciso mais que uma maquiagem dos problemas para fazer com que a população os esqueça. Os Jogos Olímpicos estão sendo utilizados como prova do desenvolvimento do país, como alavanca para sua imagem, quando deveria juntar todas as suas forças para realmente alavancar seu desenvolvimento e sanar as necessidades mais urgentes das comunidades.

Pela tipicidade dos investimentos em infraestrutura no Pan 2007, pode-se deduzir que, de uma forma geral, as instalações promoveram um estímulo aos investimentos do setor de serviços e o da construção civil. É significativo que as instalações esportivas foram repassadas ao domínio da iniciativa privada. Desta forma, os gastos estatais não somente criaram condições de infraestrutura para a reprodução do capital, como também oportunizaram a transferência direta de recursos e patrimônios públicos para a órbita privada. E é com este olhar que encontramos o seu maior e pior legado, pois ficou provado que é possível transferir recursos públicos para a esfera privada, privilegiar as maiores empreiteiras do país, alargar as fronteiras de atuação do capital, diminuir os direitos sociais, agravar os conflitos urbanos, reduzir o grau de informação sobre as atividades públicas e aumentar a desigualdade social.

Os Jogos Pan-americanos de 2007, como ensaio para as Olimpíadas de 2016, nos concedem uma ideia do que está em jogo e o que esperar como resultado. Os mesmos deslizes, que foram tão criticados pelos atuais dirigentes em suas campanhas, estão sendo repetidos nesta nova oportunidade de transformação recebida pelo Rio. É possível, e provável, que as Olimpíadas do Rio sigam pelo mesmo caminho e que como legado fique um rombo bilionário que será cobrado no pós-2016, junto com a vergonha de termos perdido “uma oportunidade única de nos reinventarmos por total soberba administrativa”.

Concluindo...

Qualquer leitura da história Olímpica revela os verdadeiros motivos de cada cidade hospedeira. É a necessidade de chocar, para acelerar a desapropriação dos pobres e marginalizados, como parte das maiores maquinações de acumulação de capital. Os arquitetos deste plano precisam de um show espetacular, um dispositivo hegemônico para reconfigurar os direitos, as relações espaciais e autodeterminação da classe trabalhadora da cidade, para reconstituir para quem e para que finalidade a cidade existe. Ao contrário de qualquer outro evento, só as Olimpíadas fornecem esse tipo de oportunidade.

Ashok Kumar

Enfim, os Jogos à serviço da cidade ou a cidade à serviço dos Jogos?

Este estudo tentou melhorar a compreensão do conceito de legado, especialmente o legado urbano advindo de sediar um grande evento esportivo. O verdadeiro legado de um evento como os Jogos Olímpicos demora de 15 a 20 anos para ser medido. Até o momento, ninguém se comprometeu com os recursos de investigação necessários para realizar um estudo científico real benefícios legados. Para esta pesquisa oficial, existem também entraves como o fato de que os governos anfitriões podem não acolher uma avaliação verdadeiramente científica dos benefícios verdadeiros legados à longo prazo sucedidos de sediar os Jogos Olímpicos.

Neste breve estudo, pudemos verificar que o conceito de legado ainda é motivo de debate. Nem mesmo o COI, apesar de ter realizado um seminário em 2002 com o propósito de discutir este assunto, possui uma definição clara do que é legado. Assim, as cidades se apropriam da palavra para lançar suas candidaturas, utilizando-a livremente segundo suas intenções. Na década de 1980, o conceito de legado ainda não era comum. Barcelona foi pioneira neste sentido, não no uso da palavra, mas na busca de realizações para a cidade e para os seus cidadãos.

Enquanto a regeneração é uma expectativa realista para cidades que hospedam os Jogos Olímpicos, os planejadores não devem esperar que isso ocorra automaticamente. Evidências na literatura de ex-cidades olímpicas sugerem que o sucesso de um processo de regeneração impulsionada por megaeventos depende de vários fatores críticos, incluindo o planejamento estratégico das intervenções, a integração de atividades esportivas e infraestrutura associada à economia de longo prazo e planos desenvolvimento para a região,

Como foi visto, Barcelona iniciou o processo de regeneração antes mesmo de ser nomeada sede dos Jogos. O foco do

planejamento da candidatura era conseguir os recursos para revitalizar uma cidade que estava estagnada urbanisticamente devido ao seu período ditatorial. O projeto de intervenção foi feito com base nas necessidades da cidade e seus residentes, a localização de suas estruturas foi escolhida de modo a beneficiar e integrar várias áreas da cidade. Barcelona é exemplo, mesmo após duas décadas da realização dos Jogos, porque soube utilizá-los a serviço da cidade. Como o próprio Josep Abad falou, as Olimpíadas foram apenas uma desculpa para a regeneração da cidade.

Londres iniciou seu processo de construção de legado quase que de improviso. Sua intenção inicial era somente a escolha de um local apropriado para a construção de um novo estádio olímpico. A proposta de regeneração veio após a escolha do sítio adequado para a construção e, a partir daí, tomou maiores proporções. Apesar do conceito de legado ter tido início em meados da década de 1990, este era apenas a consequência imprevista das decisões e ações tomadas durante a organização do evento e, por conta disto, algumas cidades hoje sofrem com os impactos negativos, seja na forma de instalações subutilizadas com altos custos de manutenção, seja pela fatura das construções que demoram anos para serem pagas.

Neste sentido, entendemos que o legado precisa ser previamente planejado, mesmo que seja impossível prever todos os impactos que serão causados, o planejamento mitiga a probabilidade de estes virem a ser negativos e auxilia no processo de gerenciamento destes legados no pós-evento. Os Jogos de Barcelona e o resultado positivo de sua intervenção chamaram a atenção do mundo. Foi a partir daí que o foco no legado urbano teve início e o COI passou tentar entender o processo de produção deste legado. Ao compreender seu sentido, mesmo sem uma definição exata, e sua importância para as cidades, tornou obrigatório o seu planejamento. Londres foi a cidade pioneira nesta ação. Apesar de não estar em primeiro lugar durante o processo de candidatura, a apresentação de um bom planejamento do legado contribuiu enormemente para sua nomeação.

O Projeto Olímpico passa, então, a determinar não apenas como estará a cidade durante os Jogos, mas também como se

conformará permanentemente após seu encerramento. Deste modo, as cidades estão aproveitando esta oportunidade única, ou pelo menos rara, de conquista de investimentos para concretizar ações há muito planejadas, como fez Barcelona originalmente. Para alguns, uma das maiores “imprudências urbanísticas” que poderia acontecer seria a utilização das Olimpíadas para grandes intervenções urbanas. Porém, a utilização do momento olímpico para a execução de planos importantes para a cidade e para os quais não havia recursos, é o bom aproveitamento da oportunidade.

Não estamos defendendo intervenções sem propósito definido e sem o planejamento prévio adequado, mas intervenções necessárias e esperadas pela população com vistas a melhorar a qualidade de vida destas. Cabe ressaltar que os acertos de sedes anteriores não podem servir como retórica da organização atual de forma a conduzir as análises em geral sobre a implementação do projeto de forma acrítica. As cidades estão em localidades diferentes, com economias, culturas, ideologias e necessidades diferentes, então se deve entender que cada caso é um caso e cada intervenção é única. Esta é a grande vantagem do planejamento prévio destas intervenções: a possibilidade de verificar as vocações das cidades e nortear seu desenvolvimento a partir daí, pois como diz Jane Jacobs, “é tolice planejar uma cidade sem saber que tipo de ordem inata e funcional ela possui”.

Neste contexto de planejamento, o direito do cidadão à cidade deve ser o foco, já que a cidade não existe sem ele. O que podemos ver atualmente é uma onda de “deslocamentos involuntários” de residentes de determinadas áreas da cidade para abrir espaço para a implantação dos interesses de uma minoria que possui o controle do capital. Comunidades estão sendo deslocadas para pontos da cidade fora do alcance da visão, em um processo de “embelezamento da cidade”, o que é injustificável. Este seria o momento, não de remoção, mas de prover estas comunidades com a estrutura que elas precisam e inseri-las oficialmente no contexto urbano.

No caso do Brasil, segundo o Plano de Legados desenvolvido pela prefeitura, impressiona a afirmativa de “tornar a candidatura do Rio aos Jogos Olímpicos de 2016 um efetivo legado para a Cidade”. Neste

plano verificamos uma relação de ações prioritárias anterior aos Jogos. Não foram feitos planejamentos de longo prazo, mas sim colocados em prática projetos anteriores, sem a previsão ou planejamento de impactos futuros. Podemos considerar o caso da cidade à serviço dos Jogos. Eventualmente, algumas das intervenções realizadas se transformarão em legados, mas falta visão de futuro no caso desta organização.

A princípio, a associação entre a necessidade da intervenção, a existência de um planejamento prévio e a oportunidade criada pelo evento sinalizam uma boa lição. Mas, efetivamente, trata-se de questão de difícil análise neste momento, quando a realização concreta das obras de requalificação urbana ainda não ocorreu em sua completude. Pode-se apenas sinalizar o potencial, com base no descritivo do projeto, de bom aproveitamento do evento para além das obras esportivas específicas e aproveitamento da oportunidade para otimizar e ampliar um projeto urbano importante de grande extensão. O Rio de Janeiro teria como desafio central para a fase de implementação de seu projeto aprovado pelo COI ter a capacidade de coordenação entre o Estado e o mercado à exemplo de Londres e Barcelona, evitando o risco privilegiar o interesse privado em detrimento do público.

Tomando como base o Pan 2007, vimos que muitas promessas foram divulgadas, muito poucas foram cumpridas. Em entrevista recente, o secretário estadual de Habitação, Noel de Carvalho afirmou que apesar de os Jogos Pan-Americanos não terem promovido "mudanças espetaculares", o evento esportivo foi capaz de chamar a atenção quanto às "necessidades" da cidade, o que nos parece um retorno ínfimo para tamanho investimento. Constata ainda o secretário, numa avaliação bem mais honesta que aquelas enunciadas efusivamente por seus pares, que houve "poucas mudanças estruturais necessárias para o desenvolvimento", mas, "de qualquer forma, o evento favoreceu o setor imobiliário".

Por setor imobiliário, sabemos, trata-se do capital imobiliário, de seus interesses lucrativos sobre a cidade, amplamente beneficiado, direta ou indiretamente, pela valorização dos terrenos no entorno do futuro estádio olímpico ou de áreas onde foram removidas populações

carentes. Em síntese, a cidade é tratada como negócio, e não como espaço coletivo destinado ao bem-estar de seus habitantes. Desta maneira, a cidade que emergirá deste evento tende a consolidar um modelo excludente e segregador.

Do ponto de vista urbanístico, o principal aspecto desta política urbana é a concentração espacial dos investimentos em áreas socialmente privilegiadas. A Barra da Tijuca efetivamente se beneficia com a realização deste evento que muito onera o poder público. Do ponto de vista da cidadania, vemos o acirramento de um modelo de gestão da coisa pública que não considera os interesses sociais e coletivos. Um governo urbano explicitamente articulado aos interesses empresariais, revestidos de uma bem concatenada estratégia discursiva na qual o interesse do capital se confunde com o interesse de toda a cidade. Aos que não compartilham desta ideologia, resta seguir denunciando e propondo alternativas à destruição do patrimônio histórico-paisagístico-ambiental (vide Marina da Glória) e à remoção de populações em favor dos grandes interesses imobiliários.

Estes jogos são exemplos para desenvolver a consciência de que tipo de projetos e investimentos queremos ver em 2016 no Rio de Janeiro. Esperamos que o grande evento seja um catalisador de mudanças, e que a cidade receba os investimentos necessários para a criação de uma infraestrutura urbana duradoura e que a visão integradora das diferentes camadas que compõem a cidade, como o transporte, as vias de transporte, os serviços, os usuários, a cultura, e principalmente o desejo dos usuários de melhorar sua qualidade de vida têm de viver melhor, sejam consideradas e planejadas responsavelmente. Finalmente, um investimento não é um fim em si mesmo, é um meio para que os cidadãos, efetivamente, vivam melhor. As olimpíadas passam, a cidade fica.

Cada história, cada visão e cada motivação para querer sediar os Jogos Olímpicos é diferente, mas os verdadeiros vencedores são as cidades-sede que decidem sobre o legado que eles querem, desde o início, e são razoáveis em suas expectativas sobre os benefícios que o evento pode trazer. Nessas cidades, o período pós-Jogos não se revela cheio de surpresas.

Contudo, não devem ser admitidas certas formas de realização. Ainda que exista a prática da consulta popular, os valores impostos pelo capital, sempre autoritário, privilegiam os interesses das classes mais favorecidas economicamente, bem como da política vigente, desprezando, desta forma, os anseios da população suburbana da qual, por excelência, usufrui e se identificam nestes lugares da cidade repletos de significados e simbolismos. Não basta a transformar a cidade. Essa transformação deve ser realizada tendo como premissa as necessidades da sua população, e deve-se dar prioridade à planos previamente elaborados, pensados com cuidado, pois intervenções urbanas não se transformarão em legado se não houver justiça social.

Referências

- ABAD, J. M. Introduction, in Miquel de Moragas & Miquel Botella, ***The Keys to Success: the social, sporting, economic and communications impact of Barcelona'92***. Barcelona: Servei de Publicacions de la UAB, 1995, p. 11-17.
- ALVES, F. B. **Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.
- ANSAY, P.; SCHOONBRODT, R. ***Penser la ville: choix de textes philosophiques***. Bruxelles: AAM, 1989.
- ARAÚJO, C. D. de; CÂNDIDO, D. R. C.; LEITE, M. F. L. **Espaços públicos de lazer: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais**. *Licere (Online)*, v. 12, n. 4, dez. 2009.
- BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia Urbana**. 2ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- BELGIOJOSO, A. B. *Qualità della città e progettazione urbana*. Mazzota, Milão, 1990. In.: VARGAS, H. C., **Qualidade Ambiental Urbana: em busca de uma Nova Ética**. USP: São Paulo, 2000.
- BENÉVOLO, L. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- _____. **As origens da urbanística moderna**. São Paulo: Lisboa, 1981.
- BERNARDI, J. **A organização municipal e política urbana**. 2ª Ed. Curitiba: IBPEX, 2007. 424p.
- BIASOLI, V. **O Mundo Grego**. São Paulo: FTD, 1995.
- BIENENSTEIN, G; SÁNCHEZ, F. Estudo de caso: Jogos Panamericanos 2007 - Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa "**Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano: o que se pode aprender com a experiência brasileira?**" apresentado ao Lincoln Institute of Land Policy, maio 2006. Rio de Janeiro: IPPUR, 2006.
- BORJA, J. In: Conferencia proferida no Seminário "**Porto Alegre: Uma Visão de Futuro**". Câmara Municipal de Porto Alegre: Porto Alegre, 2008.
- BORJA, J; MUXI, Z. **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Diputació d Barcelona, 2003.

- BOSCH, A. **La historia del proyecto olímpico** [online]. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB. http://olympicstudies.uab.es/docs/wp001_spa.pdf
- BOTELLA, M. **The Keys to success** [online article]. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB, 1995. http://ceo.uab.cat/2010/docs/wp029_eng.pdf. Acesso em 12 ago 2013.
- BOTELHO, M. **Desenvolvimento, espaço e crise estrutural**. Espaço e Economia. Revista Brasileira de Geografia Econômica, ano I, n.2 (2013).
- BRAJER, V.; MEAD, R.W. *Beijing looking at the Olympic effect*. In: **Journal of Environment & Development**, vol. 12, n. 2, jun. 2000, p. 239 – 263.
- BRANDÃO, Z. **O papel do desenho urbano no planejamento estratégico: a nova postura do arquiteto no plano urbano contemporâneo**. Disponível em: <http://www.cintec.com.br/upload/pdfs/>. Acesso em 05 mai 2013.
- BRASIL. **Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- BRASIL. Distrito Federal. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Cidade, Guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 2ª ed. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério das Cidades. CONFEA. **Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília: CONFEA, 2008.
- BRASIL. Ministério do Esporte. **Legados de megaeventos esportivos**. Editores: Lamartine DaCosta, Dirce Corrêa, Elaine Rizzuti, Bernardo Villano e Ana Miragaya Brasília: Ministério do Esporte, 2008. 608 p.
- BRAUDEL, F. **A Dinâmica do Capitalismo**. Lisboa, Editorial Teorema, 1986.

- _____. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 3: O Tempo do Mundo.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BRITO, J. P. C. Modelo e mobilidade em Barcelona: a prolongação da Diagonal e o VLT. ***La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación.*** *Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Buenos Aires, 2-7 de mayo de 2010. Disponível em: <http://www.filo.uba.ar/>. Acesso em 15 jun 2012.
- BRUNN, S. D; ZEIGLER, D.J.; WILLIAMS, J. F. ***Cities of the world.*** Maryland – EUA: Rowman & Littlefield Pub Inc, 2003. 548 p.
- BRYSON, J. ***Strategic planning for public and nonprofit organizations: a guide to strengthening and sustaining organizational achievement.*** San Francisco: Jossey-Bass, 2004.
- CABALLÉ, F. ***Desaparece el barrio de Icària, nace la Vila Olímpica.*** *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 895 (9), 5 nov 2010. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-895/b3w-895-9.htm>>. Acesso em 09 set 2013.
- CÁCERES, R. de; FERRER, M. ***Barcelona – espai públic.*** Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 1993.
- CANCLINI, N. G. ***Imaginaris Urbanos.*** Editorial Universitaria, Buenos Aires, 2005. p. 147
- CAPEL, H. ***El modelo Barcelona: um examen crítico.*** Barcelona: Ediciones del Serbal, 2009.
- _____. ***De nuevo el modelo Barcelona y el debate sobre el urbanismo Barcelones.*** *Revista bibliografica de Geografia y Ciencias Sociales*, 25 de enero 2006, vol. Vol. XI, no. no 629, p. 16.
- CAPELL, M.D.T.I. ***La Formació de la Urbanística Metropolitana de Barcelona.*** L'Urbanisme de la Diversitat. Edtion ed. Barcelona, 1999.
- CARBONELL, J. ***The Olympic Village, ten years on: Barcelona: the legacy of the Games, 1992-2002*** [online]. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB. Disponível em: <http://olympicstudies.uab.es/pdf/wp087.pdf>. Acesso em 03 jul 2013.

- CARLOS, A. F. A. **A (Re)produção do Espaço Urbano**. EDUSP: São Paulo, 1994.
- _____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARVALHO, J. C. P. **Imaginário e mitodologia: hermenêutica dos símbolos e estórias de vida**. Londrina: Ed. da UEL, 1998.
- CARVALHO, F. A. L. de. **O Conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier**. In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, nº. 1, 2005.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASHMAN, R. *What is olympic legacy?*, In: Moragas, M; Kennett, C; Puig, N. (ed.) **The Legacy of the Olympic Games: 1984-2000**. Lausanne: International Olympic Committee, 2003, p. 31-42.
- CHALKLEY, B.; ESSEX, S. **Urban development through hosting international events: a history of the Olympic Games**. Planning Perspectives, 1999, 14 (4), 369-394.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.
- _____. **O urbanismo**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- CROMPTON, J. L. **Economic impact analysis of sports facilities and events: Eleven sources of misapplication**. Journal of Sport Management, v. 9, p. 14-35. 1995
- DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B. e MIRAGAYA, A. (ed). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008
- DELGADO, M. **La ciudad mentirosa**. Fraude y miseria del modelo Barcelona. Madrid: Los libros de la Catarata, 2007, 242 p.
- DEL RIO, V. **Introdução ao Desenho Urbano no processo de planejamento**. 5ª ed. São Paulo, Editora Pini, 1990.

- EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo. Ministério da Indústria e do Comércio. **Turismo para Portadores de Deficiência Física** – Normas para a facilidade de acesso e locomoção. Rio de Janeiro, 1987.
- ESTEBAN, J. ***El Projecte urbanístic: valorar la periferia I recuperar el centre***. Edited by A. BARCELONA. Edtion ed. Barcelona, 1999.
- FALCOSKI, L. A. N. **Dimensões morfológicas de desempenho: instrumentos urbanísticos de planejamento e desenho urbano**. São Paulo: USP, 1997.
- FERNANDES, N da N. Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI). *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008*. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/144.htm>>. Acesso em 12 dez 2012.
- FERRANDO, M. G. **Aspectos Sociales del Deporte**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.
- FILGUEIRA, J. C. M. Importância dos legados de megaeventos esportivos para a Política Nacional do Esporte: cidade, cidadania e direitos do cidadão. In: DaCosta, L.; Corrêa, D.; Rizzuti, E.; Villano, B. e Miragaya, A. (ed). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- FRAMPTON, K. **História crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FRANCE, A.; ROCHE, M. *Sport mega-events, urban policy and youth identity: sigues of citizenship and exclusión in Sheffield*. In.: Roche, M. (ed.) **Sport, popular culture and identity**. Aachen: Meyer & Meyer: 1998
- FRANKL, V. E. O Homem à Procura do Significado Último. In: **No Caminho do Autoconhecimento**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.
- FREITAG, B. **Teorias da cidade**. Campinas: Papirus, 2006.
- GODOY, L. **Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga**. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

- GONÇALVES, T. M. **Habitação e sustentabilidade urbana**. Revista INVI, Santiago, v. 24, n. 65, maio 2009. Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-83582009000100004&>. Acesso em 19 agosto 2013.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- GRATTON C. & PREUSS H. **Maximizing Olympic Impacts by Building Up Legacies**. The International Journal of the History of Sport, 2008, 25:14, 1922-1938
- GÜELL, J. M. F. **Planificación estratégica de ciudades**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997.
- GURGEL, A. O papel da mídia na construção do legado dos Jogos Pan-americanos Rio 2007, In: DaCosta, L.; Corrêa, D.; Rizzuti, E.; Villano, B. e Miragaya, A. (ed). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- HALL, P. **Urban and regional planning**. 4thed. New York: Routledge, 2002.
- _____. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HARVEY, D. *The right to the city*. In: **New Left Review**, n.53, pp.23-40, set.-out./2008
- _____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 9^a ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2000.
- HILLER, H. *Toward A Science Of Olympic Outcomes: The Urban Legacy*. Pp. 102-109 in Moragas, M.; Kennett, C.; Puig, N. (eds), **The Legacy of The Olympic Games 1984-2000**. Lausanne: International Olympic Committee, 2003.
- _____. **Post-Event Outcomes and the Post-Modern Turn: The Olympics and Urban Transformations**. European Sport Management Quarterly, 2006, v. 6(4), p. 317-332
- HISSA, C. E. V. Ambiente e vida na cidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- HOLANDA, F. de. **O espaço de exceção**. Brasília: UNB, 2002.

- HOLANDA, M. **Plano Diretor Londres Olímpico: Regeneração Urbana inteligente**. 15 May 2013. ArchDaily. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-62864/plano-diretor-londres-olimpico-regeneracao-urbana-inteligente>. Acesso em: 22 mai 2013.
- Jacobi, Pedro. **Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.
- JERONIMO, R. N. T., GONÇALVES, T. M. **O processo de apropriação do espaço e produção da subjetividade**. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2008, vol.24, n.2, pp. 195-200. ISSN 0102-3772.
- Jogos Olímpicos de Londres, 1908**. In: Infopédia [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$jogos-olimpicos-de-londres-1908](http://www.infopedia.pt/$jogos-olimpicos-de-londres-1908)>.
- KAPLANIDOU K.; KARADAKIS, K. **Understanding the Legacies of a Host Olympic City: The Case of the 2010 Vancouver Olympic Games**. *Sport Marketing Quarterly*, 2010, v. 19, p. 110-117
- KAUFMAN, J. JACOBS, H. **A public planning perspective on strategic planning**. *Journal of the American Planning Association*, 1987, v. 53, p. 23 -33.
- LACAZE, J. P. **Os métodos do urbanismo**. Campinas: Papirus, 1993.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 2001.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2004.
- LEITE, C. **Projetos urbanos: operando nas bordas**. Portal Vitruvius, 2004. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq044/arq044_01.asp>. Acesso em: 28 jun 2010.
- LEME, A. F. P. Revisão descritiva do Modelo East London para legados de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. In: DaCosta, L.; Corrêa, D.; Rizzuti, E.; Villano, B. e Miragaya, A. (ed). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 211-216.

- LEME, M. C. da S. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: LEME, M. C. da S.; FERNANDES, A.; GOMES, M. A. F. (org.) **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, 1999.
- LEOPKEY, B. **The Historical Evolution of Olympic Games Legacy**, IOC Final Report, 2009.
- LÉVY J. **L'espace legitime: sur la dimension spatiale de La fonction politique**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994. 442 p.
- LUCHESE, M. C. **O planejamento urbano de Londres (1943 – 1947)**. In: Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, IAU-USP, vol. 15, 2012.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MAGALHÃES, M. R. **Paisagem Urbana e Interface Urbano-Rural**. Lisboa: DGOTDU, 1994.
- MARICATO, H. **A Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARQUES, M. S. B; PINHEIRO, A. I. **A cidade e o Legado**. Jornal O Globo, 2012. Disponível em: <http://clippingmp.planejamento.gov.br/>. Acesso em 15 ago 2012
- MASCARENHAS, G. Megaeventos Esportivos, Desenvolvimento Urbano e Cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro. *Esporte e Sociedade* ano 4, n.10, Nov.2008/Fev.2009. **Entre o empreendedorismo e a gestão democrática por ocasião dos Jogos Pan-Americanos-2007**. IX Colóquio de Geocrítica. Porto Alegre- 28 de Maio a 1 de junho de 2007- UFRS.
- MASCARENHAS, G; SANCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G. (org.) **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: EduUERJ, 2011. 354 p.
- MIANA, A. C. **Adensamento e forma urbana: inserção de parâmetros ambientais no processo de projeto**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2010.
- MILLET, LI. **Las áreas olímpicas in Barcelona, la ciutat i el 92**. Barcelona: HOLSA. Olimpíada Cultural, 1990, p. 266-277.
- MOBILITY 2001 - **World mobility at the end of the twentieth century and its sustainability**. World Business Council of Sustainable Transport, 2001.

- MORAGAS, M.; BOTELLA M. (eds.). **Barcelona: la herencia de los Juegos (1992-2002)**. Centro de Estudios Olímpicos (UAB), Ayuntamiento de Barcelona, Editorial Planeta, 2002.
- MORAGAS, M; KENNETT, C; PUIG, N. (ed.) **The Legacy of the Olympic Games: 1984-2000**. Lausanne: International Olympic Committee, 2003, 495 p.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MORAES, J. G. V. de. **História geral e Brasil**. São Paulo: Atual, 2003.
- MORAIS, M de; EUZÉBIO, G. L. **Eventos internacionais - Compensa investir? - O investimento vale a pena?** Revista Desafios do Desenvolvimento. Ano 7, Ed. 56, 10 dez. 2009
- MORRIS, A. E. J. **História de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial**. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.
- MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- NEL-LO, O. *The Olympic Games as a tool for urban renewal: the experience of Barcelona'92 Olympic Village*. In Moragas, M; Llinés, M. & Kidd, B (eds.): **Olympic Villages: A Hundred Years of Urban Planning and Shared Experiences: International Symposium on Olympic Villages, Lausanna 1996**. Lausanne: International Olympic Committee, 1997, p. 91-96.
- NUN, J. **Marginalidad y exclusión social**. México: Fond de Cultura Económica, 2001.
- NUNES, B. F. **Uma socióloga na cidade: Sylvia Ostrowetsky em Brasília**. *Soc. estado*. [online]. 2004, vol.19, n.2, pp. 401-408. ISSN 0102-6992.
- ODALIA, N. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **História da cidadania**. 4. ed, 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2008, p. 159-169.
- OLIVA, J.T., CARLOS, A.F.A., LEMOS, G., INÉS, A. **Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

- OLIVEIRA, L. A. de. Padrões espaciais globais e locais na morfologia urbana. O caso da cidade de Florianópolis na ilha de Santa Catarina. In: E SILVA, G. do A e OLIVEIRA, L. A, de (org.) *Simpósio A Arquitetura da Cidade nas Américas. Diálogos contemporâneos entre o local e o global*. Florianópolis: PGAU-Cidade/ UFSC, 2006.
- OSTROWETSKY, S. *Sociologues en ville*. Paris: Éditions l'Harmattan, 2000.
- PANERAI, P. et al. *Elementos de Analisis Urbana*. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1983.
- PEREIRA, M. da S. **1908, um Brasil em Exposição**. Rio de Janeiro: Casa Doze, 2011.
- POL, E. La apropiación del Espacio. In: Iñiguez, L. & Pol, E. (eds), **Cognición, representación y apropiación del espacio**. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 1996, 45-62.
- PORTAS, N. Urbanismo e Sociedade: construindo o futuro. In: MACHADO, D. & VASCONCELLOS, E. (orgs.). **Cidade e Imaginação**. Rio de Janeiro: UFRJ / PROURB, 1996, p.30-39.
- POYNTER, G. Regeneração urbana e legado olímpico de Londres 2012. In: DaCosta, L.; Corrêa, D.; Rizzuti, E.; Villano, B. e Miragaya, A. (ed). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 121-152
- _____. *From Beijing to Bow Bells: measuring the Olympics effect*. Londres: University of East London, 2006.
- PREUSS, H. *Economic dimension of the Olympic Games: university lecture on the Olympics*. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB), 2002. [online article] <http://olympicstudies.uab.es/lectures/web/pdf/preuss.pdf>. Acesso em 22 mai 2012.
- _____. *The Economics of Staging the Olympics: A Comparison of the Games, 1972-2008*. Cheltenham, Glos: Edward Elgar, 2004.
- PRONI, M. W. **A Reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing**. Revista Esporte e Sociedade. Ano 3, n9, Jul./Out.2008.

- RAEDER, S. **Jogos e cidades: ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.
- REIS, A. C. (org). **Cidades Criativas: o papel da copa, das olimpíadas e dos museus internacionais**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2010.
- RIBEIRO, F. T. **Instalações Esportivas – Planejamento e Desenvolvimento**. In: Atlas do Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Sharpe, 2005.
- _____. Legado de megaeventos esportivos sustentáveis: a importância das instalações esportivas. In: DaCosta, L.; Corrêa, D.; Rizzuti, E.; Villano, B. e Miragaya, A. (ed). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 107-116.
- RIBEIRO, G. **A valorização total do espaço: capitalismo e geografia em *Civilisation Matérielle, Économie et capitalisme - XV-XVIII. Estud. hist. (Rio J.)*** [online]. 2011, vol.24, n.47, pp. 05-27. ISSN 0103-2186.
- ROBERTS, B. R. **A dimensão social da cidadania**. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_01.htm. Acesso em 15 jun 2012.
- RUBIO, K. **Os jogos olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento**. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (85). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-85.htm>
- _____. **Medalhistas Olímpicos Brasileiros: memórias, histórias e imaginário**. São Paulo: Casa do Psicólogo, FAPESP, 2006
- SABOYA, R. **O surgimento do planejamento urbano**. Disponível em: <http://urbanidades.com.br>. Acesso em 15 jul 2010.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

-
- _____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SEGURA, X., SERRA, A. e PALLEJÁ, R. *El uso de las instalaciones olímpicas*, en Moragas M, Botella M (eds.) (2002): **Barcelona:** la herencia de los Juegos (1992-2002). Centro de Estudios Olímpicos (UAB), Ayuntamiento de Barcelona, Editorial Planeta, 2002.
- SENNETT, R. **Carne e Pedra:** O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SIEGFRIED, J. e ZIMBALIST, A. **The economics of sports facilities and their communities.** Nashville: Journal of Economic Perspectives, 2000. V.14 (3), p. 95–114.
- SILVA, M. M. **El modelo Barcelona de espacio público y diseño urbano: public space and flod manangement.** Barcelona: Facultat de Belles Arts, 2011.
- SOUZA, M. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002, p. 59.
- SOUZA, M. A. de. **Governo Urbano.** São Paulo: Nobel, 1988, p.29
- TAYLOR, N. **Urban planning theory since 1945.** London: Sage, 1998.
- TESKE, O. **As Desigualdades Invisíveis:** acessibilidade universal em debate. In: Sociologia Textos e Contextos/ Coord. Ottmar Teske. 2ª Edição. Canoas: Ed. Ulbra. 2005.
- TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A.; ALVES, J. B. M. **A acessibilidade à informação no espaço digital.** *Ciência da Informática*, n.31, p. 83-91, 2002.
- TRUÑO, E. **Barcelona: city of sport** . [online]. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB, 1995. http://olympicstudies.uab.es/pdf/wp039_eng.pdf. Acesso em 10 abr 2013
- TUAN, Y. F. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.
- VASCONCELOS, E. A. **Transporte Urbano, espaço e equidade:** análise das políticas públicas. Annablume: São Paulo, 2001.

VASCONCELLOS, L. Projeto urbano – um novo termo para definir intervenções na cidade? In: SILVA, G. e OLIVEIRA, L. A. de (org.) Simpósio A Arquitetura da Cidade nas Américas. **Diálogos contemporâneos entre o local e o global**. Florianópolis: PGAU-Cidade/UFSC, 2006.

VAZ, J. C. Invertendo Prioridades nas Vias Públicas. In: PAULICS, V. (Org.). **125 Dicas** – Idéias para a ação municipal. Polis: São Paulo, 2000.

VELHO, O. G. (Org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169 – 243.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Unb, volume 2, 2004.

Páginas eletrônicas visitadas:

Comitê Olímpico Internacional – <http://www.olympic.org/>

Comitê Olímpico Brasileiro – <http://www.cob.org.br/>

Comitê Paraolímpico Brasileiro – <http://www.cpb.org.br/>

Comitê Olímpico Português – <http://www.comiteolimpicoportugal.com/>

Ayuntament de Barcelona – <http://www.bcn.cat/>

Greater London Authority – <http://www.london.gov.uk/>

Página oficial Rio 2016™ - <http://www.rio2016.com/>

Comitê Popular da Copa e Olimpíadas Rio – <http://comitepopulario.wordpress.com/>

Página oficial do Movimento Paraolímpico – <http://www.paralympic.org/>